

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CAROLINE CORDEIRO VIANA E SILVA

SECURITIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO EMPÍRICA PARA
OPERACIONALIZAR O CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO DA ESCOLA DE
COPENHAGUE

CURITIBA
2019

CAROLINE CORDEIRO VIANA E SILVA

SECURITIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO EMPÍRICA PARA
OPERACIONALIZAR O CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO DA ESCOLA DE
COPENHAGUE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Ciência Política.

Orientador: Dr. Alexsandro Eugênio Pereira

CURITIBA

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Silva, Caroline Cordeiro Viana e

Securitização : uma análise da aplicação empírica para operacionalizar o conceito de securitização da Escola Copenhague. / Caroline Cordeiro Viana e Silva. – Curitiba, 2019.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira

1. Securitização. 2. Relações internacionais. 3. Segurança internacional. 4. Instituto de pesquisa da paz de Copenhague. I. Título.

CDD – 327

TERMO DE APROVAÇÃO

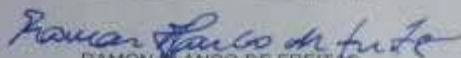
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **CAROLINE CORDEIRO VIANA E SILVA**, intitulada: **SECURITIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO EMPÍRICA PARA OPERACIONALIZAR O CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO DA ESCOLA DE COPENHAGUE**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 05 de Abril de 2019.



ALEXSANDRO EUGÊNIO PEREIRA
Presidente da Banca Examinadora



RAMON ALANCO DE FREITAS
Avaliador Interno (UNILA)



CAROLINA BAGATTOLLI
Avaliador Externo (UFPR)



RAFAEL ANTONIO DUARTE VILLA
Avaliador Externo (USP)

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal do Paraná por me acolher e me proporcionar o ambiente educacional necessário para o meu desenvolvimento e as condições para a realização do doutorado. Especificamente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política por me facultar os instrumentos para a realização dessa tese, por meio de seu aparato institucional e por meio de seu qualificado quadro de docentes. Foi através do Programa que tive a oportunidade de viver a experiência acadêmica em aulas, eventos, seminários, reuniões de pesquisa que foram essenciais para a minha formação. Importante lembrar da valiosa experiência que foi proporcionada por meio do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI), no Núcleo tive a oportunidade de ser pesquisadora e de participar de uma construção coletiva em prol das Relações Internacionais. Agradeço a todos os colegas que tive o prazer de trabalhar nas horas dedicadas ao NEPRI.

Ao meu orientador, professor Alexsandro Eugênio Pereira, agradeço pela infinita paciência, atenção e orientação. Esse trabalho jamais teria tido êxito sem a dedicação do professor Alexsandro. Agradeço pela diligência e por sua bondade ao perceber todos os nuances da sutil arte de orientar seres humanos. Estudar Teoria de Segurança das Relações Internacionais foi possível por ter tido a orientação de um pesquisador com tanta paciência, experiência, como poucos cientistas políticos no Brasil.

Agradeço aos professores que acompanharam meu trabalho. Professores Ramon Blanco, Rafael Villa, Carolina Bagattolli pelos comentários na banca e leitura dedicada ao meu trabalho. Aos professores Adriano Codato e Paulo Costa que me guiaram nos estudos com a dedicação e comprometimento engajado a disciplina de seminários de tese.

Sou grata ao apoio recebido do Centro Universitário Uninter. Pelo apoio da professora Débora Veneral com a compreensão ao longo desses 4 anos. Também aos meus colegas de trabalho, Lucas Massimo, Natali Hoff, Andréa Benetti, Leonardo Mercher, André Frota, Audren Azolin e todos os queridos amigos da Escola Jurídica que torceram por mim, comemoraram comigo e também foram solidários em todas as dificuldades que enfrentei ao longo do processo.

A minha família que sempre me apoiou, que entendeu a minha ausência e também a minha angústia em diversos momentos. Agradeço a minha família não só pelo apoio ao longo dos anos dedicados ao doutorado mas também pela criação que me deram, por todo o suporte emocional e determinação de personalidade, sem isso não teria chego ao fim do doutorado.

Agradeço ao meu pai Cícero, meu padrasto Reinaldo, minha madrastra Adriane, ao meu irmão Cícero e sua linda família, Barbara, Bernardo e Pietro. E agradeço especialmente a minha mãe Swami, sem ela e seu infinito apoio, certamente não teria conseguido chegar ao fim.

Guilherme Knopka Theiss que dividiu comigo os momentos mais difíceis e mais lindos da elaboração dessa tese com tanto amor. Faltam-me palavras para agradecer a paciência e compreensão que o Guilherme demonstrou ao longo de toda a minha vida acadêmica. Nossa família viveu de perto todas as dificuldades e glórias do processo de doutoramento. As horas dedicadas as leituras dos artigos não teriam sido as mesmas sem a companhia da Pepper, passeios do Bagheera e choros da Athena. Certamente as angústias quando divididas com o Guilherme se tornaram menores e as dificuldades com softwares, leituras, gráficos e redações foram atenuadas pela parceria vivida em nosso relacionamento. Meu agradecimento infinito ao meu amor.

So, despite various other disagreements, a relatively large segment of the discipline accepts – celebrates, laments or just acknowledges if pressed to do so – that one way in which our work can be viewed is in terms of its political implications. For those international relations scholars, political scientists and security analysts that find politics relevant, it must be pertinent to pose the question in relation to work done by others and ourselves, what does a particular theory do politically.

Ole Waever

RESUMO

A presente tese de doutoramento tem como objetivo geral identificar se há problemas na aplicação empírica da Teoria de Securitização da Escola de Copenhague em artigos científicos da área de Relações Internacionais. Estudos de securitização são basicamente estudos qualitativos, de análise de três estágios, o não politizado, o politizado e o securitizado. Porém, a observação empírica desses três estágios não é clara. Tendo em vista o contexto teórico, a pergunta problema proposta por esse trabalho é: “É possível identificar problemas de aplicação empírica na Teoria de Securitização?”. Parte-se da hipótese de que há um problema de operacionalização dos estudos empíricos da Teoria de Securitização. Esse problema advém de dois pontos centrais: da ferramenta metodológica apresentada pelos autores da Escola de Copenhague e da falta de rigor metodológico na aplicação teórica por parte dos pesquisadores. Para desenvolver seu argumento, o trabalho lançou mão de duas metodologias, a primeira exploratória com a ferramenta metodológica de revisão bibliográfica. A segunda metodologia, a revisão bibliográfica sistemática, com a ferramenta metodológica de análise de conteúdo e elaboração de fichas de leitura. Os materiais analisados foram artigos científicos publicados em dois índices bibliométricos: Qualis Capes e Scopus, na área de Ciência Política e Relações Internacionais. O resultado atingido foi a comprovação da hipótese: existe um problema na operacionalização da Teoria de Securitização, que vem tanto da falta de rigor metodológico dos autores, como também da ferramenta metodológica apresentada pelos autores de Copenhague.

Palavras-chave: Teoria de Securitização, Escola de Copenhague, Análise Bibliográfica Sistemática.

ABSTRACT

The present thesis aims to identify if there are problems at the empirical application in the Theory of Securitization of the Copenhagen School in scientific articles in the area of International Relations. Securitization studies are basically qualitative studies, of three-stage analysis, the non-politicized, the politicized, and the securitized. However, the empirical observation of these three stages is unclear. Considering the theoretical context, the question proposed by this work is: "Is it possible to identify problems of empirical application in Securitization Theory?". It is based on the hypothesis that there is a problem of operationalization of the empirical studies of Securitization Theory. This problem comes from two central points: the methodological tool presented by the authors of the Copenhagen School and the lack of methodological rigor in the theoretical application by the researchers. To develop his argument, the paper used two methodologies, the first exploratory, with the methodological tool for bibliographic review. The second methodology is the systematic bibliographic review, with the methodological tool of content analysis and preparation of reading sheets. The materials analyzed were scientific articles published in two bibliometric index: Qualis Capes and Scopus, in the area of Political Science and International Relations. The result achieved was the confirmation of the hypothesis, there is a problem in the operationalization of Securitization Theory that comes both from the lack of methodological rigor of the authors, as well as from the methodological tool presented by the authors of Copenhagen.

Keywords: Theory of Securitization, Copenhagen School, Systematic Bibliographic Analysis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Incidência das categorias no N Total	p.123
Gráfico 2. Aplicação das Variáveis Securitização	p.125
Gráfico 3. Primeiro autor dos artigos, por país	p.132
Gráfico 4. Artigos por região	p.133
Gráfico 5. Classificação dos artigos por temas	p.135
Gráfico 6. Variáveis do processo de securitização.....	p.138
Gráfico 7. Resultados por variável no tema “Conflito”	p.139
Gráfico 8. Resultados por variável no tema “Energia”	p.140
Gráfico 9. Resultados por variável no tema “Gênero”	p.141
Gráfico 10. Resultados por variável no tema “HIV/AIDS”	p.142
Gráfico 11. Resultados por variável no tema “Meio Ambiente”	p.142
Gráfico 12. Resultados por variável no tema “Migração”	p.143
Gráfico 13. Resultados por variável no tema “Política”	p.144
Gráfico 14. Resultados por variável no tema “Saúde”	p.145
Gráfico 15. Resultados por variável no tema “Terrorismo”	p.145
Gráfico 16. Resultados por variável no tema “Tráfico”	p.146
Gráfico 17. Resultados por variável em todos os temas	p.147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação do conceito de violência de Galtung	p.35
Figura 2. Organograma com a composição do universo de artigos analisados.....	p.117
Figura 3. Nuvem de Palavras	p.120
Figura 4. Dendrograma Agente Securitizador.....	p.120
Figura 5. Dendrograma Não Politizado e Politizado.....	p.121
Figura 6. Dendrograma Securitizado	p. 122
Figura 7. Fluxo da base coletada internacional	p.130
Figura 8. Nuvem de Palavras	p.136

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Avanços teóricos na área de segurança	p.48
Quadro 2. Securitização: a proposta da escola de Copenhague	p.54
Quadro 3. Obras contemporâneas da Escola de Copenhague	p.59
Quadro 4. Avanços na Teoria de Securitização, por eixo	p.76
Quadro 5. Artigos de crítica à Teoria de Securitização.....	p.78
Quadro 6. Crítica Sociológica	p.84
Quadro 7. Críticas Metodológicas.....	p.100
Quadro 8. Amostra de artigos nacionais	p.118
Quadro 9. Categorias Analíticas.....	p.124
Quadro 10. Resultados em Periódicos Brasileiros	p.128
Quadro 11. Divisão de artigos por revista.....	p.131
Quadro 12. Universidades às quais estão vinculados o primeiro autor de cada artigo	p.133
Quadro 13. Artigos com todas as variáveis.....	p.147
Quadro 14. Metodologia empregada no artigo.....	p.151
Quadro 15. Classificação da metodologia empregada, por categoria	p.152
Quadro 16. Fichas de leitura – Sinônimo	p.155
Quadro 17. Fichas de leitura – Objetivo secundário	p.155
Quadro 18. Fichas de leitura – Aplicação incompleta	p.157
Quadro 19. Fichas de leitura – Críticas Sociológicas.....	p.162
Quadro 20. Fichas de leitura – Críticas Metodológicas	p.164
Quadro 21. Fichas de leitura – Acoplamento Teórico	p.165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	11
1.1 ESTUDOS DE SEGURANÇA – GUERRA FRIA.....	12
1.1.1 Estudos Estratégicos.....	12
1.1.2 Neorrealismo	14
1.2 ESTUDOS DE SEGURANÇA – PÓS GUERRA FRIA	22
1.2.1 Pós-estruturalistas.....	24
1.2.2 Pós-colonialismo	28
1.2.3 Segurança Humana.....	32
1.2.4 Estudos de Paz.....	34
1.2.5 Estudos Feministas de Segurança.....	39
1.2.6 Estudos Críticos de Segurança	43
2 ESCOLA DE COPENHAGUE	49
2.1 CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO.....	49
2.2 AVANÇOS NO CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO.....	58
2.2.1 Eixo Setores.....	60
2.2.2 Eixo Posicionamento Teórico.....	61
2.2.3 Eixo Estrutural.....	67
2.2.4 Eixo Metodológico	70
2.3 OS PRINCIPAIS CRÍTICOS À ESCOLA DE COPENHAGUE	76
2.3.1 Artigos excluídos da análise.....	80
2.3.2 Críticas Sociológicas	82
2.3.3 Críticas Metodológicas.....	98
3. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: PERIÓDICOS QUALIS CAPES	112
3.1 ANÁLISE NVIVO – Qualis Capes.....	117
3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	121
4. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: ÍNDICE DE FATOR DE IMPACTO	128
4.1 RESULTADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	135
5. ANÁLISE, DISCUSSÃO DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
5.1. Características metodológicas dos artigos internacionais	148
5.2 Dificuldade dos autores	152
5.3. Críticas à Teoria	158
CONCLUSÃO	170
REFERÊNCIAS	173
Apêndice 1 – Artigos internacionais	195
Apêndice 2 – Fichas de Leitura.....	187

INTRODUÇÃO

O esforço teórico é uma prática acadêmica constante na área das Ciências Sociais. Desta forma, o objetivo geral da presente pesquisa é identificar se há problemas de aplicação empírica na Teoria de Securitização da Escola de Copenhague em artigos científicos da área de Relações Internacionais.

A Teoria de Securitização, em sua versão original, não faz a aplicação teórica. Desta forma, na primeira versão teórica, não é possível observar um objeto empírico operacionalizado pela teoria de securitização. Devido a essa falta na teoria original, o presente trabalho opta por analisar aplicações teóricas de outros autores, justificando a escolha de artigos científicos.

A Teoria de Securitização envolve uma argumentação sobre o futuro, sobre alternativas futuras, na maioria das vezes hipotéticas e contrafactuais. Os argumentos sempre envolvem duas predições: o que acontecerá se não for tomada uma ação securitizante e o que ocorrerá se a ação for tomada.

Sendo assim, coloca-se que estudos de securitização são basicamente estudos qualitativos, de análise de três estágios, o não politizado, o politizado e o securitizado. Porém, a observação empírica desses três estágios não é clara. Tendo em vista o contexto teórico, a pergunta problema proposta por esse trabalho é: “É possível identificar problemas de aplicação empírica na Teoria de Securitização?”.

Levando em consideração a pergunta problema adotada por essa pesquisa, parte-se do pressuposto de que os trabalhos acadêmicos que lançam mão da Teoria de Securitização apresentam problemas de comprovação empírica. Desta maneira, a hipótese central proposta é de que há um problema de operacionalização dos estudos empíricos da Teoria de Securitização.

Esse problema advém de dois pontos centrais: da ferramenta metodológica apresentada pelos autores da Escola de Copenhague e da falta de rigor metodológico na aplicação teórica por parte dos pesquisadores. O elemento central da hipótese são os estudos empíricos. Com isso, o objeto de análise dessa pesquisa é a produção científica que utilizou como marco teórico a Teoria de Securitização em sua aplicação empírica.

Stanley Hoffmann (1977), ainda na década de 1970, afirmava que a disciplina de Relações Internacionais é a ciência do teste e das provas da existência de vários atores interligados. Dessa forma, enquanto não houver comprovação das conexões entre atores, nenhuma ciência crescerá. A presente pesquisa buscará verificar as conexões entre atores e justifica-se exatamente por esse ponto.

Mostra-se inovadora ao buscar as interligações entre pesquisadores da área de Relações Internacionais, levando em consideração que os membros da academia são atores das Relações Internacionais. Não se tem a pretensão de determinar que a inovação é única ou singular a essa pesquisa. A exploração do campo acadêmico das Relações Internacionais já foi realizada. Arlene Tickener e Ole Weaver¹ (TICKNER; WÆVER, 2009) mapearam a disciplina ao redor do mundo no livro *International Relations Scholarship Around The World* e chegaram à conclusão de que a disciplina está presente em todos os continentes e está representada em todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Inspirando-se no trabalho de Tickner e Waever, o presente trabalho busca fazer um mapeamento da subárea de segurança internacional, em especial, um mapeamento da utilização da teoria de securitização. Por ter um N significativo, o trabalho não se aventurará em outras searas além desse mapeamento.

A Segurança Internacional é um tema clássico na disciplina de Relações Internacionais. Isso remete ao início das Relações Internacionais como cadeira acadêmica, que se inicia na Primeira Guerra Mundial e ganha corpo no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, com o objetivo de entender o que leva os Estados ao conflito. Desde o seu início, a disciplina está atrelada ao anseio de entendimento da segurança internacional. No decorrer dos anos a Disciplina se desenvolve em diversos outros ramos de estudo, mas a segurança internacional permanece entre eles.

O início da disciplina de Relações Internacionais, e também da subárea de estudos de segurança, é marcado pela Teoria Realista de Hans Morgenthau. Radicado nos Estados Unidos, publicou a primeira edição do livro *Política entre as Nações* em 1948 (MORGENTHAU, 2003). O seu propósito era apresentar uma teoria sobre a política internacional, sendo esta balizada pela noção de que a política é governada por leis objetivas que têm suas raízes na natureza humana.

Essa obra foi um marco para as Relações Internacionais e possibilitou a pesquisa da Teoria Realista vinculada a diversos pesquisadores, além de ter sido continuada ao longo das décadas seguintes em versões mais lapidadas, tais como o Neorrealismo, Realismo Ofensivo, Realismo Defensivo. O ponto central da Teoria Realista para os estudos de segurança está na articulação entre o conceito de poder e o setor militar (BUZAN; HANSEN, 2009, p.9).

¹ Esse trabalho é resultado do projeto TRIP: The Teaching, Research, and International Policy (TRIP). Projeto iniciado em 2003, como um esforço para explorar e analisar as conexões entre ensino, pesquisa e política em Relações Internacionais, com vínculo com a Universidade College of William & Mary's. Desde então foram criados novos conjuntos de dados e análises dessas conexões. O projeto explorou quais regiões, questões, paradigmas, métodos e epistemologias foram empregados ao longo do tempo na pesquisa em Relações Internacionais, codificando artigos publicados nas 12 principais revistas de RI e ciência política de 1980 a 2015.

Da mesma forma que a Teoria Realista se desenvolveu ao longo dos anos, a subárea de segurança internacional também acompanhou as mudanças na política mundial, o início e o fim da Guerra Fria. Especialmente nos anos 1990 e 2000, ocorreu uma evolução nos estudos de segurança internacional. Estudiosos de segurança deixaram de pensá-la apenas como defesa ou apenas como guerra. Afirmavam que a agenda internacional de segurança abrangia não apenas o setor militar, mas também questões dos setores político, econômico, societal e ambiental.

No continente europeu, em especial, esse movimento de repensar conceitos de segurança internacional foi bastante acentuado. Universidades no Reino Unido, França, Bélgica e Dinamarca organizaram centros de pesquisa em estudos de segurança e paz. Na Dinamarca, na Universidade de Copenhague, é organizado em 1985 o *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), que inicia seus trabalhos com dois pesquisadores chefes, Barry Buzan e Ole Waever, para depois incorporar o pesquisador Jaap Wilde e, já nos anos dois mil, a pesquisadora Lane Hansen.

Os estudos do grupo dinamarquês iniciaram a partir da insatisfação com o engessamento da teoria tradicional, a Teoria Realista, que mantinha apenas o Estado e suas questões militares como o foco principal das questões de segurança. Esta insatisfação foi estimulada pelas agendas internacionais ambientais e econômicas durante as décadas de 1970 e 1980. (BUZAN, BARRY; WAEVER, OLE; WILDE, 1998).

A produção acadêmica do COPRI gera diversos insumos, entre eles, dois ganharam especial publicidade na academia: a teoria dos Complexos Regionais de Segurança e o objeto da presente pesquisa, a Teoria de Securitização. Referenciada como Escola de Copenhague, seus autores Buzan, Waever e Wilde, propõem a elaboração de uma nova abordagem teórica para os estudos de segurança. Em 1998 lançam a obra *Security: A new framework for analysis*, em que expõem a Teoria de Securitização.

Os autores afirmam no livro que a proposta teórica elaborada por eles não deve ser considerada uma ruptura, ou uma exclusão dos estudos tradicionais de segurança. O propósito é alargar o conceito, estabelecer um argumento didático entre a corrente tradicional e a ampliada. Desta forma, os autores argumentam que qualquer tema de segurança pode ter origem em cinco diferentes setores: o clássico setor militar, o setor político, o setor ambiental, o setor econômico e o setor societal. Os setores são diferentes arenas de discursos em que uma variedade de valores podem ser foco de lutas pelo poder (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, p.195).

A definição de segurança na teoria de Securitização é baseada na construção social de ameaças e objetos referência, e essa opção metodológica os diferencia da corrente tradicional de estudos de segurança. Segurança é sobrevivência, é quando um tema é apresentado como sendo potencialmente uma ameaça existencial para um determinado objeto referente. A natureza especial da ameaça justifica o uso de medidas extraordinárias para lidar com a ameaça. A determinação do que é uma ameaça existencial e quais as medidas extraordinárias a serem tomadas, são os objetos de debate para a teoria de securitização (*Idem*, p.21).

É especialmente nesse item que a escolha da teoria de securitização, para esse trabalho, se justifica. A teoria de securitização foi escolhida como objeto de pesquisa por apresentar um diferencial frente à corrente tradicional. Outras teorias também são postas como diferentes da corrente tradicional, conforme será visto no primeiro capítulo desta tese. Porém, a escolha da teoria de securitização se justifica por ser diferente da corrente tradicional, mas ao mesmo tempo apresentar características ontologicamente vinculadas às teorias clássicas.

O significado dos conceitos encontra-se em sua utilização e não em uma definição analítica ou filosófica. O significado não se encontra no que as pessoas conscientemente pensam sobre o conceito, mas sim em como o conceito é implicitamente utilizado.

Os autores sugerem que a segurança é socialmente construída, pois algo é designado como tema de segurança internacional porque pode ser argumentado como tal. A argumentação considera que um determinado tema é mais prioritário do que outro. E com isso eles determinam o primeiro critério teórico: o tema deve ser apresentado como uma ameaça existencial por alguém, a quem os autores denominam *agente securitizador*.

O agente securitizador reivindica o direito de lidar com a questão através de meios extraordinários por meio da quebra dos procedimentos políticos normais. Com isso, constata-se que a segurança é uma prática auto referenciada, porque é somente na prática que um tema se torna de segurança. Não necessariamente porque exista uma ameaça existencial real, mas porque o tema foi apresentado como uma ameaça (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, p.24).

Para os autores (1998, p.25), o agente securitizador, com a sua retórica de ameaça existencial, percorre um caminho para a securitização. Um assunto público pode ser alocado em um espectro de: i. **Não politizado**: quando o Estado não lida com o assunto, o tema não faz parte do debate ou decisão pública; ii. **Politizado**: quando o tema faz parte da política pública, demandando decisões governamentais e alocação de recursos; iii. **Securitizado**: significa que o tema é encarado como uma ameaça existencial, requer medidas emergenciais e justifica ações fora dos procedimentos políticos normais. A colocação de um tema dentro desse espectro é

aberto, dependerá das circunstâncias: qualquer tema pode acabar, depois de ir e voltar, em qualquer parte do espectro.

A definição exata e os critérios de securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com saliência suficiente para ter efeitos políticos substanciais. O caminho para entender a securitização se faz estudando o conjunto de discursos e políticas. Um discurso que apresenta um tema como uma ameaça existencial a um objeto referência não cria sozinho a securitização. Um tema só é securitizado quando a audiência o aceita como tal. Se não há a aceitação da audiência, ocorreu apenas o movimento de securitização, mas o objeto não foi efetivamente securitizado. A securitização não é cumprida apenas pela quebra de regras nem unicamente por ameaças existenciais, mas por casos em que as ameaças existenciais legitimam a quebra de regras. Desta forma, constata-se que uma securitização de sucesso tem três componentes: ameaça existencial, ação emergencial e efeitos sobre as relações das unidades, libertando-se de regras (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998, p.25).

Ao longo dos anos 2000 percebe-se a crescente utilização da Teoria de Securitização da Escola de Copenhague para estudos de segurança internacional. O arcabouço teórico proposto pela Escola representa uma inflexão importante nos estudos de segurança internacional. A nova proposta teórica apresenta a possibilidade de abordagem dos temas contemporâneos da agenda de segurança e, principalmente, elucida o processo percorrido pela temática para entrar na agenda de segurança.

A Teoria de Securitização, da maneira como foi apresentada no ano de 1998, atende aos estudos de segurança, porém apresenta certas dificuldades. Então, pensando nas arestas a serem aparadas, os autores foram, ao longo dos anos 2000, lapidando e melhorando o conceito, para torná-lo uma ferramenta mais viável e aplicável empiricamente.

Esse avanço pode ser observado em 13 artigos, 5 capítulos de livros e dois livros completos publicados pelo grupo de Copenhague. O principal ponto de evolução teórica realizado nessas obras está vinculado à confirmação da securitização. Os autores enfatizam que, para comprovar a securitização, os analistas devem atentar ao processo, aos detalhes e à comprovação da aceitação do público alvo. Weaver enfatiza a necessidade de comprovação da aceitação do público alvo e demonstra que esse aspecto particular da teoria deve ser bem trabalhado.

Mas os autores de Copenhague não realizam em suas obras a aplicação da teoria de securitização. É possível ver esse esforço teórico apenas em uma publicação de Waeaver, em

parceria com o centro de pesquisas do Cairo, mas não como um esforço da Escola em si. Por esse motivo, o presente trabalho terá de lançar mão da produção acadêmica da área como um todo, a fim de conseguir atingir o seu objetivo.

Muitas são as produções acadêmicas que utilizaram a teoria de securitização, artigos científicos, publicações científicas, monografias, dissertações e teses. O universo de análise é extremamente amplo. Dentro de todo esse universo, as publicações científicas são aquelas que possuem critérios determinados para avaliar a sua qualidade. Não apenas pelo rigor para aceitação, mas também porque as revistas acadêmicas em si passam por avaliações com critérios uniformes e universais.

Analisar o progresso da ciência requer a utilização de técnicas específicas de avaliação. A Bibliometria é uma técnica de medição da produção científica e sua disseminação (ARAÚJO, 2006). Ela surge para suprir a necessidade de avaliação das atividades e da produção científica acadêmica. Para Araújo (ARAÚJO, 2006, p.12) “a diferença essencial entre a tradicional bibliografia e a bibliometria é que esta utiliza mais métodos quantitativos do que discursivos”. Inicialmente utilizada para a medição de livros, ao longo da década de 1980, ela auxiliou estudos de outras produções acadêmicas, como os artigos científicos.

Desde a sua origem, a bibliometria é marcada pela preocupação com a análise da produção científica e, para isso, utiliza métodos quantitativos e estatísticos de análise. Sendo a produção científica uma das formas de comunicação da academia, é necessário pensar em sua análise crítica.

Dentro da avaliação da evolução científica, a bibliometria possibilitou à comunidade acadêmica mecanismos de busca para reduzir a sobrecarga de informações causada pela massa de artigos que uma única pessoa não consegue ler. Existem muitos indicadores bibliométricos que servem para avaliar o impacto científico do trabalho acadêmico e dos pesquisadores (RINGELHAN; WOLLERSHEIM; WELPE, 2015, p.4). Dada a grande produção acadêmica, um índice bibliográfico minucioso desses indicadores, usado para determinar o impacto de artigos científicos, parece ser particularmente relevante.

Dessa forma, essa pesquisa optou por dois índices específicos: o Qualis Capes, que será a fonte de coleta de artigos, e o índice de fator de impacto da *Scopus*. Justifica-se a escolha desses dois índices em específico por terem claros os seus indicadores bibliométricos. O objetivo da pesquisa é trabalhar com textos que tenham sua qualidade comprovada, e esses índices bibliométricos buscam justamente isso, ranquear a qualidade dos artigos.

Tendo como ponto de partida os índices bibliométricos definidos, passou-se para a escolha metodológica: a revisão sistemática bibliográfica. A escolha pela ferramenta de revisão sistemática bibliográfica não é recente ou inovadora na área de Relações Internacionais. Pelo contrário, essa ferramenta tem sido utilizada, ao menos desde 1999, para mapear a produção acadêmica brasileira de Relações Internacionais como um todo.

O primeiro exemplo de um mapeamento dessa natureza é o trabalho de S. Miyamoto em 1999². Apesar de não mostrar com dados numéricos, o autor identifica as principais tendências da área (MIYAMOTO, 1999). Depois disso, Monica Herz publicou um trabalho com a sua análise sistemática da área em geral em 2002³ (HERZ, 2002). Em 2016, a *Revista Brasileira de Política Internacional* publicou um dossiê sobre a área de RI no Brasil e a utilização de teorias. Nesse dossiê, Barasuol e Silva, em 2016, publicaram um artigo sobre a área e a utilização de teoria utilizando a ferramenta⁴ (BARASUOL; SILVA, 2016). Nesse mesmo ano, Vigevani, Thomaz e Leite⁵ utilizam a ferramenta, desta vez para análise específica da produção científica na pós-graduação⁶ (VIGEVANI; THOMAZ; LEITE, 2016).

A inovação da pesquisa repousa na escolha de índices bibliométricos para utilização da ferramenta de revisão sistemática bibliográfica com o objetivo de analisar especificamente a aplicação empírica da Teoria de Securitização. É exatamente nesse ponto que a pesquisa se justifica: a combinação da bibliometria, com a revisão sistemática e a Teoria de Securitização, apresentará um resultado inovador para a área de Relações Internacionais, em especial a subárea de Segurança Internacional.

Importante notar que a teoria de securitização teve grande utilização nos últimos 15 anos. A opção por utilizar os índices bibliométricos comprova isso: o número de artigos encontrados foi significativo, conforme será visto adiante. Com isso, optou-se pelo recorte de Qualis A e B, e o primeiro quadrante do *Scopus*.

Certamente outros artigos estarão nos outros estratos dos índices, porém, devido a ampla utilização da teoria, na presente pesquisa serão apresentadas as análises apenas dos melhores

² Artigo publicado na Revista de Sociologia e Política, em 1999, intitulado: *O Estudo das Relações Internacionais: o Estado da Arte*.

³ Artigo publicado na revista Contexto Internacional, em 2002, intitulado: *O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil*.

⁴ Artigo publicado na Revista Brasileira de Política Internacional, em 2016, intitulado: *International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research*

⁵ Artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, em 2016, intitulado: *Pós-Graduação em Relações Internacionais no Brasil: Anotações sobre sua institucionalização*

⁶ Outros estudos destacam a área de Relações Internacionais no Brasil, porém não utilizando a ferramenta de análise sistemática de referência.

estratos. Todos esses resultados justificam tanto a escolha pela teoria de securitização, quanto à escolha da metodologia de revisão sistemática bibliográfica.

Para atingir o objetivo geral, a pesquisa terá como foco os seguintes objetivos parciais:

i. Identificar os avanços teóricos no campo de Estudos de Segurança para compreender o estado da arte do conceito de Segurança nas Relações Internacionais; ii. Apresentar a Teoria de Securitização da Escola de Copenhague para compreender todas as facetas colocadas e, principalmente, a metodologia proposta por seus estudiosos e os avanços realizados nos últimos dez anos; iii. Mapear as principais referências bibliográficas que utilizaram a teoria de securitização de 2000 a 2016, bem como levantar os principais trabalhos acadêmicos que utilizaram essa teoria, problematizando, dessa forma, a revisão bibliográfica do tema; iv. Analisar os artigos coletados, utilizando métrica de *nós* para a comprovação empírica da securitização; v. Realizar uma análise de conteúdo de todos os artigos coletados para a verificação da comprovação do processo de securitização.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o método central adotado é o método qualitativo. Será necessário lançar mão de mais de uma ferramenta metodológica das ciências sociais. Sendo assim, é possível separar a pesquisa em dois momentos metodológicos diferentes:

Primeiramente, para identificar o Estado da Arte de Segurança nas Relações Internacionais e os avanços teóricos realizados pelos autores centrais da Escola, bem como analisar os autores que criticam o trabalho da Escola, será utilizada a metodologia exploratória. A ferramenta metodológica é a revisão bibliográfica. Serão apresentadas as principais características e detalhes dessas leituras, viabilizando a problematização da teoria.

Em segundo lugar, para explorar o Estado da Arte de Segurança nas Relações Internacionais será realizada uma construção cronológica do conceito, iniciando no período da Guerra Fria, com autores de estudos estratégicos e seguindo para o neorrealismo. Entrando no período pós-Guerra Fria, será apresentado o conceito de segurança do ponto de vista Pós-Estruturalista, Pós-Colonialista, dos teóricos da Segurança Humana e dos Estudos da Paz. Por fim, são apresentados os autores contemporâneos dos estudos Feministas de Segurança e os Estudos Críticos de Segurança. Após apresentar o Estado da Arte do conceito de segurança, chega-se ao conceito de securitização da Escola de Copenhague. Nesse momento são apresentadas as obras dos principais autores da Escola: Buzan, Wilde, Weaver e a contemporânea Hansen. Além das fontes primárias, serão analisados os estudos dos principais críticos da escola.

Para atingir o terceiro objetivo específico, é mantida a metodologia exploratória, tendo como ferramenta metodológica a revisão bibliográfica sistemática. Assim serão mapeados os trabalhos acadêmicos que utilizaram a teoria de securitização como marco teórico, a fim de problematizar a operacionalização teórica. Para isso, serão analisados periódicos indexados no Qualis-Capes e com maior índice e fator de impacto, segundo a *Scopus*. O Brasil por ser o local da presente pesquisa, e o índice de fator de impacto por ser a métrica internacional aplicada aos artigos acadêmicos.

Para a seleção dos periódicos brasileiros que serão analisados, optou-se por revistas indexadas no Qualis-Capes e serão analisados os artigos de periódicos indexados nos estratos Qualis da área de Ciência Política e Relações Internacionais: A e B.

Para a análise dos artigos internacionais, será utilizado, como critério, o ranking dos periódicos com maior fator de impacto⁷, localizados no primeiro quadrante da área específica de Relações Internacionais.

Depois de realizado o levantamento bibliográfico sistemático, a análise é dividida em dois momentos:

Num *primeiro momento*, é aferida a aplicação da teoria de securitização com o auxílio do software NVivo. O objetivo é verificar métricas de análise por meios de nós que serão determinados para todos os artigos de maneira uniforme. O software auxilia na primeira exploração do conteúdo dos artigos, buscando apresentar pontos constantes com ausência e presença de conceitos chave.

Entendendo que apenas a análise via software não é suficiente para comprovação da hipótese de pesquisa, é realizada, nesse *segundo momento*, uma análise de conteúdo de todos os artigos coletados. A análise de conteúdo é feita por meio de fichas de leituras, que determinam os pontos específicos de análise em cada artigo para que a leitura de todos seja feita de maneira uniforme e não tendenciosa.

Por fim, o trabalho apresenta resultados da revisão bibliográfica sistemática, em que será realizada a análise de 184 artigos dentro do recorte proposto, todos na base *Scopus*, no primeiro quadrante do índice de fator de impacto. Além do resultado da revisão bibliográfica sistemática são apresentados os resultados da análise de conteúdo, que indica se a hipótese foi confirmada ou não.

⁷ O fator de impacto, mensurado pelo Journal Citation Reports (JCR), é uma medida da frequência com que o artigo médio de uma revista tem sido citado em um período de três anos. O JCR também lista revistas e seus fatores de impacto e classificação no contexto de seu campo específico (s). Disponível em: <http://www.scijournal.org/>, acesso em: 07/07/2015.

Para atingir seus objetivos o trabalho está dividido em cinco capítulos:

No **primeiro capítulo** será apresentado o estado da arte do conceito de segurança, apresentando os principais pontos do conceito de segurança que contribuíram para a elaboração da Teoria de Securitização.

O **segundo capítulo** apresentará a teoria de Securitização em três momentos: o *primeiro* em sua formação original, o *segundo* com suas revisões, e o *terceiro* com o olhar dos críticos da teoria.

O **terceiro capítulo** apresentará a análise dos artigos nacionais, primeiramente a revisão sistemática bibliográfica, com a apresentação da categorização da amostra, os resultados atingidos com o NVivo e, por fim, os resultados da análise de conteúdo.

O **quarto capítulo** terá a mesma estrutura do terceiro, porém apresentando os artigos internacionais, desta forma será apresentada a revisão bibliográfica sistemática, os resultados da análise por intermédio do NVivo e, por fim, os resultados da análise de conteúdo dos artigos.

Para finalizar, o **quinto capítulo** buscará articular os resultados obtidos com a hipótese com a finalidade de comprová-la.

1 ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

A subárea de estudos de segurança internacional teve seu princípio como uma área independente até ser absorvida pela grande área de Relações Internacionais. Como área das Relações Internacionais, estudos de segurança internacional são desenvolvidos principalmente no ocidente, com foco nos Estados Unidos e na Europa, sendo uma das principais subáreas das Relações Internacionais nessas regiões (BUZAN; BARRY; HANSEN, 2009, p.01).

Os estudos de segurança iniciam antes da Segunda Guerra Mundial, com autores como Clausewitz, Mahan, Richardson e Haushofer. Porém, atrelado à disciplina de Relações Internacionais, os estudos de segurança se desenvolvem depois da Segunda Guerra Mundial.

O principal ponto de inflexão nesse momento foi deixar de serem estudos centrados em guerra. Eles passam a ser estudos políticos, que levam em consideração a importância da coesão social e das relações entre a questão militar e a não militar, analisando ameaças e vulnerabilidades (*idem*, p.01).

É possível notar que o avanço dos estudos está atrelado a cinco forças principais, sendo elas: poder político, tecnologia, eventos-chave, dinâmicas internas e debates acadêmicos. A conexão dessas cinco forças contribuiu para o avanço da área, por moldarem o que os acadêmicos escolhem estudar e, também, por moldarem como os acadêmicos escrevem sobre os tópicos da área (*idem*, p.40).

Além disso, os estudos de segurança focam em uma problemática mais ampla, principalmente no período de Guerra Fria, ao depararem-se com a guerra ideológica atrelada à corrida nuclear. O contexto mundial durante a Guerra Fria leva a área de estudos de segurança a entender que a dissuasão nuclear se tornou rapidamente a arte de como evitar guerras de combate direto, e ao mesmo tempo não ser derrotado militarmente ou coagido. Por isso, os estudos de segurança têm um caráter civil determinante para a análise (*idem*, p.2).

Com o desenvolvimento dessa subárea foi possível acompanhar os avanços de grupos distintos de pesquisadores: os tradicionais, com o realismo e o neorrealismo, bem como os Estudos Críticos de Segurança, os Estudos Feministas de Segurança, os pós estruturalistas, os estudos de segurança construtivistas e a Escola de Copenhague.

Tendo isso em vista, o objetivo central do presente capítulo é identificar os avanços teóricos, referentes especificamente ao conceito de segurança e, principalmente, à metodologia proposta por seus estudiosos, bem como os avanços realizados nos últimos dez anos.

Para cumprir seu propósito, o capítulo estará dividido nas principais correntes teóricas da área de estudos de segurança, sendo apresentadas em dois grandes blocos: os *estudos do período da Guerra Fria*, divididos em Estudos Estratégicos e Neorrealismo, e os *estudos do período pós-Guerra Fria*, ou mais especificamente, Pós-estruturalistas, Pós-colonialismo, Estudos de Paz, Segurança Humana, Estudos Feministas de Segurança e Estudos críticos de Segurança. Serão assim apresentadas as correntes teóricas e seus desenvolvimentos baseados no contexto histórico.

1.1 ESTUDOS DE SEGURANÇA – GUERRA FRIA

Nesta subseção serão apresentados os principais apontamentos sobre o conceito de segurança em Estudos Estratégicos e, também, o conceito de segurança para a teoria Realista das Relações Internacionais. Ao longo de toda a seção o objetivo será demonstrar a evolução do conceito de segurança para mostrar como, ao longo das décadas, ele evolui até chegar naquilo que a Escola de Copenhague considera como sendo segurança internacional, já nos anos 2000. Assim, a subseção contribuirá para esse objetivo delineando o conceito de segurança no período da guerra fria.

Para atingir seus objetivos essa subseção utilizará como base três principais autores: para os Estudos Estratégicos serão utilizados dois textos, *Strategic Studies and Its Critics*, de Hedley Bull, e *The Sources of Soviet Conduct*, do autor X, e para o neorrealismo será utilizado K. Waltz e sua obra *Teoria das Relações Internacionais*.

1.1.1 Estudos Estratégicos

A área de Estudos de Segurança não foi reconhecida como tal desde o início, mesmo com as primeiras publicações a esse respeito. O que surge nos anos 1940 e 1950 na Europa e nos Estados Unidos são trabalhos que transitam entre análises feitas por militares e por cientistas sociais.

São estudos focados em estratégias militares para entender a iminência de uma corrida armamentista nuclear. Dessa forma, guerra e defesa constroem juntos os aspectos militares e não militares em se tratando das armas nucleares. No anseio de entender esses aspectos, o conceito de segurança ganha foco e é desenvolvido pelos principais autores de Estudos Estratégicos (BUZAN; HANSEN, 2009, p.66).

A experiência clássica dos Estudos Estratégicos foi conduzida principalmente por Edward Mead, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Princeton, nos Estados

Unidos. Seus estudos refletiam sobre a questão estratégica focada na Segunda Guerra Mundial, mas baseada em autores clássicos, como Nicolau Maquiavel. A principal obra produzida na época foi *Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à era nuclear* (FIGUEIREDO, 2007, p.3).

Aos poucos a expressão Estudos Estratégicos passou a representar os estudos voltados para a compreensão do papel da força militar dentro do sistema internacional. Na década de 1940, começam a surgir os primeiros institutos especializados, com o intuito de estudar a força militar de forma sistemática e organizada, marcando uma parceria entre civis e militares.

A produção acadêmica da área era dividida em dois grupos, os que focavam na teoria dos jogos e os acadêmicos, que buscavam a compreensão do confronto leste/oeste, como, por exemplo, o inglês Arnold J. Toynbee. Ao analisar a estratégia militar entre o final da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, dentro da perspectiva leste/oeste, os analistas apresentam uma perspectiva fundada no temor, na necessidade de garantir a sobrevivência do chamado lado ocidental, frente ao lado oriental (*idem*, p.7).

É baseado nessa percepção estratégica que se observa o esboço do conceito de segurança, antes mesmo da consolidação das Relações Internacionais como disciplina acadêmica. Com o avanço dos estudos e também da Guerra Fria, analistas de estudos estratégicos apontam um possível equilíbrio entre as hegemonias ocidentais, que remete ao conceito de balança de poder desenvolvido pelos realistas e sustentado pelos neorrealistas, conforme será visto adiante nesse capítulo. Desta forma, os Estudos Estratégicos foram relevantes por iniciarem análises sobre a guerra e, principalmente, por abordarem a temática da segurança ao pensar a instabilidade e a necessidade de garantir a sobrevivência no sistema internacional.

Outro importante texto para entender o conceito de segurança ao longo da Guerra Fria é o *The sources of Soviet Conduct*⁸, no qual o autor, que se denomina X, abordará o conflito do ponto vista soviético. A perspectiva do autor X contribuiu com a produção acadêmica dos estudos estratégicos por representar a antítese, apresentando a visão soviética do contexto histórico enquanto os textos tradicionais, como os textos militares publicados, apresentam apenas a visão americana sobre a Guerra Fria.

O autor (X, 2007, p.3) aponta que, para a União Soviética, a única ameaça presente nos discursos do partido comunista era o capitalismo. O objetivo principal era acabar com os possíveis focos de capitalismo dentro do bloco soviético, pois esses focos geravam insegurança

⁸ Texto originalmente publicado na *Foreign Affairs*, 25(4) (1947): 566-82.

à população e ao regime. Enquanto focos do capitalismo fossem oficialmente reconhecidos como existentes dentro da União Soviética, era possível colocá-los como ameaças internas, para garantir a manutenção de uma forma ditatorial de sociedade. Mas, à medida que esses focos foram liquidados, pouco a pouco, essa justificativa não mais se sustentou; e quando foi considerado oficialmente que eles haviam sido destruídos, desapareceu por completa a ameaça interna do capitalismo.

Com a eliminação da maior ameaça ao regime, o partido comunista tomou como certo que não poderia haver uma oposição séria ou generalizada ao Kremlin que surgisse espontaneamente das massas liberadas sob sua autoridade. Tornou-se necessário então justificar a manutenção da ditadura enfatizando-se a ameaça do capitalismo no exterior.

Para o autor, a segurança do poder soviético acabou com a disciplina de ferro do Partido, com a severidade e a ubiqüidade da polícia secreta e com o monopólio econômico intransigente do Estado. Os órgãos de supressão, nos quais os líderes soviéticos buscavam segurança contra forças rivais, tornaram-se, em grande medida, os mestres daqueles a quem eles foram projetados para servir (X, 2007, p.4).

Assim, ao pensar em ameaças provenientes apenas do capitalismo, o governo soviético não pode perceber a segurança e o poder como fatores atrelados. O autor demonstra isso como uma fragilidade do governo soviético: “Thus the future of Soviet power may not be by any means as secure as Russian capacity for self-delusion would make it appear to the men in the Kremlin” (X, 2007, p. 12). Enquanto a segurança era vista apenas como dirigida à ameaça capitalista, as dificuldades de seu governo e as variações do cenário internacional se tornaram a maior ameaça à existência da União Soviética (X, 2007, p. 13).

1.1.2 Neorrealismo

Conforme afirma Aron⁹, “toda interpretação que respeite e honre o seu objeto não pode e nem deve evitar o desvio pela época, meio ou qualquer outra expressão que se quiser designar o campo histórico.” (ARON, 2002, p.20). Desta forma, será feita uma contextualização da política mundial no momento de desenvolvimento da teoria neorrealista.

O propulsor da teoria neorrealista foi Kenneth Waltz, em sua obra *Theory of international politics*, em que lança sua proposta teórica. Os teóricos neorrealistas tinham em mente a necessidade de reformulação metodológica da teoria realista clássica, bem como propor

⁹ Texto original publicado em 1986. Obra traduzida para o português pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, em 2002. Publicado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

avanços e modificações necessárias a essa teoria. Dentro desse esforço, a reformulação proposta pelos neorrealistas se encaixa no debate das teorias de relações internacionais e destaca-se no debate específico da segurança internacional.

Tendo isso em vista, o objetivo dessa subseção é apresentar a teoria neorrealista, seus principais conceitos e pressupostos. Para isso, será apresentado o trabalho de Kenneth Waltz, seus avanços teóricos e a evolução de seu pensamento ao longo de suas obras. Por fim, o objetivo é mostrar como o neorrealismo representou um avanço para a subárea de estudos de segurança internacional.

O vínculo dos estudos de segurança, durante o período da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, era dirigido à ação estratégica, à força militar, à guerra e à geopolítica. Os estudos de Relações Internacionais acabaram sendo desafiados com o início da Guerra Fria, quando o desenvolvimento de armas nucleares mudou o foco tradicional da área, pois não se tratava mais de conflitos diretos entre nações. É possível perceber novas correntes teóricas ganhando força e passando a integrar o escopo de estudo da área (BUZAN; HANSEN, 2009, p.42).

O final da Segunda Guerra mundial já indicava uma possível disputa entre dois grandes polos mundiais: de um lado a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e de outro os Estados Unidos da América. Nesse período, o principal palco da guerra, a Europa, era descrita por Winston Churchill como “uma pilha de entulho, um ossuário, um terreno propício para a pestilência e o ódio” (Churchill, *apud*, PERRY, 2002, p.631). Esse cenário favoreceu as ambições políticas dos Estados Unidos e da União Soviética que protagonizaram uma grande disputa ideológica entre socialismo e capitalismo.

No início de 1945, o exército vermelho avançava através da Europa ocidental, nesse momento ainda aliados aos ingleses e norte americanos. Por volta de 1948, o leste europeu tornou-se satélite soviético. O contato com os Estados Unidos foi proibido. Cada país satélite existia isoladamente e todos os governos eram orientados por Moscou e tropas soviéticas foram estrategicamente alocadas na área. Após terem derrotado os japoneses o governo norte americano volta suas atenções para a Europa, ciente da fragilidade de seus aliados na região (PERRY, 2002, p.632).

Entre junho de 1948 e maio de 1949 foi possível perceber um grande momento de tensão entre as duas superpotências, pois as autoridades soviéticas fecharam todos os acessos terrestres ao setor ocidental de Berlim, com o objetivo de desafiar a potência capitalista, ameaçando deixar a fome abater a metade capitalista da cidade. Para solucionar a questão, o bloco capitalista organizou abastecimentos aéreos, com uma grande logística organizada entre os

pares, Estados Unidos, França e Inglaterra. Em resposta a essa situação foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (PERRY, 2002, p.636).

Ainda no ano de 1949, a União Soviética fez o seu primeiro teste de bomba nuclear, alarmando os Estados Unidos e no ano seguinte eclodiu a Guerra da Coreia. O confronto das superpotências atingiu o clímax em 1962 com a crise dos mísseis¹⁰ em Cuba “a guerra fria ameaçava tornar-se uma guerra nuclear bastante quente” (PERRY, 2002, p.638). Em 1963 a intervenção no Vietnã tornou-se a Guerra do Vietnã, que se estendeu até meados de 1973, quando os norte-americanos iniciaram a retirada das tropas.

Esse contexto levou o teórico Kenneth Waltz a idealizar a sua teoria política. Parte-se do pressuposto de que a realidade é dada, que existe como uma anarquia, que sempre foi e sempre será o oposto da ideia de construção da realidade. Segundo Waltz (WALTZ, 2002, p.75), as relações internacionais são formadas por frações de governos e por frações de comunidade que estão atuando em um sistema anárquico.

Segundo esse autor, todas as teorias de relações internacionais lidam com acontecimentos nacionais e internacionais, o que as diferenciara será a metodologia adotada por cada uma dessas teorias. A grande contribuição da teoria neorrealista de Waltz é seu caráter sistêmico, pois, conforme o autor, as relações internacionais só podem ser compreendidas por uma teoria que seja exitosa em revelar como as estruturas políticas são constituídas e como impactam sobre as unidades do Sistema (WALTZ, 2002, p.88).

Segundo o autor, existem diferenças entre as teorias reducionistas e as teorias sistêmicas. As teorias reducionistas argumentam que forças internas, ou sejam, as forças domésticas, produzem resultantes externas. A combinação de elementos do nível nacional explica as resultantes internacionais. Dessa forma, o sistema internacional é uma resultante e as teorias reducionistas estudam o comportamento dos atores nacionais.

A atenção dos reducionistas concentra-se nas unidades comportamentais e na análise do que Waltz considera o polo subsistêmico dominante: “Partilham a crença de que explicações das resultantes políticas internacionais podem ser delineadas através do exame das ações e interações das nações e outros atores” (WALTZ, 2002^a, p.91). Um exemplo de reducionista é o pensador clássico Aron.

A crítica do autor a este ponto está baseada na análise das ações dos atores, sem reconhecer que causas sistêmicas geram efeitos práticos e teóricos. Aceitar que a resultante seja

¹⁰ Tratou-se de uma tentativa de Cuba se tornar um posto militar soviético. Kruschew, a frente da União Soviética, tentou instalar mísseis nucleares soviéticos em Cuba, apontados para os Estados Unidos,

definida apenas pelo que os Estados são e não também por questões sistêmicas é uma falha: "Não podemos inferir a condição das relações internacionais da composição interna dos estados, nem podemos chegar a um entendimento das relações internacionais somando os comportamentos externos e as políticas externas dos estados." (*Idem*, p.93)

A análise apenas de questões comportamentais remete ao estudo de questões internas e, para Waltz, não é possível compreender a política mundial apenas analisando as questões internas dos Estados, pois este estudo obriga o recuo para o nível descritivo e as descrições não permitem generalizações válidas, não viabilizando assim a compreensão do sistema internacional.

A busca de entendimento favorece a adoção de variáveis fugindo da análise causal: "O resultado observado é transformado numa causa, que é depois atribuída aos atores. No entanto, não existe, logicamente, qualquer processo perfeito e identificável pelo qual os efeitos que derivam do sistema possam ser atribuídos as unidades." (*Idem*, p.95).

Desse modo, as características das unidades são irrelevantes para entender as relações internacionais, pois o que determina os comportamentos dos Estados são as posições das unidades umas em relação às outras, dentro do sistema. A estrutura só muda quando há mudanças nas disposições, cujas condutas são moldadas pela estrutura. Waltz determina que: "O conceito de estrutura baseia-se no fato das unidades justapostas e combinadas de maneira diferente produzirem diferentes resultados." (*Idem*, p. 116).

As estruturas são definidas de acordo com três princípios: 1. O princípio ordenador sistêmico; 2. As especificações das funções das unidades; e 3. A distribuição das capacidades relativas. Quanto ao princípio ordenador, o autor afirma que é possível observar padrões de resultantes na história das relações internacionais, como, por exemplo, as guerras. Ele explica que esta ocorrência permanente se deve à anarquia do sistema internacional. Esse é o princípio ordenador sistêmico: "O caráter anárquico duradouro das relações internacionais é responsável pela flagrante uniformidade no padrão da vida internacional." (*Idem*, p.96).

Os sistemas internacionais são anárquicos e descentralizados e, por isso, a política internacional tem sido chamada de política na ausência de governo, ou seja, baseada na anarquia, ao contrário da organização da política interna. Desse modo, a característica proeminente das relações internacionais é a falta de ordem.

Waltz destaca que os sistemas internacionais são formados pela cooperação entre unidades egoístas, que buscam sua sobrevivência e segurança. Assim, esses sistemas são originalmente individualistas, mas calcados em um princípio de ajuda mútua.

A estrutura é definida pela disposição de suas partes e pelos princípios dessa disposição. Apenas as mudanças nas disposições representam uma mudança na estrutura. Assim, é a posição na estrutura que determina os comportamentos, sendo que a estrutura não é determinada pelos atributos das unidades e suas interações, mas pelos princípios da disposição. As ações de um Estado são moldadas pela posição que ocupa na estrutura: “O conceito de estrutura baseia-se no fato das unidades justapostas e combinadas de maneira diferente produzirem diferentes resultados.” (Waltz, 2002, p. 116).

O sistema internacional é composto por uma estrutura anárquica e por unidades em interação, perpassadas por um conjunto de condições constrangedoras. Os agentes influenciam uns aos outros e são influenciados pela estrutura na qual estão inseridos. E é partindo desse princípio que o autor define o segundo princípio: o das funções das unidades.

Waltz (2002) determina a existência da diferenciação entre os Estados, pois a hierarquia produz relações de superioridade e subordinação. Assim, a distinção entre os Estados não se refere às suas funções, pois a anarquia impõe coordenação entre as unidades, o que resulta em uma semelhança em termos de função.

Embora os Estados não sejam os únicos atores, são os mais importantes, aqueles que conformam a estrutura. A estrutura é definida pelos Estados mais influentes, em função da desigualdade no sistema internacional. Tendo em vista que as funções entre os Estados são similares, as diferenças entre eles surgem especialmente das capacidades variadas.

Mas a compreensão das estruturas vai além das ações das partes. A análise da estrutura deve indicar um estudo sem a intervenção de variáveis internas e externas. Esta omissão faz com que a atenção seja concentrada na posição de um Estado em relação aos outros, pois unidades que se colocam em oposição não o fazem por sua vontade: isso é uma propriedade do sistema e esta disposição das partes define a estrutura. “Ao deixarmos de lado a personalidade dos atores, o seu comportamento, e suas interações, chegamos a um quadro puramente posicional da sociedade.” (Waltz, 2002, p.115).

Uma estrutura política interna é definida por três principais aspectos: o *primeiro* é o princípio de que são ordenadas; o *segundo*, pela especificação das funções das unidades e suas diferenciações, e o *terceiro*, pela distribuição de capacidades.

Estes três aspectos definirão o posicionamento e a organização das unidades dentro da estrutura. Nos sistemas políticos internos a ordenação é feita pela hierarquização, uns devem comandar, outros obedecer. No sistema político internacional os princípios ordenadores são

baseados na cooperação de unidades egoístas, pois os sistemas são descentralizados e anárquicos.

Diz-se cooperação de unidades egoístas porque o sistema político internacional é originariamente individualista, anárquico, gerado involuntariamente, onde as estruturas são formadas pela cooperação entre as unidades, e onde quase tudo é possível. A sobrevivência dessas unidades no sistema dependerá unicamente de seus próprios esforços. Essa luta pela sobrevivência que leva à cooperação é o chamado princípio de auto-ajuda (*Idem*, p.103).

Além de serem as unidades do sistema, os Estados são unidades semelhantes entre si, autônomas e parecidas entre si, bem como são soberanos. Soberanos no sentido de decidir por si mesmos como enfrentarão os seus problemas internos e externos, incluindo a decisão de buscar ajuda de outros Estados, o que voluntariamente limitaria sua liberdade (p. 132).

Segundo Waltz (2002), o que torna o Estado uma unidade política é o controle dos meios de uso da força e a legitimidade ao usá-los, ou seja, o Estado se caracteriza pelo monopólio legítimo do uso da força. Este monopólio é utilizado para atender dois principais objetivos: a segurança dos seus cidadãos contra agressões externas e a manutenção da paz dentro de suas fronteiras. Dessa forma, todos os Estados têm funções básicas similares, segurança de agressões externas e estabilidade doméstica.

Sendo assim, para os realistas, o Estado convive com uma dupla realidade: externamente, onde não há autoridade que tenha legitimidade de tomar e impor decisões; e outra internamente, onde é soberano, e tem autoridade e legitimidade para impor suas decisões. Logo, o Estado tem como função principal a sua preservação e sobrevivência como ator das relações internacionais.

Além de semelhanças, os Estados têm diferenças. São semelhantes nas funções que precisam desempenhar, mas diferem na maior ou menor capacidade de desempenhar essas funções. E é neste aspecto que o terceiro elemento da definição de estrutura de Waltz se enquadra: na distribuição de capacidades, que estabelece que, com base na funcionalidade, não há diferença entre as unidades. O critério que as distingue são as maiores ou menores capacidades que possuem para desempenhar as mesmas tarefas, ou seja, a distribuição de capacidades entre as unidades altera o sistema (Waltz, 2002, p. 106).

Desta forma, a comparação das capacidades de um determinado número de unidades permite a estimativa de poder, pois o poder nada mais é que a comparação das capacidades das unidades e os Estados são colocados diferentemente no sistema segundo o seu poder.

Esta configuração do sistema internacional afeta as interações dos Estados e seus atributos. A autonomia e a relação determinável entre os Estados formam uma organização onde os resultados podem ser Estados que se constroem e limitam uns aos outros. O conceito de estrutura tornará possível prever quais serão os efeitos organizacionais esperados e como as estruturas e unidades interagem entre si (*Idem*, p. 109).

Kenneth Waltz afirma que os Estados estão constantemente inseguros no sistema internacional. Esse sentimento de insegurança é resultado da constante violência no cenário internacional, pois o sentimento é que qualquer Estado pode a qualquer altura usar a força. Dessa forma, todos os Estados devem estar preparados para garantir a sua existência e, dessa maneira, utilizar a força: “entre Estados, o estado de natureza é um estado de guerra” (Waltz, 2002, p. 144).

Baseado no conceito de estado de natureza do Hobbes, Waltz afirma que o estado de natureza do sistema internacional é o estado de guerra, pois a anarquia do sistema está associada à ocorrência de violência. Mas a violência não é característica única do sistema internacional.

Os Estados precisam lidar com questões de violência também internamente. Sendo assim, este fator não pode ser utilizado como um definidor de assuntos nacionais e internacionais. A distinção entre os domínios da política nacional e internacional não está no uso da força, mas sim na estrutura, os diferentes modos de organização em relação ao uso da força (*Idem*, p. 150).

Para os neorrealistas, é possível sempre atrelar o Estado a questões de segurança e, principalmente, à anarquia do sistema internacional. Em um sistema internacional anárquico, a segurança é o objetivo mais importante. Apenas assegurando a sobrevivência é que o Estado pode galgar outros objetivos como, por exemplo, lucro e poder.

O objetivo que o sistema encoraja a perseguir é a segurança. Para alcançar os seus objetivos e manter sua segurança, as unidades em uma condição de anarquia devem confiar nos meios que podem gerar e nos acordos que podem fazer para elas próprias. É neste ambiente que surge o governo: “o governo emerge onde as próprias funções de regulamentação e administração se tornam tarefas distintas e especializadas”. E administrar requer o controle das forças militares que estão à disposição dos Estados (Waltz, 2002, p. 152).

No ambiente anárquico, tanto as organizações quanto as próprias nações se esforçam para sobreviver. Ao lutarem tanto por essa sobrevivência, é possível que recorram ao uso da força. Dessa forma, quanto maior for o controle estatal de seu aparato de força militar, menor será a sua insegurança.

O limite da liberdade deixa os Estados inseguros. Se a liberdade é desejada, a insegurança tem de ser aceita. É possível criar mecanismos de segurança via organizações que determinem relações de autoridade e controle, porém isso significa diminuir a liberdade dos Estados (*Idem*, p.152)

Para não produzirem efeitos diferentes, as estruturas podem ser mudadas, alterando a distribuição das capacidades entre as unidades. O autor coloca que, para mudar as estruturas, é preciso que os Estados subordinem as questões nacionais às questões internacionais. É preciso que os Estados concentrem esforços para garantir a sobrevivência do mundo, mas como todos buscam a sua própria sobrevivência, as estruturas dificilmente são alteradas e os efeitos permanecem opostos aos desejados (*Idem*, p. 154).

Para garantir que não ocorra uma subordinação seria necessário um sistema de regras, isso implicaria a criação de uma organização supranacional. Mas as tentativas de um governo mundial poderiam ser uma iniciativa para guerras civis, pois segundo o autor:

os Estados não podem confiar poderes administrativos a uma agência central a não ser que esta agência seja capaz de proteger os seus Estados clientes. Quanto mais poderosos forem os clientes e quanto mais o poder de cada um deles aparecer como uma ameaça aos outros, maior tem de ser o poder alojado no centro. Quanto maior o poder alojado no centro, mais forte o incentivo para os Estados se envolverem em uma luta pelo controle. (WALTZ, 2002, p.156)

Em contraste, as unidades em uma ordem anárquica atuam pelo seu próprio bem e não pelo bem da preservação de uma organização. A força é usada para o interesse próprio de cada unidade, para a sua proteção e vantagem, e a guerra é um meio de redistribuição de perdas e ganhos na busca pelo mais forte. A competição está acima das considerações. As partes procuram manter ou melhorar as suas posições, manobrando, negociando ou lutando.

E, por fim, o autor se dedica à explicação da teoria de balança de poder, resgatando um pressuposto da teoria realista, lembrando que Morgenthau em seu primeiro princípio aborda o conceito da balança de poder e a sua compreensão para entender a política internacional.

Waltz deixa claro que esta teoria tem diversas definições reconfiguradas ao longo dos anos, mas todas compartilham aspectos em comum. Todas partem da análise de Estados que são atores unitários que procuram, no mínimo, sua própria preservação e, no máximo, visam o domínio universal. Os Estados tentam usar os meios disponíveis para alcançar os fins em vista (WALTZ, 2002, p. 162).

A condição para a operação da teoria é que dois ou mais Estados coexistam em um sistema de auto-ajuda e sem nenhum agente superior para interferir por um ou outro Estado. O sistema de auto-ajuda impõe que Estados que não ajudarem a si mesmos não prosperarão e o

medo dessa consequência tende a criar balanças de poder. Sendo o propósito da balança de poder manter a estabilidade do sistema sem destruir a multiplicidade dos elementos que o compõem (*Idem*, p.164).

Evidentemente, a teoria proposta por Waltz é centrada nos Estados. O autor afirma que os Estados são os atores mais importantes das relações internacionais. Porém, uma grande diferença deste autor contemporâneo em relação ao realismo é a admissão da existência de outros autores coadjuvantes.

O autor afirma que os Estados definem o cenário, mas atuam junto com outros atores: “Os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais” (*Idem*, p.132). Este fato mostra que Waltz defende o realismo clássico, mas que, aos poucos, aceita a influência de outras teorias. Este ponto revela uma das mudanças da teoria realista clássica por meio de seus autores contemporâneos.

Desta forma, é possível perceber que, para a teoria neorrealista, o conceito de segurança é fundamental, pois é o princípio ordenador do sistema que define a atuação dos Estados, que são os principais atores das relações internacionais. Segundo essa teoria, portanto, o sistema é a peça chave para a compreensão das RI e ele é baseado na segurança e na sobrevivência por ser uma realidade dada e anárquica.

Outro ponto relevante da teoria neorrealista é a afirmação da existência de uma hierarquia nas relações internacionais. O princípio ordenador sistêmico posiciona os Estados na estrutura, diferente da relação interna em que existe uma hierarquização na qual uns obedecem, enquanto outros são obedecidos. O sistema internacional anárquico gera a cooperação mútua. A sobrevivência das unidades depende da cooperação e a auto-ajuda leva à segurança. Claramente o conceito de segurança para os neorrealistas está ligado aos Estados.

1.2 ESTUDOS DE SEGURANÇA – PÓS GUERRA FRIA

A seção anterior mostrou como os estudos tradicionais de segurança internacional entendiam o conceito de segurança. Foi possível perceber a defesa de uma agenda estadocêntrica militar, onde o conceito de segurança está vinculado apenas às questões militares e o reconhecimento dos Estados como únicos atores interessados.

Com a Guerra Fria caminhando para o fim, a academia se debruçava mais uma vez nas diversas possibilidades de definir *Segurança*, buscando ampliar e aprofundar o conceito. Essa retomada do sentido de segurança foi observada dentro das correntes teóricas das relações internacionais, conforme será apresentado a seguir.

Os pós-estruturalistas, tendo como embasamento os debates da década de 1980, desenvolveram um novo ponto de vista sobre o entendimento da segurança internacional. O principal texto da corrente teórica pós-estruturalista sobre o assunto é de Campbell, de 1992: *Writing Security* (CAMPBELL, 1992). A segunda produção marcante dessa corrente foi *Simulating Sovereignty*, de Weber, de 1995. Ambos serão a fonte para exposição do conceito de segurança, segundo os pós-estruturalistas.

Juntamente com a corrente pós-estruturalista, teóricos do pós-colonialismo também se debruçaram sobre o conceito de segurança ampliado e aprofundado. O primeiro autor a pensar a visão pós-colonial de segurança foi Ayoob Mohammed nos anos de 1984 e 1996 (AYOUB, 1996, 2007).

As abordagens pós-coloniais chamam atenção para as especificidades dos Estados não-ocidentais, bem como para as estruturas econômicas globais. Buscando aprofundar os estudos específicos de segurança do ponto de vista não-ocidental e econômico, foi desenvolvido o conceito de *Segurança Humana*.

O primeiro documento a discorrer sobre esse conceito foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1994. O objeto referência deixa de ser o Estado e passa a ser as pessoas. Contemporaneamente os autores King e Murray (KING; MURRAY, 2000) apresentaram uma epistemologia empirista, admitindo o indivíduo como objeto referência da pesquisa. Os textos desses autores serão apresentados na subseção *Segurança Humana*, da presente tese.

Os Estudos da Paz serão apresentados com base nos autores Galtung (GALTUNG, 1969) e o contemporâneo Ramon Blanco (BLANCO, 2017). Seguindo com o objetivo de entender o desenvolvimento do conceito de segurança, essa seção apresentará brevemente a visão dos Estudos da Paz. Não podendo ser encarada como um desdobramento das visões anteriores, os Estudos de Paz podem ser considerados uma vertente única no desenvolvimento do conhecimento sobre o assunto (BUZAN; HANSEN, 2009, p.222).

Nas duas últimas décadas foram realizadas inovações importantes na área de estudos de segurança e, em particular, nas escolas europeias os avanços foram consideráveis, mesmo levando em consideração que até a década de 1990 existia um domínio das pesquisas estadunidenses na subárea de segurança (ARADAU et al., 2006, p.444). Essas Escolas contemporâneas de segurança europeias representam um novo debate dentro da área. A academia estadunidense mantinha seus debates no âmbito do realismo, um grande debate entre realismo ofensivo e realismo defensivo, enquanto isso, na Europa, desenvolveu-se uma nova

linha de argumentação, que Weaver chama de Estudos Críticos de Segurança (WÆVER, 2004, p.1).

Weaver argumenta que a corrente crítica dos estudos de segurança é composta por trabalhos desenvolvidos em três Escolas europeias: a Escola de Aberystwyth, a Escola de Paris e a Escola de Copenhague. Nesse trabalho será apresentada uma visão inicial dessas Escolas ao apresentar o trabalho de Booth (BOOTH, 2007) da Escola de Aberystwyth, e o trabalho de Bigo (BIGO, 2002) representando a Escola de Paris¹¹.

Não apenas os estudos críticos representam uma antítese ao *mainstream* teórico da subárea de segurança internacional, mas conjuntamente ao desenvolvimento das Escolas Críticas também se desenvolvem estudos de segurança e feminismo. Os estudos feministas dentro da subárea iniciam com o questionamento da posição da mulher dentro dos conflitos, indagando sobre a participação destas nas Forças Armadas e seguindo para o questionamento da área militar como o foco principal da agenda internacional. Para Buzan e Hansen, nos estudos feministas de segurança se destacam, especificamente, duas autoras: Tickner e Cynthia Enloe que serão apresentadas nesse subcapítulo com o objetivo de delinear o avanço do conceito de segurança com a contribuição tanto da segurança crítica, como do feminismo.

1.2.1 Pós-estruturalistas

A Guerra Fria trouxe novos desafios ao estudo das Relações Internacionais: não se tratava mais de conflitos diretos entre as nações, e o desenvolvimento de armas nucleares mudou radicalmente o foco tradicional da questão. Novas correntes teóricas ganham escopo e passam a compor a agenda de estudos. O campo específico da Segurança também seguirá este mesmo debate, girando, principalmente, em torno do conceito de segurança. (RUDZIT, 2002, p.299)

Entre as novas correntes teóricas de segurança internacional que se desenvolveram, está a corrente pós-estruturalista. O principal alvo do pós-estruturalismo é o neorrealismo, e assim o conceito de segurança vai se criando, se moldando e se diferenciando ao longo dos anos, no interior da disciplina.

O livro de Campbell, *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*, de 1992, traz importantes considerações sobre o conceito, apresentando uma nova perspectiva, quando comparado ao conceito tradicional. Campbell tem como seu ponto de

¹¹ A Escola de Copenhague – e a teoria de securitização – é o objeto desse trabalho e, por isso, será apresentada em um capítulo específico.

partida a análise do envolvimento do EUA no conflito do Iraque em 1990. Ele pensa o conceito de segurança partindo da premissa de que o Iraque representava um perigo aos Estados Unidos a partir de 02 de agosto de 1990, início do conflito. O autor se propõe a pensar como o Iraque passou a representar um perigo aos Estados Unidos estando tão distante e com um conflito que não é em solo estadunidense (CAMPBELL, 1992, p.1).

O perigo não é uma condição objetiva e não pode ser considerado como algo dado, preexistente ou até mesmo independente. O perigo não é um evento, mas sim um modo específico de reagir a um evento. Nada é um risco em si, não existindo risco na realidade. Porém, qualquer coisa pode se tornar um risco. Tudo depende de como será analisado o perigo e como será considerado o evento (*Idem*, p.2). Esse é o principal ponto de inovação ao se pensar o conceito de segurança.

Nas décadas anteriores o perigo era constatado como dado, fixo: o evento é a ameaça em si. Com a leitura de Campbell, passa a se pensar que a reação a determinado fato é que determinará se uma questão é de segurança ou não.

Interessante notar a reflexão do autor sobre a visão americana do Iraque ao longo do tempo: na década de 1980, Irã e Iraque entram em conflito e os EUA não reagem com a mesma intensidade e não encaram o evento como um risco a segurança de seu país, já no início da década seguinte, o Iraque é tomado como um risco, como uma relevante questão de segurança, revelando assim como o perigo é um efeito da interpretação de eventos. Partindo desta constatação o autor faz importantes considerações sobre a questão da segurança internacional:

This understanding of the necessarily interpretive basis of risk has important implications for international relations. It does not deny that there are “real” dangers in the world: infectious diseases, accidents, and political violence (among others) have consequences that can literally be understood in terms of life and death. But not all risks are equal, and not all risks are interpreted as dangers (CAMPBELL, 1992, p.2)¹².

Pensando no conceito de segurança como uma interpretação dos riscos o autor cita como exemplo a Guerra às Drogas nos EUA. Em 1972, o governo estadunidense declara guerra às drogas ilícitas. Porém, naquela década, o consumo de drogas lícitas era superior ao de drogas ilícitas, mostrando como a declaração de risco ao consumo de drogas ilícitas foi uma interpretação dos eventos.

¹² “Esta compreensão da base necessariamente interpretativa do risco tem implicações importantes para as relações internacionais. Não nega que existam riscos “reais” no mundo: doenças infecciosas, acidentes e violência política (entre outros) têm consequências que literalmente podem ser entendidas em termos de vida e morte. Mas nem todos os riscos são iguais, e nem todos os riscos são interpretados como perigos.” (Tradução livre)

O autor vai além ao pensar sobre Segurança: por determinar que é necessário que um evento ocorra para verificar a interpretação do mesmo, o autor analisa que essa interpretação pode variar conforme a *identidade de cada ator*. A existência de um modo alternativo de agir exemplifica a existência de diferentes identidades possíveis. Com essa interpretação é possível entender como alguns atos de poder internacional não suscitam preocupação, enquanto outros levantam grandes debates.

O que é considerado um perigo, uma questão de segurança, é o resultado do cálculo de uma ameaça que objetiva eventos, disciplina as relações e sequestra um ideal de identidade das pessoas que estão em risco. Os limites da identidade de um Estado são garantidos pela representação do perigo integral à política externa (CAMPBELL, 1992, p.3).

Avançando, o autor afirma que não existe nada que esteja fora do discurso, o que gera um peso sobre a interpretação. Com essa constatação, afirma que a metodologia de análise é a Representação Histórica, que, diferente da corrente realista, assume conscientemente uma perspectiva. A Representação Histórica adota a lógica da interpretação que reconhece a improbabilidade de catalogar, calcular e especificar. Ao invés disso, se preocupa em considerar as consequências políticas ao adotar uma identidade no lugar de outra.

No livro, em específico, o objetivo é entender como a política externa norte-americana interpretou, no limite de sua identidade, riscos e segurança, e a reação deste país a essa interpretação. Para isso o autor utilizou a metodologia de Representação Histórica, sob o viés sugerido por Michel Foucault (*Idem*, p. 5).

O pós-estruturalismo, nesse trabalho representado por Campbell, é uma importante antítese ao pensamento clássico de segurança. A centralidade do pensamento de Campbell está no vínculo entre o discurso e a identidade e o resultado disso, que é a consideração de risco para um Estado. O autor pontua que a identidade faz parte dessa equação por ser uma dimensão inescapável da existência. Tanto a identidade individual, como a identidade coletiva, são definidas pela natureza dada ou preexistente. A identidade é constituída em relação à diferença. A constituição da identidade é feita através da determinação de limites que servem para demarcar um *interior* de um *exterior*, um *eu* de um *outro*, um *doméstico* de um *estrangeiro* (CAMPBELL, 1992, p. 9).

A obra de Cynthia Weber (1995) contribuirá, também, para a construção do pensamento pós-estruturalista. Enquanto o ponto central de Campbell era a identidade, Weber desenvolveu seu argumento centrado na questão da *Soberania*. A autora faz uma reflexão sobre a soberania para os Estados e, partindo desse ponto, pensa segurança.

O primeiro ponto importante para entender essa nova abordagem sobre segurança é esclarecer que o conceito de soberania vem sendo debatido nas teorias de relações internacionais já há bastante tempo. Muitas são as definições para soberania. Teóricos vão debater questões de autonomia, território, modelo de governo, desenvolvimento e o conceito é formado por inúmeras variáveis e, para a autora, muitas vezes a construção histórica da soberania acaba sendo esquecida. Essa negligência à história acaba levando à falta de percepção de que soberania não é a mesma em todo tempo e em todos os lugares. Na política global moderna a soberania deve também ser dimensionada com a variação temporal (WEBER, 1995, p.2).

Partindo desse ponto, a autora se propõe a entender como o significado de soberania foi historicamente estabilizado. O argumento desenvolvido por Weber é de relevância para o debate de segurança por pensar a soberania e seus limites frente a intervenções em Estados. Desta forma, a autora pensará na construção histórica do conceito de soberania que, aos poucos, aceitou a intervenção sob diferentes formas.

Para Weber (1995, p.4), a prática da intervenção tem papel importante na estabilidade do conceito de soberania. Isso porque toda a discussão sobre intervenção invariavelmente questionará a soberania. No discurso da política global moderna, intervenção usualmente é vista como uma violação da soberania estatal, porém, a prática da intervenção levanta a dúvida se determinada localidade é, de fato, soberana. Analisando intervenções que ocorreram em diferentes períodos históricos, é possível identificar práticas estatais de intervenção legitimadas. Semelhante à construção do pensamento de Campbell, Weber deposita suas explicações sobre o discurso.

A intervenção é feita e legitimada em um discurso: é a construção narrativa dos líderes políticos que irá legitimar a intervenção. É exatamente nesse ponto que a obra de Weber contribui para o conceito de segurança. O discurso é construído com a retórica da segurança do Estado, da ameaça e da necessidade de intervir para sanar o problema. A autora cita como exemplo a intervenção dos Estados Unidos no Panamá: a legitimidade a essa intervenção foi dada pela retórica da Guerra às Drogas (WEBER, 1995, p.16).

Dessa forma, ambos os autores pós-estruturalistas analisados nesse trabalho contribuem para o amplo debate da segurança. Os pioneiros desse debate no campo pós-estruturalista contribuirão com a questão ao destacar a variável *discurso*. A quebra do paradigma clássico das Teorias de Relações Internacionais é demonstrada ao se comprovar que o discurso tem um peso importante e inquestionável ao se pensar a segurança internacional.

1.2.2 Pós-colonialismo

O pós-colonialismo chama atenção para as especificidades dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, afirmando a necessidade de um Estado forte. Sendo uma corrente caracterizada como de abordagem ampliadora, a teoria Pós-colonial compreende uma ampla gama de perspectivas. Para entender essa corrente, nesse trabalho será apresentada a produção de Ayoob Mohammed, nos anos de 1984¹³ e 1996 (AYOOB, 1996, 2007).

Em sua publicação de 1984, Ayoob começa mostrando que no período da Guerra Fria o conceito de segurança é entendido como uma imunidade estatal para lidar com as ameaças externas. Em seu texto, o autor contrapõe argumentos clássicos da teoria Realista que serão vistos também como argumentos sobre os países em desenvolvimento, subdesenvolvidos.

A perspectiva de que independência política e integridade territorial são sinônimos de segurança conota uma visão Realista. Ayoob vai além dessa perspectiva e repensa a segurança internacional nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Outra perspectiva é a sistêmica, vinculada à Escola Inglesa das Relações Internacionais. A tendência nessa vertente é pensar a segurança vinculada à sociedade internacional e sua dinâmica. Tanto na versão clássica realista como na versão sistêmica, o conceito de segurança está vinculado ao *externo*. O pensamento corrente na década de 1980 definiu o conceito de segurança em termos externos à unidade de análise comumente aceita nas relações internacionais: o Estado (AYOOB, 2007, p317).

O autor se propõe a pensar no Terceiro Mundo. Para ele a lógica de segurança nacional pensada para os países desenvolvidos não é identificada nos países de terceiro mundo: “if not totally absent, so thoroughly diluted as to be hardly recognizable”¹⁴ (AYOOB, 2007, p.319). Com isso, o objetivo principal do trabalho de Ayoob passa a ser analisar como e por que o contexto do Terceiro Mundo é tão radicalmente diferente e quais são as implicações dessas diferenças para o sistema internacional.

O senso de insegurança que os países de terceiro mundo têm emana substancialmente dos limites de suas fronteiras, diferente dos países desenvolvidos¹⁵, que tem um senso de insegurança que advém de fora de suas fronteiras. Isso não significa que países de terceiro

¹³ O texto original do autor foi publicado em 1984 na *Foreign Affairs*. Aqui será utilizado o mesmo texto, porém republicado como capítulo de livro na obra *International Security*, 2007, organizada por Barry Buzan e Lene Hansen.

¹⁴ “se não totalmente ausente, tão completamente diluído a ponto de dificilmente ser reconhecido” (Tradução livre)

¹⁵ Na obra o autor utiliza o termo *Western* – Ocidental – ao falar de países desenvolvidos. Neste trabalho, por estar localizado no ocidente, será utilizado o termo *desenvolvido* ao se referir aos países denominados *ocidentais* ou de *primeiro mundo*.

mundo não tenham insegurança perante o externo, mas sim que o sentimento de insegurança vem de uma junção de fontes de ameaças internas e externas.

Avançando em sua perspectiva, Ayoob afirma que os regimes políticos muitas vezes são pesadamente ponderados em favor de fontes externas e internas. Um regime externalizará as ameaças dirigidas a ele, tanto para retratar as ameaças como ilegítimas, como para justificar suas ações repressivas. Ao transformar um problema político - e muitas vezes social e econômico - em um problema militar e ao apresentar a ameaça militar como proveniente de fontes externas, os regimes no Terceiro Mundo muitas vezes tentam escolher uma arena de confronto com dissidentes domésticos que é favorável a si próprio: a arena militar (AYOOB, 2007, p.320).

Essa caracterização do problema de segurança enfrentado pelos Estados do Terceiro Mundo, e suas diferenças em relação ao padrão de problemas de segurança enfrentados pelos estados desenvolvidos, tem sido tratada em nível doméstico dentro de cada Estado.

Porém, as diferenças são meramente os sintomas de uma divergência muito mais profunda nas respectivas experiências dos Estados desenvolvidos e as do Terceiro Mundo. Essas diferenças estão relacionadas a duas grandes variáveis: *i*. A história da formação do Estado nos países de terceiro mundo em contraposição aos países desenvolvidos; *ii*. O padrão de recrutamento das elites e o estabelecimento e manutenção de regimes políticos no Terceiro Mundo, em comparação ao mesmo processo nos países desenvolvidos. Essas diferenças entre o Primeiro e o Terceiro Mundos determinam as distintas orientações primárias de segurança entre os conjuntos de Estados.

É importante perceber que a variável *tempo* é a proposição dominante na estruturação do conceito pós-colonialista. Países desenvolvidos colhem resultados de anos em processo de desenvolvimento e atingiram estruturas estatais legítimas, coesas e fortes. Em contrapartida, as estruturas estatais dos países de terceiro mundo ainda não atingiram a mesma força e legitimidade. A maioria dos estados no Terceiro Mundo é apenas participante recente no sistema moderno de Estados, que é de origem europeia, em suas características definidoras: “Until a few decades ago they were mere 'objects' rather than 'subjects' in international relations”¹⁶ (AYOOB, 2007, p.321). A estruturação do sistema internacional é resultado dessa variável tempo:

Even after the conclusion of the decolonization process, because of the enormous time gap between the development of modern state structures in the Third World and the

¹⁶ “Até algumas décadas atrás, eram meros "objetos" em vez de "sujeitos" nas relações internacionais.” (Tradução Livre)

development of the same structures in Europe, their capacity to act effectively in a system which is defined primarily by its state-centric character is low. The economic gulf between the developed Western and developing Southern states, with limited and partial exceptions, adds to the latter's ineffectiveness as participants in the system¹⁷ (AYOOB, 2007, p.321).

Esse lapso temporal entre colonizadores e colônias, mesmo depois da independência, geram no sistema internacional dois tipos de atores: *atores primários*, Estados europeus, América do Norte e Oceania; e *atores secundários*, os recém independentes, o Terceiro Mundo.

Outro agravante está justamente nesse processo de independência: as fronteiras dos países subdesenvolvidos e até mesmo dos em desenvolvimento foram desenhadas pelas potências coloniais. Muitas vezes por conveniência administrativa, outras, por algum tipo de compensação com concorrentes coloniais. Como resultado desse processo, essas estruturas ainda não desenvolveram a capacidade de assegurar a identificação habitual de suas populações com seus respectivos Estados e os regimes políticos, dentro dos limites ditados pelo colonialismo.

Portanto, a dissidência interna e a falta de identificação constituem uma ameaça tão forte às estruturas de Estados do Terceiro Mundo. O problema é acentuado quando se analisa o nível de consenso sobre as questões sociais e políticas fundamentais nas sociedades do Terceiro Mundo (*Idem*, p.321).

É possível identificar na corrente pós-colonialista mais um grande avanço no conceito de segurança. Percebe-se que os pós-estruturalistas se afastaram do conceito clássico de segurança ao enfatizar a importância do discurso. O pós-colonialismo não enfrenta o conceito apresentado pelos pós-estruturalistas, mas contribui ao trazer uma nova variável para a análise da segurança internacional: a variável tempo, ao pensar na distância entre países desenvolvidos – e elaboradores do pensamento acadêmico de segurança – e os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que pouco se afastaram da colonização e seus resultados, tendo em perspectiva os atores do cenário internacional.

Pensando especificamente no terceiro mundo é importante notar que desenvolvimento econômico desigual, com disparidades grandiosas, crescentes e flagrantes em riqueza e renda, tensões comunitárias e étnicas, são fatores que contribuem para a falta de consenso social sobre as questões fundamentais e sobre o caráter não representativo e repressivo da maioria dos

¹⁷ “Mesmo após a conclusão do processo de descolonização, devido ao enorme intervalo de tempo entre o desenvolvimento das estruturas estatais modernas no Terceiro Mundo e o desenvolvimento das mesmas estruturas na Europa, sua capacidade de atuar efetivamente em um sistema que é definido principalmente por seu caráter centrado no Estado é baixo. O fosso econômico entre os Estados ocidentais desenvolvidos e o Sul em desenvolvimento, com exceções limitadas e parciais, contribui para a ineficácia dos últimos como participantes do sistema” (Tradução livre).

regimes do Terceiro Mundo, o que se reflete, também, nas constantes ameaças internas a sua segurança e à segurança das estruturas estatais.

Para o autor, esses inúmeros fatores iluminam a grande disparidade entre o que é considerado segurança nos países desenvolvidos e o que é considerado segurança nos países em desenvolvimento: “The dimensions of the security problem, and of the concept of security itself, in the Third World are, therefore, very different from those applied to, and common in the literature of, the developed West”¹⁸ (AYOOB, 2007, p. 323).

Porém, o distanciamento entre essas concepções de segurança não aparece apenas em sua construção temporal. O conflito de visões fica claro no cenário internacional, onde os Estados definem uma agenda internacional de segurança, com o propósito de pensar na estabilidade e segurança internacional como um todo. Isso tem graves efeitos negativos sobre os Estados de terceiro mundo, tanto no que diz respeito aos insumos sistêmicos internos, como nas causas de sua insegurança.

Os temas da agenda internacional de segurança costumam ter pouco, ou até mesmo nenhum, vínculo com os temas de segurança dos Estados do terceiro mundo. Com isso, as ameaças internas se agravam e rapidamente passam para o cenário internacional, levantando a possibilidade de intervenção dos países desenvolvidos.

Ayoob segue desenvolvendo sua pesquisa e em 1996 publica um capítulo de livro que apresentará novos pontos relevantes para o pensamento pós-colonial. O autor passa a pensar na norma internacional, na maneira como o direito internacional pensa os Direitos Humanos, e como essa norma representa a forma de lidar com a segurança nos países desenvolvidos, mas não reflete os problemas de segurança enfrentados nos países de terceiro mundo.

A comunidade internacional pensou os Direitos Humanos com ênfase nos direitos civis e políticos, enquanto que a história dos países de terceiro mundo demonstra que os direitos salvaguardados devem ser aqueles para os seres humanos, independente de nacionalidade ou particularidade de Estado.

Na década de 1960, é possível perceber um ponto de mudança na ótica dessa regra: a Convenção Internacional dos Direitos Humanos reconhece indivíduos e grupos de indivíduos independentes de seus vínculos estatais, porém, a aplicabilidade da regra nos países de terceiro mundo segue enfrentando dificuldades. O conceito de direitos humanos deve sua validade

¹⁸ “As dimensões do problema de segurança e do conceito de segurança em si, no Terceiro Mundo, são, portanto, muito diferentes das aplicadas, e comuns na literatura, no Ocidente desenvolvido” (Tradução livre)

empírica à existência e ao bom funcionamento dos Estados industrializados, representativos e responsivos, o que nem sempre representa os países de terceiro mundo.

A comunidade internacional pressiona os Estados pós-coloniais a adaptarem a sua realidade à mesma vivida pelos países desenvolvidos e é isso que acontece com os Direitos Humanos e também com outras manifestações estatais, como a lógica economia e liberal.

Todos esses aspectos colocados por Ayoob corroboram para o ponto frisado nesse trabalho, e seus estudos representam um avanço no conceito de segurança ao demonstrarem que não é possível seguir o mesmo padrão para todos os Estados: torna-se necessário sempre considerar as variáveis internas e as diferentes ameaças que advém de cada uma dessas variáveis. Não só a comunidade internacional como a comunidade acadêmica devem permanecer atenta a essas singularidades e o conceito de segurança não deve ser generalizado.

1.2.3 Segurança Humana

O conceito de *Segurança Humana* também apresentará inovações relevantes para a área de estudos de segurança. Importante notar que todas as correntes apresentam características diferentes em relação à teoria Neorrealista, demonstrando, assim, avanços no campo científico. Não seria diferente com o conceito de segurança oriundo da corrente de pensamento de segurança humana. Nesse trabalho serão apresentados os primeiros avanços dessa corrente teórica com o texto de King e Murray, de 2001.

Na década de 1990, a agenda internacional e dos Estados Unidos priorizava temas de desenvolvimento econômico e de segurança militar. O fim da guerra fria oportunizou o entrelaçamento dos dois temas, bem como o revezamento da prioridade desses temas na agenda. Mas essa composição não foi um processo simples. Para o tema segurança existia uma necessidade de redefinição conceitual. Para o tema desenvolvimento, eram notórias as mudanças altamente desiguais nos diversos componentes deste, enquanto as mudanças tecnológicas e políticas acabaram conduzindo ao processo de globalização. A consequência desse momento de entrelaçamento entre segurança e desenvolvimento foi o surgimento do conceito de segurança humana (KING; MURRAY, 2000, p.585).

King e Murray apresentam uma definição simples para segurança humana: “the number of years of future life spent outside a state of *generalized Poverty*”¹⁹ (*Idem*, p.585), sendo o conceito de pobreza generalizada: estar abaixo do limiar do bem-estar humano.

¹⁹ “O número de anos de vida futura fora do estado de *pobreza generalizada*” (Tradução livre).

Importante notar que o conceito de bem-estar foi desenvolvido junto com o conceito de desenvolvimento econômico, que passou por mudanças depois da II Guerra Mundial. O ponto de inflexão da comunidade internacional se deu dentro da ONU: a criação da UNICEF foi um importante momento para pensar desenvolvimento econômico em paralelo aos índices de desenvolvimento humano.

Nesse momento, e avançando até a década de 1990, a comunidade internacional para de pensar apenas a renda *per capita* e passa a analisar outras variáveis como, por exemplo, expectativa de vida, nutrição e escolaridade populacional. A constatação dessa mudança é evidenciada no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

In its report, the United Nations Development Program (UNDP) argued that development must be focused on people (even though grouped by country) rather than the security of their national boundaries, and on advancing health, education, and political freedom in addition to economic well-being²⁰ (KING; MURRAY, 2001, p. 587)

Esse é um importante marco para o conceito de segurança: a ONU, representando seus Estados-membros, aponta para a necessidade de se parar de falar em segurança apenas limitando-se a fronteiras. Desde então a ONU lança anualmente relatórios com o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma medida composta, ainda um tanto restrita, mas mais ampla que as anteriores, levando em conta renda *per capita*, expectativa de vida ao nascer e nível educacional. O IDH segue sendo bastante questionado na academia, mas foi influente ao enfatizar as dimensões do desenvolvimento vinculadas diretamente aos seres humanos (KING, MURRAY, 2001, p.587).

No âmbito das Nações Unidas, a ideia de segurança humana levou os analistas de desenvolvimento e os analistas de segurança a se encontrarem. A comunidade de desenvolvimento viu uma oportunidade para capturar alguns dos interesses políticos mais substanciais e recursos financeiros superiores associados à segurança militar e à política externa, ligando a segurança humana ao desenvolvimento humano. Vendo a segurança humana não como preocupação com armas e sim como a preocupação com a dignidade humana.

O conceito de segurança humana não se limita às ações e documentos das Nações Unidas: os teóricos de Relações Internacionais foram além. Para King e Murray, o conceito de segurança contém dois elementos-chave: uma orientação para riscos futuros, e o foco no risco

²⁰ “Em seu relatório, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) argumentou que o desenvolvimento deve se concentrar nas pessoas (mesmo que agrupadas por país) em vez da segurança de suas fronteiras nacionais e no avanço da saúde, educação e liberdade política, além da economia de bem-estar.” (Tradução livre)

de cair abaixo de algum nível de privação. Segurança não é sinônimo do nível médio de bem-estar futuro, mas refere-se aos riscos de ser severamente privado. Desta forma os autores definem a segurança humana assim: “We define an individual’s human security as his or her expectation of years of life without experiencing the state of generalized poverty. Population human security is then an aggregation of individuals’ human security” ²¹ (KING, MURRAY, 2001, p. 592).

O conceito de segurança humana traz um importante ganho para as teorias de relações internacionais. Durante a década de 1990, todas as construções conceituais foram importantes, principalmente por apresentarem perspectivas diferentes da visão realista clássica e mesmo sua versão neorrealista. Todas as visões de segurança apresentadas até esse momento no trabalho descrevem seus objetos como entidades coletivas. Por exemplo, no pós-estruturalismo ela se liga ao conjunto de discursos da elite, no pós-colonialismo, à visão dos países de terceiro mundo.

A grande contribuição da segurança humana é pensar no indivíduo. Essa teoria apresenta o indivíduo como objeto de análise. Independente da nacionalidade, o conceito está vinculado ao indivíduo, a sua expectativa de vida e seu futuro fora da pobreza. Desta forma, a segurança humana trouxe mais uma importante contribuição ao conceito de segurança ao ampliá-lo.

1.2.4 Estudos de Paz

Para entender o conceito de Estudos de Paz e, principalmente, verificar como o conceito de segurança é apresentado dentro dessa corrente teórica, apresenta-se as obras de dois de seus principais autores: o primeiro é Galtung, o precursor da corrente teórica, e o segundo é Ramon Blanco, que apresenta em um importante artigo a visão mais contemporânea de Estudos da Paz, principalmente por apresentar a evolução dessa corrente teórica.

Galtung inicia seu texto esclarecendo que qualquer tipo de política contribuirá para paz, para além de seus méritos. Para o autor, o uso do termo "paz" pode, por si só, ser produtivo para a paz, no sentido de produzir uma base comum, um sentimento de comunhão, em propósito que pode pavimentar o terreno para laços mais profundos mais tarde.

Apesar de vislumbrar o termo paz como fomentador de si mesmo, Galtung afirma que é necessário dar mais precisão ao termo e, para isso, partirá de três princípios: *i*. O termo paz deve ser utilizado para objetivos sociais em que a maioria concorde; *ii*. Esses objetivos sociais

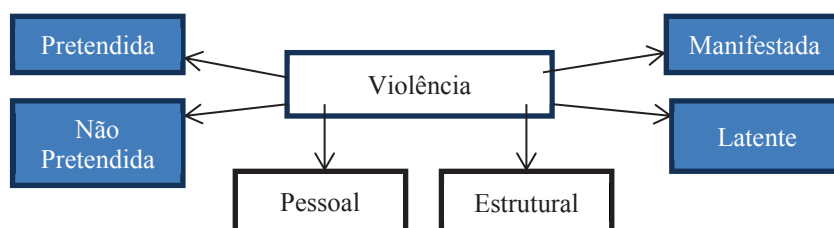
²¹ “Definimos a segurança humana de um indivíduo como a expectativa de anos de vida sem enfrentar o estado de pobreza generalizada. A segurança humana da população é então uma agregação da segurança humana dos indivíduos.” (Tradução livre)

podem ser difíceis e complexos, mas não são impossíveis; *iii*. A afirmação de que paz é ausência de violência deve ser mantida (GALTUNG, 1969, p.167).

Tendo como ponto de partida esses três princípios, o autor indica que os estudos da paz dependem da compreensão das dimensões da violência: *“If peace action is to be regarded highly because it is action against violence, then the concept of violence must be broad enough to include the most significant varieties, yet specific enough to serve as a basis for concrete action”*²² (GALTUNG, 1969, p.168).

Importante notar que o conceito de paz não pode ser negado por muitos, mas ao mesmo tempo não pode ser subjetivo a ponto de todos aceitarem. O conceito de paz deve retratar um estado de ação e cuja realização não é utópica e deve chamar atenção suficiente para problemas que estão na agenda política, intelectual e científica atual e futura. O conceito de violência de Galtung é relevante para esse trabalho em aspectos específicos. O autor explica a violência em seis dimensões, chegando assim à Figura 1 abaixo:

Figura 1. Representação do conceito de violência de Galtung



Fonte: a autora – Adaptação (GALTUNG, 1969 p.173)

A violência é definida como a causa da diferença entre potencial e real. É a diferença entre o que poderia ser e o que efetivamente é. Quando o potencial é maior do que o real e poderia ser evitado, a violência está presente. Para esse trabalho o conceito de violência será estratégico, pois a área de segurança internacional avança na definição do conceito de segurança ao refletir sobre o conceito de violência.

O autor diferencia violência pessoal e violência estrutural. Por exemplo, uma violência doméstica é pessoal. Um país que convive com múltiplas violências domésticas vive a violência

²² “Se a ação da paz deve ser considerada uma ação contra a violência, então o conceito de violência deve ser suficientemente amplo para incluir as variedades mais significativas, mas suficientemente específicas para servirem de base para ações concretas” (Tradução livre).

estrutural: “If the concern is with peace, and peace is absence of violence, then action should be directed against personal as well as structural violence”²³ (GALTUNG, 1969, p.172).

A violência pessoal é clara, identificável e bastante presente na bibliografia sobre o assunto, segundo o autor. Já a violência estrutural é silenciosa, não muito abordada até o início da década de 1970, e, de modo perigoso, pode ser vista como natural e como parte da sociedade.

O conceito de violência estrutural será relevante para esse trabalho, porque é baseado na estrutura social, que é baseada, por sua vez, na ideia de atores, sistema, estrutura, classificação e nível. Atores buscam objetivos e são organizados em sistemas, nos quais eles interagem uns com os outros. Os atores não interagem apenas em um sistema, por exemplo, os Estados: Estados que interagem no sistema ONU poderão, também, interagir economicamente em busca de seus objetivos. O conjunto de todos esses sistemas de interação, para um determinado conjunto de atores, pode então ser referido como uma estrutura. E, em uma estrutura, um ator pode ter um alto índice em um sistema, baixo no próximo, e depois alto no terceiro; ou os atores podem ter níveis consistentemente elevados ou níveis consistentemente baixos.

No entanto, ao olhar mais atentamente para um ator, por exemplo uma nação, muitas vezes é possível vê-la como uma estrutura por direito próprio, mas uma estrutura integrada, uma vez que é capaz de aparecer como ator. Esse ator pode ser analisado em três diferentes níveis: no nível territorial, pensando em seu espaço geográfico; no nível organizacional, pensando em sua organização política e divisões políticas; em nível associativo, vistos como parte de um local que terminará nos indivíduos.

Em todos os sistemas acontecem interações e onde há interações existem valores sendo trocados. Desta forma, Galtung (1969) se propõe a estudar qual é a distribuição de valor após o sistema ter operado há algum tempo e a distinção entre distribuições igualitárias e não-igualitárias. Ao abordar esse tema o autor se refere a Estados que distribuem valores diferentes por áreas de atuação, como por exemplo os Estados que dão valor à economia e diminuem esse valor na política mundial. Essas interações impactarão na violência, pessoal ou estrutural. A violência estrutural é indireta, porque estruturas repressivas são sustentadas pela ação conjunta e combinada de seres humanos (GALTUNG, 1969, p.178).

Cada Estado terá que lidar com o tipo de violência que encontra em seu território, podendo ser violência estrutural, ou pessoal. De qualquer forma, os Estados terão de lidar com

²³ “Se a preocupação é com a paz e a paz é ausência de violência, as ações devem ser direcionadas contra a violência pessoal e estrutural” (Tradução livre)

isso para atingir a paz – a não violência. Fazendo um paralelo com os estudos anteriormente apresentados nesse trabalho, é importante notar que, apesar de não utilizar o conceito de segurança, o autor delinea as ameaças em pauta para os Estados e, também, para a comunidade internacional – nível associativo – e apresenta um novo ponto de análise para os estudos de segurança, o indivíduo. A violência pessoal definida por Galtung traz para a equação mais um ator: os indivíduos que antes só eram analisados de maneira estrutural.

Galtung define a paz como a ausência de violência. Ainda no ano de 1969, o autor argumenta que cada Estado deve lidar com a violência para a extinguir e atingir a paz. Nos estudos recentes o cenário analisado são as operações de paz, em que pese, são outros Estados impondo a força ou o cessar da violência em território alheio ao deles, para assim, atingir a paz.

Ramon Blanco, em seu artigo “Normalizando anormais na sociedade internacional: Operações de paz, Foucault e Escola Inglesa”, apresenta a análise desse novo cenário dentro da corrente de Estudos da Paz. O autor problematiza as operações de paz e seu papel na política internacional. Esse trabalho buscará perceber como a crítica da corrente teórica contribui para a construção do conceito de segurança na disciplina de Relações Internacionais.

As operações de paz em cenários pós conflitos são a ferramenta da política internacional e, para Blanco, “estas são atualmente o epicentro de uma narrativa triangular que funde noções, aparentemente distantes, de segurança, desenvolvimento e paz” (BLANCO, 2017, p.53). Como explica Ramon, na política internacional a segurança é vista como entrelaçada às missões de paz, isso porque:

A lógica por detrás de tal narrativa é bastante simples. Segundo esta narrativa triangular, sem segurança não há a possibilidade de existir qualquer forma de desenvolvimento; desenvolvimento, por sua vez, não apenas reforça, como, de fato, é uma condição indispensável para o incremento da segurança; ambos, juntos, são os pilares fundamentais para a transformação de conflitos violentos ao redor do globo e para a consolidação de uma paz sustentável em estados pós-conflito (BLANCO, 2017, p.53).

O autor argumenta que na literatura as operações de paz são problematizadas como uma prática que busca fomentar o liberalismo ao redor do mundo. Porém, se propõe a fazer uma problematização diferente desse ponto de vista, ao buscar o enquadramento teórico mais adequado para as operações de paz na política internacional. Nesse trabalho destacamos apenas os aspectos do trabalho de Blanco que cruzam com o objetivo de entender o Estado da Arte do conceito de segurança.

Blanco (2017) utiliza dois aportes teóricos para a sua análise, o primeiro é a Escola Inglesa e o conceito de *Sociedade Internacional*, considerando Sociedade Internacional: “um

grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de que se concebem a si mesmos ligados por um conjunto comum de regras nos relacionamentos uns com os outros, e compartilham o funcionamento de instituições comuns” (BLANCO, 2017, p.87). Interessante notar que o principal autor da Escola Inglesa é Hedley Bull, porém, a Escola conta com a participação de Barry Buzan, que é um dos pioneiros na Escola de Copenhague, objeto de pesquisa do presente trabalho.

O segundo aporte teórico utilizado por Blanco é a contribuição do francês Michel Foucault. Os conceitos de *normal* e *anormal* presente no artigo estão baseados na produção de Foucault, porque este entende por normal a condição primária e base da normalização, a norma em si. Todos os que estiverem fora da norma, os anormais, sofrerão intervenção para que se tornem mais próximos do normal: “Portanto, os «anormais» sofrem intervenções, por intermédio de uma variedade de instituições, técnicas e práticas, a fim de os fazerem comportar-se como os «normais»” (BLANCO, 2017, p.90).

Essa intervenção é gerenciada pelo governo e os comportamentos individuais anormais são corrigidos por meio da disciplina. Quando a anormalidade ocorre em um conjunto de indivíduos, a correção é feita por meio da biopolítica, que é aplicada aos homens e mulheres como seres vivos e não como indivíduos apenas. Com a definição desses conceitos-chave o autor passa à análise das operações de paz. Segundo ele:

Portanto, as operações de paz podem ser entendidas como um dispositivo normalizador que busca governar estados e populações pós-conflito, de modo a conduzir suas condutas, tanto por meio da tentativa de disciplinar o Estado pós-conflito enquanto uma entidade política individual na sociedade internacional, quanto por meio do exercício do poder biopolítico sobre os processos de apoio e suporte às vidas de suas populações. Consequentemente, as operações de paz podem ser problematizadas enquanto um dispositivo normalizador desenhado para atuar em ambas as sociedades problematizadas pela Escola Inglesa – as de primeira e de segunda ordem.

A evolução das operações de paz após a guerra fria, com a inclusão de diversos elementos civis e não só militares, demonstra a possibilidade de aplicação desses conceitos teóricos. O cenário leva a política internacional a aplicar dispositivos vistos como emergenciais, o atendimento de uma necessidade urgente. As noções de emergência na sociedade internacional e a de necessidade urgente de correção de conduta anormal estão intimamente vinculadas ao pensamento de violência, insegurança e pobreza e, nesse aspecto, a corrente teórica de estudos da paz contribuiu com a construção do conceito de segurança.

Apesar de não falar especificamente do conceito de segurança, os estudos da paz muito contribuem para a evolução do conceito. Com Galtung foi possível perceber que existe relação

entre segurança e ausência de violência, apesar de todas as correntes teóricas anteriores tratarem a segurança em um estado de sentimento – como me sinto inseguro.

Os estudos da paz vinculam o conceito ao empírico ao analisar a ausência de violência. Com a visão contemporânea da corrente, a contribuição permanece, primeiro por apresentar o nível de complexidade abordada aqui ao pensar a sociedade internacional. Depois por trazer luz a dois aspectos não mencionados anteriormente: a correção de condutas vistas como anormais e o tom emergencial com que é tratada. Dessa forma, os estudos da paz trouxeram importante contribuição para a construção do conceito de segurança.

1.2.5 Estudos Feministas de Segurança

Os estudos feministas também fizeram importantes contribuições para os estudos de segurança. Para demonstrar essas contribuições serão apresentados dois trabalhos, o primeiro é o clássico texto de Ann Tickner: *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*, publicado em 1992 e amplamente debatido nos anos 2000. O segundo texto apresentado será de Cynthia Enloe: *Base Women*, que teve sua primeira publicação em 1969, mas que será trabalhado aqui segundo a versão do capítulo do livro *International Security*, de 2007.

Tickner (TICKNER, 1992) tem como propósito principal em seu livro pensar até que ponto a política internacional é uma esfera de atividade tão completamente masculinizada que as vozes das mulheres são consideradas inautênticas. O objetivo da autora é entender como foi construído esse cenário, partindo da política de segurança, em específico.

Com seu foco na alta política, na política da guerra e na *Realpolitik*, a tradicional disciplina acadêmica ocidental de relações internacionais privilegia questões que crescem a partir das experiências dos homens. A disciplina leva seus acadêmicos a acreditarem que as políticas de guerra e poder são esferas de atividade com as quais os homens têm uma afinidade especial e que suas vozes na descrição e prescrição para este mundo são, portanto, mais autênticas (TICKNER, 1992, p.5).

O pensamento de Tickner converge para a aceitação de que a segurança deve ser entendida como ampla, e onde diversos temas podem ser considerados de segurança. Definir segurança em termos de eliminação da violência física, estrutural e ecológica é bastante compatível com as teorias feministas que há muito se preocupam com todas essas questões.

Pensar em segurança em termos multidimensionais permite evitar a priorização de questões militares, que têm sido centrais na agenda das relações internacionais tradicionais, mas

que estão mais distantes das experiências das mulheres. Apesar de convergir com a agenda estendida, Tickner propõe uma inovação, pois nenhum desses novos pensamentos considerou a segurança de uma perspectiva de gênero. Segundo a autora, qualquer perspectiva feminista argumentaria que uma segurança verdadeiramente abrangente não pode ser alcançada até que as relações de gênero, de dominação e subordinação sejam eliminadas (TICKNER, 1992, p.17).

Importante notar que a autora se propõe a analisar a construção do cenário político que utiliza o conceito de segurança desenvolvido pelo *mainstream* que é masculino. Desta forma, a obra da autora está baseada na crítica à construção do discurso acadêmico do conceito de segurança.

A autora critica a teoria realista e neorrealista que são as duas principais retóricas utilizadas na segurança nacional. O primeiro ponto de crítica é a realidade como dada, correntes anteriores já posicionaram a mesma crítica, conforme visto anteriormente nesse capítulo. A corrente feminista também corrobora com a tese da construção social de temas de segurança, com uma nova reflexão de que essa construção é realizada do ponto de vista dos homens, o que enviesa a análise (TICKNER, 1992, p.36).

A autora argumenta que a linguagem usada para descrever conceitos nas teorias de Relações Internacionais é o resultado de um ponto de vista histórico, centro ocidental, que desenha exclusivamente experiências de homens: “Underneath its claim to universality this worldview privileges a view of security that is constructed out of values associated with hegemonic masculinity”²⁴ (TICKNER, 1992, p.36).

Ao pensar a segurança internacional, as Relações Internacionais concentram sua literatura e estudos em versões masculinas, mas isso não significa que mulheres não estavam escrevendo sobre segurança nacional. O pós-Guerra Fria revela que, como ocorreu nos estudos de segurança, nos estudos feministas de segurança existe também uma dicotomia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

As mulheres dos países desenvolvidos estão preocupadas com as armas nucleares e a retórica está concentrada no desarmamento. Enquanto que as mulheres dos países em desenvolvimento escrevem sobre violência estrutural, definindo a insegurança associada ao

²⁴ “Por baixo de sua pretensão de universalidade, essa visão de mundo privilegia uma visão de segurança que é construída a partir de valores associados à masculinidade hegemônica.” (Tradução livre)

imperialismo, militarismo, racismo e sexismo²⁵. Porém, todas concordam que segurança não significa nada se for construída na insegurança de outros, como propõe o realismo (*Idem*, p.36).

The final document of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women, held in Nairobi in 1985, offered a similarly multidimensional definition of security. The introductory chapter of the document defined peace as "not only the absence of war, violence and hostilities at the national and international levels but also the enjoyment of economic and social justice." All these definitions of security take issue with realists' assumptions that security is zero-sum and must therefore be built on the insecurity of others²⁶ (TICKNER, 1992, p.36)

A proposta de retirar o ênfase da dimensão militar, como a proposta de consideração da violência sistêmica, foi recusada pela academia e pelos fóruns de debate internacional. Para a autora, as mulheres pesquisadoras da paz estavam entre as pioneiras na redefinição contemporânea da segurança, embora seus trabalhos não recebessem a atenção que mereciam. Nesse ponto se encontra a grande crítica da autora: a falta de atenção da academia às produções femininas sobre segurança.

Desta forma, é possível perceber que o texto de Tickner apresenta uma importante contribuição ao demonstrar que os estudos feministas de segurança internacional já apontavam, no período da Guerra Fria, que a segurança internacional deveria ser tratada de maneira estrutural. Dadas essas várias definições de segurança oferecidas pelas mulheres, é evidente que as perspectivas feministas sobre segurança surgiram de pressupostos bem diferentes sobre o indivíduo, o Estado e o sistema internacional.

Cynthia Enloe também contribui para a construção dos estudos feministas de segurança. Assim como Ticker, Enloe trabalha com a invisibilidade feminina. A diferença é que Ticker trabalhou com invisibilidade acadêmica, a falta de a voz feminina ser escutada na academia quando se trata de estudos de segurança, e Enloe trabalhou com bases militares. Para a autora, exceto quando as bases levantam questões sobre doutrina estratégica internacional ou flagrantes violações da soberania nacional, elas parecem desaparecer no pano de fundo da vida cotidiana.

²⁵ Segundo Tickner (1992) os registros dessa produção bibliográfica feminina podem ser encontrados no documento final *World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women*, que ocorreu em Nairóbi, em 1985. (TICKNER, 1992, p.36)

²⁶ "O documento final da Conferência Mundial de Revisão e Avaliação das Conquistas da Década das Nações Unidas para as Mulheres, realizado em Nairóbi em 1985, ofereceu uma definição de segurança igualmente multidimensional. O capítulo introdutório do documento definia a paz como não apenas a ausência de guerra, violência e hostilidades nos níveis nacional e internacional, mas também o gozo da justiça econômica e social. Todas essas definições de segurança colocam em questão os pressupostos dos realistas de que a segurança é de soma zero e, portanto, deve ser construída com base na insegurança dos outros" (Tradução livre).

Esse pano de fundo torna as mulheres invisíveis, exceto ocasionalmente como símbolos. Assim, serve para esconder o caráter estratégico da política sexual; ao fazê-lo, interpreta erroneamente o caráter real dos acordos de bases militares (ENLOE, 2007, p.106).

A base militar se camufla no cotidiano da cidade, torna-se parte do dia-a-dia dos locais e, para Enloe (2002), a normalidade que sustenta uma base militar em uma comunidade local repousa em idéias sobre masculinidade e feminilidade. Uma base estrangeira exige um ajuste especialmente delicado das relações entre homens e mulheres, pois se o ajuste entre homens locais e estrangeiros e mulheres locais e estrangeiras se romper, a base poderá perder sua camuflagem protetora. Pode se tornar alvo de ressentimentos nacionalistas, o que pode subverter a própria estrutura de uma aliança militar.

Enloe (2002) foca seu estudo nas bases militares americanas, britânicas e canadenses, e como a política de implementação e manutenção dessas bases lida com a figura da mulher. Desde a II Guerra Mundial até as bases da década de 1990, a mulher ocupou diversos papéis diferentes, seja na base do retorno dos militares aos seus países de origem, seja como administradoras da família durante o período dos homens nas bases. Mas também havia as mulheres que viveram no entorno da base e sua relação com os militares.

Mais recente na história dessas Forças Armadas, a presença de mulheres como militares foi se renovando ao longo dos anos. Ao analisar o conjunto, essas experiências aparentemente diferentes das mulheres se somam a uma política governamental de gênero. A teórica Enloe demonstra como, ao analisar bases militares, é possível ver uma política de gênero no setor mais tradicional das Relações Internacionais, o setor militar. As forças armadas precisam de mulheres para manter suas bases, mas precisam que elas imaginem pertencer a categorias excludentes (ENLOE, 2002, p.125).

As duas autoras apresentadas nessa subseção são apenas o início do pensamento feminista sobre segurança. O que lhes é comum é a identificação da falta de representatividade feminina ao pensar segurança e Relações Internacionais. Ambas as autoras deixam isso claro e demonstram também a importância do ponto de vista feminino. A primeira autora mostra a falta de representatividade feminina na academia ao se pensar estudos de segurança, não por não existirem mulheres estudando segurança, mas por a academia não considerar a produção dessas mulheres. Já a segunda autora demonstra a falta do ponto de vista feminino nos retratos de conflitos, mesmo que a relação entre masculino e feminino seja determinante para a organização dos conflitos contemporâneos. Desta forma, é possível concluir que os estudos feministas de segurança foram evidentemente importantes para a subárea como um todo.

1.2.6 Estudos Críticos de Segurança

Nas Ciências Sociais as teorias não são elaboradas no vácuo, elas estão ligadas e são desenvolvidas em um contexto social, histórico e intelectual. Em um contexto intelectual, os estudos críticos de segurança internacional estão ligados aos avanços da teoria política e da teoria social. Os estudos foram influenciados em parte pela literatura crítica da Ciência Política que enfatizou o impacto dos processos sociopolíticos sobre o surgimento e a estruturação de questões e instituições políticas, além da presença iminente de escolhas políticas normativas nas ciências sociais e na teoria política.

Já no contexto social e histórico, no final da década de 1970 e início da década de 1980, surgem novos movimentos sociais como, por exemplo, os que decorrem do debate sobre segurança interna, bem como outros eventos relacionados à Guerra Fria. Estes estão entre os acontecimentos mais importantes para a evolução dos estudos (BEHNKE, 2006, p.445).

É possível perceber que os estudos críticos têm duas grandes bases sustentadoras: a *Escola de Copenhague* e a *Escola Aberystwyth*, que têm raízes na teoria política como também no debate de teoria das Relações Internacionais, enquanto que a *Escola de Paris* tem suas raízes em teoria política e sociologia da migração. Esses dois conjuntos de encontros resultaram em uma plataforma cada vez mais institucionalizada para discussão das questões de segurança (*Idem*, p.446).

Iniciando a apresentação pela Escola de Aberystwyth, a obra utilizada é de Ken Booth, de 2007, o livro *Theory of World Security*. Este livro parte do pressuposto de que a sociedade humana global está vivendo uma nova crise, que iniciou, simbolicamente, com os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos, e que faz parte de uma crise maior, que o mundo enfrenta atualmente, nesta primeira metade do século XXI.

Para o autor se uma série de decisões-chave sobre a segurança mundial não são feitas nas duas primeiras décadas do século, e não são feitas com sensibilidade, então, no meio do século, a sociedade humana enfrenta a perspectiva de uma concatenação de turbulências globais, diferente de qualquer coisa no passado. Partindo desse ponto, o objetivo do autor é entender como a sociedade concebe ações de segurança e como a academia teoriza estudos de segurança (BOOTH, 2007, p.2). Para atingir os objetivos desse trabalho, serão apresentados apenas os resultados da teorização.

Booth (2007) inicia sua teorização determinando que segurança é, segundo a definição clássica do dicionário, a ausência de ameaça. Ao refletir sobre essa afirmação, é possível observar três elementos diferentes: *i.* a existência de um objeto referente – alguém ou alguma

coisa que está sendo ameaçada; *ii.* um perigo eminente e real; *iii.* o desejo de escapar da possibilidade nociva.

Porém, quando esse modelo é imposto à política mundial, as questões se tornam mais complexas à medida que as camadas da política estão envolvidas em torno dela. O primeiro ponto é o objeto referente: no nível de análise mundial, qual objeto deve ser analisado, Estados ou Indivíduos? Ao pensar no perigo eminente quais temas devem ser prioritários, militares, econômicos ou problemas de longo prazo? E o desejo de escapar da possibilidade nociva deve ser feita à força ou por negociação?: “Security, for sure, is a simple concept, not difficult to define, but how it is conceptualised and operationalised in the contingent contexts of world politics is not”²⁷ (BOOTH, 2007, p.101). O problema da segurança não é no sentido do conceito, mas na política do significado.

O primeiro ponto importante a ser salientado sobre a teorização de Booth é o seu alinhamento com a Escola de Copenhague, os Estudos da Paz e o Pós-Estruturalismo frente à importância do discurso. Booth também aborda em sua obra a relevância que o discurso terá para a materialização de um tema como o da segurança. Para o autor, nomear algo como segurança é propor um significado político, que leva a uma sensação de prioridade: “Once the security label has been attached to an issue, it changes from being a problem to a priority for society”²⁸ (BOOTH, 2007, p.109).

A seguir a obra apresenta pontos decisivos para a sua teorização, que diferem das abordagens anteriores, contribuindo para a construção do conceito de segurança. A primeira das contribuições de Booth esta relacionada à *sobrevivência*. Conforme visto nesse trabalho, para os neorrealistas, os estudos estratégicos e os pós-estruturalistas, o conceito de segurança está vinculado à sobrevivência do Estado. Assim também é pensado na Escola de Copenhague – conforme será visto no próximo capítulo.

Porém, para Booth, segurança vai além de sobreviver: quanto mais a vida de um indivíduo é determinada por inseguranças, menores são seus espaços de escolha e ação efetiva. Ao pensar na história mundial dos conflitos, o autor demonstra que revoluções e atividades políticas violentas raramente são resultado de movimentos dos indivíduos mais pobres e mais fracos. Segundo este, “those who lives are most determined”²⁹ (BOOTH, 2007, p.107): os

²⁷ “A segurança, com certeza, é um conceito simples, não difícil de definir, mas como é conceituado e operacionalizado nos contextos contingentes da política mundial não o é.” (Tradução livre)

²⁸ “Uma vez que o rótulo de segurança foi anexado a um problema, ele deixa de ser um problema para ser uma prioridade para a sociedade.” (Tradução livre)

²⁹ “Aqueles que vivem são os mais determinados.” (Tradução livre)

conflitos são gerados por aqueles que “vivem”, ou seja, aqueles indivíduos que têm riqueza suficiente para viver a vida e não aqueles que passam os dias tentando sobreviver. “Survival is being alive; security is living”³⁰ (BOOTH, 2007, p.107).

Ao falar de segurança, Booth não fala apenas de sobrevivência, fala de viver em segurança. Complementar a isso, o autor traz para análise o conceito de *emancipação*. Para o teórico, a segurança só se estenderia a toda sociedade mundial quando a política emancipadora progredisse na erradicação de opressões estruturais e contingentes. Realizar a emancipação é praticar a segurança:

the non-dualistic relationship between security and emancipation means that to practise security (freeing people from the life-determining conditions of insecurity) is to promote emancipatory space (freedom from oppression, and so some opportunity to explore being human), and to realise emancipation (becoming more fully human) is to practise security (not against others, but with them)³¹ (BOOTH, 2007, p.115).

Ao falar de segurança, o autor evidencia a emancipação humana. Desta forma, seu conceito de segurança está vinculado aos indivíduos e não ao Estado, como nas visões anteriores. O Estado representaria, segundo Booth, o meio e não o fim, por serem produtores de segurança. Os Estados são muito diversos entre si para que sejam a base do conceito de segurança.

Dessa forma a teoria crítica de Aberystwyth apresenta um ponto de alinhamento com as correntes anteriores: o discurso. Mas traz importantes pontos de inflexão, sendo eles a importância do Estado para o conceito de segurança, apresentando o indivíduo como ponto de reflexão, alinhando assim o conceito com o de segurança humana, além de uma variável completamente nova para o conceito: a emancipação. Deixa-se de pensar segurança apenas como sobrevivência de Estados e passa-se a pensar em novos elementos para segurança, tais como a emancipação dos indivíduos.

Ainda como parte dos estudos críticos de segurança, a Escola de Paris apresenta importantes resultados. Nesse trabalho serão apresentados os resultados disponibilizados no artigo *Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease*, do principal autor da Escola de Paris, Didier Bigo (2002). Este demonstra em seu estudo uma preocupação com o tema da migração, faz um paralelo com a teoria de securitização e evidencia

³⁰ “Sobreviver é estar vivo, viver é segurança” (tradução livre)

³¹ “A relação não-dualista entre segurança e emancipação significa que praticar a segurança (libertar as pessoas das condições de insegurança) é promover o espaço emancipatório (liberdade da opressão e, portanto, alguma oportunidade de explorar o ser humano) e realizar a emancipação (tornar-se mais plenamente humano) é praticar a segurança (não contra os outros, mas com eles).” (Tradução livre)

que a securitização não explica o fenômeno da segurança migratória, porque a securitização é ontologicamente vinculada ao Estado que, por sua vez, não tem interesse em políticas migratórias: “So the refusal to take into account the critical discourses can be characterized not as a lack of knowledge but as a policy of forgetting, or as a denial.”³² (BIGO, 2002, p.65).

Continuando em sua reflexão sobre o Estado, Bigo utiliza-se dos autores Bourdieu e Giddens ao criticar a análise limitada ao Estado. O autor afirma que a prática da segurança não é algo dado naturalmente. Segurança é um resultado de atos políticos feitos por políticos e especialistas ao gerenciarem ameaças. Os políticos de um Estado optam por gerenciar migrantes como uma ameaça. Isso é uma narrativa ativada para fins de jogos políticos, de forma a permitir que cada político se distancie de outros políticos, mas dentro das mesmas regras do jogo. Desta forma, é possível afirmar que é uma construção social do tema. Através da retórica, os políticos constroem uma figura do inimigo para gerar um discurso contra-subversivo e um programa de lei-e-ordem. (BIGO, 2002, p.68)

Dois pontos relevantes são levantados por Bigo até esse momento. O primeiro é que se trata de mais uma corrente teórica que evidencia a importância do discurso para a segurança. Mas aqui ele vai além e vincula o discurso com a construção social do tema. O segundo ponto é o Estado: Bigo afirma que na retórica política, o Estado é tido como uma bolha, como um corpo, com fronteiras que o isolam dentro de uma bola e nada pode transpassar, romper essa bolha ou esse corpo sem que seja autorizado pelo próprio Estado:

These figures of discourse concerning immigration as a "penetration" are created by the professionals of politics and based on a central presupposition made by politicians about their own capacity of governance in relation to the state: the presupposition that it is possible to control the flow of individuals at the borders of the state³³ (BIGO, 2002, p.69)

Quem assume que os políticos profissionais têm um poder que eles não querem perder em relação ao seu direito de aceitar ou recusar o movimento diário de pessoas de outros países? Assim como outros temas de segurança são trabalhados na retórica política limitada ao Estado como corpo. A segurança é considerada pelos grupos mais tradicionais como o ápice de um problema político em que medidas excepcionais, medidas além da lei, precisam ser tomadas. Assim, o próprio processo de segurança é o resultado da mobilização do trabalho dos discursos

³² “Assim, a recusa em levar em conta os discursos críticos, pode ser caracterizada não como uma falta de conhecimento, mas como uma política de esquecimento, ou como uma negação” (Tradução livre).

³³ “Essas figuras do discurso sobre a imigração como “penetração” são criadas pelos profissionais da política e baseadas em um pressuposto central dos políticos sobre sua própria capacidade de governança em relação ao Estado: o pressuposto de que é possível controlar o fluxo de indivíduos nas fronteiras do estado.” (Tradução livre)

políticos e das práticas das agências de segurança, com base no argumento do perigo e da emergência.

Avançando em sua obra, Bigo apresenta mais um elemento importante para a análise do conceito de segurança: a importância do *Professional Manager of Unease*, em português algo similar a Gerente Profissional de Desconforto. Não se trata do político profissional, mas sim da equipe técnica especializada em segurança, que acredita deter a tecnologia e os segredos para determinar o que é seguro e o que é inseguro.

É um grupo que se distancia dos demais políticos por acreditar que os demais são amadores e não detentores do conhecimento – *know-how* – dos temas de segurança do Estado. Com isso, cria-se uma comunidade de reconhecimento mútuo e impera uma lógica de aceitação implícita de reivindicações feitas por outros profissionais, não apenas no que diz respeito à substância dessas afirmações, mas também às formas e tecnologias de aquisição de conhecimento (BIGO, 2002, p.75).

Para entender esse grupo o autor propõe a noção de *Habitus*, de Bourdieu, como forma de antecipar o movimento desses grupos-alvo no espaço, bem como a evolução de seu comportamento, juntamente com a possibilidade de administrar uma *bolsa de valores* do medo em nível transnacional, mantendo o sigilo de pessoas de fora.

Esse grupo compartilha um tipo específico de senso de jogo. Para Bigo, eles têm uma ilusão em comum, eles acreditam e reagem de forma similar. Eles criaram a segurança como o objeto "legítimo" de seus discursos, investindo mão-de-obra, tempo, aparato estatístico e outras rotinas que dão forma a rótulos políticos. O resultado dessa articulação do grupo é que o processo de segurança é o resultado de um efeito de campo no qual nenhum ator pode ser o mestre do jogo, mas no qual o conhecimento de todos e os recursos tecnológicos produzem uma hierarquia de ameaças (*Idem*, p.76).

Bigo, representando o que aqui foi nominado de Escola de Paris, apresenta importantes argumentações para o avanço do conceito de segurança. Primeiro é mais uma confirmação da importância do discurso. Como outras correntes, Bigo baseia seu pensamento na importância desse elemento para análise. Para além disso, o autor apresenta uma importante reflexão sobre o Estado na formulação desse discurso: o imaginário que foi criado do Estado como um corpo, como uma bolha. E, por fim, o teórico também chama a atenção para o *Habitus* do Gerente Profissional do Desconforto, como a visão desse grupo, mesmo que enviesada, legitima o que é considerado segurança nos Estados.

Nesse capítulo foi possível perceber o grande avanço que o conceito de segurança teve desde seu início como objeto das teorias de Relações Internacionais. Visando mostrar o Estado da Arte do conceito de segurança, o trabalho apresentou oito diferentes abordagens para a definição de *segurança*.

Partindo da visão clássica dos Estudos Estratégicos e especificamente na área de Relações Internacionais, o Realismo, o capítulo buscou mostrar pontos em comum e pontos de divergência entre os conceitos. O Quadro 1 abaixo busca sintetizar os principais avanços de cada corrente teórica:

Quadro 1. Avanços teóricos na área de segurança

Corrente Teórica	Avanços
Estudos estratégicos	Estratégia de conflitos
Neorealismo	Estrutura internacional
Pós Estruturalistas	Discurso e identidade
Pós Colonialistas	Agenda ampliada de segurança
Estudos de Segurança Humana	Seres Humanos
Estudos da Paz	Política Internacional
Estudos Feministas de Segurança	Gênero na construção acadêmica
Estudos Críticos de Segurança	<i>Habitus</i> e Emancipação

Fonte: A autora

O Quadro 1 buscou sintetizar as principais contribuições, esquematizando o que foi visto ao longo do capítulo. Tendo compreendido os avanços do conceito de segurança e como os pares avançaram em sua definição, o próximo capítulo buscará apresentar o conceito de securitização da Escola de Copenhague, compreendendo como a Escola se posiciona dentro desse espectro teórico e quais foram as suas contribuições.

2 ESCOLA DE COPENHAGUE

O trabalho apresentou, até esse ponto, a evolução do conceito de segurança nas Relações Internacionais. Com o estado da arte sistematizado, foi possível observar que, juntamente com o desenvolvimento teórico da área de Relações Internacionais, também evoluiu o conceito de segurança, mas não na forma de rupturas. A cada década se avançou um passo no estudo da segurança, demonstrando que a academia se manteve atualizada frente à política internacional de segurança.

Os avanços realizados merecem ser pontuados. O primeiro deles é o avanço dos estudos estratégicos para a teoria realista e, na sequência, para a teoria neorrealista. Esse avanço significou a mudança ontológica dos estudos de segurança. Estudos estratégicos estão mais focados em estratégias militares, enquanto os estudos seguintes buscam a origem no Estado, mesmo que o tema principal ainda seja o militar. A teoria de Copenhague manterá essa mesma linha, conforme será visto nas próximas páginas.

Outro ponto de destaque ao analisarmos o conceito de segurança é a constatação da importância do discurso para a segurança internacional. A Escola de Copenhague utilizará essa descoberta, feita pelos autores anteriores da área, e esse ponto também será retratado nesse capítulo. A teoria de securitização se valerá, além disso, da ampliação da agenda de segurança, conforme visto anteriormente. As correntes Estruturalista, Pós-Colonialista, a Segurança Humana e a feminista detectaram a necessidade de estudar segurança de forma ampla e não apenas com o foco na questão militar.

Após apresentarmos o Estado da Arte do conceito de segurança, abordando principalmente sua evolução, chegamos ao conceito de securitização da Escola de Copenhague. O presente capítulo terá como objetivo analisar a Escola de Copenhague para compreender todas as facetas colocadas e a metodologia proposta por seus estudiosos, bem como os avanços realizados nos últimos dez anos. Nesse momento serão apresentadas as obras dos principais autores da Escola: Buzan, Wilde, Weaver e a contemporânea Hansen. Além dessas obras, a última seção desse capítulo analisa alguns estudos dos principais críticos da escola.

2.1 CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO

As academias da Europa acompanhavam o movimento de renovação teórica dos conceitos de segurança utilizados nas relações internacionais. Além disto, as marcas da Segunda Guerra Mundial permaneciam no dia-a-dia europeu, o que favorecia um processo de criação de

uma identidade europeia e de unificação das políticas de defesa e segurança. Neste contexto foi criada, em 1985, a Escola de Copenhague, originalmente chamada de Copenhagen Peace Research Institute (TANNO, 2003, p.48).

A Escola, inicialmente liderada por Barry Buzan, Lene Hansen, Ole Waever e Jaap de Wilde, surgiu da insatisfação com o engessamento da teoria tradicionalista: a teoria realista que mantinha apenas o Estado e suas questões militares como foco das questões de segurança. Essa insatisfação foi estimulada pelas agendas internacionais ambientais e econômicas durante as décadas de 1970 e 1980.

O argumento chave dos pensadores da escola era que a teoria tradicional era mantida por precaução. Existia a preocupação de que questões não militares se tornassem questões de segurança e gerassem efeitos indesejáveis e contraproducentes nas relações internacionais (BUZAN, BARRY; WAEVER, OLE; WILDE, 1998).

Para os autores de Copenhague ocorreu uma evolução nos estudos de segurança internacional principalmente após a II Guerra Mundial. Segundo eles, foram três grandes diferenças que marcaram essa evolução no entendimento do conceito de segurança. A primeira diferença está nesse conceito chave. Após a II Guerra, estudiosos de segurança deixaram de pensá-la apenas como defesa ou apenas como ataque, houve uma abertura para questões políticas e sociais dentro destes estudos. A segunda mudança foi na abordagem de um novo problema: as armas nucleares. Utilizar apenas meios militares para entender segurança não era mais suficiente para compreender o uso ou o não uso de armas nucleares. O contexto era significativamente diferente daquele que antecedeu à II Guerra Mundial. A disputa nuclear se tornou a arte de evitar guerras, mas sem ser militarmente derrotado ou coagido. E a terceira grande mudança foi a existência de um caráter civil fortalecido, onde as questões deixaram de ser puramente militares. Eram necessárias novas especialidades para desabilitar o oponente. Era preciso, por exemplo, atingir o inimigo também em suas questões econômicas (SILVA, 2013, p.16).

Os autores da Escola de Copenhague desenvolveram a sua teoria. O primeiro aspecto relevante da teoria dinamarquesa é a clareza de que não se trata de uma ruptura com as teorias clássicas de Relações Internacionais. Os autores optaram por lançar mão de alguns aspectos das principais teorias para desenvolver um novo conceito de securitização (SILVA, 2013, p. 25).

O significado do conceito de securitização reside no seu uso e, por isso, não é algo que possa ser definido analítica ou filosoficamente de acordo com o que seria melhor. O significado não está no que as pessoas conscientemente acham que o conceito significa, mas na forma como

ele implicitamente é usado ou não usado, ou seja, a securitização de um tema é uma construção social. O tema é designado como uma questão de segurança e é aceito por sua audiência como tal por meio de uma construção entre atores. Sendo esse um vínculo da securitização com o construtivismo.

Para entender melhor a securitização foram criadas categorias operacionais: 1) Objetos referentes; 2) Agente securitizador; e 3) Atores funcionais. *Objeto referente* é um tema que é percebido como uma ameaça existencial. O *agente securitizador* é o ator que reivindica a existência de uma ameaça para o objeto referente, que identifica esse objeto como uma ameaça, podendo ser não apenas o Estado, mas também organizações, indivíduos, grupos transnacionais, grupos sociais e, por fim, os *atores funcionais*, que não pertencem a nenhum dos dois grupos anteriores, mas participam de forma direta ou indireta na dinâmica de segurança de um setor (VILLA; SANTOS, 2011).

O objeto referente percorre o caminho de não politizado para politizado e, então, para securitizado, podendo a qualquer momento retroceder, o que é denominado *dessecuritização*. O lugar que o objeto encontrará no espectro depende das circunstâncias deste tema. Segundo os autores, estas circunstâncias variam de Estado para Estado: “In practice, placement varies substantially from state to state, and also across time”³⁴ (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24).

Nos casos de objetos referentes que caminham para a securitização, os autores afirmam que o objeto é designado como um problema de segurança internacional por ser argumentado como tal. Assim como o autor construtivista Onuf explica que o mundo é uma construção social feito por fala, conversas e relações sociais, a Escola de Copenhague apresenta o conceito de securitização como uma construção social: se um objeto é visto como um tema de segurança significa que houve uma arguição neste sentido, demonstrando em sua defesa que determinado objeto é mais importante que outros. A questão é assim apresentada como uma ameaça existencial, conforme pode-se notar no seguinte texto:

In case of security, textual analysis suggest that something is designated as na international security issue because it can be argued that this essue is more importante than other issues and shoud take absolute priority. This is the reason we link the issue to what might seem a fairly demanding criterion: that the issue is presented as an existential threat.³⁵ (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24).

³⁴ “Na prática, o posicionamento varia substancialmente de Estado para Estado e ao longo do tempo.” (Tradução livre)

³⁵ “No caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como um problema de segurança internacional porque pode-se argumentar que esta questão é mais importante do que outras questões e por isto deveria ter prioridade absoluta. Esta

Para a teoria de securitização, qualquer tema pode ser alocado no espectro de não politizado, politizado ou securitizado, podendo se mover entre eles. *Não politizado* quando o Estado não está envolvido na questão e não é uma questão de debate ou decisão pública. *Politizado* significa que o assunto faz parte da política pública do Estado e requer decisões governamentais, alocação de recursos ou qualquer outra forma de governança. E por *securitizada* entende-se que a questão é apresentada como uma ameaça existencial, exigindo uma medida emergencial e justificada para ações fora dos procedimentos políticos padrões (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 23). Ou nas palavras dos autores:

In theory, any public issue can be locate on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented an existential threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure). (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 23)³⁶

A securitização, no início de seu processo, trata de uma argumentação sobre o futuro, sobre alternativas futuras, na maioria das vezes hipotéticas e contrafactuais. Os argumentos sempre envolvem duas predições: o que irá acontecer se não for tomada uma ação securitizante e o que ocorrerá se a ação for tomada. Sendo assim, conclui-se que estudos de securitização são basicamente estudos qualitativos. Com esta análise teórica chega-se ao seguinte quadro:

Quadro 2. Securitização: a proposta da Escola de Copenhague

Categoria	Valor
Não Politizado	- Estado não é envolvido - Não existe debate ou decisão pública

é a razão pelo qual se vincula a questão com o que pode parecer um critério bastante exigente: a questão é apresentada como uma ameaça existencial”. (Tradução livre)

³⁶ “Em teoria, qualquer questão pública pode se localizar no espectro que vai de não politizada (ou seja, o Estado não lida com isso e não é, em qualquer outra forma, uma questão de debate público ou decisão pública) para o politizado (significando que o assunto faz parte da política pública, exigindo decisão do governo e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governo comunal) para securitizado (significando que o problema é apresentado como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justifica ações fora dos limites normais de procedimento político).” (Tradução livre)

Categoria	Valor
Politizado	<ul style="list-style-type: none"> - Há uma política pública - Há decisões governamentais - Há alocação de recursos
Securitizado	<ul style="list-style-type: none"> - É uma ameaça existencial - Exige uma medida de emergência - Justifica ações fora dos procedimentos políticos normais

FONTE: A Autora (2013)

O desenvolvimento da questão de um estágio para o outro dependerá do sucesso do discurso do agente securitizador e de seu poder político. O sucesso do discurso dependerá de dois pontos principais: de um *ponto interno*, que é linguístico e gramatical, e envolve uso de linguagem apropriada, e de um *ponto externo*, que é relacionado ao contexto social, ou seja, o agente precisa deter uma posição a partir da qual o ato pode ser feito, uma posição de autoridade.

O sucesso do discurso é uma combinação entre linguagem e sociedade, combinação de características intrínsecas tanto do discurso como do público ouvinte que autoriza e reconhece o discurso. Conforme os autores, trata-se da gramática da securitização e de construir uma trama que inclua a ameaça existencial, o ponto de não retorno e uma possibilidade de saída.

O agente securitizador argumentará em prol do objeto referente, alegando que o mesmo sobrepassa a lógica política normal. O ator busca conquistar o direito de lidar com a questão por meios extraordinários, quebrando as regras normais dos trâmites políticos. A ameaça justifica medidas que diferem das que seriam tomadas na esfera pública da política.

A securitização pode assim ser identificada como uma política do pânico, quando determinados assuntos se tornam confidenciais e passam a ser tratados sem se respeitar as regras comuns, conferindo às autoridades públicas poderes adicionais que possibilitam o desempenho de atividades que, em outras circunstâncias, seriam consideradas ilegais.

A securitização é, portanto, uma prática autorreferencial, pois é nesta prática que a questão se torna um problema de segurança. Conforme Villa e Santos (2011), a natureza existencial da ameaça é diferente da percepção de segurança tradicional. As ameaças são construídas, trazidas da condição inicial em que têm uma dada natureza e transformadas para adquirir uma nova natureza. Sendo assim, neste processo, a securitização pode se referir a ameaças reais ou não.

Um tema é visto como uma questão de segurança quando é argumentado como uma ameaça existencial para um grupo ou instituição. Conforme afirmam os autores de Copenhague: “Security is thus a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes

a security issue – not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented as such a threat”³⁷. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Porém, um discurso que apresenta uma ameaça existencial por si só não pode criar a securitização. O discurso faz parte do movimento de securitização. O discurso do agente é necessário, porém não é suficiente. Para que ocorra o processo por completo é necessário que a audiência do agente o aceite como tal. A securitização não é imposta. O ponto crucial para a securitização é que o objeto referente deve ser discutido, debatido, para ganhar ressonância suficiente para que adquira legitimidade.

É preciso defender a necessidade de medidas emergenciais, demonstrar que a situação chegou a um ponto sem retorno para que a audiência aceite e legitime que ações emergenciais sejam tomadas: “Securitizations is not fulfilled only by breaking rules nor solely by existential threats, but by cases of existential threats that legitimize the breaking of rules”³⁸. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 25).

Sendo assim, a definição e os critérios exatos de securitização são constituídos do estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com substanciais efeitos políticos. Segundo os autores, o caminho para estudar a securitização é examinar discursos e políticas, pois é preciso perceber quando um argumento com esta estrutura particular – ameaça e efeitos políticos – atinge uma audiência suficiente para tolerar as violações das regras.

Quando em um debate o agente securitizador consegue se libertar das regras e procedimentos, convencendo seu público da prioridade e urgência de uma ameaça existencial, aí sim, testemunha-se um caso de securitização. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Desta forma, o sucesso de uma securitização depende de três componentes: identificação de uma ameaça existencial, ações de emergência e a legitimação para que ocorra livremente a quebra de regras. Conforme Villa e Souza (2011) explicam:

A um ato do discurso ou da linguagem e um ator que se apresenta da seguinte forma: confere-se a uma questão política um caráter emergencial, ou seja, transforma-se um problema da esfera política numa questão de segurança. Este passo não depende só dos atores, sendo necessário que uma audiência e que a questão seja identificada pelo *auditorium* como uma ameaça existencial a sobrevivência de um objeto referente. (VILLA; SOUZA, 2011, p. 122).

³⁷ “Segurança é, portanto, uma prática auto referencial, porque é nesta prática que a questão se torna um problema de segurança, não necessariamente pela existência de uma ameaça real, mas porque a questão foi apresentada como tal”. (Tradução livre)

³⁸ “Securitizações não se cumprem apenas por quebrar regras, nem apenas por apresentar ameaças existenciais, mas por casos de ameaças existenciais que legitimam a quebra de regras.” (Tradução livre)

Dessa maneira conclui-se que este aspecto da teoria da Escola de Copenhague alinha-se a corrente construtivista e, como colocado pelos autores, a segurança é o que as unidades fazem dela: uma construção social. Este embasamento teórico pode ser percebido em outro aspecto teórico e não apenas no conceito de segurança. De maneira mais abrangente, a Escola adota o conceito de *construção social* para toda a realidade. Acredita-se que a realidade, da mesma maneira que questões de segurança, é resultado da interação social entre agentes e estrutura, e esta construção molda a realidade, o sistema em que vivemos.

Outro aspecto importante levantado pelo grupo de Copenhague é a não limitação da segurança ao setor militar, mas sim a necessidade de explorar a lógica da segurança em si para diferenciar questões meramente políticas de questões de segurança nacional ou segurança internacional. Os analistas da Escola consideram que os estudos de segurança são baseados na agenda estendida que abrange setores que auxiliam na análise de casos e é preciso ter em mente que existem ameaças existenciais e também medidas de emergência (BUZAN; HANSEN, 2009).

Nos anos 1970 e 1980, novas abordagens no campo de segurança sugerem a necessidade de incorporar novas dimensões ao conceito de segurança, entre as quais as dimensões econômicas e ecológicas. Os autores de Copenhague defendem a ampliação do conceito e criticam o privilégio concedido às questões militares nas análises desse campo. Para esses autores, é preciso reconhecer a existência de novas fontes de ameaças de natureza não-militar.

Para Rudzit (RUDZIT, 2002), apesar das divergências em torno do conceito de segurança, permanece um ponto em comum entre os analistas: a definição das ameaças como elementos que estão fora do Estado. A segurança, portanto, envolverá a proteção, fornecida e administrada pelo Estado, contra ameaças externas aos interesses vitais e aos valores básicos do Estado, do território e das populações por ele administradas.

A Escola de Copenhague optou pela adoção de um conceito ampliado de segurança. Nesse sentido, ela se inscreve entre as análises que sustentam a necessidade de redefinição do conceito de segurança com o propósito de compreender a segurança internacional no contexto da constatação de diversos problemas fundamentais da cena internacional contemporânea, tais como os efeitos da dinâmica econômica atual, as questões ecológicas e os conflitos intersociais decorrentes dos crescentes fluxos migratórios. Desta maneira, os autores definem que temas de segurança podem vir de cinco principais setores: ambiental, econômico, político, militar e societal.

O *setor militar* é o setor onde os temas estão relacionados às forças armadas, com isso, o objeto referência é, predominantemente, o Estado e as elites estatais são os agentes securitizadores mais importantes. Para os autores, a agenda do setor militar gira em torno da habilidade do governo de se manter contra ameaças militares internas e externas. Pode também envolver o uso do poder militar para defender o Estado ou o governo contra ameaças não militares à sua existência (BUZAN *et ali*, 1998, p. 50).

O *setor ambiental* apresenta duas agendas diferentes, a agenda científica e a agenda política. A agenda científica é mais baseada na ação não governamental, a agenda política é essencialmente governamental e intergovernamental. Ambas as agendas são uma construção social. A grande singularidade desse setor é a sua dependência da agenda científica. Em todos os setores, especialistas na área farão parte da construção do tema, mas no setor ambiental o entrosamento entre os especialistas – os cientistas – e setor público é ainda maior (BUZAN *et al.*, 1998, p.70).

Para os autores, as peculiaridades do *setor econômico* o tornam um setor difícil. A dificuldade está em parte na qualidade instrumental das unidades econômicas e na inerente insegurança das relações de mercado. Por outro lado, as consequências das ações econômicas em outros setores também devem ser consideradas. Nesse contexto, a linguagem de securitização é o caminho para falar da posição econômica nacional na política econômica sem abandonar o comprometimento com o consenso liberal (BUZAN *et al.*, 1998, p.115).

Para o *setor societal* é possível perceber que cada região pode produzir um viés para a dinâmica regional, mas mesmo nesse procedimento, alguns fatores globalizantes são encontrados. As duas forças encontradas no setor societal são: primeiro, o ciclo de pobreza, migração, migração por doenças e crime organizado; a segunda força é o choque de civilização, a economia política e a tentativa de homogeneização cultural (BUZAN, *et ali*, 1998, p.138).

Por último, o *setor político* refere-se à estabilidade organizacional e à ordem social. Seus principais temas estão ligados a ameaças à soberania estatal. Segurança política se espalha em duas direções diferentes: a primeira são as ameaças não militares às unidades estatais; a segunda é pensar a segurança política em defesa dos níveis do sistema, como a sociedade internacional ou o direito internacional. Em algum sentido todos os setores são políticos, todas as ameaças e defesas constituem a definição do setor político. A politização é política por definição e por extensão a securitização é sempre um ato político. Porém, o setor existe para os casos em que as ameaças em si são predominantemente políticas em sua forma (BUZAN, *et ali*, 1998, p. 142).

Por fim, se faz necessário salientar que a teoria de securitização não representa uma ruptura com o neorrealismo. A Escola de Copenhague demonstra se alinhar ao realismo em seu objeto de referência, que continua sendo o Estado, pois a ontologia continua sendo amplamente estatal. Esta afirmação foi anteriormente constatada por Villa (2007) e por Herz (2004). Segundo Mônica Herz, “Barry Buzan e Ole Weaver incorporam fluxos de interação envolvendo outros atores sociais, mas apenas na medida que são securitizados e o objeto de referência continua sendo o Estado” (HERZ, 2004, p.10).

Os autores Villa e Herz realizaram uma análise crítica dos setores propostos pela Escola, e estão certos ao afirmar que, apesar de ser baseado em um novo ponto de vista, a visão multissetorial, o conceito permanece atrelado ao realismo. É possível perceber este atrelamento ao realismo em dois momentos: na definição dos setores, no instrumento dado pela teoria para a definição de quais questões envolvem um setor específico; e na definição dos agentes securitizadores (SILVA, 2013, p.32).

Em ambos os casos, as análises de todos os setores se inicia com a reflexão da origem das questões a serem securitizadas e esta busca começa no Estado. Até mesmo nos setores ambiental e societal, que são os setores mais soltos da visão estatal, a busca da origem da ameaça inicia-se nos Estados. Além de buscar esta origem no meio estatal, o agente securitizador também é buscado nesse mesmo meio.

Primeiramente é verificada a possibilidade de Estados serem os securitizadores. Após eliminada esta possibilidade, parte-se para a busca de outros atores. Durante toda a obra dos autores de Copenhague, é possível perceber este vínculo ontológico com o Estado. Existem conceitos realistas que continuam presentes nas teorias modernas de segurança e percebe-se que determinadas características do realismo não caíram em desuso ou não se mostraram obsoletas, ultrapassadas ou não aplicáveis à realidade pós-Guerra Fria (Idem, p. 35).

Tendo em vista que o ponto ontológico é o Estado, faz-se mister descrever o que é o Estado para os autores. Para Buzan, o Estado é formado por três componentes, uma base física, uma ideia de Estado e um conjunto de instituições. A relação entre estes três componentes configura-se de inúmeras formas. Sendo assim, a análise de segurança deste Estado é conceitualizada de maneira abrangente, relacionando dinâmicas internas, mas também dinâmicas sistêmicas e amplas (BUZAN, 1991).

A *base física* é formado pela população e território, incluindo recursos naturais e riquezas produzidas. A *ideia de Estado* é um componente mais abstrato que vincula o modo intrínseco à identidade nacional e confere coesão ao arranjo político-sociedade-território.

Advém da noção de Nação e de princípios organizacionais que envolvem língua, religião, ideologias, raça, história e cultura. E, por fim, o *conjunto de instituições*, que são constituídos pelos executivo, legislativo, corpos administrativos e judiciários, leis, procedimentos e normas. A qualidade da dinâmica entre esses elementos determinará a formação de Estados fortes e Estados fracos. (TANNO, 2003, p.56).

Com isto, pode-se concluir que a percepção de Estado para as duas teorias não é semelhante. Assim como o conceito de segurança para a Escola de Copenhague é mais abrangente que para os realistas, o mesmo ocorre com o conceito de Estado.

Buzan conceitua o Estado de forma ampla, não apenas considerando questões externas, mas também levando em conta processos internos, tomadas de decisões e procedimentos domésticos do Estado. Já os realistas não levam em consideração os procedimentos internos, ou qualquer política doméstica, apenas aqueles ligados ao monopólio legítimo do uso da força. Sendo assim, este é um ponto de ruptura da teoria contemporânea com a teoria tradicional.

2.2 AVANÇOS NO CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO

Após o lançamento da obra *Security: a New Framework for Analysis*, em 1998, onde que os autores da Escola de Copenhague lançam o conceito de securitização, iniciam-se as críticas ao estudo produzido, e, como resposta a essas críticas, os autores vão aos poucos lapidando o conceito e o adaptando às mais variadas necessidades.

Neste trabalho, buscou-se a produção bibliográfica de cada um dos autores. Em seguida foram identificados trabalhos que retomavam o conceito de securitização. Com isso, ganham destaque 17 obras dos quatro principais autores da Escola:

Quadro 3. Obras contemporâneas da Escola de Copenhague

Ano	Autor	título	Formato	publicação
(1999)	Ole Waever	Securitizing Sectors	Artigo	Cooperation and Conflict Millennium
(2000)	Ole Waever e Cars Laustsen ³⁹	In Defense of Religion: Sacred Referent Objects for Securitization	Artigo	International Security
(2007)	Ole Waever	Securitization and Desecuritization	Capítulo de livro	International Studies Quarterly
(2009)	Lene Hansen e Helen Nissenbaum	Digital Disaster, Cyber Security, and the Copenhagen School	Artigo	

³⁹ O artigo publicado em 2000 não foi utilizado por não apresentar novos avanços teóricos, apesar de ser uma importante contribuição empírica para a subárea de segurança internacional (BAGGE LAUSTSEN; WÆVER, 2000).

Ano	Autor	título	Formato	publicação
(2010)	Barry Buzan e Lene Hansen ⁴⁰	Beyond the Evolution of International Security Studies?	Artigo	Security Dialogue
(2010)	Ole Waever ⁴¹	Towards a Political Sociology of Security Studies	Artigo	Security Dialogue
(2011)	Ole Waever	Politics, security, theory	Artigo	Security Dialogue
(2011)	Lene Hansen	The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective	Artigo	Security Dialogue
(2011)	Barry Buzan e Mathias Albert	Securitization, sectors and functional differentiation	Artigo	Security Dialogue
(2011)	Barry Buzan ⁴²	The national security problem in international relations	Capítulo de livro	Security Studies: A reader
(2011)	Barry Buzan ⁴³	Security in the twenty-first century	Capítulo de livro	Security Studies: A reader
(2011)	Ole Waever ⁴⁴	Securitization and desecuritization	Capítulo de livro	Security Studies: A reader
(2011)	Barry Buzan e Eric Herring ⁴⁵	Arms Race	Capítulo de livro	Security Studies: A reader
(2011b)	Lene Hansen	Theorizing the image for Security Studies: Visual securitization and the Muhammad Cartoon Crisis	Artigo	European Journal of International Relations
(2013)	Barry Buzan e George Lawson ⁴⁶	The global transformation: the nineteenth century and the making of modern international relations	Artigo	International Studies Quarterly
(2013)	Ole Waever e Maja Greenwood	Copenhagen–Cairo on a roundtrip: A security theory meets the revolution	Artigo	Security Dialogue
(2015)	Barry Buzan	The English School: A neglected approach to international Security Studies	Artigo	Security Dialogue

⁴⁰ Esse artigo não foi utilizado por não apresentar nenhum avanço teórico ao conceito de securitização da Escola de Copenhague. O artigo representa uma resposta endereçada a inúmeras críticas que os autores Barry Buzan e Lene Hansen receberam sobre o livro *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional* (BUZAN; HANSEN, 2009) – recentemente traduzido para o português (BUZAN; HANSEN, 2010).

⁴¹ Esse artigo não foi utilizado por não apresentar nenhum avanço teórico específico ao conceito de securitização. Waever (WÆVER, 2010) permanece no debate sobre o livro *A evolução dos Estudos de Segurança* (BUZAN; HANSEN, 2009).

⁴² Texto republicado. Publicação original de Barry Buzan, de 1991, *People States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post- Cold War Era*. Por ser um texto de 1991, está fora do recorte temporal proposto na seção (BUZAN, 1991a).

⁴³ Texto republicado. Publicação original de Barry Buzan, de 1991, *New patterns of global security in the twenty-first century*, *International Affairs*, vol. 67, no. 3, 1991, pp. 431–51. Por ser um texto de 1991, está fora do recorte temporal proposto na seção (BUZAN, 1991b).

⁴⁴ Texto republicado. Publicação original de Ole Waever, de 1998, *Securitization and desecuritization*, in Ronnie D. Lipschutz (ed.) *On Security* (New York: Columbia University Press, 1995), pp. 46–86. Por ser um texto de 1995, está fora do recorte temporal proposto na seção (WÆVER, 2007) (WÆVER, 1995).

⁴⁵ Texto republicado. Publicação original de Barry Buzan e Eric Herring, de 1998. *The Arms Dynamic in World Politics*, Boulder, CO: Lynne Rienner, 1998, pp. 83–118. Por ser um texto de 1998, está fora do recorte temporal proposto na seção (BUZAN; HERRING, 1998).

⁴⁶ Nesse texto os autores não tratam da teoria de securitização. O objetivo do artigo é examinar a falta de atenção dada pela área de Relações Internacionais (IR) ao século XIX e argumenta que essa falha define a disciplina em fundações tênues. Por não ser sobre securitização, não foi analisado nesse capítulo.

Ano	Autor	título	Formato	publicação
(2015)	Ole Waever	The theory act: Responsibility and exactitude as seen from securitization	Artigo	International Relations

Fonte: A Autora

Os avanços teóricos serão apresentados dentro de quatro eixos temáticos, buscando uma estrutura organizacional. Serão apresentados assim os avanços referentes aos setores, depois os referentes ao posicionamento teórico da teoria de securitização. Segue-se a isso uma apresentação sobre os avanços estruturais para, por fim, apresentar os avanços metodológicos feitos pela Escola. Os artigos não serão necessariamente apresentados de forma cronológica e única.

2.2.1 Eixo Setores

O primeiro tema que será apresentado nesse trabalho, baseado no que foi revisto pelos autores, são os setores. Em duas produções contemporâneas podemos perceber um ajuste em relação à definição de setores. O primeiro artigo produzido foi de Ole Waever em 1999, chamado *Securitizing Sectors?* e é uma resposta ao autor Johan Eriksson. A natureza política é inerente a qualquer tema de segurança e coloca uma questão ética em análise: Por que se diz que esse tema é de segurança? Quais são as implicações em fazer isso ou em não fazê-lo? Apesar da crítica de Eriksson se destinar à opção setorial da Escola de Copenhague, Waever busca, com esse artigo, desmistificar a contradição da análise setorial (WÆVER, 1999, p.334).

Ao propor os setores, os autores da Escola de Copenhague não determinam que existe segurança econômica, segurança militar, segurança política, segurança ambiental e segurança societal. O arranjo em cinco setores é uma organização analítica para que se possa rastrear de onde parte o discurso de segurança e o que está acontecendo com ele.

O objetivo ao apresentar essa forma analítica de pesquisa não foi expandir os setores, ou pensar em novos setores, mas sim trazer a questão analítica em direção a uma questão empírica: “We try conceptually and definitionally to be open, to create a formal concept, and to let the world be state-centric or not, widening or not”⁴⁷ (WÆVER, 1999, p.335).

Apesar de colocarem no livro cada setor de maneira separada, assim o fizeram para poderem identificar o objeto referência, as dinâmicas e os dilemas. Porém em uma situação política concreta é necessário ser intersetorial – *cross-sectorial* - para entender a situação

⁴⁷ “Tentamos conceitualmente e definicionalmente estar abertos, criar um conceito formal e deixar o mundo ser centrado no estado ou não, ampliando ou não.” (Tradução livre)

enfrentada pelos atores políticos. “Although we are quite resolute in declining a judgment on correct or in-correct securitization, we might envision a possible, additional usage of the approach as a critical tool for discussing securitizing actors.”⁴⁸ (*Idem*, p.337).

O autor continua e afirma que o objetivo não é detectar o que é um tema maior de segurança, ou o que não é um tema de segurança. O objetivo é ter um olhar na lógica implícita do discurso de segurança que clama por uma ameaça existencial e assegura a legitimação de medidas extraordinárias, entender a diferença entre a alegação *ameaça* e *questões de segurança*.

Ainda sobre setores, o artigo de Lene Hansen em parceria com Helen Nissenbaum apresenta também um importante avanço nessa temática específica da Escola de Copenhague. Em 2009, as autoras provam que é necessário falar em seis setores e não mais cinco setores como originalmente foram descritos. As autoras afirmam que o sexto setor é o Cibernético, e que o seu objeto referência não se encaixa em nenhum outro setor e por isso deve ser encarado como um setor à parte (HANSEN; NISSENBAUM, 2009, p.1156).

As autoras são enfáticas ao demonstrar que na subárea de segurança internacional pouco se fala sobre cibersegurança e as implicações disso. Quando um objeto referência é tomado como um problema de segurança envolve-se a ele toda uma normatividade e uma ação emergencial, da mesma forma que toda vez que não ocorre, o objeto referência não terá embasamento normativo e ações emergenciais de enfrentamento. O engajamento conceitual é essencial para a mobilização do discurso político. Foi assim no setor ambiental e é assim, segundo as autoras, no setor cibernético (*Idem*, p.1157).

Por fim, o último artigo que ajudará a reconstruir o eixo temático dos setores é de 2011, de Buzan em parceria com Albert, escrito para a *Security Dialogue*. Os autores afirmam que o objetivo desse artigo é rebater as críticas que surgiram à proposta de setores da Escola de Copenhague. Os autores expressam, logo no início do texto, que a criação dos setores não foi feita meramente para fins analíticos, ou como segmentos funcionalmente diferenciados da sociedade e portanto decidiram esclarecer esse aspecto e aprofundar a escolha de divisão por setores da Escola de Copenhague (ALBERT; BUZAN, 2011, p.414).

2.2.2 Eixo Posicionamento Teórico

Para explicar a opção de divisão em setores, Buzan e Albert lançam mão da *Functional differentiation*. A *diferenciação funcional*, em geral, refere-se a uma característica principal da

⁴⁸ “Embora estejamos bastante decididos em recusar um julgamento sobre a securitização correta ou incorreta, poderíamos imaginar um possível uso adicional da abordagem como uma ferramenta crítica para discutir os atores securitizantes.” (Tradução livre)

sociedade moderna que é a especificação funcional que desempenha um papel importante na estruturação das relações sociais. A "especificação funcional" significa basicamente que, na modernidade, a política, a economia, o direito, a arte, a ciência, etc., emergem como domínios relativamente autônomos da sociedade e essa especificação ao longo do tempo torna-se mais importante do que as especificações de acordo com o *status* (como nas sociedades estratificadas) ou lugar (como em segmentos) (ALBERT; BUZAN, 2011, p.416).

Outro avanço realizado pelos autores nos anos 2000 foi referente ao posicionamento teórico da Escola de Copenhague. Em 2007, Wæver participou do livro *International Security*, publicando um capítulo no terceiro volume, sobre securitização e dessecuritização. Esse autor afirma que o seu objetivo é se desprender das teorias clássicas das Relações Internacionais e pensar segurança não como algo dado, mas como uma palavra e um conceito. O objetivo é pensar segurança como um ato de fala. (WÆVER, 2007)

A primeira constatação importante feita pelo autor é sobre o ponto de equilíbrio entre as teorias clássicas e as contemporâneas sobre a palavra segurança. Para os clássicos, a palavra segurança está vinculada ao Estado. Para os contemporâneos, a palavra segurança está vinculada a pessoas, seres humanos. Wæver coloca que é importante, então, entender a segurança como a dinâmica entre esses dois níveis: o global e o individual. Mas não para deixar o termo vago como segurança global ou segurança individual, mas para entender que o conceito de segurança se refere sim ao Estado.

O dinamarquês vai além e chama a atenção para esse problema de nível de análise. Segundo ele, esse problema surge com o livro de Buzan, *People, State and Fear*, no qual este argumenta que existem três níveis de análise: individual, estatal e internacional e que, de alguma forma, o livro passaria a ideia de que a segurança nacional deve ser a instância privilegiada. Porém, esse ponto foi esclarecido na segunda edição do livro, segundo Wæver (2007), quando Buzan afirma que o nível estatal deve ser privilegiado, pois nele estão representadas as dinâmicas internas e globais.

Wæver reafirma que a base de análise é o Estado, assim como nas teorias clássicas. Não porque olha em níveis de análise, mas porque acredita que o Estado concentra todas as análises. Além disso, afirma que, para reconstruir o conceito de segurança, é necessário olhar para todo o campo de estudo. Se o interesse da pesquisa é pensar quando se está seguro torna-se importante pensar em nível de análise, mas o objetivo da pesquisa dele é acrescentar novos pontos ao debate já existente, analisar a dinâmica do campo e ver como antigos elementos

operam de novas formas em novos lugares. A proposta não é uma ruptura com as pesquisas clássicas de segurança:

By working from the inside of the classical discussion, we can take the concepts of national security, threat, and sovereignty, and show how, on the collective level, they take on new forms under new conditions. We can then strip the classical discussion of its preoccupation with military matters by applying the same logic to other sectors, and we can de-link the discussion from the state by applying similar moves to society⁴⁹ (WÆVER, 2007, p.70).

Enquanto Waever afirma que não existe uma ruptura com as teorias clássicas de Relações Internacionais, Lene Hansen em seu texto *Securitization and the Muhammad cartoon crisis* demonstra que, na obra original da teoria de securitização, é possível perceber traços de vínculo com o pós-estruturalismo. A autora afirma que rebaterá as críticas feitas à teoria de securitização mostrando seus traços pós-estruturalistas e indo além, ao avançar teoricamente e estabelecer os detalhes de expansão conceitual, principalmente para aprimorar a análise da formação do discurso (HANSEN, 2011, p.358)

Para Hansen, o aspecto pós-estruturalista da teoria construtivista se encontra em dois elementos centrais: no ato da fala – *speech act* – e na prática autorreferenciada, isto é, a definição e o critério de securitização. A definição e o critério como sendo o estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma saliência suficiente para ter efeitos políticos substanciais. É de sua posição epistemológica e metodológica que a securitização deve ser estudada no discurso, pois não precisa de indicadores extra discursivos, pois ela é auto referenciada (*Idem*, p.360).

A vertente pós-estruturalista também explica o *público alvo* mencionado na teoria de securitização. Hansen explica que o pós-estruturalismo prevê não só o ato da fala e o discurso – prática auto referenciada – como também delimita o conceito de público alvo que deve ser atingido por esse discurso.

A posição sobre o que interessa não é o que uma população acredita, mas quais códigos são usados quando os atores se relacionam uns com os outros, que suporta uma "pós-estruturação" do conceito de público. Esta *audiência* aparece no discurso como um sujeito constituído, cuja *opinião* pode ser detectada através de *surveys*, pesquisas ou eleições. Isso não significa que as respostas aos discursos de securitização sejam irrelevantes, mas estas são

⁴⁹ “Trabalhando a partir do interior da discussão clássica, podemos tomar os conceitos de segurança nacional, ameaça e soberania e mostrar como, no nível coletivo, eles assumem novas formas sob novas condições. Podemos então despir a discussão clássica de sua preocupação com questões militares aplicando a mesma lógica a outros setores, e podemos desvincular a discussão do estado aplicando movimentos semelhantes à sociedade.” (Tradução livre).

importantes precisamente porque entram na esfera política discursiva, e não porque elas resultem de um público extra discursivo: “Thus, when ‘members of the audience’ speak – invoking the subjectivity of ‘audience’ – they speak for that discursively constituted subject, not from it”⁵⁰ (HANSEN, 2011, p.361).

Em 2013, Ole Wæver, em parceria com Maja Greenwood, decide rebater a crítica de que a teoria de securitização é ocidental. No texto *Copenhagen–Cairo on a roundtrip: A security theory meets the revolution*, os autores afirmam que a teoria de securitização tem sido acusada de ser limitada quando o apelo vem do mundo não ocidental. Para esses teóricos, a teoria da securitização é uma teoria baseada no Ocidente - possivelmente até mesmo localmente enraizada, como sugere seu apelido, a *Escola de Copenhagen*.

Embora tenha sido aplicada a casos em todo o mundo, ela tem sido fortemente criticada por ser primariamente voltada para contextos ocidentais. Para verificar se a crítica realmente era procedente os teóricos aproveitaram a aproximação do Centro de Teoria Avançada de Segurança com o Instituto de Diálogo Dinamarquês-Egípcio e o Centro de Estudos Políticos e Estratégicos Al-Ahram no Cairo em 2010 para desafiar a teoria de securitização.

Securitization theory was challenged on two levels: both through its employment to analyses and act politically in a Middle Eastern context, and through the attempt to do so during and after the Arab Spring, when the entire Egyptian security sector was being re-evaluated. These unique circumstances prompted reflections on the use of non-traditional and traditional security concepts, on how the Egyptian revolution could be understood through securitization theory, and on what the experiences of this project might mean for further theory development. This article discusses these points in the light of the Danish delegation’s experiences⁵¹ (WAEVER, GREENWOOD, 2013, p.485).

O artigo apresenta a experiência do próprio autor da Escola em um ambiente não ocidental, testando a teoria criada por ele e por seus colegas e o resultado dessa aplicação, com atenção especial a possíveis limitações decorrentes de suposições ocidentais. Esse artigo deu enfoque ao caso do Egito, um país não ocidental que sofreu uma revolução, a fim de fazer uma avaliação concreta e específica de como as características pós-coloniais e não-ocidentais afetam a aplicabilidade da teoria de securitização.

⁵⁰ “Assim, quando os “membros da audiência” falam - invocando a subjetividade da “audiência” - eles falam por esse sujeito discursivamente constituído, não a partir dele.” (Tradução livre)

⁵¹ “A teoria da securitização foi desafiada em dois níveis: tanto pelo seu emprego, quanto por analisar e agir politicamente em um contexto do Oriente Médio, e através da tentativa de fazê-lo durante e após a Primavera Árabe, quando todo o setor de segurança egípcio estava sendo reavaliado. Estas circunstâncias únicas levaram a reflexões sobre o uso de conceitos de segurança não tradicionais e tradicionais, sobre como a revolução egípcia poderia ser entendida através da teoria de securitização e sobre o que as experiências deste projeto podem significar para o desenvolvimento de novas teorias. Este artigo discute esses pontos à luz das experiências da delegação dinamarquesa.” (Tradução livre)

No entanto, isso não é feito da maneira tradicional, aplicando a teoria de fora a um objeto separado de análise, mas de forma não convencional, através da cooperação, durante e logo após a revolução, em uma série de *workshops*, explorando o potencial de novos conceitos de segurança no e para o Oriente Médio, especialmente no caso egípcio.

Como a ambição analítica da Escola de Copenhague era usar a análise da constelação de securitizações para decodificar uma luta política, os participantes do grupo de estudos esperavam encontrar desafios teóricos. A princípio imaginava-se que a terminologia teórica necessitaria de adaptações para a aplicação em um país não ocidental.

Durante o desenvolvimento do trabalho, percebeu-se que a terminologia em si não apresentava problemas, porém foi constatada uma outra dificuldade: um cisma entre os especialistas em segurança e os especialistas em questões técnicas políticas. A teoria de securitização tende a supor que especialistas em técnicas políticas apoiam as agendas políticas de um determinado local, o que nem sempre ocorreu durante a pesquisa. Técnicos ficam focados em suas áreas de análise, de modo específico, sectário e racional, enquanto especialistas em segurança tendem a olhar o cenário amplo.

Outro ponto observado pelos autores (2013, p.495) que a teoria poderia ser ajustada é referente à conjuntura local, no caso do Egito, a Revolução. Poderia se calibrar uma estrutura institucional mínima como um ponto focal comum de segurança, a fim de assegurar uma forma de estabilidade que facilite a mudança.

Por ser uma revolução, foram observados vários temas diferentes passando pelo processo de securitização. As securitizações dominantes tornaram-se deslegitimações de oponentes políticos, ao passo que qualquer forma de co-produção política produtiva exigiria pelo menos um discurso de segurança adicional de defesa compartilhada da própria estrutura.

Desta forma, a situação revolucionária desafiou o conceito de política da teoria, que possivelmente pressupõe uma estabilidade subjacente como um quadro para transgressões limitadas por meio de exceções. Ao final do relato da experiência os autores deixam claro que para eles:

No theory is complete or closed, so it always holds possibilities which would not be fitting in the original situation, but that also would not appear in the new context without both a local effort and the contribution of the theory⁵² (WAEVER, GRENEWOOD, 2013, p. 500)

⁵² “Nenhuma teoria é completa ou fechada, de modo que sempre se mantém possibilidades que não seriam adequadas à situação original, mas que também não apareceriam no novo contexto sem um esforço local de contribuição à teoria.” (Tradução livre).

A conclusão teórica que chegaram é que a teoria pressupõe uma estabilidade básica como um quadro para possíveis exceções específicas, mas se toda a situação é uma grande exceção, a teoria precisa tematizar as políticas de segurança por meio da institucionalização.

A teoria da securitização contém termos analíticos e até mesmo *insights* empíricos sobre a securitização com referência a estruturas institucionais emergentes e isso realmente demonstra um viés ocidental. Desta forma, a securitização acontece com referência às estruturas políticas existentes. A securitização deve ser analisada segundo dois princípios importantes: a situação de segurança – ameaça –, mas também na determinação do objeto referência. Assim, cada analista deve adaptar a teoria à realidade analisada.

Por fim, o último artigo, que contribui para os avanços no eixo Posicionamento Teórico, é o de Barry Buzan, de 2015, publicado na revista *Security Dialogue: The English School: A neglected approach to international Security Studies*. Neste texto Buzan apresenta como a teoria da Escola Inglesa pode contribuir para a teoria de securitização da Escola de Copenhague, principalmente com o conceito de *Sociedade Internacional* (BUZAN, 2015, p.133).

Buzan explica que, na perspectiva da Escola Inglesa, qualquer sociedade internacional dada incluirá uma variedade de instituições primárias e, em combinação, elas estabelecem a estrutura normativa que facilita ou obstrui securitizações específicas. Essa visão refinada da estrutura social internacional fornece uma possibilidade de alinhamento com a teoria de securitização.

Essa lógica bastante direta fica mais complicada quando se olha para a interação entre as instituições que compõem uma determinada sociedade internacional. Algumas instituições combinam harmoniosamente, outras nem tanto, como, por exemplo, nacionalismo e mercado liberal. E nesse ponto a Escola Inglesa pode contribuir com a teoria de securitização por auxiliar no entendimento da sociedade internacional, suas instituições e o processo de securitização (BUZAN, 2015, p.133).

A implicação da discussão de Sociedade Internacional para os Estudos de Segurança Internacional é que o conhecimento da estrutura social precisa ser uma parte essencial da análise de segurança. As instituições da sociedade internacional moldam em grande parte as razões que determinam pelo que as pessoas vão lutar e morrer e porque os estados irão para a guerra.

O conhecimento da estrutura social dá alguma compreensão de quais tipos de securitização serão fáceis ou difíceis e, além disso, favorece a compreensão sobre os casos complexos, em que a estrutura social suporta valores conflitantes ao mesmo tempo.

A percepção da *raison de système* da Escola Inglesa é, para o autor, de particular relevância para a abordagem de securitização da Escola de Copenhague. Segundo Buzan (2015) nenhuma outra abordagem oferece nada como o enquadramento detalhado da estrutura social internacional fornecida pelas instituições primárias prevista nos estudos da Escola Inglesa (BUZAN, 2015, p.134).

2.2.3 Eixo Estrutural

Os autores repensam também a questão estrutural da teoria de securitização. Conforme visto anteriormente, ontologicamente a Escola de Copenhague é baseada no Estado e isso permanece nas publicações contemporâneas, porém, Waeber se dedica a clarear melhor esse aspecto. Anteriormente os autores de Copenhague afirmavam que um tema se transformava em um problema de segurança ao ser encarado como uma ameaça à existência do Estado.

Em 2007, Waeber afirma que esse desenvolvimento de um tema até tornar-se um problema de segurança ocorre quando a soberania e a independência do Estado são ameaçadas. Essa ameaça exige a mobilização do máximo esforço. A determinação dessa necessidade de desenvolvimento de um tema para um problema de segurança é uma reivindicação do Estado que, em última instância, será sempre definida por este e por suas Elites.

É importante notar que nessa obra o autor chama atenção para as elites e o papel que elas têm no processo de securitização, pois segundo o autor:

Trying to press the kind of unwanted fundamental political change on a ruling elite is similar to playing a game in which one's opponent can change the rules at any time he likes. Power holders can always try to use the instrument of securitization of an issue to gain control over it⁵³ (WÆBER, 2007, p.73).

Segundo o autor, as elites frequentemente apresentam seus interesses em *segurança nacional*, geralmente acompanhado por uma negação do direito das elites de fazê-lo. Suas ações são, então, rotuladas de outra forma, por exemplo, *interesses de classe*, o que parece implicar que a segurança autêntica é, de alguma forma, definida independente das elites, por referência direta ao *povo* ou à *representação de classe*.

Para Waeber, a segurança é articulada apenas a partir de um lugar específico, de uma voz institucional: pelas elites. Tudo isso pode ser analisado, se simplesmente abandonarmos o pressuposto de que a segurança é, necessariamente, um fenômeno positivo.

⁵³ “Tentar pressionar o tipo de mudança política indesejada em uma elite dominante é semelhante a um jogo em que o oponente pode mudar as regras a qualquer momento que quiser. Os detentores de poder sempre podem tentar usar o instrumento de securitização de um problema para obter controle sobre ele.” (Tradução livre)

Dentro de aspectos estruturais, em 2011, Waever publica um importante texto para os avanços teóricos da securitização (WÆVER, 2011). Ao escrever no periódico *Security Dialogue*, o autor admite que muitas questões foram levantadas após o lançamento do livro *Security: A New Framework for Analysis* (BUZAN, BARRY; WAEVER, OLE; WILDE, 1998), entre eles a dúvida do conceito de política para os autores. Nesta publicação deixa claro que o conceito de política utilizado por ele é o conceito Arendtiano: “but in the present context it is probably more important to point out that the concept of politics is especially at this point Arendtian”⁵⁴. (WÆVER, 2011, p.468)

Segundo o autor, entender política desta forma é perceber a política como produtiva, irreduzível e acontecendo entre pessoas em uma cadeia imprevisível de ações. A política nunca toma forma de alguém capturando poder e produzindo um resultado planejado, é sempre uma ação que depende das ações dos outros antes de gerar algum resultado. Portanto, não é passível de ser prevista, conhecida de antemão: “The theory of securitization is a strictly focused theory with one key idea at its centre: securitization. Its theoretical content comes not from accumulating correlations, but from a tight conceptual core around the key concept”⁵⁵ (WÆVER, 2011, p. 468).

O conceito de política de Hannah Arendt, segundo Waever, é suficiente para entender a teoria de securitização, porém, o autor admite que inúmeras foram as críticas sobre esse ponto em específico. Mesmo sem concordar inteiramente com essa afirmação, Waever admite a possibilidade do conceito de política empregado na teoria de securitização ser uma junção de Hannah Arendt e Carl Schmitt:

Thus, although it is wrong to claim, as numerous critics have done, that securitization theory involves a ‘Schmittian’ concept of politics – the theory has a Schmittian concept of security and an Arendtian concept of politics, if one wishes to use such types of slogans – it can have Schmittian effects nevertheless.”⁵⁶ (WÆVER, 2011, p. 470).

A adoção do conceito de política vinculado a Hannah Arendt não se limita ao artigo de 2011. Em 2015, Waever retorna a esse tema no artigo *The theory act: Responsibility and*

⁵⁴ “mas no contexto atual, é provavelmente mais importante salientar que o conceito de política é Arendtiano, especialmente neste ponto.” (Tradução livre)

⁵⁵ “A teoria da securitização é uma teoria estritamente focada com uma idéia-chave em seu centro: securitização. Seu conteúdo teórico não vem da acumulação de correlações, mas de um núcleo conceitual rígido em torno do conceito-chave.” (tradução livre)

⁵⁶ “Assim, embora seja errado afirmar, como muitos críticos fizeram, a teoria da securitização envolve um conceito ‘schmittiano’ de política - a teoria tem um conceito schmittiano de segurança e um conceito arendtiano de política - se alguém quiser usar esse tipo de slogans, eu posso ter efeitos schmittianos, em última instância.” (Tradução livre)

exactitude as seen from securitization, publicado na revista *International Relations*. O artigo de 2015 tem por objetivo esclarecer dois pontos da teoria de securitização. Primeiro, que tipo de teoria pode fazer justiça à natureza política do objeto analítico e do papel social dos estudos de segurança; segundo, qual é o papel da teoria na pesquisa. Para o autor, isso corresponde às duas distinções pelas quais a palavra teoria é usualmente construída: teoria em relação à prática / ação e teoria em relação à pesquisa empírica (WAEVER, 2015, p.121).

Para o primeiro ponto, a natureza política do objeto analítico, o autor recorre ao conceito de política de Arendt. A política exige a aposta da ação com efeitos, às vezes, imprevisíveis e se a ação foi boa ou não, isso será estabelecido apenas mais tarde por quem contar a história.

A teoria deve ser vista como uma ação similar. Não é suficiente elaborar meta-posições seguras e progressivas, da mesma forma que não é suficiente que cada pesquisador apenas realize o ato de adicionar essa teoria a um estudo: “Given that a theorist cannot know every specific case in advance, the main responsibility of the theorist is to design the theory structurally so that a truly political understanding becomes unavoidable”⁵⁷ (WAEVER, 2015, p.122).

Segundo Waever, não é evidente como uma agenda de pesquisa empírica sobre securitização poderia ser construída com a premissa de que a teoria tem um desenho estrutural e, por esse motivo, a teoria de securitização necessita do ato de fala. A teoria da securitização foi construída desde o início na teoria dos atos de fala, porque é um método operacional que pode ser projetado para proteger a política no sentido de Arendt. A concepção política da teoria da securitização é inspirada em Arendt e implementada por meio da teoria do ato da fala (Idem, p.122).

É importante notar que a Teoria de Securitização foi além do proposto pelo construtivismo. A securitização propõe não só a análise de discurso como também do ato de fala. Com isso, eventos políticos podem ser estudados empiricamente como fenômenos sociais. Os eventos políticos são investigados como uma coprodução entre atores: não são produzidos individualmente e nem socialmente determinados. Mas o ato de fala não é incorporado em sua totalidade na teoria. O foco é analisar a securitização como um ato ilocucionário e não perlocucionário. Segundo o autor: “My ‘illocution focused’ version of securitization theory claims it can integrate causal explanations, social mechanisms, hypothesis testing and political

⁵⁷ “Dado que um teórico não pode conhecer todos os casos específicos de antemão, a principal responsabilidade do teórico é projetar a teoria estruturalmente de modo que uma compreensão verdadeiramente política se torne inevitável.” (Tradução livre)

theory, by systematically organizing the different parts around securitization as specific kind of political event”⁵⁸ (WAEVER, 2015, p.123).

O objetivo é organizar a teoria em torno do evento constitutivo e transformador de atores, reconfigurando a relação de direitos e deveres em vez de ver uma relação de causa e efeito entre fala e resultados.

So, what kind of theory is securitization? It is a theory of something political – security – that is structured around a core concept designed to preserve a truly open, political, constitutive space of human inter-/co-action (specifically handled through a specific version of speech act theory of collective illocutionary acts) with other forms of research ordered into designated roles around this center: causal and philosophical analysis as well as discourse and conceptual analysis ⁵⁹(WAEVER, 2015, p. 124).

Ainda nesse artigo, Waever posiciona sua teoria frente a outra crítica estrutural. Segundo o dinamarquês, a teoria de securitização foi criticada por acoplar elementos de variadas correntes teóricas das Relações Internacionais⁶⁰. Para ele essa crítica é refutável, pois não é necessário isolar correntes teóricas. Por fim, o autor conclui que a teoria é um modelo que não explica por si só, mas forma um sistema coerente em que é possível comparar instâncias e formular hipóteses específicas (WAEVER, 2015, p.125).

2.2.4 Eixo Metodológico

Além dos setores, do posicionamento teórico e das questões estruturais, outro ponto revisitado pelos escritos contemporâneos são os aspectos metodológicos.

Entendendo que questões de segurança dependerão do Estado e da sua Elite, Waever deixa claro que o desenvolvimento de temas para questões de segurança depende do *speech act*, “ato de fala”, enunciar é em si o ato. Ao prover *segurança*, um representante do Estado move um desenvolvimento particular em uma área específica e, assim, reivindica um direito especial de usar qualquer meio que seja necessário para bloqueá-lo: “The essential operation can only

⁵⁸ “Minha versão de “foco de ilocução” da teoria de securitização afirma que é possível integrar explicações causais, mecanismos sociais, testes de hipóteses e teoria política, organizando sistematicamente as diferentes partes em torno da securitização como um tipo específico de evento político.” (Tradução livre)

⁵⁹ “Então, que tipo de teoria é a securitização? É uma teoria de algo político - segurança - que é estruturada em torno de um conceito central concebido para preservar um espaço verdadeiramente aberto, político e constitutivo da inter- / co-ação humana (tratado especificamente através de uma versão específica da teoria do ato da fala) com outras formas de pesquisa ordenadas em papéis designados em torno deste centro: análise causal e filosófica, bem como análise de discurso e conceitual.” (Tradução livre)

⁶⁰ Conforme foi visto previamente nesse capítulo, na primeira seção foi demonstrado que a teoria de securitização leva elementos do neorrealismo e do construtivismo. E na seção atual apresenta-se também o argumento de Hansen (2011) para elementos do pós-estruturalismo.

be touched by faithfully working with the classical meaning of the concept and what is already inherent in it. The language game of security is, in other words, a *jus necessitatis* for threatened elites, and this it must remain”⁶¹ (WÆVER, 2007, p.74).

A securitização depende do ato de fala. Para o autor, a segurança e a insegurança não constituem uma oposição binária. *Segurança* significa uma situação marcada pela presença de um problema e alguma medida tomada em resposta. A insegurança é uma situação com um problema de segurança e nenhuma resposta. Ambas as condições compartilham a problemática de segurança considerando uma ação em resposta ou não (*Idem*, p.75).

Para os avanços metodológicos, Lene Hansen também contribui com sua publicação de 2011. A dinamarquesa propõe que a análise dos conteúdos dos discursos dos agentes securitizadores seja feita de maneira mais estruturada e para isso utiliza Foucault. A autora determinou que sua proposta é baseada em três pilares: *Structural incorporation*; *Epistemic terrain*; *Substantial modality* (HANSEN, 2011, p.362).

O primeiro pilar, *Structural incorporation*, prevê uma análise do conteúdo do discurso que traça o significado estruturante dos termos através dos quais a segurança é *feita* ou *desfeita*, procurando a forma como a segurança está ligada a outros sinais dentro de textos e discursos específicos, ou ainda examinando genealogicamente como esta reside dentro de conceitos que já articulam o termo segurança, mesmo que não explicitamente. Os atos de fala bem-sucedidos exigem uma conformidade com as condições internas do ato de fala – *speech act*. Os atores securitizadores precisam seguir a gramática correta, bem como os dialetos específicos dos diferentes setores.

O segundo, *Epistemic terrain*, analisará exatamente essa especificidade. O terreno epistêmico chama a atenção para a questão ligeiramente diferente de como funciona o conjunto total de relações que unem, em um determinado período, as práticas discursivas que dão origem às figuras epistemológicas, às ciências e possivelmente aos sistemas formalizados, e como estes são afirmados ou assumidos nos debates sobre segurança.

Por fim, *Substantial modality*, similar aos setores previstos na formulação original da teoria, as modalidades substanciais têm aspectos epistêmicos na medida em que o que constitui conhecimento aceitável muda de uma modalidade legal para uma modalidade religiosa, por exemplo. A modalidade substancial, por contraste, tem uma visão mais crítica das lógicas através das quais os objetos referentes, ameaças e agentes securitizadores estão ligados. Ao

⁶¹ “A operação essencial só pode ser tocada trabalhando fielmente com o significado clássico do conceito e com o que já é inerente a ele. O jogo de linguagem da segurança é, em outras palavras, uma necessidade para as elites ameaçadas, e isso deve permanecer.” (Tradução livre)

invés de securitizações pertencentes a setores específicos, assume que existe uma indecisão em termos de quais objetos referentes são invocados e, portanto, para quem e como a segurança deve ser alcançada

Os três pilares criados por Hansen são instrumentos metodológicos para análise do conteúdo dos discursos, melhorando o aparato teórico, que foi duramente criticado nesse quesito (HANSEN, 2011, p.363)

O texto publicado na revista *Security Dialogue* não foi a única contribuição de Hansen para o avanço do eixo metodológico. A autora, ainda em 2011, publica um texto na *European Journal of International Relations*, ainda com o mesmo objeto empírico, a crise dos *Cartoons* de Mohamed, mas desta vez apresenta um novo olhar: propõe as imagens como elementos de análise do processo de securitização, desta forma, não só as políticas públicas, os discursos e os atos de fala devem ser analisados. Em algumas situações também as imagens devem ser analisadas.

Hansen (2011) alega que imagens e figuras estão cada vez mais sob a atenção dos estudos de segurança. Isso é resultado de três estímulos: tecnologia, eventos e a dinâmica independente dos debates acadêmicos.

As novas tecnologias e as novas mídias mudaram a relação entre produtores de informação e consumidores, e com isso mudaram a relação entre as elites e a audiência. A autora descreve que avanços foram feitos na década de 1990 nos estudos de segurança com o pós-estruturalismo, pós-colonialismo, estudos feministas e a virada linguística e que, após o 11 de setembro, outras correntes teóricas começam a contribuir para os estudos de segurança: os estudos sobre cultura, cultura visual, estudos de filmes e história da arte.

O artigo sustenta que as securitizações que perpassam o visual e não o linguístico tem uma especificidade digna de teorização. A discussão sobre se os recursos visuais podem securitizar é importante para compreensão da capacidade das imagens de gerar e participar do discurso de segurança. Isso implica em um foco sobre como o visual é respondido e constituído por meio de discursos falados e escritos: o recurso visual não entra no político sem ser objeto de debate ou de se engajar nos discursos já existentes. Isso, no entanto, não implica que a imagem esteja subordinada ao texto, mas sim que é preciso entender a peculiaridade das securitizações visuais e a maneira pela qual os elementos visuais interagem entre si, a intervisualização, e a maneira como eles interagem com o texto, a intertextualidade (HANSEN, 2011, p.53).

Para viabilizar seu ponto de vista, a autora sugere uma estrutura intertextual para o estudo da securitização visual que compreende quatro componentes: *i)* a imagem em si; *ii)* a intertextualidade imediata; *iii)* os discursos políticos dominantes; e *iv)* os textos linguísticos que atribuem significado à imagem. A imagem por si mesma apresentará três nuances que precisam ser analisados, cada vez que o acadêmico buscar comprovar a securitização. Esses nuances são: o imediatismo da imagem, a circulação da imagem e a ambiguidade (*Idem*, p.55).

O *immediatismo* terá uma importante conexão com intertextualidade, a imagem se relaciona ao passar a impressão de estar mostrando o que realmente está acontecendo, ao transmitir uma sensação de tempo real, sem o atraso que o discurso pode eventualmente ter.

A outra forma em que a imagem se distingue do discurso é por sua *circulação*. Circulabilidade é simultaneamente uma condição material-tecnológica e uma condição social e acentua o significado de velocidade e espaço para os processos de securitização, ou seja, o fundamental não é apenas ver uma imagem, mas sim a oportunidade de vê-la, que se revela uma condição social importante. Como uma condição social-material, a possibilidade de circulação de imagens através das tecnologias e mídias modernas desafia a noção tradicional da teoria de securitização de securitizar atores como elites políticas (*Idem*, p.56).

A teoria de securitização se baseia na ideia de que um tema de segurança se constitui a partir da lógica sequencial de *se – então*⁶². Essa constituição legitima a adoção de medidas emergenciais e os atores têm, ao menos, alguma intenção de mobilizar estrategicamente esse tipo de retórica. Com as imagens é possível perceber uma produção de fatos que não vem necessariamente da elite, como por exemplo, soldados carregando vídeos no Youtube. Essas imagens circulam de forma não intencional. O resultado disso é que a circulação de imagens não faz parte de uma sequência “se – então” de uma política trabalhada e deliberada pelos atores estratégicos.

Além disso, não fica claro se os produtores e distribuidores não-elitistas de imagens visuais tenham um senso das condições sociais e materiais da circulabilidade. A tecnologia avançou muito nas duas últimas décadas e isso implica em avanços visuais, mas também em avanços textuais. Do ponto de vista da análise de securitização, a capacidade aumentada de circulação visual aumenta também o potencial de securitização, pela simples razão de que imagens podem atingir mais audiências do que as palavras, no entanto, a imagem por si só não fala, ela necessita de uma intertextualidade maior (*Idem*, p.57).

⁶² A terminologia original “if – then” foi traduzida pela autora para “se – então”, buscando o mesmo significado na língua portuguesa.

Diversos públicos serão atingidos com imagens, porém é improvável que todos interpretem as imagens exatamente da mesma maneira. As audiências não estão familiarizadas com os mesmos símbolos, locais, pessoas e eventos que são retratados em imagens, portanto, as lerão de maneira diferente, o que leva Hansen (2011) a abordar a temática da *ambiguidade* nesse novo elemento de interpretação da teoria de securitização.

Todo discurso político, incluindo o discurso de segurança, tem que estabelecer objetos referentes coletivos, isto é, a *segurança* deve ser falada em nome da proteção de um todo maior. Imagens, no entanto, muitas vezes retratam um indivíduo ou um pequeno número deles e não fornecem uma articulação clara de que identidades coletivas esses indivíduos representam.

À medida que os elementos visuais são mobilizados no discurso securitizador, as representações individuais são lidas como coletivas, mas há uma lacuna interpretativa entre o discurso e as imagens.

Para a teórica de Copenhague, as securitizações linguísticas invocam o espectro da ameaça, do perigo e da emergência e, portanto, produzem a necessidade de ação. Essa necessidade é atendida no discurso de segurança com a especificação de quais políticas devem ser adotadas para lidar com as ameaças identificadas. As imagens, ao contrário, não definem a política em grau semelhante e a ambiguidade surge, assim como as articulações de ameaça, perigo e identidade que uma imagem sugere estão ligada a um determinado curso de ação. Desta forma, a autora afirma que os recursos visuais são passíveis de interpretações políticas, mas não fazem uma exigência política explícita.

Ao argumentar que imagens podem ser elementos para o processo de securitização, Hansen (2011) apresenta um novo aspecto para a análise empírica. Ao pensar que as imagens podem ser divulgadas por novas tecnologias e por qualquer pessoa, a possibilidade de agentes securitizadores se expande. Desta forma, o artigo de Lane Hansen apresenta uma importante contribuição para o avanço da teoria de securitização, pois discute a importância de imagens para a análise do processo de securitização, demonstrando como o discurso, alinhado com a representação visual, encaminhará um tema para a securitização. Com isso a autora apresenta um segundo importante elemento que é a ampliação dos agentes securitizadores.

Nessa seção foi possível identificar todos os avanços feitos pelos autores da teoria de securitização ao longo dos últimos 15 anos. As publicações explicaram alguns pontos criticados e ampliaram outros pontos estratégicos da teoria. No quadro abaixo é possível observar de forma sintética os avanços:

Eixo	Ano	Autor	Título	Avanço
Eixo 1: Setores	1999	Ole Waever	Securitizing Sectors	Setores como categoria analítica, contando com cruzamento e sobreposição
Eixo 1: Setores	2009	Lene Hansen e Helen Nissenbaum	Digital Disaster, Cyber Security, and the Copenhagen School	Cibersegurança
Eixo 1: Setores	2011	Barry Buzan e Mathias Albert	Securitization, sectors and functional differentiation	Diferenciação funcional
Eixo 2: posicionamento teórico	2007	Ole Waever	Securitization and Desecuritization	Não rompimento com o modelo clássico
Eixo 2: posicionamento teórico	2011	Lene Hansen	The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective	Pós-estruturalismo
Eixo 2: posicionamento teórico	2013	Ole Waever e Maja Greenwood	Copenhagen–Cairo on a roundtrip: A security theory meets the revolution	Teoria aplicável a diversos contextos e não voltada apenas para contextos ocidentais. A necessidade de adaptação do objeto referência às instituições analisadas
Eixo 2: posicionamento teórico	2015	Barry Buzan	The English School: A neglected approach to international Security Studies	Contribuição da Escola Inglesa para a teoria de securitização
Eixo 3: estrutural	2007	Ole Waever	Securitization and Desecuritization	Soberania e independência / Elites
Eixo 3: estrutural	2011	Ole Waever	Politics, security, theory	Conceito de política de Hannah Arendt
Eixo 3: estrutural	2015	Ole Waever	The theory act: Responsibility and exactitude as seen from securitization	Conceito de política de Hannah Arendt / <i>Speech act</i>
Eixo 4: metodológico	2007	Ole Waever	Securitization and Desecuritization	Manutenção da metodologia / Atenção para o ato de fala
Eixo 4: metodológico	2011	Lene Hansen	The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective	Análise da aceitação do público alvo com a utilização de Foucault
Eixo 4: metodológico	2011	Lene Hansen	Theorizing the image for Security Studies: Visual securitization and the Muhammad Cartoon Crisis	Imagens como elementos de análise do processo de securitização

Fonte: A autora

Com isso, conclui-se que importantes avanços teóricos foram realizados e é importante reconhecer que a teoria não é a mesma quando da publicação de *Security: A New Framework*

for Analysis. A teoria de Securitização, assim como todas as teorias, não é estática, está propensa a revisões e reavaliações de seus posicionamentos e formatos.

2.3 OS PRINCIPAIS CRÍTICOS À ESCOLA DE COPENHAGUE

Toda proposta teórica se sujeita à avaliação dos pares. Não foi diferente com a Teoria de Securitização. Depois de seu lançamento, a teoria passou a ser utilizada na área das Relações Internacionais, subárea de segurança internacional, que, em certa medida, passa a avaliar a sua eficácia. Cada autor que se propõe a utilizar a teoria, a testa, de alguma forma, e aos poucos o campo de pesquisa publica os resultados e é capaz de avaliar a abordagem.

Nessa seção serão apresentadas as principais críticas à Escola de Copenhague, com foco em sua teoria de Securitização. Serão apresentadas estruturalmente, organizadas em dois grandes eixos: as críticas tidas como *sociológicas*, que estão vinculadas às questões mais profundas e deontológicas da teoria de securitização, e as críticas *metodológicas*.

A decisão por dividi-las nesses dois eixos faz alusão ao texto de Thierry Balzacq e colegas, no fórum criado para a análise da teoria de securitização. Esse fórum será analisado entre os críticos. A segunda parte da seção apresentará as críticas metodológicas, que estão vinculadas à estrutura da teoria de securitização. Em ambas as estruturas, as críticas serão organizadas de maneira cronológica.

A coleta dos artigos analisados é resultado da Revisão Bibliográfica Sistemática proposta nesse trabalho. A base de coleta foi o primeiro quadrante do índice de fator de impacto dos periódicos indexados na base do *scopus*. Em todos os 100 periódicos foi feita uma busca com a palavra-chave *securitization*. Do total de 262 artigos, 50 foram classificados como críticas à Teoria de Securitização, utilizando como critério não ter uma indicação de aplicação empírica no título, resumo e palavras-chave. O quadro abaixo apresenta todos os artigos coletados:

Quadro 5. Artigos de crítica à Teoria de Securitização

Ano	Autor	Título	Revista
2001	Olav F. Knudsen (KNUDSEN, 2001)	Post-Copenhagen Security Studies: Desecuritizing Securitization	Security Dialogue
2003	Michael C. Williams (WILLIAMS, 2003b)	Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics	International Studies Quarterly
2003	Kyle Grayson (GRAYSON, 2003)	Securitization and the Boomerang Debate: A Rejoinder to Liotta and Smith-Windsor	Security Dialogue

Ano	Autor	Título	Revista
2004	Claudia Aradau (ARADAU, 2004a)	Security and the democratic scene: securitization and emancipation	Journal of International Relations and Development
2005	Thierry Balzacq (BALZACQ, 2005b)	The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context	European Journal of International Relations
2006	Andreas Behnke (BEHNKE, 2006)	No way out: desecuritization, emancipation and the eternal return of the political — a reply to Aradau	Journal of International Relations and Development
2006	Claudia Aradau (ARADAU, 2006)	Limits of security, limits of politics? A response	Journal of International Relations and Development
2006	Hayward R. Alker (ALKER, 2006)	On securitization politics as contexted texts and talk	Journal of International Relations and Development
2006	Rita Taureck (TAURECK, 2006)	Securitization theory and securitization studies	Journal of International Relations and Development
2006	Andrew W. Neal (NEAL, 2006)	Foucault in Guantánamo: Towards an Archaeology of the Exception	Security Dialogue
2006	Mark Neocleous (NEOCLEOUS, 2006)	From Social to National Security: On the Fabrication of Economic Order	Security Dialogue
2007	Holger Stritzel (STRITZEL, 2007)	Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond	European Journal of International Relations
2007	Christian Büger; Trine Villumsen (BUGER; VILLUMSEN, 2007)	Beyond the gap: relevance, fields of practice and the securitizing consequences of (democratic peace) research	Journal of International Relations and Development
2008	Juha A. Vuori (VUORI, 2008)	Illocutionary Logic and Strands of Securitization: Applying the Theory of Securitization to the Study of Non-Democratic Political Orders	European Journal of International Relations
2008	Matt McDonald (MCDONALD, 2008)	Securitization and the Construction of Security	European Journal of International Relations
2008	Thierry Balzacq (BALZACQ, 2008)	The Policy Tools of Securitization: Information Exchange, EU Foreign and Interior Policies	Journal of Common Market Studies
2009	Jocelyn Vaughn (VAUGHN, 2009)	The Unlikely Securitizer: Humanitarian Organizations and the Securitization of Indistinctiveness	Security Dialogue
2010	Claudia Aradau (ARADAU, 2010)	Security That Matters: Critical Infrastructure and Objects of Protection	Security Dialogue
2010	Juha A. Vuori (VUORI, 2010)	A Timely Prophet? The Doomsday Clock as a Visualization of Securitization Moves with a Global Referent Object	Security Dialogue

Ano	Autor	Título	Revista
2010	Thomas J. Biersteker (BIERSTEKER, 2010)	Interrelationships Between Theory and Practice in International Security Studies	Security Dialogue
2011	Christopher S. Browning; Matt McDonald (BROWNING; MCDONALD, 2013)	The future of critical security studies: Ethics and the politics of security	European Journal of International Relations
2011	Karen Lund Petersen (PRAM GAD; LUND PETERSEN, 2011)	Risk analysis – A field within security studies?	European Journal of International Relations
2012	Luca Mavelli (MAVELLI, 2012)	Security and secularization in International Relations	European Journal of International Relations
2011	Holger Stritzel (STRITZEL, 2011)	Security, the translation	Security Dialogue
2011	Jef Huysmans (HUYSMANS, 2011)	What's in an act? On security speech acts and little security nothings	Security Dialogue
2011	Michael C. Williams (WILLIAMS, 2011)	Securitization and the liberalism of fear	Security Dialogue
2011	Pinar Bilgin (BILGIN, 2011)	The politics of studying securitization? The Copenhagen School in Turkey	Security Dialogue
2011	Rita Floyd (FLOYD, 2011)	Can securitization theory be used in normative analysis? Towards a just securitization theory	Security Dialogue
2011	Scott Watson (WATSON, 2011)	The 'human' as referent object? Humanitarianism as securitization	Security Dialogue
2011	Stefano Guzzini (GUZZINI, 2011)	Securitization as a causal mechanism	Security Dialogue
2011	Trine Villumsen Berling (VILLUMSEN BERLING, 2011)	Science and securitization: Objectivation, the authority of the speaker and mobilization of scientific facts	Security Dialogue
2011	Ulrik Pram Gad; Karen Lund Petersen (PRAM GAD; LUND PETERSEN, 2011)	Concepts of politics in securitization studies	Security Dialogue
2011	Vibeke Schou Tjalve (SCHOU TJALVE, 2011)	Designing (de)security: European exceptionalism, Atlantic republicanism and the 'public sphere'	Security Dialogue
2012	Martin Holbraad; Morten Axel Pedersen (HOLBRAAD; PEDERSEN, 2012)	Revolutionary securitization: an anthropological extension of securitization theory	International Theory

Ano	Autor	Título	Revista
2012	Scott D. Watson (WATSON, 2012)	‘Framing’ the Copenhagen School: Integrating the Literature on Threat Construction	Millennium: Journal of International Studies
2012	Holger Stritzel (STRITZEL, 2012)	Securitization, power, intertextuality: Discourse theory and the translations of organized crime	Security Dialogue
2012	Paul Roe (ROE, 2012)	Is securitization a ‘negative’ concept? Revisiting the normative debate over normal versus extraordinary politics	Security Dialogue
2013	Shahar Hameiri; Lee Jones (HAMEIRI; JONES, 2013)	The Politics and Governance of Non- Traditional Security	International Studies Quarterly
2014	Thierry Balzacq; Stefano Guzzini; Michael C Williams; Ole Wæver; Heikki Patomäki (BALZACQ et al., 2015)	Forum: What kind of theory – if any – is securitization?	International Relations
2014	Mona Kanwal Sheikh (SHEIKH, 2014)	The Religious Challenge to Securitisation Theory	Millennium: Journal of International Studies
2014	Philippe Bourbeau (BOURBEAU, 2014)	Moving Forward Together: Logics of the Securitisation Process	Millennium: Journal of International Studies
2014	Alex Macleod (MACLEOD, 2014)	The contemporary fictional police detective as critical security analyst: Insecurity and immigration in the novels of Henning Mankell and Andrea Camilleri	Security Dialogue
2015	Rita Floyd (FLOYD, 2015)	Extraordinary or ordinary emergency measures: what, and who, defines the ‘success’ of securitization?	Cambridge Review of International Affairs
2015	Thierry Balzacq ; Sarah Léonard; Jan Ruzicka (BALZACQ; LEONARD; RUZICKA, 2015)	‘Securitization’ revisited: Theory and cases	International Relations
2015	Philippe Bourbeau (BOURBEAU, 2015)	Resilience and International Politics: Premises, Debates, Agenda	International Studies Review
2015	William Walters; Anne- Marie D’Aoust (WALTERS; D’AOUST, 2015)	Bringing Publics into Critical Security Studies: Notes for a Research Strategy	Millennium: Journal of International Studies
2015	Eric Van Rythoven (VAN RYTHOVEN, 2015)	Learning to feel, learning to fear? Emotions, imaginaries, and limits in the politics of securitization	Security Dialogue

Ano	Autor	Título	Revista
2016	Adam Côté (CÔTÉ, 2016)	Agents without agency: Assessing the role of the audience in securitization theory	Security Dialogue

Fonte: Compilado pela Autora.

Todos esses textos críticos foram lidos e analisados, dentre eles 18 foram retirados da amostra por apresentarem elementos que não estão dentro do recorte desse trabalho. Com isso a análise será estruturada com os 32 textos restantes, desses 15 são críticas metodológicas e 17 são críticas sociológicas. A primeira parte da análise apresentada serão os textos excluídos da amostra e a justificativa da exclusão.

2.3.1 Artigos excluídos da análise

Toda produção acadêmica tem um valor para a comunidade em que se insere, e certamente os textos não analisados também seguem essa regra. Porém, para atingir o objetivo dessa seção em específico, esses textos não serão relevantes, justifica-se o porquê em cada um dos textos:

O texto de Kyle Grayson (2003) na realidade é uma crítica aos estudos de segurança humana. Utiliza a securitização para demonstrar como, na teoria de securitização, o conceito de ameaça está mais definido do que o conceito de ameaça / vulnerabilidade dos estudos de segurança humana.

A publicação de Frank Wilmer (2005) não foi incluída por ser uma revisão de livro e por este não ser uma obra da Escola de Copenhague.

Claudia Aradau, em 2006 publicou o texto *Limits of security, limits of politics? A response*. Esse texto não entrou na análise por se tratar de uma resposta às críticas que recebeu em seu texto anterior, também publicado no periódico *Journal of International Relations and Development*.

O texto de Christian Büger e Trine Villumsen (2007) tem o objetivo de se distanciar da crítica de que existe uma distância entre teoria e prática. Faz isso ao demonstrar como nos Estados Unidos pesquisadores teóricos e políticos – *policymakers* – andam juntos, e isso sim necessitaria de uma atenção analítica. Apesar de ser um tema bastante relevante, não será abordado nesse trabalho por não ser uma crítica direta à teoria de securitização.

A autora Jocelyn (2009) propõem dois avanços para a teoria de securitização, o primeiro referente ao objeto referência. A autora argumenta que o agente securitizador pode, diferente do que a teoria tradicional orienta, lançar mão de mais de um objetivo referência para fortalecer

o argumento. Em segundo lugar, chamando atenção para o processo de securitização, os agentes securitizadores tentam persuadir diversos públicos e não apenas um público alvo. Apesar da proposta da autora ser bastante interessante, o desenvolvimento do argumento é realizado atrelado ao seu objeto de pesquisa: as organizações humanitárias. Desta forma, a autora não apresenta uma crítica pontual e não elabora um modelo geral de aprimoramento teórico.

O texto de Thomas J. Biersteker (2010) está fora da análise, pois não é uma crítica à teoria de securitização, mas sim uma crítica à obra de Buzan e Hanzen sobre a subárea de segurança internacional.

A crítica de Christopher S. Browning e Matt McDonald (2011) é que as teorias que compõem os chamados Estudos Críticos de Segurança – Escola de Copenhague e Escola Escocesa - geralmente estão longe de nos fornecer um relato sofisticado e convincente da política ou da ética da segurança. Nosso trabalho não tem o objetivo de refletir sobre a ética da segurança, e sim sobre a aplicabilidade da teoria de securitização, desta forma, esse artigo não foi analisado.

O artigo de Petersen (2011) tem por objetivo explorar a interseção entre duas áreas de estudo, os estudos de segurança e os estudos de análise de risco. Essa análise fornece uma visão geral dos debates de risco nos estudos de segurança e traz os limites desse debate à luz dos debates de risco mais amplos e historicamente mais estabelecidos em sociologia, economia e antropologia. Por ser uma análise do campo de estudo e não especificamente da teoria de securitização, o artigo não foi analisado.

O objetivo de Mavelli (2011) é verificar como a secularização está presente em três teorias: segurança humana, securitização e teoria crítica de segurança de Ken Booth. Por não ser uma análise crítica da teoria de securitização, o artigo não foi analisado.

O trabalho de Bilgin (2011) visa mapear a utilização da teoria de securitização na Turquia. Por não se tratar de uma crítica à teoria, não será analisado.

O objetivo de Guzzini (2011) com seu artigo é afirmar que a teoria explicativa usada na pesquisa de securitização depende, de fato, de mecanismos causais que são concebidos de forma não idealista. A utilização da literatura metodológica apropriada torna explícito esse *status* explicativo, expondo a causalidade não positivista da teoria e, assim, aprimorando sua teoria empírica. O autor pretende avançar com a determinação do status da teoria de securitização. A princípio, por se colocar como uma teoria de entendimento e explicação, demonstra comprometimento com o pós-estruturalismo, porém isso não fica claro nas publicações da

teoria. Por não se tratar de um artigo dedicado à metodologia e operacionalização da teoria de securitização, não será analisado nesse trabalho.

O artigo de Gad e Pettersen (2011) afirma que existem muitos conceitos de política que permeiam o debate sobre a teoria de securitização. O autor identifica três diálogos sobre política. O primeiro é como a política diz respeito à ação e intencionalidade; o segundo, uma conversa sobre a organização moderna da política, esferas e setores; e, o terceiro, uma conversa sobre a relação entre política, ética e ciência. O objetivo do autor com essa categorização é apresentar uma análise conceitual de política nos estudos de securitização. Apesar de ser um texto bastante interessante, o autor não faz uma proposta para a teoria e sim um mapeamento dos conceitos de política utilizados. Por esse motivo, o artigo não será analisado nesse trabalho.

O artigo de Tjalve (2011) não é uma crítica à teoria e sim ao objetivo de análise.

A proposta de Roe (2012) é revisitar o debate normativo que definiu a securitização como um conceito negativo. Levando em consideração o trabalho de Aradau que argumenta que a securitização é um conceito negativo por ter em seu escopo o conceito de política extraordinária. Em seu artigo, Roe procura demonstrar o valor da des-essencialização das práticas evocadas pela segurança falada e mostra como isso permite um engajamento significativo com outras concepções emergentes de segurança "positiva". Por se tratar de um artigo de crítica aos críticos, e não uma crítica específica à teoria de securitização, o artigo não foi analisado nesse trabalho.

Para Watson (2012), dentro da subárea de estudos de segurança duas abordagens floresceram: securitização e enquadramento. O objetivo do autor é mostrar que não é produtivo separar essas duas abordagens, que a securitização é uma subárea do enquadramento. Como o objetivo do artigo não é a metodologia da teoria de securitização em específico, o artigo não será analisado nesse trabalho.

O trabalho de Hameiri e Jones (2013) é uma crítica aos estudos críticos de segurança, mas voltada aos estudos sociológicos, especialmente à Escola de Paris.

O objetivo do Macleod (2014) não é construir uma crítica à teoria de securitização e sim abordar cultura popular e detetives em livros de romance. Por não ser uma crítica, não será analisado nesse trabalho.

E, por fim, o trabalho de Philippe Bourbeau (2015) tem o objetivo de falar do conceito de resiliência nas Relações Internacionais e não de algo específico da teoria de securitização.

2.3.2 Críticas Sociológicas

Nessa etapa serão apresentados os textos com críticas sociológicas à teoria de securitização. O quadro abaixo apresenta quais são os textos analisados nessa seção e quais os objetos críticos de cada um deles. O objetivo não é apenas apresentar a crítica feita, mas também as sugestões de melhorias propostas por cada um dos autores.

Quadro 6. Críticas Sociológicas

Ano	Autor	Título	Revista	Tema
2003	Michael C. Williams	Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics	International Studies Quarterly	Política de excesso (Schimitt)
2004	Claudia Aradau	Security and the democratic scene: desecuritization and emancipation	Journal of International Relations and Development	Emancipação para dessecuritização
2006/9	Andreas Behnke	No way out: desecuritization, emancipation and the eternal return of the political — a reply to Aradau	Journal of International Relations and Development	Ontoteologia da política
2006	Andrew W. Neal	Foucault in Guantánamo: Towards an Archaeology of the Exception	Security Dialogue	Política de excesso (Schimitt)
2007	Holger Stritzel	Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond	European Journal of International Relations	Tripé da securitização
2011	Holger Stritzel	Security, the translation	Security Dialogue	Incorporação do conceito de tradução
2011	Jef Huysmans	What's in an act? On security speech acts and little security nothings	Security Dialogue	Reengajamento do ato político
2011	Michael C. Williams	Securitization and the liberalism of fear	Security Dialogue	Conceito de medo do medo na securitização
2011	Rita Floyd	Can securitization theory be used in normative analysis? Towards a just securitization theory	Security Dialogue	Moral na securitização
2011	Trine Villumsen Berling	Science and securitization: Objectivation, the authority of the speaker and mobilization of scientific facts	Security Dialogue	Securitização e ciência

Ano	Autor	Título	Revista	Tema
2012	Martin Holbraad; Morten Axel Pedersen	Revolutionary securitization: an anthropological extension of securitization theory	International Theory	Extensão antropológica
2014	Thierry Balzacq; Stefano Guzzini; Michael C Williams; Ole Wæver; Heikki Patomäki	Forum: What kind of theory – if any – is securitization?	International Relations	Fórum com várias críticas e avanços
2014	Philippe Bourbeau	Moving Forward Together: Logics of the Securitisation Process	Millennium: Journal of International Studies	Lógica da exceção e lógica da rotina
2015	Rita Floyd	Extraordinary or ordinary emergency measures: what, and who, defines the ‘success’ of securitization?	Cambridge Review of International Affairs	Déficit construtivista
2015	Eric Van Rythoven	Learning to feel, learning to fear? Emotions, imaginaries, and limits in the politics of securitization	Security Dialogue	Emoções
2016	Adam Côté	Agents without agency: Assessing the role of the audience in securitization theory	Security Dialogue	Publico alvo - ativo

Fonte: Compilado pela Autora

A primeira crítica a ser apresentada é de Michael Williams (2003). O texto de Williams é uma importante colaboração para a teoria de securitização principalmente por dois motivos: busca tanto a defesa da teoria de diversas críticas, como também traz uma importante contribuição para o aporte teórico. Em uma contribuição mais específica, o autor faz uma crítica branda sobre o ato de fala (WILLIAMS, 2003b, p.512).

Ele argumenta que o posicionamento teórico baseado apenas na fala como ação comunicativa deve ser confrontada, tendo em vista que a comunicação política contemporânea está cada vez mais incorporada nas imagens televisivas. O crescente impacto das imagens televisivas e seu alcance global coloca desafios para a Escola de Copenhague, tanto no nível de suas reivindicações sociológicas, quanto em termos de sua ética política. À medida que a comunicação política se torna cada vez mais entrelaçada com a produção e transmissão de imagens visuais, os processos de securitização assumem formas, dinâmicas e vínculos institucionais que não podem ser totalmente avaliados, concentrando-se apenas no ato da fala.

Outro ponto bastante delicado que é abordado pelo autor, é a questão ética da teoria de securitização. Ao apresentar um conceito próximo de Schimtt, a teoria pensa a securitização como uma possibilidade social intrínseca à vida política. A teoria não coloca limitações a qualquer ato de fala que securitize uma minoria racial, por exemplo.

Argumenta ainda que a ideia de segurança como ato de fala assume uma importância muito além de seu papel como uma ferramenta de explicação social. A ação comunicativa envolve um processo de argumentação, provisão de razões, apresentação de evidências e o comprometimento de convencer outros da validade da posição de um. Desta forma, a ação comunicativa não é apenas uma prática social, mas sim um processo de justificação (WILLIAMS, 2003b, p.523).

Conseqüentemente, a teoria da securitização deve desenvolver uma compreensão mais ampla dos meios, estruturas e instituições da comunicação política contemporânea, a fim de abordar adequadamente as questões da explicação empírica e da avaliação ética nas práticas de segurança (*Idem*, p.521).

Na sequência, em 2004, Claudia Aradau publica a sua contribuição. O ponto principal de crítica de Claudia Aradau em seu artigo é o conceito de dessecuritização proposto pela teoria de securitização. Ela afirma que as ferramentas de análise do processo de securitização ficaram claras na obra dos autores, porém a dessecuritização não é bem definida, argumentando que a teoria de securitização não dá atenção suficiente à política, enfraquecendo o conceito de dessecuritização tanto analítica quanto politicamente.

Estando vinculado ao conceito de securitização, a dessecuritização sofre das mesmas contradições que o conceito de securitização. A dicotomia entre a política Schimttiana e a política democrática está localizada na própria dicotomia entre o ato de fala e as medidas excepcionais endossadas pela Escola de Copenhagen. A proposta de Aradau é utilizar o conceito de política democrática de emancipação (ARADAU, 2004b, p.390)

A autora inicia o seu texto analisando o processo de securitização, em especial a sua última parte, em que os autores determinam que para securitizar um tema é necessária uma ação emergencial, que fuja da política normal. Os autores de Copenhagen ressaltam que é necessária uma ação excepcional. A dicotomia entre política normal e política excepcional demonstra, para Aradau, que a teoria de securitização é ilustrada pelas regras de sociedades democráticas liberais.

Securitization is a topological move from the realm of normal politics to extraordinary politics and, in this relational understanding of exceptional vs normal politics, to the element of urgency that securitization entails which corresponds to the slow process of decision-making and contestation, where decisions follow strict procedural rules, i.e. democratic politics. (ARADAU, 2004, p.392)⁶³

⁶³ “A securitização é um movimento topológico do domínio da política normal para política extraordinária e, nessa compreensão relacional da política extraordinária versus normal, ao elemento de urgência que a securitização implica ao qual corresponde

Levando em consideração as ações extraordinárias e a política excepcional que a securitização exige, o processo de dessecuritização só pode ser considerado uma restauração da democracia. Para aparar as arestas da teoria de securitização, Aradau propõe a utilização do conceito de *emancipação*. Conceito esse baseado na tradição intelectual da Escola de Frankfurt e na tradição crítica (*Idem*, 397).

Aradau argumenta que a política da emancipação pode desfazer a securitização e a sua lógica não democrática, excepcional e excludente: “The under-theorized concept of desecuritization should be re-worked through a politics of emancipation as democratic politics” (ARADAU, 2004, p. 405).⁶⁴

Se a securitização ordena as relações sociais de acordo com a lógica do realismo político e institucionaliza um excepcionalismo de velocidade, medidas extraordinárias e amigo/inimigo, a dessecuritização é um projeto normativo que recupera uma noção de política democrática onde a luta pela emancipação é possível. Para tanto, não só tem de enfrentar as políticas de inimizade e excepcionalismo que a securitização institui, mas também sua faceta decisória.

A securitização é promulgada através da constituição não-democrática da autoridade em vários locais institucionais, onde as decisões sobre os perigos são tomadas e colocadas em prática. Contra a lógica excludente e não-democrática da segurança, a política de emancipação ativa princípios formais que se referem indiscriminadamente a todos os membros da comunidade e dos quais certas categorias foram de fato excluídas.

Behnke (2006) lança o artigo como uma resposta ao artigo de Claudia Aradau, justificando que Aradau subestima o papel central que a segurança desempenha na ontoteologia da política. O autor baseia a sua crítica em dois pilares: o primeiro, de ordem política, afirmando que Aradau repete o mesmo prejuízo do liberalismo tradicional, posicionando a questão como autoritarismo *versus* democracia; e o segundo pilar de sua crítica se baseia nas afirmações de Aradau que segurança é decisão e exceção *versus* emancipação e democracia.

O autor propõe um ganho teórico maior se a segurança for pensada como parte da política, entendendo a política moderna como um projeto de segurança. Partindo dessa perspectiva, o autor adverte que a dessecuritização não pode nunca ocorrer. A produção da insegurança e a designação de ações e assuntos como ameaças ao Estado, comunidade e

um processo lento de tomada de decisão e contestação, onde as decisões seguem regras processuais estritas, isto é, política democrática.” (Tradução livre)

⁶⁴ “O conceito sub-teorizado de dessecuritização deve ser retrabalhado através de uma política de emancipação, como é a política democrática.” (Tradução livre)

sociedade, fazem parte da produção da identidade nacional. Estados continuamente securitizam temas e atores para produzir a identidade nacional. A dessecuritização, portanto, talvez seja melhor entendida como o desaparecimento de uma questão ou um ator em particular do repertório desses processos.

A dessecuritização como um ato de fala parece ser uma contradição em termos. A crítica central de Andrew Neal se baseia no discurso que surgiu sobre o problema da “exceção”, ações excepcionais que são respostas a determinados eventos, que acabam por legitimar políticas excepcionais. Neal identifica problemas no tratamento de *exceção* e *excepcional* nos trabalhos de Carl Schmitt, Giorgio Agamben e na teoria de securitização, e oferece uma abordagem teórica diferente para *exceção* com o trabalho de Michel Foucault, a arqueologia do saber. O artigo foca os detalhes da metodologia arqueológica de Foucault, relacionando-a a problemas específicos no discurso político-teórico do excepcionalismo.

O excepcionalismo abrange uma série de políticas e práticas não liberais que são legítimas através de alegações sobre as exceções necessárias à norma. Partindo desse pressuposto, o autor se diz preocupado com as possibilidades legitimadoras e críticas do discurso do excepcionalismo. A legitimação de práticas excepcionais nem sempre serão bem sucedidas e o conceito de exceção poderá ser utilizado criticamente para deslegitimar políticas e práticas. Enquanto discursos de excepcionalismo ressurgiram como bastante relevantes, o *status* político da exceção está longe de ser resolvido (BEHNKE, 2006, p.32).

É possível perceber que a crítica do autor não é à metodologia ou à capacidade analítica da teoria de securitização, mas sim ao seu papel político na sociedade ao aventar a possibilidade de políticas de exceção ou, até mesmo, de sua responsabilidade política ao legitimar as políticas de exceção. Para o autor o ressurgimento do discurso de exceção foi de Carl Schmitt, jurista nazista. E, em alguma medida, os contemporâneos da teoria de securitização tem uma relação forte com o conceito de exceção de Schmitt⁶⁵. Ele coloca isso como o ponto de partida do artigo para então desenvolver a abordagem de Foucault (*Idem*, 33).

Para o autor, o que é preocupante é que a teoria da securitização derruba seu construtivismo ao tratar o discurso, o campo ou a tradição de segurança como uma unidade

⁶⁵ Importante ressaltar que essa é a opinião do autor Andrew Neal e não da autora do presente trabalho. Em todos os textos lidos da Escola de Copenhague, em nenhum deles, nunca foi feita referência ao Schmitt ao se abordar a identificação da exceção para a securitização de um tema. Waeber menciona essa alegação de Neal, Williams e Aradau em um texto publicado em 2011, na revista *Security Dialogue*, intitulado “Politics, security, theory”, em que se posiciona completamente contrário a essa afirmação de seus críticos. Nesse mesmo texto determina que o conceito de política utilizado na teoria de securitização é o de Hannah Arendt, que é a ação do Estado que ultrapassa essa configuração de política, é a exceção.

estrutural, sociológica e linguística com limites discerníveis que são cruzados de acordo com certas regras formais.

Apesar de sua natureza construída, essa imagem de segurança ainda acarreta uma característica muito schmittiana de urgência, circunstâncias extraordinárias e medidas excepcionais. Assim, é possível reconhecer quando essas condições são movidas para dentro e para fora. Com isso, segundo Neal, a teoria de securitização perpetua a estrutura do excepcional (*Idem*, 34).

Neal, ainda no ano de 2006, afirma que, ao reificar os elementos figurativos básicos do discurso da segurança, certas prerrogativas políticas também são reificadas, e isso é cair direto na armadilha de Schmitt. O evento ou situação excepcional dita uma resposta excepcional. Não é simplesmente uma ética duvidosa, mas uma metafísica duvidosa que dita uma ética duvidosa.

Não é bom ser construtivista sobre o Estado, construtivista sobre o povo e construtivista sobre segurança, se não for suficientemente construtivista sobre condições como urgência, necessidade e exceção. Dito isto, mais construtivismo não é o que é necessário. Antes, a questão do discurso precisa ser levada mais a sério e, para isso, o autor propõe a utilização da metodologia arqueológica de Foucault (NEAL, 2006, p.34).

Em 2007, Stritzel inicia o seu trabalho reconhecendo que a teoria da securitização foi um importante passo dentro das Relações Internacionais e, principalmente, para a subárea de estudos de segurança, mas isso não significa que a teoria esteja finalizada: é necessário ainda aparar algumas arestas para que seja uma ferramenta consolidada para a área.

A Teoria de Securitização está estruturada em dois conceitos centrais. O primeiro é o tripé: ato de fala, agente securitizador e audiência. O segundo conceito são as três condições facilitantes – não politizado, politizado e securitizado – que determinam o sucesso de um movimento de securitização. Porém, o que o trabalho de Stritzel demonstra é que esses pressupostos sofrem de tensões internas severas em seu argumento. A teoria também sofre com a terminologia às vezes vaga e subteorizada. Coloca-se muito peso no lado semântico da articulação do ato de fala, em detrimento de sua relação social e linguística e de sua sequencialidade (STRITZEL, 2007, p.358).

Partindo desse ponto, o autor indica que seu objetivo é deixar transparentes as principais tensões e limites da Teoria de Securitização e sugerir uma alternativa mais sistemática e clara: “With a clearer framework, communication between scholars would be improved and insights

from ‘real-world’ securitizations could be gathered and compared”⁶⁶ (STRITZEL, 2007, p.359). A primeira parte de sua crítica é direcionada aos seguintes elementos: ato de fala, agente securitizador e audiência.

A primeira crítica ao tripé - ato de fala, agente e audiência – refere-se à relação entre o agente e a audiência, que não foi conceituado claramente. A Escola separa o agente em dois elementos: o agente securitizador realizando o processo de securitização por meio do discurso, e, em um segundo momento, com a audiência aceitando ou não o processo. Com isso, um determinado tema é interpretado e representado por meio de negociações entre o agente securitizador e a audiência. Resultando disso que um agente só pode propor reconhecimento e representação: é a audiência que determina se a proposta é aceita como segurança ou como uma narrativa comum (*Idem*, p.363).

No entanto, em estudos empíricos, nem sempre é possível determinar claramente que público é mais relevante e por quê, quais implicações têm se houver vários públicos e quando exatamente um público é persuadido. Apesar desse tripé ser importante para a Escola de Copenhague, e ser denominadas condições facilitantes, a abordagem é muito silenciosa sobre os mecanismos exatos do tripé e não específica sobre a substância de seus termos.

Partindo para o segundo ponto de crítica, o autor aborda as condições facilitadoras: o tema, para passar pelas etapas do movimento de securitização, depende das seguintes condições: *i.* Que o discurso siga uma gramática da securitização; *ii.* Condições sociais, relação entre o orador e a audiência, para a audiência aceitar; *iii.* Características da suposta ameaça que facilitem ou impeçam a securitização.

Com essas linhas, os autores da Escola de Copenhague alegam que não seguem radicalmente o pós-estruturalismo, que se concentra no poder das estruturas e características linguísticas dos discursos. Ao invés disso, os autores conceitualizam as características linguísticas em apenas internas e externas (*Idem*, 364).

Com esse panorama feito, o autor determina que o principal problema da atual articulação da teoria de securitização é sua consideração insuficiente da localização dos atos de fala e de uma conceituação estática demais do evento do ato de fala em geral. A primeira tensão diz respeito a certo grau de objetivismo implícito em oposição a uma abordagem geral mais reflexivista e relativista. A segunda tensão diz respeito a elementos estáticos da teoria, em oposição a uma abordagem geral mais dinâmica e contingente.

⁶⁶ “Com uma estrutura mais clara, a comunicação entre os acadêmicos seria melhorada e os insights das securitizações do “mundo real” poderiam ser coletados e comparados.” (Tradução livre)

Tendo desenvolvido todas as suas críticas, o autor segue para a sua proposta de solução. Propõe assim distinguir dimensões sócio-linguísticas e sociopolíticas do contexto empírico do objeto. Com a dimensão sócio-linguística do contexto, o autor se refere à rede de regras e narrativas constitutivas que cercam um único ato linguístico. Segundo ele, essa dimensão é essencial para se entender um ato de fala.

Os atores podem explorar contextos linguísticos como um reservatório de analogias, similitudes e contrastes. Portanto, é possível observar com frequência que os atores securitizantes falam de, e para, um contexto linguístico mais amplo, enquadrando seus argumentos em termos do reservatório linguístico distinto, que está disponível em um determinado ponto no tempo (*Idem*, 369).

Por contraste, o contexto sociopolítico diz respeito às estruturas sociais e políticas, muitas vezes mais sedimentadas, que colocam os atores em posições de poder para influenciar o processo de construção de significado. Uma vez que um dado contexto social é, na melhor das hipóteses, muito raro e verdadeiramente simétrico, os atores são geralmente dotados de uma capacidade desigual de influenciar a evolução de um sentido proposto individualmente em um contexto coletivo.

O conceito de contextos sócio-linguísticos, portanto, refere-se a uma dimensão da sociabilidade razoavelmente contingenciada e geralmente mais fluida. Ele frequentemente envolve um alto grau de criatividade humana e dinâmica (não intencional), contrastando com os contextos sociopolíticos, que representam uma dimensão mais sedimentada e que, muitas vezes, sugerem mais diretamente a probabilidade de um movimento de securitização ser bem-sucedido (*Idem*, p.370).

Ainda o mesmo autor, no ano de 2011, publica mais uma contribuição. Stritzel analisa criticamente a conceituação de Waever e, em seu artigo, determina que é uma abordagem discursiva e teórica, desenvolvendo um processo que vê as articulações de segurança como traduções.

O autor afirma que essa transposição conceitual tem o potencial de abrir o atual discurso de securitização para uma perspectiva alternativa, transformando os significados de segurança. Segundo ele, a proposta de Escola de Copenhague apresenta uma série de problemas, sendo eles: *i*. Elementos estáticos versus elementos dinâmicos na teoria; *ii*. Uma tensão entre o tradicionalismo e reflectivismo; *iii*. Processo subteorizado e; *iv*. Problemas em definir critérios confiáveis para a confirmação do sucesso da securitização. A solução para esses problemas, segundo o autor, é utilizar a tradução (STRITZEL, 2011, p.343).

Stritzel alega que os conceitos de ato de fala, de ato ilocucionário e de aceitação do público alvo causam confusão, pois essas três formulações podem expressar três entendimentos completamente diferentes do que efetivamente consiste a securitização. Esses são os elementos de instabilidade no conceito de securitização: um movimento de securitização torna-se necessariamente instável e arriscado porque o efeito perlocucionário pretendido, por exemplo, de persuadir uma audiência a dar legitimidade a um falante para lidar com uma ameaça percebida pode resultar em deslegitimação e perda de poder para o falante (*Idem*, p.350).

Já o objetivo do artigo de Huysmans (2011) é reengajar o conceito de *atos* aos estudos de securitização. Especificamente, a proposta do artigo é iniciar uma agenda de pesquisa que pergunte quais atos políticos podem ser processos de segurança difusos que apagam a securitização de atos de fala. Para este autor, a atenção dos analistas se voltou muito para o discurso e pouco para o ato político, a interação entre o locutor e audiência. Para além da interação dos envolvidos na fala, existe também a necessidade de ser um movimento para além da política comum. Todos esses elementos relacionados formam um ato político que é essencial para comprovação da securitização (HUYSMANS, 2011, p.372).

Se a securitização desenvolvida na vigilância, na gestão de risco e na prática preventiva de fato funciona de tal forma que as decisões com gravidade são ontologicamente marginalizadas - ao invés de estrategicamente, calculativamente escondidas - então a concepção de *ato* como desenvolvida por Wæver e Buzan não fornecerá a análise empírica reivindicada.

Essa ontologia prevista pelos autores de Copenhague não apresenta compreensão sobre o funcionamento do poder, nem a possibilidade de uma crítica política eficaz. Para solucionar este problema o autor propõe a reengajamento do conceito de *ato* (*Idem*, p.379).

O conceito de *ato político* pode ser visto como uma possível análise crítica que enaltece as decisões que são tomadas ao longo do processo e os momentos mais graves quando escolhas significativas são feitas para a securitização. É uma conexão entre os discursos tecnocráticos e a prática de volta às decisões políticas e à responsabilização e, portanto, às questões de responsabilidade, legitimidade e julgamento público.

O problema enfrentado, segundo o autor, é o engajamento entre os atos e a dispersão de decisões e desdobramentos do cotidiano político e das práticas de segurança. Essa dispersão faz parte e é da natureza do processo de securitização (*Idem*, p.378).

Michael Williams (2011) escreveu seu artigo com o objetivo de desenvolver empiricamente a relação entre a securitização e as políticas do medo. Apresenta a noção do *liberalismo do medo*, que permite ver como o medo pode operar de maneiras que podem

realmente inibir processos de securitização. O autor chama esse processo de *securitização da securitização*. A sugestão que faz é de que é possível expandir o enquadramento teórico da Escola de Copenhague ao entender as políticas de segurança em sociedades liberais (WILLIAMS, 2011, p.452).

A teoria de securitização utiliza a terminologia *ameaça existencial*, mas em sua aplicação analistas não utilizam o conceito de medo para desenvolver suas pesquisas. Essa é a lacuna que o artigo pretende preencher, isto é, relacionar o conceito do liberalismo do medo com ameaça existencial. O medo do medo pode restringir movimentos de securitização em sociedades liberais. Essa prática opera no nível dos indivíduos, normas sociais, políticas e instituições legais.

A relação entre esses níveis é crucial para a análise de importantes dimensões de políticas de segurança em sociedades liberais. Na medida em que os grupos individuais e sociais reconhecem o medo do medo como uma parte fundamental de suas visões e valores políticos, eles exercem um grau de suspeita em relação aos atos securitizantes e podem até mesmo agir para restringir as securitizações bem-sucedidas (*Idem*, p.456).

Rita Floyd também fez sua contribuição aos críticos sociológicos, em 2011. Em seu texto, a autora aponta como principal crítica à teoria de securitização a falta de atenção dada à moralidade da securitização. A proposta do artigo é corrigir essa falha ao propor uma revisão da teoria de securitização baseada em três critérios que poderão tornar uma securitização moralmente correta. Os critérios são: *i*. Que tenha um ameaça existencial objetiva; *ii*. Que o objeto referência de segurança seja moralmente legítimo; *iii*. A resposta de segurança é apropriada à ameaça em questão. Para a autora, a securitização só é moralmente certa quando preenche os três critérios estabelecidos, ao mesmo tempo.

Para que esses três critérios sejam atendidos, a teoria de securitização não pode ser aplicada em sua forma original. Os três critérios representam um avanço na teoria da Escola de Copenhague. Na revisão teórica apresentada por Floyd ela informa que a securitização não pode simultaneamente operar como ato de fala ilocucionário e depender da aceitação do discurso por um público alvo. Sua solução foi separar o público do processo de securitização e isso só foi possível, pois a audiência não é um conceito analítico. Além disso, para a autora, não é a securitização que é uma ilocução; ao contrário, é apenas o movimento de securitização que representa o discurso ilocucionário que faz parte da securitização (FLOYD, 2011b, p.428).

A autora argumenta que, ao enquadrar uma questão no modo de segurança (em termos de uma ameaça existencial e um ponto de não retorno), o agente securitizador faz alguma coisa

na medida em que emite uma advertência ao agressor e promete proteção ao objeto de referência de segurança. Uma securitização é completa somente se a advertência / promessa feita no ato da fala for acompanhada por uma mudança no comportamento relevante por um agente relevante (o agente securitizador ou alguém instruído pelo mesmo), que é justificado por este agente com referência para declarar ameaça. A autora chama essa etapa de prática de segurança. A prática de segurança, aliada ao movimento de securitização, resulta na securitização (*Idem*, p.429).

A vantagem dessa análise em duas etapas é a possibilidade de examinar se o agente securitizador é sincero. Se o analista pode determinar critérios para a existência de um sucesso na securitização, ele também está hábil para escolher critérios que determinem a correção moral da securitização (*Idem*, p.429).

Berling (2011), por sua vez, afirma em seu artigo que o seu objetivo é aproximar a teoria de securitização da Ciência, e o faz por meio da literatura de Pierre Bourdieu. O autor não endereça uma crítica explícita à teoria de securitização, mas afirma que o objetivo é verificar como o processo político de securitização é influenciado quando a dimensão científica é levada em consideração (VILLUMSEN BERLING, 2011, p.385).

A aproximação entre securitização e ciência é viabilizada por meio de três mecanismos. Primeiro: a comunidade científica pode objetivar um tema e estendê-lo onde a securitização está próxima ao impossível. Segundo: a Ciência pode co-determinar o *status* de um agente securitizador e, portanto, influenciar a autoridade do falante em campos específicos. Terceiro: fatos científicos podem ser mobilizadores em processos de securitização, tanto por meio de especialistas, como por meio de atores políticos na tentativa de buscar apoio na vocação científica (*Idem*, p.386).

A crítica à teoria de Securitização expressa no artigo de Holbraad e Pedersen afirma que o modelo da Escola de Copenhague é um modelo liberal. O modelo é liberal na medida em que sua preocupação permanente com o estado de emergência gira em torno de uma distinção ontológica entre sujeitos políticos (por exemplo, pessoas) e estruturas políticas (por exemplo, Estado). O objetivo do artigo é trazer uma alternativa não liberal por meio de uma extensão antropológica. A teoria de securitização afirma que a segurança envolve a passagem de uma ordem social para outra, e a análise de situações como essa são o objetivo da antropologia há algum tempo (HOLBRAAD; PEDERSEN, 2012, p.165).

A extensão antropológica envolve dois passos. O primeiro é um movimento para relativizar a teoria de securitização ao mostrar que as premissas chave são mais contingenciais,

histórica e culturalmente, do que a teoria pretende. A proposta é tratar a teoria de securitização menos como uma estrutura analítica supra-histórica / cultural e mais como um artefato histórico / cultural em si mesmo. Sem essa extensão antropológica a teoria de securitização está cega para o caráter decididamente não liberal das formas políticas revolucionárias (*Idem*, p.167).

O segundo passo é propor um modelo não liberal para a teoria de securitização. O ponto central é que, em certos contextos revolucionários e / ou socialistas de estado, a securitização não se refere a uma passagem de uma posição para outra dentro de uma matriz de coordenadas fixas a partir do domínio da política comum para um campo de emergência, mas a uma mudança nas coordenadas básicas da própria matriz política. A mudança em questão equivale a um colapso da distinção entre política ordinária e política extraordinária, e entre regra e exceção.

A securitização é sistematicamente orientada a resgatar precisamente a premissa liberal sobre a qual se baseia a distinção entre política ordinária e extraordinária. A distinção entre as próprias pessoas e as estruturas políticas externas pelas quais são governadas. Deste modo, o movimento característico da securitização torna-se uma característica imanente da política revolucionária, desde que esta seja entendida em seus próprios termos: como uma transformação ontológica, voltada para efetuar não apenas uma mudança na relação entre governo e governo, mas uma redefinição dos termos desse relacionamento (HOLBRAAD; PEDERSEN, 2012, p.168).

Em 2014, Thierry Balzacq, Stefano Guzzini, Michael C Williams, Ole Wæver e Heikki Patomäki publicaram o fórum *What kind of theory – if any – is securitization? International Relations*. Esse trabalho resulta de um fórum, e por isso trata-se uma publicação composta por artigos, cada um de um autor, totalizando 5 artigos, porém, um deles é do autor da teoria, Ole Wæver. Por esse motivo, essa seção em específico do fórum não será analisada.

O primeiro artigo do fórum é dos autores Thierry Balzacq e Stefano Guzzini. Trata-se de uma introdução ao assunto geral do fórum, que é qual tipo de teoria - se há alguma - é a securitização? Os autores observam que o desenvolvimento da teoria de securitização tomou dois caminhos. O primeiro acompanha a Escola de Copenhague e mantém que a securitização deve dar ênfase ao ato ilocucionário que dá base à emergência dos problemas de segurança.

O segundo caminho critica e desafia a Escola de Copenhague ao perguntar: O que significa a intersubjetividade da securitização? Quão importante é reivindicar que o contexto é importante? Como podemos entender a relação entre política e securitização? De qualquer forma, ambos os caminhos pensam a natureza da teoria de securitização. (BALZACQ et al., 2014, p.5).

No artigo intitulado, *The Essence of securitization: Theory, ideal type, and a sociological science of security*⁶⁷, Balzacq afirma que securitização é um tipo ideal, um conjunto de características qualitativas essenciais que, quando combinadas, constituem um todo lógico. O tipo ideal estimula várias teorias de securitização e, em seu artigo, Balzacq delinea características da teoria de securitização sociológica.

O autor utiliza três casos para indicar como a teoria sociológica da securitização leva certos fundamentos do tipo ideal de securitização para uma direção específica. O *primeiro caso* é relacionado à audiência. A audiência gera mais um obstáculo para a securitização e esse é um elemento central para a teoria de securitização linguística. Porém, para a vertente sociológica esse elemento não é central, não existe a negação da audiência, esse aspecto é apenas mais restrito. Do ponto de vista sociológico são integrados ideias e visões alternativas para a formação do problema de segurança. Com isso, a audiência é apenas um elemento de um padrão teórico mais amplo nos estudos de securitização (BALZACQ et al., 2014, p.13).

O *segundo caso* se refere ao poder deontológico, a relação entre segurança, política e políticas públicas. Para a teoria de securitização sociológica o excepcionalismo proposto pela teoria de securitização – ação de extrapolação da política comum – é a possibilidade extrema inerente ao poder deontológico. A teoria sociológica se afasta da alegação da teoria filosófica de que esses poderes deontológicos pressupõem uma separação entre políticas "normais" e "excepcionais", ao rejeitar a desconexão entre segurança e política (*Idem*, p.13).

O *terceiro caso* se refere à responsabilidade. Responsabilidade não é apenas atribuir certo efeito a um agente. Em vez disso, no contexto da securitização, a responsabilidade é sempre eticamente carregada: a securitização estabelece um tipo de agência compartilhada. Se as coisas derem errado, tanto o agente quanto o público serão responsabilizados pelos efeitos (*Idem*, p.14).

O próximo artigo do fórum é de Michael Williams, intitulado *Securitization as political theory: the politics of the extraordinary*⁶⁸. Nesse artigo o autor sugere que por mais valioso que seja o processo de securitização, por maior abrangência empírica, profundidade sociológica e precisão metodológica que pretenda, a teoria enfrenta limitações cruciais porque, em seu cerne, a securitização é incapaz de ser totalmente capturada pela ciência social empírica. Apesar de despertar perspectivas filosóficas e sociológicas, a securitização é, acima de tudo, teoria política (*Idem*, p.20).

⁶⁷ “A essência da securitização: teoria, tipo ideal e ciência sociológica da segurança” (Tradução livre)

⁶⁸ “Securitização como teoria política: a política do extraordinário” (Tradução livre)

O ponto central de crítica do autor está no extraordinário. Para a securitização de um determinado tema é preciso que exista uma ação emergencial, pontual e que fuja da política comum: essa fuga é extraordinária. Para alguns críticos esse conceito se assemelha ao conceito de política excepcional de Carl Schmitt e essa aproximação seria um erro da teoria de securitização. Porém, Williams caminha para outra direção. Baseando-se na teoria política, reflete sobre a política do extraordinário, pensada para Estados democráticos. A política do extraordinário pode emergir de fontes inesperadas e através de processos surpreendentes que derrubam, destroem ou desafiam estruturas e práticas dominantes (*Idem*, p.21).

O último texto do fórum é de Patomäki, intitulado *Absenting the absence of future dangers and structural transformations in securitization theory*⁶⁹. O objetivo do autor é abordar a falta da ausência na teoria de securitização. Primeiro o futuro como algo que é real, mas ainda não determinado e a possibilidade de transformações estruturais.

Para esse autor, a teoria de securitização prevê a possibilidade do surgimento de ameaças dentro dos setores experienciados no século XX. Nos tempos modernos a segurança se baseia em evitar riscos. A questão que propõe então é: como podemos avaliar as afirmações sobre o futuro que, reflexivamente, envolvem também as consequências prováveis de nossas próprias ações?

O ponto é que a probabilidade de diferentes futuros possíveis pode ser avaliada racionalmente. Portanto, pode ser bastante sensato apresentar algo como uma ameaça existencial ou mesmo dramatizar uma questão como tendo uma forte prioridade.

O próximo crítico, Philippe Bourbeau (2014), inicia o texto afirmando que, desde o lançamento da teoria de securitização existe um debate na literatura sobre duas lógicas, a lógica da exceção e a lógica da rotina. O objetivo do artigo é reforçar as pesquisas sobre o processo de securitização, afastando a conversa do atual impasse analítico. Para isso, o autor propõe evitar distinções exageradas entre as duas lógicas, pois não está claro que elas sejam mutuamente exclusivas. Em segundo lugar, procura reconhecer e aproveitar os pontos fortes de ambas as lógicas e identificar aspectos teóricos frutíferos de cada estrutura, contribuindo para a compreensão da securitização.

Sua primeira contribuição importante do é determinar que, tanto a lógica da exceção quanto a lógica da rotina, de forma singular, apresentam uma figura incompleta do processo de securitização. Cada um dos campos falha ao apresentar uma estrutura para o estudo da

⁶⁹ “Ausência da ausência de perigos futuros e transformações estruturais na teoria da securitização” (Tradução livre)

securitização. Com isso, o autor demonstra que as duas lógicas compartilham importantes semelhanças: desempenho de segurança e dependência de caminho.

O processo de securitização se fundamenta sobre a performance e se refere a decisões que são informadas socialmente e historicamente. Com isso, argumenta que seguir em frente, com as duas lógicas juntas, ajudará os pesquisadores com a coexistência de desenvolvimento e mudança, conjunturas críticas e recorrentes, com a transformação e reprodução (BOURBEAU, 2014, p.188).

O autor deixa claro que a sua intenção não é criar novas ferramentas teóricas, mas ir para outros caminhos que não os já publicados. Sua intenção é demonstrar como o caminho já trilhado pela teoria é suficiente para análise do processo de securitização. A junção das duas lógicas é também suficiente para que o processo de securitização seja aplicado em objetos de estudo. A dificuldade até agora encontrada estava na insistência em enxergar as duas lógicas como opostas e excludentes (*Idem*, p.189).

Rita Floyd (2015), em seu artigo, tem o objetivo de apresentar dois problemas da teoria de securitização. O primeiro é o desafio de políticas de segurança não excepcionais e a presunção de que, para o sucesso da securitização, é necessária a adoção de medidas emergenciais extraordinárias. O segundo problema está relacionado ao agente securitizador, pois considera a teoria sofre de um déficit construtivista porque o critério para o sucesso da securitização é estabelecido pelos estudiosos, enquanto teoria radicalmente construtivista em relação à segurança. Isso exigiria que os profissionais se encarregassem de definir o sucesso da securitização (FLOYD, 2015, p.1).

Para solucionar a questão, a autora apresenta uma proposta: a securitização só poderia ser considerada como um sucesso se a identificação da ameaça justificasse uma resposta e fosse seguida por uma mudança no comportamento de um agente relevante e, ainda, a ação tomada fosse justificada pelo agente securitizador com referencia à ameaça identificada e declarada ao movimento securitizador. Com essa formulação, a autora deixa claro que esses passos devem ser identificados pelos pesquisadores e deve-se rejeitar a ideia de uma audiência sancionadora e a existência de ameaças existenciais da forma que foi determinada pela Escola de Copenhague (*Idem*, p.2).

A crítica mencionada por Rythoven (2015) em seu texto é a falta de clareza entre emoção e securitização. A tendência de discutir emoções, mas negar o seu *status* ontológico deixou a teoria de securitização incoerente. Tendo isso em vista, o objetivo do artigo é propor uma reconstrução teórica onde as emoções, especialmente o medo coletivo, sejam relevantes

para a audiência na prática da securitização. O artigo baseia-se na teoria de avaliação da psicologia para argumentar que as avaliações coletivas de medo são frequentemente construções culturais frágeis. Construções de ameaças que se revelam um fenômeno emocional (VAN RYTHOVEN, 2015, p.456).

Emoções são julgamentos sobre a competência da prática de securitização: julgamentos feitos contra o pano de fundo do imaginário de segurança local. No entanto, em vez de reproduzir a compreensão tácita da literatura onde o medo facilita a securitização de movimentos, o autor defende que teorizar como as avaliações do medo são geradas oferece novos *insights* sobre como as emoções podem frustrar e restringir as práticas de securitização.

Como juízos culturalmente situados, a avaliação do medo por parte de um público é, com frequência, um construto frágil, limitado pela escassez de recursos simbólicos no imaginário local, bem como pelo fato desses recursos estarem abertos à contestação e à desestabilização. Assim, teorizar o papel da emoção na securitização fornece novos *insights* sobre não apenas por que os movimentos de securitização são bem-sucedidos, mas por que eles frequentemente fracassam (*Idem*, p.460).

Por fim, a última crítica sociológica é de Adam Côté (2016). Para esse autor, a teoria da securitização caracteriza as audiências como agentes sem agência, marginalizando, assim, a natureza intersubjetiva da teoria. Essa é a crítica básica de Côté. Partindo desse pressuposto, o argumento central do artigo é que, para capturar com precisão o papel do público de securitização, ele deve ser teorizado como um agente ativo, capaz de ter um efeito significativo sobre a construção intersubjetiva dos valores de segurança (CÔTÉ, 2016, p.541).

Entre as críticas sociológicas foi possível perceber três grandes pontos: o *conceito de excessão*, duramente criticado e debatido ao longo dos artigos, questionando-se até mesmo o aspecto moral na teoria de securitização; o *conceito de dessecuritização* e sua falta de desenvolvimento teórico, segundo os críticos; e as críticas vinculadas à *natureza da teoria*, como a incorporação de conceitos tais como medo, lógica da rotina, emoções, público alvo.

As críticas apresentadas são bastante importantes e servem como reflexão sobre a construção teórica da Escola de Copenhague. Porém, mesmo com todas as propostas, os autores não aplicam suas versões revisadas da teoria, o que dificulta visualizar a operacionalização. Na próxima seção serão apresentados os críticos metodológicos que, em sua maioria, apresentam críticas mais palpáveis para a operacionalização da teoria de securitização.

2.3.3 Críticas Metodológicas

Nessa subseção serão apresentadas as críticas metodológicas feitas à teoria de securitização. É possível perceber que as críticas metodológicas são mais pontuais e direcionadas à aplicabilidade da teoria da Escola de Copenhague. O quadro 7 abaixo indica quais são os textos que serão analisados nessa seção do trabalho:

Quadro 7. Críticas Metodológicas

Ano	Autor	Título	Revista	Temaas
2001	Olav F. Knudsen	Post-Copenhagen Security Studies: Desecuritizing Securitization	Security Dialogue	Setores
2005	Thierry Balzacq	The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context	European Journal of International Relations	Público alvo
2006	Hayward R. Alker	On securitization politics as contexted texts and talk	Journal of International Relations and Development	Aplicação no mundo
2006	Rita Taureck	Securitization theory and securitization studies	Journal of International Relations and Development	Crítica às críticas anteriores (menos a de Balzacq que foi analítica)
2006	Mark Neocleous	From Social to National Security: On the Fabrication of Economic Order	Security Dialogue	Setor societal
2008	Juha A. Vuori	Illocutionary Logic and Strands of Securitization: Applying the Theory of Securitization to the Study of Non-Democratic Political Orders	European Journal of International Relations	Análise do conteúdo do discurso mais detalhada
2008	Matt McDonald	Securitization and the Construction of Security	European Journal of International Relations	Ampliação das ferramentas de análise
2008	Thierry Balzacq	The Policy Tools of Securitization: Information Exchange, EU Foreign and Interior Policies	JCMS	Não necessidade da aceitação do público
2010	Claudia Aradau	Security That Matters: Critical Infrastructure and Objects of Protection	Security Dialogue	Infraestrutura crítica e a Securitização
2010	Juha A. Vuori	A Timely Prophet? The Doomsday Clock as a Visualization of Securitization Moves with a Global Referent Object	Security Dialogue	Imagens no processo de macrosecuritização
2011	Scott Watson	The ‘human’ as referent object? Humanitarianism as securitization	Security Dialogue	Novo setor: humanitarismo
2012	Holger Stritzel	Securitization, power, intertextuality: Discourse theory and the translations of organized crime	Security Dialogue	Metodologia para análise de conteúdo
2014	Mona Kanwal Sheikh	The Religious Challenge to Securitisation Theory	Millennium: Journal of International Studies	Setor religião

Ano	Autor	Título	Revista	Temaas
2015	Thierry Balzacq; Sarah Léonard; Jan Ruzicka	'Securitization' revisited: Theory and cases	International Relations	Teoria, método, metodologia
2015	William Walters; Anne-Marie D'Aoust	Bringing Publics into Critical Security Studies: Notes for a Research Strategy	Millennium: Journal of International Studies	Público alvo

Fonte: Compilado pela autora

O texto de Olav (2001) foi o primeiro publicado dentre os artigos selecionados para análise da crítica à teoria de securitização. Ainda no ano de 2001, apenas 3 anos após o lançamento da teoria de securitização no livro *Security: A New framework*, o artigo de Olav apresenta uma crítica sobre a falta de ênfase no setor militar. O autor diz que é importante notar a possibilidade de temas de segurança em outros setores, mas não se pode tornar a segurança um objeto de política doméstica, esquecendo das ameaças externas e militares (p.357). Revela-se bastante crítico ao longo do texto, demonstrando toda a sua insatisfação com a teoria de securitização, que ele denomina como nova área dos estudos de segurança.

No ano de 2005, Thierry Balzacq faz sua contribuição como crítico metodológico. Balzacq afirma que a securitização parte de uma premissa principal: o anúncio de segurança por si só cria uma nova ordem social que quebra a política normal. Para isso, existem duas regras, ambas baseadas na competência linguística dos atores envolvidos: 1. *Interna*: gramatical e linguística. 2. *Externa*: social e contextual. Somente se os autores seguirem essas regras para a construção linguística do problema de segurança, a securitização se torna possível (BALZACQ, 2005^a, p.170).

Balzacq argumenta que a securitização é melhor entendida como uma prática estratégica, pragmática, que ocorre como parte de uma configuração de circunstâncias que incluem: contexto, disposição cultural psicológica da audiência e o poder de interação entre orador e ouvintes. A teoria de securitização determina a necessidade de um ato de fala, algo que se assemelha ao casamento, ou a declaração de guerra, e para Balzacq existe uma diferença entre uma ação estratégica do discurso e o ato de fala (*Idem*, p.171).

O discurso estratégico, pragmático, trabalha no nível da persuasão, utilizando vários artefatos, como metáforas, emoções, estereótipos, gestos, silêncio e até mentiras para atingir o seu objetivo. Enquanto que o ato de fala procura estabelecer princípios universais de comunicação. O ato de fala busca ser funcional em qualquer contexto, cultura e para qualquer poder relativo do ator. Para o autor, esse entendimento se refere a um contraste entre

pragmatismo e pragmatismo universal: “The first [pragmatics] deals with language usage, including a colorful use of language to attain a goal. Universal pragmatics is primarily concerned with fundamental principles (or rules) underlying communicative action” (BALZACQ, 2005a, p.172).⁷⁰

O modelo do ato de fala é, portanto, fruto da tentativa de propor a ideia de que a securitização é uma prática estratégica que visa convencer um público-alvo a aceitar a afirmação de que um evento específico está ameaçando a existência do Estado o suficiente para merecer uma política imediata para aliviá-lo. Tendo isso em vista, o autor propõe uma reformulação do modelo de ato de fala de segurança: os pesquisadores devem pensar os pronunciamentos de segurança não como um ato de fala que atingiu o sucesso por seguir as regras, mas como técnicas discursivas que permitem o agente securitizador induzir ou aumentar a adesão pública à tese apresentada por ele, para buscar um parecer favorável.

Para sustentar a sua argumentação, parte assim de três premissas: *i.* Embora a Escola de Copenhague ressalte que um público alvo deve aceitar o evento como ameaçador para securitizá-lo, a natureza e o *status* dessa audiência permanecem inexplicáveis. *ii.* O conceito de segurança utilizado deve estar alinhado com o contexto externo para produzir o efeito desejado, independente do uso da linguagem. *iii.* Amplo foco na competência linguística, aceitando a posição social do orador, mas considerando a linguagem como uma força intrínseca que depende da votação do público para a aceitação de uma ameaça como verdade (BALZACQ, 2005^a, p. 173).

Alker, já no ano de 2006, tem como objetivo, em seu texto, colaborar com a elaboração teórica de Aradau. No presente trabalho optou-se por não abordar as críticas ao incremento teórico de Aradau, porém o trabalho de Alker também apresenta uma crítica à Teoria de Securitização que contribui para o objetivo do presente capítulo. Alker coloca a necessidade de pensar melhor a orientação da Escola que busca analítica, histórica e empiricamente teorizar processos em diferentes partes do mundo. Postula que é necessário repensar os usos prováveis e abusos de análises com propósitos abertamente políticos (ALKER, 2006, p. 75).

O texto de Rita Taureck, também do ano de 2006, não representa exatamente uma crítica à teoria de Securitização. A autora deixa claro logo no início que a teoria de securitização vem sendo muito criticada, mas a subárea de segurança internacional não dá a devida atenção ao

⁷⁰ “O primeiro [pragmático] lida com o uso da linguagem, incluindo um uso colorido da linguagem para atingir um objetivo. A pragmática universal está primariamente preocupada com os princípios fundamentais (ou regras) subjacentes à ação comunicativa.” (Tradução livre)

potencial analítico da teoria. Desta forma, o objetivo da autora é melhorar esse potencial por meio da reconciliação da teoria de securitização com os seus críticos, ao retomar a sugestão de Wæver de ampliar os estudos de segurança para além da política e pensar que a crítica moral e ética pode desempenhar um papel suplementar na análise da teoria de securitização.

Taureck sistematiza as críticas à teoria de securitização em dois grandes eixos. O primeiro se preocupa com a ausência de uma conceptualização normativa da securitização e da dessecuritização. O segundo eixo centra-se nas consequências políticas da escrita de segurança de Wæver, em seu papel de analista de segurança. A autora afirma que todas as críticas à teoria de securitização são úteis, no entanto, não necessariamente no que diz respeito à securitização, mas sim por demonstrarem que são baseadas no total desconhecimento das premissas da teoria de securitização, conforme descreve no trecho abaixo:

This article will argue that ‘securitization theory’ aims to answer fundamentally different questions than normative critical security studies, making the goals of the two approaches incommensurable. Based on this premise it will be argued that the moral/ethical criticism levelled at securitization theory is fundamentally flawed. Despite this, some of the criticism is clearly useful and, following Wæver, this article will argue for the accommodation of the normative research question within the realm of wider ‘securitization studies’⁷¹ (TAURECK, 2006, p.54)

A autora deixa claro que não entende a teoria como infalível, mas que as críticas feitas até o momento – 2006 – falham na busca de erros da teoria de securitização. Pois, ao entender a teoria de securitização, é possível determinar que ela não é uma declaração política por parte do analista, mas que a teoria da securitização é, ao contrário, uma ferramenta teórica de análise com a qual o analista pode rastrear incidências de securitização e dessecuritização. A teoria da securitização por si só não permite que o analista diga qual tema deve ser ou não de segurança. Neste entendimento, a teoria da securitização não é, senão, uma ferramenta teórica para facilitar a análise prática de segurança.

Considerando o que a teoria não é, nem pretende ser, a autora diz que é um pouco surpreendente que muitas das críticas à teoria de securitização são resultado de algo que a teoria nunca pretendeu ser. Muitas das críticas se baseiam na ausência de um objetivo moral/ético, ou para alguns críticos, em um objetivo moral/ético inerente, que é falso e não ético. Porém como

⁷¹ “Este artigo argumentará que a “teoria da securitização” visa a responder questões fundamentalmente diferentes dos estudos normativos de segurança crítica, tornando os objetivos das duas abordagens incomensuráveis. Com base nessa premissa, argumentar-se-á que a crítica moral / ética nivelada à teoria da securitização é fundamentalmente falha. Apesar disso, algumas das críticas são claramente úteis e, no entanto, neste artigo, argumentaremos a favor da acomodação da questão de pesquisa normativa no âmbito de “estudos de securitização” mais amplos” (Tradução livre).

isso é possível se a teoria nunca pretendeu ter um objetivo moral ou ético? Para a autora, a única explicação lógica é um mal-entendido sobre a teoria de securitização pelos analistas críticos.

Seguindo no ano de 2006, Mark Neocleous publica seu artigo com o objetivo de explorar os links entre os conceitos de segurança social e segurança nacional. Dentro disso, ele coloca a securitização como um exemplo de segurança social. Por ter um objetivo maior, o artigo não aborda em profundidade a teoria de securitização, mesmo assim, faz uma crítica pontual que vale a pena ser mencionada.

O autor reconhece a importância da teoria de securitização, principalmente por apresentar o conceito ampliado de segurança. Para Neocleous, a explanação dos temas por meio de setores é um ponto importante da contribuição da Escola de Copenhague, especialmente ao apresentarem o setor societal. Porém, o setor societal não é explorado a fundo e isso é uma falha na teoria de securitização. Pouco é dito sobre a ideia, instituições e práticas de uma segurança social. Apenas é abordado um possível *link* com a ideia de identidade coletiva e nesse ponto a teoria de securitização falha.

Caminhando para o ano de 2008, o autor Vuori (2008) inicia o seu texto abordando uma das críticas sofridas pela teoria de securitização: de que esta só pode ser aplicada em sociedades democráticas. O autor esclarece que essa não foi a intenção dos autores, que estudaram diferentes formas de sociedade para poder elaborar a teoria, porém tal comentário é comum entre os críticos e entre os apoiadores da teoria.

Para solucionar esse impasse, a intenção do artigo é apresentar uma elaboração de atos de fala de securitização do ponto de vista linguístico e filosófico, o que possibilitará a viagem conceitual a sistemas políticos não democráticos dentro do arcabouço, sem o alongamento conceitual (VUORI, 2008^a, p.66).

A explicação do ato de securitização é baseada na lógica ilocucionária, mas isso não significa que as regras linguísticas dos atos de fala são totalmente determinantes, ou que o estudo da securitização deve ser baseado apenas na análise linguística. Tanto esta como a análise social são necessárias para a compreensão da securitização.

O primeiro apontamento que o autor faz é sobre a crítica da securitização em Estados não democráticos, esclarecendo que o exceder a política comum não necessariamente se refere às políticas democráticas. Toda sociedade tem regras, e essas regras são produtos de contingências sociais e históricas. A lógica da segurança é utilizada na retórica para legitimar a quebra dessas regras: “If security can be used in democracies to relieve decision-makers of the

democratic process, in some other political systems decision makers can be relieved of some other constraints they usually have to take into account.”⁷² (*Idem*, p.69).

A crítica nesse ponto não é destinada a um tipo especial de política, mas sim, à audiência. A aceitação do público alvo é condição para o sucesso da securitização, porém, isso não acontecerá em todos os regimes políticos. Em democracias a aceitação é da população, especialmente os votantes. Em Estados não democráticos a audiência será a elite no poder, ou um grupo fundamentalista.

Para o autor, não faz sentido definir a audiência para a teoria de forma específica, pois o público depende da situação sócio-histórica: quem deve ser convencido da necessidade de mudanças de ação de segurança com os sistemas culturais e políticos nos quais a securitização tomará o lugar (*Idem*, p.72).

Se um tema de segurança é constituído por meio de um processo de discursos, esse deve ser o mecanismo de construção em todas as sociedades. A aplicação da teoria de securitização é baseada na premissa da fala. Falar uma língua é um comportamento governado por regras e todas as linguagens humanas compartilham de um conjunto de regras constitutivas que estão por baixo das estruturas semânticas convencionais de diferentes linguagens. Desta forma, tão importante quanto a aceitação do público alvo, está a comunicação, a fala, do agente securitizador. Para especificar a tese, o autor discrimina como a fala deve ser estruturada, por se tratar de um ato de fala complexo (*Idem*, p.75).

A securitização é um ato de fala complexo e com força ilocucionária. Esse ato de fala específico pode ser dividido em três atos de falas essenciais e sequenciados: *afirmação*, *advertência* e *solicitação*. Os critérios para o desempenho bem-sucedido e não defeituoso do ato de fala da securitização, dependem de: 1. Ponto de locução; 2. Condições preparatórias; 3. Modo de realização do ponto ilocucionário; 4. Grau de força do ponto ilocutório; 5. Condições e conteúdo proposicional. Para o autor, é essencial pensar nesses aspectos pois: “We have to keep in mind that achieving a security status for an issue requires more than the linguistically felicitous performance of the securitization speech act”⁷³ (VUORI, 2008a, p.75).

Indo em frente em seu argumento, Vuori (2008) pondera que o tipo de securitização apresentado por Waever visa a legitimar atos futuros. Porém, segundo Vuori, além desse tipo,

⁷² “Se a segurança pode ser usada nas democracias para aliviar os tomadores de decisão do processo democrático, em alguns outros sistemas políticos os tomadores de decisão podem ser aliviados de algumas outras restrições que eles geralmente têm que levar em conta.” (Tradução livre)

⁷³ “Temos que ter em mente que alcançar um status de segurança para um problema requer mais do que o desempenho linguisticamente satisfatório do ato de fala de securitização.” (Tradução livre)

existem pelo menos outras quatro linhas de securitização: *i.* Securitização para levantar uma questão na ordem do dia; *ii.* Securitização para dissuasão; *iii.* securitização para legitimar atos passados ou para reproduzir status de uma questão; *iv.* securitização para controle.

A construção de questões de segurança pode ser utilizada para uma variedade de propósitos políticos: desde levantar uma questão na agenda de tomada de decisões até legitimar políticas, dissuadir ameaças e controlar subordinados. O propósito da explicação de Vuori é preservar a clareza e a utilidade da securitização no contexto democrático liberal, ao mesmo tempo em que aprimora o conceito de securitização para uso em outros contextos. Estudos de securitização analisados, conforme o meio proposto, podem fornecer esclarecimentos sobre sistemas não democráticos, enquanto práticas de segurança (*Idem*, 93).

Em seu artigo McDonald (2008) desenvolve uma crítica sobre algumas características limitantes da teoria da securitização. Para o autor, três são os pontos passíveis de crítica: o primeiro é sobre a *forma de construção de um tema* como de segurança, limitadamente baseada no discurso de atores dominantes; o segundo é sobre o *contexto do ato*, que é definido estreitamente, com o foco apenas no momento da intervenção; e, por fim, o terceiro ponto é sobre a *natureza do ato*, onde a estrutura da securitização é restrita no sentido de que a natureza do ato é definida apenas em termos da designação de ameaças (MCDONALD, 2008, p.263).

Outros autores levantaram pontos críticos da teoria de securitização, mas o objetivo específico do trabalho de McDonald é delinear o escopo limitante da estrutura teórica da Securitização em relação a uma construção mais ampla da segurança, atendendo ao primeiro ponto mencionado acima. O autor sugere que, ao ser feita a análise do conteúdo dos discursos e falas, também se analise as dinâmicas das condições facilitadoras e da audiência.

O papel desenvolvido por esses dois elementos beneficia a análise ao serem incorporados, como também, ao serem retirados. Para McDonald, para delinear melhor esse aprimoramento é preciso integrar várias dimensões da construção de um tema como o de segurança, de modo a fortalecer a estrutura em si (*Idem*, p. 264).

Além disso, o autor acredita que importantes questões e dinâmicas são negligenciadas na estrutura teórica. Incluindo, mais proeminentemente, as questões de porque representações específicas de ameaças ressoam com comunidades particulares e como determinados atores são fortalecidos ou marginalizados na possível ausência de securitização. Essa reflexão atende ao segundo ponto levantado pelo autor, o contexto do ato de fala e discursos (*Idem*, p.264).

Por fim, para atender ao terceiro ponto de crítica, mencionado pelo autor, a natureza do ato de securitização, o autor propõe uma abordagem mais ampla da construção da segurança,

pensando o papel que a estrutura de securitização poderia desempenhar nessa abordagem. Ele argumenta que é possível focar na compreensão dos processos através dos quais as definições e os discursos são abordados e conceitualizados em diferentes comunidades políticas.

Empregar esse foco implica, necessariamente, em um movimento de análise além da fala e dos discursos, embora essa forma de análise ainda tenha um papel importante. Uma abordagem mais ampla para a construção da segurança também implica em como as próprias comunidades políticas são constituídas, em como as articulações particulares de segurança capturam a forma como a comunidade lida com essas questões, e em como se preocupa em localizar e reconhecer articulações alternativas de segurança, especialmente aquelas delineadas por vozes marginalizadas (*Idem*, p.565).

Novamente Thierry Balzacq contribui com a teoria de securitização, desta vez no ano de 2008. O texto de Balzacq tem por objetivo argumentar sobre a audiência no processo de securitização. Afirmar que a securitização pode ocorrer, ou se desenvolver, sem o consentimento de uma audiência identificável. Para explicar isso o artigo propõe que, ao invés de investigar a construção da ameaça no nível do discurso, seria preciso focar nas funções e implicações de instrumentos e ferramentas de política usados para atender a um problema público. Para poder confirmar o seu argumento, Balzacq opta por utilizar um exemplo empírico e aplicar a sua contribuição.

O artigo então examina como as políticas contra o terrorismo da União Europeia transformaram ferramentas de segurança em instrumentos securitizantes e como essa mudança afeta a política e os modos de governabilidade da União Europeia contra o terrorismo. O maior argumento do autor é de que a abordagem de discursos para a securitização proporciona uma imagem incompleta do que a ameaça é. Isso ocorre porque não leva em conta variações de intensidade dentro do processo de securitização (BALZACQ, 2008, p.78).

Essa forma de abordagem não exclui a análise de discursos. Com isso, dois pontos precisam ser delineados. *Primeiro*, a escolha de um instrumento de política é tipicamente um *locus* de intensos jogos de poder e, usualmente, o discurso muitas vezes antecipa uma ferramenta de política. Em alguns casos, os instrumentos têm desenvolvimentos latentes e produzem efeitos imprevistos. *Segundo*, apesar de suas diferentes lógicas e mecanismos, os instrumentos e os discursos se reforçam mutuamente no processo político, conforme explica o autor: “In other words, the policy tools of securitization are powerful strategies for harmonizing

what otherwise remains highly disputed, both in terms of what is at stake and what ought to be done about it”⁷⁴ (*Idem*, p.78).

Em sua explicação, o autor deixa claro que ao falar de instrumentos de política, não está falando de programas políticos nem de políticas. Instrumentos são mais gerais que programas políticos e mais específicos que políticas. Outro ponto determinante é que nem todos os instrumentos de securitização são ferramentas securitizantes. Instrumentos de securitização não constroem uma ameaça por si só: eles são criados para conter uma entidade ameaçadora já aceita.

Enquanto isso, a ferramenta securitizante é um instrumento que transforma entidades em ameaças. Isso significa que os instrumentos securitizadores são substitutos da lógica discursiva da securitização. Cada instrumento tem características definidoras que o alinham com os outros e projetam traços que o tornam único ou, pelo menos, os diferencia de outros. Instrumentos securitizantes reconfiguram as ações públicas com o objetivo de abordar questões identificadas como ameaças (*Idem*, p.80).

O artigo da Aradau (2010) refere-se à discussão da materialidade da teoria de securitização. Para a autora, a securitização faz parte da análise linguística e do construtivismo social nas Relações Internacionais. Como prática intersubjetiva e performática, a securitização ignorou as articulações de insegurança. Os objetos da segurança são largamente humanos: comunidades, nações, Estados e regiões. Porém, os objetos referência têm sido as construções sociais: identidades, valores culturais, modos de vida. (ARADAU, 2010, p.493).

O que faltaria na teoria de securitização seria uma visão mais materialista. A securitização precisa ser entendida como um processo de materialização que promulga uma reconfiguração do mundo de maneira que as diferenças chegam à matéria e à securitização da infraestrutura. A securitização crítica da infraestrutura pressupõe que a infraestrutura é a base da sociedade. As sociedades crescem na infraestrutura. A funcionalidade, a continuidade e a sobrevivência são possíveis por meio da proteção da infraestrutura. (*Idem*, p.501)

A crítica da autora à Escola de Copenhague se refere aos objetos referência, pois esses são relegados às condições externas ao ato de fala. Com isso existe uma ambiguidade ontológica e epistemológica nos objetos referência. Por esse motivo a abordagem da Escola de Copenhague não pode explicar materializações diferentes da infraestrutura crítica. Para sanar essa lacuna a

⁷⁴ “Em outras palavras, as ferramentas políticas de securitização são estratégias poderosas para harmonizar o que de outra forma permanece altamente contestado, tanto em termos do que está em jogo quanto do que deveria ser feito a respeito.” (Tradução livre)

autora desenvolve em seu texto uma possibilidade de securitização da infraestrutura crítica, utilizando como base a literatura de infraestrutura crítica de Barad.

Vuori (2010) inicia o seu texto alegando que vários foram os artigos que criticaram a teoria de securitização por não incluir na análise as imagens. O objetivo do artigo é responder a essas críticas examinando o processo de securitização em que as imagens são introduzidas como símbolos poderosos para a securitização. O autor justifica que os objetos de análise e a intersubjetividade não devem ser limitados. Ao pensar nas imagens para o processo de securitização é necessário pensar o processo como macro: a macrosecuritização.

Para demonstrar o seu ponto, o autor utiliza como objeto referência a ameaça nuclear no período da Guerra Fria. Segundo ele os cientistas atômicos mantiveram seus movimentos de macrosecuritização contra as armas nucleares, simbolizadas pelo Relógio do Juízo Final na capa do Boletim de Cientistas Atômicos. Durante as numerosas tentativas de securitização, a imagem do Relógio foi entrelaçada com os argumentos textuais e alegações dos Cientistas Atômicos. Embora os argumentos dos cientistas tenham alegado a racionalidade, o símbolo do relógio tentou provocar as sensibilidades das pessoas, assustando-as em direção a essa racionalidade (VUORI, 2010, p.274).

Com essa análise, o autor chega à conclusão de que imagens e símbolos podem facilitar ou impedir processos de securitização. Para Vuori a teoria da securitização fornece um meio de análise para o discurso e imagens e, portanto, uma oportunidade renovada de discutir também o objeto de preocupação do discurso antinuclear, bem como porque o discurso não conseguiu atingir seu objetivo final. Para esse autor a teoria de securitização revela seu valor, seja como dispositivo heurístico, seja como ampliador da contingência para a intervenção ética, ou ainda como uma via para compreender as relações de atores, objetos e significados - no final: para compreender o funcionamento do poder (*Idem*, p.274).

O objetivo de Watson (2011) é reconceituar os setores da teoria de securitização, incluindo o setor humanitarismo. Para o autor, o humanitarismo é uma estrutura que contém práticas e sociedades humanas como objetos referência. O artigo busca chamar atenção para o processo de representação de emergências humanas e utiliza o escopo da teoria de securitização criticamente para examinar discursos, práticas e agentes do humanitarismo.

O autor inicia seu texto afirmando que a teoria de securitização em sua formação original, junto aos avanços feitos pela crítica, tem o escopo ideal para a análise de segurança. A primeira crítica adicionada é o foco nas práticas discursivas e a ênfase no contexto externo e audiência, como propõe Balzacq (2005). A segunda crítica está em associar aspectos não

discursivos e técnico burocráticos, como propõe Huysmans (2006). Com esses elementos, para o autor, a teoria está pronta para a aplicação empírica. A diferença é que a aplicação é feita na proposta de novo setor, o humanitarista.

Stritzel, no ano de 2012, alega em seu texto que a teoria de securitização sofre com a falta de uma teoria social do discurso mais ampla e de uma teorização mais específica dos processos sociopolíticos. Buscando melhorar esses aspectos, o artigo desenvolve uma metodologia específica para o estudo dos movimentos de securitização em relação às ligações intertextuais com a cultura pop e as políticas de poder da intertextualidade (550).

Essa metodologia lança mão de uma leitura de discurso sociológica que pode desenvolver uma estrutura de análise mais específica, que possibilite entender melhor o processo de securitização e a política de intertextualidade.

A proposta metodológica do autor se baseia na interface sociológica da política de intertextualidade. O autor conceitua isso em duas dimensões: *sociolinguisticamente*, argumentando que a intertextualidade pode desempenhar um papel central nas descrições contextualizadas das principais regras linguísticas de um ato de fala securitizador, ou seja, reivindicação, advertência, demanda e conteúdo proposicional; e *sociopoliticamente*, relativamente, onde a intertextualidade contribui para a constituição da autoridade e dos processos de autorização no discurso (STRITZEL, 2012, p.553).

Para entender o sucesso social de um processo de securitização, é importante estudar as estratégias pragmáticas aplicadas em eventos comunicativos específicos, em que os atores recorrem a vários recursos sociolinguísticos para criar ressonância com as expectativas de um público. Os recursos podem ser apelos emocionais, históricos, culturais, simbólicos e de linguagem. A análise crítica de discursos se refere a esse aspecto como *contextualização* e *descontextualização*, definido como um modo de falar sobre o assunto que se adapta ao ambiente institucional específico em que o assunto falado é tratado.

Levando esses aspectos em consideração, o autor cria uma tipologia de contextualização de processos de securitização: (1) *alegação*: descrição contextualizada do perigo / ameaça; (2) *aviso*: descrição contextualizada das consequências da inação. (3) *demanda*: descrição contextualizada de um plano de ação. (4) *conteúdo proposicional*: apresentação contextualizada de prova e / ou motivos. Esse é o modelo proposto para a análise de conteúdo de discursos com interface com a sociologia (STRITZEL, 2012, p.554).

A autora Sheikh (2014) critica a teoria de securitização afirmando que, em sua elaboração original, o setor de segurança se apoia demasiadamente numa noção de religião

centrada no ocidente como apolítica, e de fé como uma distinção entre o sagrado e o profano. Para Sheikh, esse é um fator limitante da aplicação global da teoria e que foi ajustado com seu artigo ao propor a definição do setor religioso na teoria de securitização.

Para atingir o seu objetivo ela propõe duas alternativas: a *primeira* baseada em um conceito multidimensional de religião, que aborda suas diferentes dimensões e os atores políticos religiosos ao redor do mundo; a *segunda* baseada em doutrinas para abraçar igualmente a securitização de doutrinas convencionalmente designadas como seculares (SHEIKH, 2014, p.252).

Balzacq, em um texto de 2015, dessa vez acompanhado por Sarah Léonard e Jan Ruzicka, faz novas contribuições. Os autores elaboram um longo trabalho que inicia com a apresentação da teoria e na segunda seção faz uma análise de artigos empíricos que optaram por aplicar a teoria com o objetivo de identificar as principais falhas da teoria. Por fim, na última seção, sistematizam as principais críticas à teoria de securitização.

As dificuldades identificadas nos artigos coletados podem ser sistematizadas em três áreas: teoria, método e metodologia. Para os autores a teoria tem sido encarada sob duas perspectivas: securitização por meio do ato de fala; e a securitização por meio de práticas. Porém, nenhuma dessas abordagens ajuda a entender completamente um processo de securitização. Seria mais produtivo integrá-los em um quadro coerente através do uso das diferentes características de uma "análise do governo". A análise do governo permite o estudo dos discursos e, também, das ações não faladas. Farão isso ao analisar as três áreas que apresentaram problemas (BALZACQ; LEONARD; RUZICKA, 2015, p.24).

Quanto à *teoria*, os autores apontam que a dificuldade tem sido determinar a natureza da teoria de securitização. Em sua primeira versão a teoria tendia ao construtivismo e ao realismo. Com as publicações contemporâneas, a teoria demonstra também aspectos vinculados ao pós-estruturalismo. Ao juntar as duas vertentes e pensar na análise do governo, é possível afirmar que as três teorias clássicas fazem parte da natureza da teoria de securitização (*Idem*, p.26).

A segunda fonte de dificuldade tem sido o *método*. Isso decorre da incerteza da existência de alguma técnica analítica que seja mais eficaz na captura de processos de securitização. O método mais utilizado é a análise de conteúdo de discurso, mas isso atende a apenas uma das perspectivas da teoria de securitização. Para atender a ambas, também são utilizados métodos como pesquisa etnográfica e *process-tracing*. Para que seja viável a

aplicação empírica, um caminho possível indicado pelos autores é o desenho de uma teoria de securitização de médio alcance (*Idem*, p.27).

O último ponto de discórdia é a *metodologia*. A questão do que conta como uma instância de securitização, ou ainda, quais são os critérios para entender o desenvolvimento do processo de securitização? Esse é um ponto ainda não desenvolvido apropriadamente. Alguns pesquisadores utilizam os discursos, outros as políticas, todos concordam que é um jogo que ocorre nos bastidores, porém, a metodologia ainda precisa ser desenvolvida.

Por fim, o último texto analisado foi de William Walter (2015). A crítica desse autor se refere ao público. Segundo ele, a possibilidade de explorar públicos foi pouco feita na teoria de securitização. Desta forma, o objetivo do artigo é mostrar como o campo dos estudos de segurança se beneficiaria de um maior engajamento e teorização do fenômeno público.

Nessa seção foi possível perceber que diversas são as críticas, mas também diversas são as contribuições para o avanço da teoria de securitização. Foi possível identificar um avanço com os setores, com a proposta de ampliação de dois setores, um voltado para o humanitarismo e outro para religião, além do avanço nos setores já existentes. Outra contribuição foi o conceito de público alvo. Até mesmo com a proposta de análise sem o público alvo. E, por fim, a maior concentração de críticas está na metodologia de análise de conteúdo de discurso e na análise de conteúdo do processo de securitização por si só. Os artigos destacam a possibilidade de análise de ações, de imagens e mesmo de discursos com um rigor metodológico maior.

Entendendo melhor a teoria de securitização, seus avanços e suas principais críticas, nosso trabalho tem agora elementos para avançar em seu próximo objetivo específico. No capítulo seguinte será utilizada a análise empírica proposta. Serão analisados os artigos que aplicam a teoria de securitização, primeiro no Brasil, depois no mundo, para verificar como é feita a operacionalização.

3. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: PERIÓDICOS QUALIS CAPES⁷⁵

Stanley Hoffmann, na década de 1970, afirma que a disciplina de Relações Internacionais é a ciência do teste e das provas da existência de vários atores interligados, e enquanto não houver comprovação das conexões entre esses atores, nenhuma ciência crescerá.

Esse é o ponto de vista de Stanley Hoffmann (2015), que vai além e sustenta que foi nos Estados Unidos que as Relações Internacionais se tornaram uma disciplina. Afirma que isso ocorreu por fatores históricos, considerando os Estados Unidos um dos principais atores das Relações Internacionais, e também pela ligação entre a academia e os *policy makers* nesse país, elementos que fizeram com que a disciplina de Relações Internacionais fosse iniciada nos EUA.

Mas não só isso: fez com que os autores estadunidenses se tornassem as principais – e até mesmo únicas – fontes de referência da área (HOFFMANN, 2015, p.48).⁷⁶ O texto de Hoffmann, originalmente publicado em 1977, motivou pesquisadores como Ole Weaver, Steve Smith e Arlene Tickener a compreender a área de Relações Internacionais e sua publicação acadêmica.

Arlene Tickener e Ole Weaver mapearam a disciplina ao redor do mundo⁷⁷, lançaram o livro *International Relations Scholarship Around The World* e chegaram à conclusão de que a disciplina está presente em todos os continentes, representada em todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Porém, ela é produzida pelos Estados Unidos e pela União Europeia e reproduzida nas demais regiões. No Brasil não é diferente, segundo o estudo feito por Tickener e Waever: a academia brasileira reproduz as teorias produzidas nos dois polos citados (TICKNER; WÆVER, 2009, p.46).

A expansão dos cursos de Relações Internacionais nos Estados Unidos ocorreu na década de 1940, sendo que o primeiro deles foi criado no Brasil em 1974. Apesar do lapso temporal, a academia brasileira está em franca expansão na graduação e na pós-graduação,

⁷⁵ Uma versão preliminar desse capítulo foi parcialmente apresentada no encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, no ano de 2016. Depois de revisada e melhorada foi enviada no formato de artigo para a *Revista de Sociologia e Política*, em janeiro de 2018, e foi então aceito para publicação.

⁷⁶ Texto originalmente publicado em 1977. A versão utilizada é a publicação do original e digitalizada pela *American Academy of Arts & Sciences and MIT Press*.

⁷⁷ Esse trabalho é resultado do projeto TRIP: *The Teaching, Research, and International Policy* (TRIP). Projeto iniciado em 2003, como um esforço para explorar e analisar as conexões entre ensino, pesquisa e política em Relações Internacionais. Desde então criam novos conjuntos de dados e analisam essas relações. O projeto explorou quais regiões, questões, paradigmas, métodos, epistemologias foram empregados ao longo do tempo na pesquisa em Relações Internacionais codificando artigos publicados nas 12 principais revistas de RI e ciência política de 1980 a 2015.

como demonstra o artigo de Vigevani, Thomaz e Leite (2016). Esses autores fizeram um levantamento dos principais temas pesquisados e observaram que 5% das teses e dissertações são da subárea de segurança internacional (VIGEVANI; THOMAZ; LEITE, 2016, p.20).

Tendo em vista a possibilidade de que a área de Relações Internacionais, em especial no Brasil, está em expansão, o objetivo do presente capítulo é analisar como a teoria de securitização é aplicada em estudos empíricos realizados em nível nacional. O recorte temporal determinado é de 1998 a 2016, pois corresponde ao lançamento do primeiro livro sobre securitização, em 1998, intitulado *Security: a new framework for analysis*.

A ferramenta metodológica adotada é a revisão sistemática bibliográfica, tendo como fonte de dados todos os periódicos eletrônicos classificados no *Qualis* da área de Ciência Política e Relações Internacionais, nos estratos A e B. A coleta foi realizada com o termo *securitização* constando no título, no resumo ou nas palavras-chave.

A escolha pela ferramenta de revisão sistemática bibliográfica não é recente ou inovadora na área de Relações Internacionais. A escolha dessa ferramenta tem sido realizada, ao menos desde 1999, para mapear a produção acadêmica brasileira de Relações Internacionais como um todo.

O primeiro exemplo de um mapeamento dessa natureza é o trabalho de Miyamoto em 1999. Apesar de não mostrar dados numéricos, o autor identifica as principais tendências da área (MIYAMOTO, 1999). Depois disso, Monica Herz publicou um trabalho com a sua análise sistemática da área em geral, em 2002 (HERZ, 2002). Em 2016, a *Revista Brasileira de Política Internacional* publicou um dossiê sobre a área de RI no Brasil e a utilização de teorias. Nesse dossiê, Barasuol e Silva publicam um artigo sobre a área e a aplicação de teoria utilizando a ferramenta (BARASUOL; SILVA, 2016). Nesse mesmo ano, Vigevani, Thomaz e Leite utilizam a ferramenta, desta vez para análise específica da produção de pós-graduação⁷⁸ (VIGEVANI; THOMAZ; LEITE, 2016).

Observa-se que a ferramenta é utilizada no campo das Relações Internacionais para mapear a área em si, os resultados de mestrados e doutorados, as principais linhas de pesquisa e as principais correntes teóricas utilizadas no Brasil.

O mesmo acontece na grande área da Ciência Política. Estudos sistematizam a referência bibliográfica para mapear essa área e entender como ela vem se desenvolvendo no Brasil. Por exemplo, o trabalho de Nicolau e Oliveira, apresentado no Congresso da Associação Brasileira

⁷⁸ Outros estudos destacam a área de Relações Internacionais no Brasil, porém não utilizando a ferramenta de análise sistemática de referência.

de Ciência Política em 2014 (OLIVEIRA; NICOLAU, 2014), e os trabalhos de Fernando Leite (LEITE, 2010, 2015). No artigo de 2010, publicado na *Revista de Sociologia e Política*, Leite sistematiza artigos científicos publicados em periódicos para atingir seus objetivos.

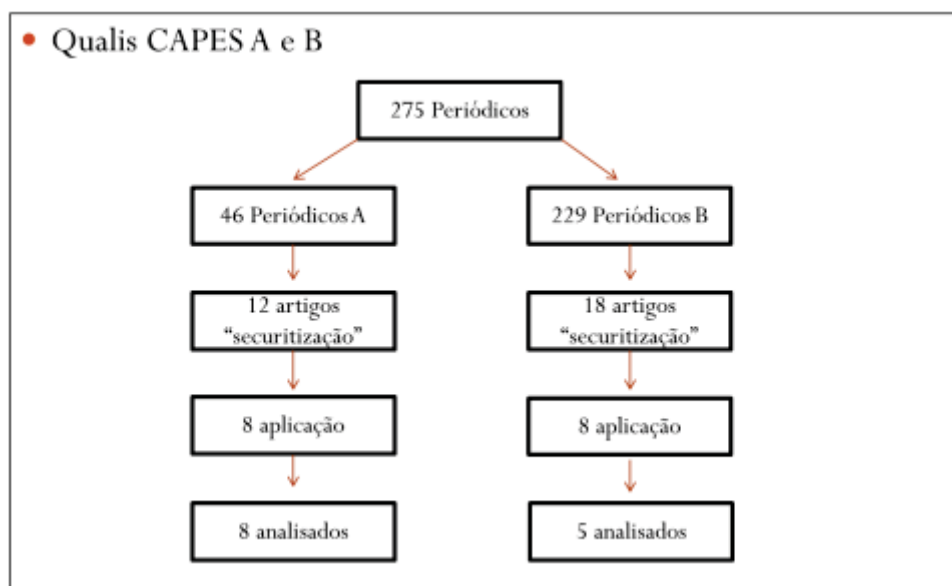
Em outras ramificações da Ciência Política no Brasil é possível perceber a utilização dessa ferramenta metodológica não só para a análise do campo do saber. Como exemplo temos o trabalho do Rafael Sampaio, Rachel Bragatto e Maria Alejandra Nicolás, que fizeram um levantamento bibliográfico sistemático para, então, realizar uma análise de conteúdo de 526 artigos acadêmicos sobre o tema específico de internet e política (SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLÁS, 2016). O trabalho de Lucas Massimo apresenta, também, importante colaboração ao mostrar uma análise sistemática bibliográfica específica da revista *Dados*, publicado na *Revista de Sociologia e Política* (MASSIMO, 2013).

Assim, o recurso à análise sistemática bibliográfica permite mapear os estudos empíricos brasileiros que utilizam o conceito de securitização. Posto isso, a análise sistemática bibliográfica deste capítulo compreende a análise de artigos de periódicos indexados nos dois primeiros estratos do Qualis/CAPES (A e B) da área de Ciência Política e Relações Internacionais, segundo a avaliação para o ano de 2015. No total, foram identificados 276 periódicos indexados nessa área assim distribuídos: A1: 20; A2: 26; B1: 24; B2: 59; B3: 55; B4: 41; B5: 50.

Passou-se, então, a coleta de dados sobre securitização, adotando-se a delimitação temporal de 1998 a 2016. Essa delimitação justifica-se, pois foi por volta do início dos anos 2000 que as ideias da Escola de Copenhague começaram a chegar ao Brasil, após o lançamento do livro *Security: a new framework for analysis*, em 1998

Em seguida, o critério de busca foi a palavra-chave *Securitização*. Foram identificados 28 artigos que seguiram para a próxima fase, a da exploração do material, com a categorização e codificação do material. O organograma presente na Figura 2 busca desenhar o caminho percorrido para chegar aos artigos efetivamente analisados:

Figura 2. Organograma com a composição do universo de artigos analisados



Fonte: A Autora

A plataforma Sucupira indica que existem 46 revistas classificadas como Qualis A na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Nesses 46 periódicos, foram encontrados 12 artigos com a palavra-chave *securitização*, em três diferentes revistas: *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI), 2 artigos; *Lua Nova*, 1 artigo; e *Contexto Internacional*, 9 artigos. Dos 12 artigos, 11 foram analisados, pois um deles, publicado na *Contexto Internacional*, era apenas uma tradução de um artigo de Barry Buzan⁷⁹.

Dos 11 artigos identificados, 8 deles fizeram aplicação empírica da teoria de securitização. Os artigos de Grace Tanno (2003), Marina Guedes Duque (2009) e Didier Bigo (2013), publicados na revista *Contexto Internacional*, são esforços de sistematização teórica e não de aplicação empírica. Por esse motivo, não foram incluídos na análise.

A área de Ciência Política e Relações Internacionais possui 229 revistas classificadas dentro dos estratos do Qualis B. Nesses 229 periódicos, foram encontrados 18 artigos com a palavra-chave *securitização*, em oito revistas: *Cadernos Adenauer*, 1 artigo; *Meridiano 47*, 5 artigos; *REMHU*, 1 artigo; *Revista de Ciências Militares*, 1 artigo; *Caderno de Relações Internacionais*, 2 artigos; *Conjuntura Global*, 4 artigos; *Mundorama*, 3 artigos; e *Revista da*

⁷⁹ BUZAN, Barry. As Implicações do 11 de setembro para os Estudos das Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 2, julho/dezembro 2002, pp. 233-265. O trabalho foi originalmente preparado para a Conferência sobre a Agenda de Pesquisa em Política Internacional na Sequência do 11 de Setembro, em 11 de abril de 2002. Uma versão subsequente foi publicada em Mary Buckley e Rick Fawn (eds.), *11 de setembro: Reações do Mundo (2002/3)*. Tradução Marisa Gandelman.

Escola de Guerra Naval, 1 artigo. Como um deles foi publicado em dois periódicos, restaram 17 artigos para a análise.

Do conjunto de artigos examinados das revistas Qualis B, foram excluídos trabalhos nos quais o termo securitização aparece como palavra-chave, mas seus autores não desenvolveram estudos empíricos baseados na teoria da Escola de Copenhague. Nesses casos, a palavra securitização – ou securitizado (a) – é utilizada como sinônimo de segurança de forma abrangente. Dessa forma, dos 17 artigos analisados, 9 foram descartados⁸⁰ para o propósito da presente pesquisa por não se tratarem de estudos baseados na teoria da securitização. Dos 8 artigos restantes, três foram publicados pela autora desta tese (SILVA, 2015; SILVA; PRINS, 2013) e não entraram na análise. Restaram, então, 5 artigos que utilizaram a teoria de securitização em análises empíricas. Sendo assim, a amostra total é de 13 artigos.

Quadro 8. Amostra de artigos nacionais

Periódico	Autor	Ano	Título
Contexto Internacional	(BARBOSA; SOUZA, 2010)	2010	Securitização das Mudanças Climáticas: O papel da União Europeia
Contexto Internacional	(QUEIROZ, 2006)	2012	A Hidropolítica Platina no Contexto do Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Entre o Conflito e a Cooperação (1960-1979)
Contexto Internacional	(SUAREZ, 2012)	2012	Terrorismo e política Internacional: Uma aproximação à América do Sul
Contexto Internacional	(VILLA, 2014)	2014	O Paradoxo da Macrosecuritização: Quando a Guerra ao Terror não securitiza outras "Guerras" na América do Sul
Contexto Internacional	(MARTINEZ; LYRA, 2015)	2015	O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul
Lua Nova	(PEDRO HENRIQUE BRANCANTE, 2015)	2009	A "Securitização da imigração": um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas
Revista Brasileira de Política Internacional	(PINTO, 2014)	2014	Explorando a interação entre Enquadramento e a teoria de Securitização: o caso dos protestos da Primavera Árabe em Bahrain
Revista Brasileira de Política Internacional	(LOBATO; KENKEL, 2015)	2015	Discursos de securitização do ciberespaço no Brasil e nos Estados Unidos

⁸⁰ Foram eles: MUGGAH; GLENNY; DINIZ (2014); OLIVEIRA; SILVEIRA (2014); WALDELY et al (2015); CAVALCANTE (2012); GALVÃO (2008); SENHORAS (2009); SENHORAS (2010); SANTOS; SOUZA (2015).

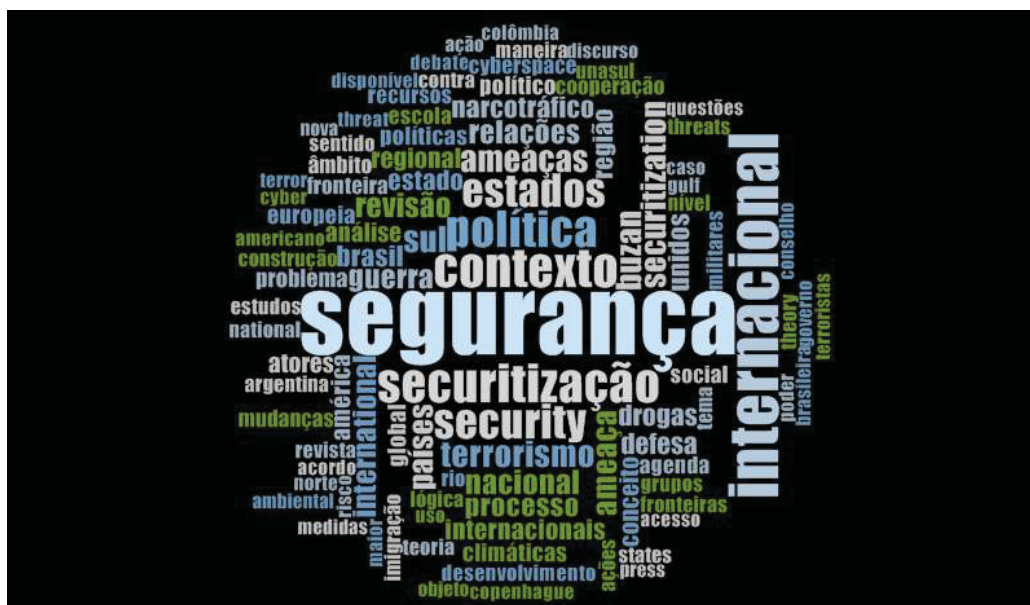
Periódico	Autor	Ano	Título
Revista de Ciências Militares	(BATALHA, 2014)	2014	Securitização e gestão do risco – uma abordagem conceptual
Cadernos de Relações Internacionais	(LAMMERHIRT; REMONDEAU, 2015)	2015	Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria
Conjuntura Global	(FARRET, 2014)	2014	A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil
Meridiano 47	(PINHO; URT, 2010)	2010	Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea
Meridiano 47	(MATOS, 2014)	2014	Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016.

Nas próximas duas subseções os textos acima mencionados serão analisados em duas diferentes etapas. Primeiro será realizada uma análise com o auxílio do programa NVivo, buscando aspectos gerais e comuns aos textos. Depois disso, será feita uma análise de conteúdo de cada um dos artigos, por meio da apresentação dos resultados das fichas de leituras.

3.1 ANÁLISE NVIVO – Qualis Capes

As categorias de análise, baseados no referencial teórico já apresentado, são: *Agente Securitizador*; *Não politizado*; *Politizado*; e *Securitizado*. Sendo utilizada a regra de enumeração, com presença ou ausência das categorias. A primeira análise será apenas a quantificação das categorias. Para isso, foi utilizado o *software* NVivo para obtenção dos resultados numéricos das categorias.

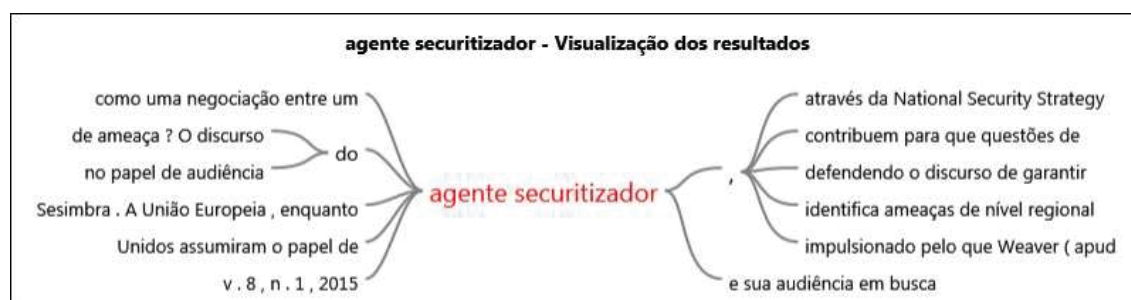


Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016.

A Nuvem de Palavras revela as palavras mais recorrentes em todos os artigos analisados. Importante notar que a palavra Segurança aparece mais frequentemente que a palavra securitização e que termos como discursos, políticas públicas e ato de fala não aparecem entre as palavras mais utilizadas, apesar de serem indicadores relevantes da aplicação empírica da teoria, segundo os autores de Copenhague.

Além da Nuvem de Palavras, outra ferramenta do NVivo foi utilizada: a criação de *dendrogramas* para as categorias. O Dendrograma, também identificado como Árvore de Palavras, é um tipo específico de diagrama que organiza as categorias e as ordena de maneira hierárquica. Para cada uma das categorias, o programa NVivo as identifica nos textos base e revela quais são as frases vinculadas à categoria de maneira hierárquica. Assim, mostra as frases diretamente ligadas às categorias e as frases vinculadas a conectores. Conforme pode ser visto abaixo:

Figura 4. Dendrograma Agente Securitizador



Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016

Analisando a primeira árvore, da categoria Agente Securitizador, é possível verificar que as frases vinculadas a essa categoria são conceituais. Com exceção à “Através da *National Security Strategy*” (VILLA, 2014) e “A União Europeia, enquanto...” (BARBOSA e SOUZA, 2010). A segunda categoria também foi analisada⁸¹ e as demais frases vinculam o conceito de Agente Securitizador à explicação teórica e não ao objeto empírico.

O segundo dendrograma criado foi vinculado a duas categorias: Não Politizado e Politizado:

Figura 5. Dendrograma Não Politizado e Politizado



Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016

Na análise realizada pelo programa, tanto a categoria *Não Politizado*, quanto a categoria *Politizado*, aparecem vinculadas a frases que explicam o conceito proposto pela Escola de Copenhague. Diferente da categoria anterior, nesta não é possível identificar nenhuma frase ligando a categoria ao objeto empírico de análise, apesar de também demonstrar que a categoria está vinculada à explicação do conceito e não ao objeto empírico.

Por fim, a palavra *Securitizado* é a que mais frequentemente apareceu nos trabalhos, possibilitando uma vinculação a mais frases e a criação da maior árvore:

⁸¹ O *Software* identifica palavras. Dessa forma, as categorias “Não Politizado” e “Politizado” foram analisadas na mesma imagem.

Figura 6. Dendrograma Securitizado

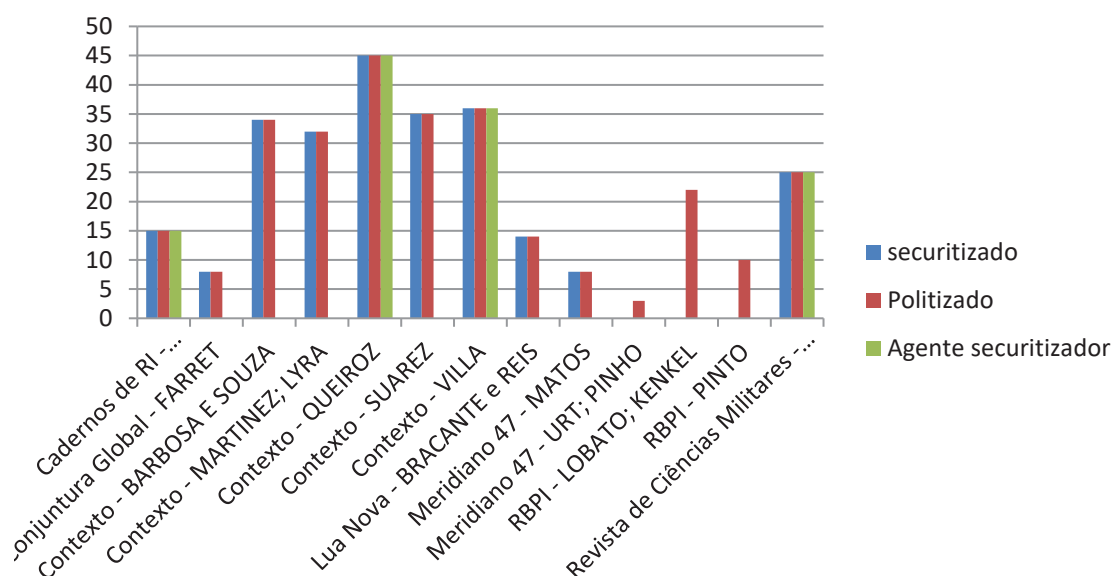


Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016.

Mais uma vez é possível notar que as frases mais relacionadas com o conceito são as que remetem à explicação da teoria de Securitização e não ao objeto empírico. Em poucos casos, é possível identificar a frase que vincula *securitizado* ao narcotráfico, como no texto de Villa (2010), no qual é possível notar mais de uma vez a articulação entre teoria e empiria, que será verificada na próxima seção deste artigo com a análise qualitativa. Outra frase chama atenção: “Schmitt (2006) argumenta que os...”. Essa frase está no texto de Barbosa e Souza (2010). É importante notar que a frase indica uma possível vinculação da teoria de securitização à outra possível teoria das Ciências Sociais. Esse indício será analisado na próxima seção com a visão qualitativa dos textos.

Por fim, o último gráfico apresenta a incidência das categorias em todos os textos analisados:

Gráfico 1. Incidência das categorias no N Total



Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016

É possível perceber que o *software* foi capaz de identificar todas as categorias em apenas 4 dos 13 textos analisados: LAMMERHIRT; REMONDEAU, QUEIROZ, VILLA e BATALHA. O texto que mais vezes utilizou as palavras categorizadas foi o texto de Queiroz, seguido do texto de Rafael Villa.

Com essa análise, foi possível perceber que as categorias são mais recorrentemente vinculadas às explicações teóricas. A da nuvem de palavras mostra que as palavras mais utilizadas são as vinculadas aos conceitos teóricos. Os dendrogramas confirmam que as categorias são vinculadas um maior número de vezes à teoria de securitização e ainda estão relacionadas às explicações teóricas e não empíricas. Apesar de bastante relevante, apenas essa análise não é suficiente para concretizar o objetivo deste capítulo. Dessa forma, será feita uma análise de conteúdo mais aprofundada de cada um dos artigos.

3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo organiza-se em três etapas: a *pré-análise*, a *exploração do material* e o *tratamento dos resultados*. No momento da pré-análise são escolhidos os documentos, levando em consideração a hipótese e nossos objetivos. O primeiro passo é definir o gênero dos documentos. Para esse trabalho, optou-se pelos artigos científicos. Em seguida é necessário constituir um *corpus* e definir como será feita a sua constituição e sob quais regras.

Para esse trabalho a regra escolhida foi a revisão sistemática bibliográfica (BARDIN, 2011, p.125).

Para a análise qualitativa, serão exploradas as mesmas categorias que na seção anterior, porém, destrinchando-as, com o formato de avaliação de ausência e presença (BARDIN, 2011). O objetivo dessa etapa é buscar, em cada um dos textos, as categorias de maneira isolada e, com isso, buscar inferências. Abaixo apresenta-se o quadro analítico que será aplicado a cada uma das leituras dos 13 artigos.

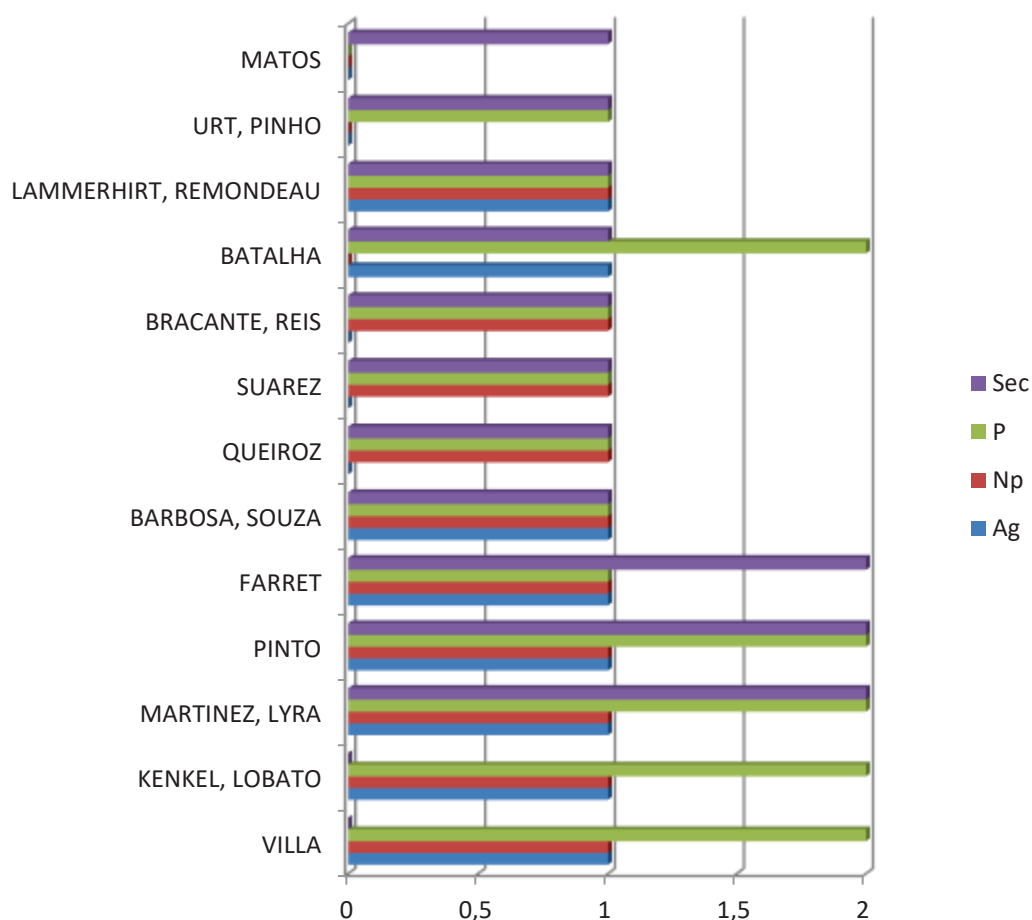
Quadro 9. Categorias analíticas

Categoria	Valores	Descrição da categoria
Agente securitizador	0 ausente 1 presente	Identificação de quem é (ou quem são) o(s) agente(s) securitizador(es)
Não Politizado	0 ausente 1 presente	Confirmação de que o tema permanece fora da discussão estatal
Politizado	0 ausente 1 presente parcial 2 presente total	Não há confirmação de politização Há confirmação da politização, sendo: 1 para confirmação de que o tema faz parte do discurso estatal; e 2 para confirmação de aprovação de política pública
Securitizado	0 ausente 1 presente parcial 2 presente total	Não há confirmação de politização Há confirmação da securitização, sendo: 1 para confirmação de que o tema extrapolou os procedimentos políticos normais; e 2 para confirmação de adoção de ações emergenciais

Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016.

Ao aplicar as categorias sugeridas, atinge-se o seguinte resultado:

Gráfico 2. Aplicação das Variáveis Securitização



Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016

Legenda: Ag: Agente Securitizador
 Np: Não Politizado
 P: Politizado
 Sec: Securitizado

Para atender à proposta de pesquisa deste capítulo, é importante verificar os resultados atingidos na categoria Securitizado, analisando, dessa forma, os artigos que comprovaram a securitização. Primeiramente, serão analisados os dois resultados zero, ou seja, os artigos de Rafael Villa e de Kai Kenkel e Luisa Cruz Lobato. No gráfico não há indicação da cor roxa, pois os autores apontaram que não há indícios suficientes para determinar a securitização de seus objetos. Mesmo que comprovem a politização, indicando que o tema faz parte do discurso

estatal e que existem políticas públicas destinadas ao tema, os autores afirmam que não é possível comprovar a securitização dentro dos moldes propostos pela Escola de Copenhague⁸².

É importante, também, destacar os artigos de resultado dois, de Elias David Morales Martinez e Mariana P. O. de Lyra (2015) e Vânia Carvalho Pinto (2014). A cor em duas escalas indica que os autores comprovaram que o tema extrapolou os procedimentos políticos normais e confirmaram uma ação emergencial. Martinez e Lyra, no entanto, não pretendiam comprovar a securitização e sim a dessecuritização do tema. Dessa forma, optaram por apresentar a referência bibliográfica que comprova a securitização e não os dados empíricos.

A dessecuritização refere-se ao retorno do tema à agenda normal da política (politização). Para falar em dessecuritização, portanto, é necessário pressupor a existência de um processo de securitização. Martinez e Lyra fundamentaram a existência desse processo nos trabalhos realizados por Thiago Rodrigues (RODRIGUES, 2003) e por Rafael Villa e Maria Del Pilar (VILLA; OSTOS, 2005) sobre o narcotráfico.

Para conseguir comprovar a securitização, Vânia Carvalho Pinto buscou a integração entre a teoria da securitização e a abordagem de enquadramento. Da teoria de securitização, optou por utilizar a variável de aceitação do público alvo para a securitização do tema. O texto argumentou que a securitização partiu do governo e da sociedade civil quando a mídia discursou a favor da adoção de medidas emergenciais. A autora procurou comprovar a securitização com a aplicação das Forças Armadas contra os manifestantes em Bahrain.

A abordagem de enquadramento forneceu as variáveis necessárias para entender o processo, pensando: (i) a ação do agente securitizador; (ii) a ameaça existencial; e (iii) a aceitação do público alvo, quando analisada dentro do setor social. Vânia Carvalho Pinto apresentou um diferencial ao lançar mão de duas propostas teóricas, conforme explica no artigo:

Overall, it was shown that the framing approach can be successfully incorporated into securitization theory and that its criteria can be quite useful both in the investigation of the ideational elements that underlie the construction of threats and in the ascertaining of the audience's preferences. (PINTO, 2014, p. 174)⁸³

O terceiro artigo que comprova a securitização é de Farret. Esse artigo, publicado na *Conjuntura Global*, apresenta o agente securitizador, onde é possível observar na barra verde,

⁸² Aqui é necessário frisar que o artigo de Kenkel e Lobato propõe a securitização do objeto – ciberespaço nos Estados Unidos, mas não no Estado brasileiro. Para os autores, no Brasil o tema encontra-se politizado, mas não securitizado. Para fins de classificação do trabalho, foram considerados, apenas, os resultados da análise do caso brasileiro.

⁸³ “No geral, mostrou-se que a abordagem de enquadramento pode ser incorporada com sucesso na teoria de securitização e que seus critérios podem ser bastante úteis, tanto na investigação dos elementos ideacionais que fundamentam a construção de ameaças, quanto na averiguação das preferências do público.” (Tradução livre)

que está menor que as dos dois textos seguintes. A autora apresenta um levantamento interessante das políticas públicas sobre narcotráfico. Porém, diferente dos dois artigos anteriores, nada menciona sobre discurso. Por isso, a coluna de Politização fica incompleta, com a ausência da comprovação do discurso. Apesar de ser uma contribuição interessante, não aplica a teoria conforme o esperado.

Por fim, chega-se aos resultados de número 1, nos quais se observa quatro artigos que apresentam comentários interessantes, pois contribuem para problematizar a aplicação empírica da teoria de securitização. Bracante e Reis, por exemplo, afirmam que:

Ao sugerir que as ameaças existenciais à segurança societal sejam tratadas de maneira excepcional, Buzan e seus colegas negligenciam a complexidade real dos assuntos envolvidos. A diversidade cultural de um país não pode ser "solucionada" com políticas públicas orientadas para a resolução de crise (BRACANTE e REIS, 2009, p. 82)

Apesar de colocar o tema como securitizado, Barbosa e Souza afirmam que é necessário repensar os conceitos de segurança e de atos de segurança, quando o tema é meio ambiente. Porém, dados empíricos que comprovem a securitização não são apresentados. As autoras falam da necessidade de uma ação extrema, mas não indicam qual seria tal ação. Apresentam, entretanto, uma crítica à teoria que reforça o objetivo do presente capítulo:

Ao tentar compreender as diferentes concepções de segurança que informam os discursos dos atores securitizadores do clima, este trabalho se deparou com uma multiplicidade de práticas, que colocaram em evidência as possibilidades e os limites referentes à teoria de securitização e ao próprio objeto, bem como os dilemas que os percorrem. (BARBOSA e SOUZA, 2010, p. 137)

O trabalho do Fabio Queiroz, além de abordar a securitização, lançou mão da teoria do Barry Buzan dos complexos regionais de segurança. O autor mostrou a possibilidade de aplicação empírica com um estudo já realizado na área, mas quando partiu para examinar seu objeto de referência, não aplicou a teoria. Dessa forma, não apresentou quem é o agente securitizador e qual é o ponto de ação extremada para a securitização.

Suarez explicou a teoria e mostrou como pode ser aplicada ao tema do terrorismo. Porém, quando analisou seu objeto específico de pesquisa, não aplicou a teoria e não comprovou a securitização. Mas, assim como Barbosa e Souza (2010), Suarez apresentou uma crítica relevante:

Por outro lado, o modelo de análise da Escola de Copenhague possui deficiências, entre as quais se podem destacar:

- a) Como mensurar o processo de securitização, se este é basicamente um processo discursivo e político?
- b) De que maneira seria possível delimitar os momentos de transição entre um estágio e outro, isto é, de não securitizado para politizado e securitizado?
- c) Em que medida essa modalidade de análise torna possível tangenciar questões de ordem sistêmica? (SUAREZ, 2012, p. 382)

Nos outros 4 artigos, que estão no início do gráfico, é possível identificar problemas mais acentuados na aplicação da teoria (MATOS; URT e PINHO; LAMMERHIRT e REMONDEAU; BATALHA). Todos afirmam que o tema extrapolou os procedimentos políticos normais, porém nenhum deles demonstra qual foi a ação emergencial. Lammerhirt e Remondeau apontam o agente securitizador, mencionam a não politização, mas ao falar de politizado, não abordam discursos. O mesmo acontece com Urt e Pinho, porém sem a indicação do agente securitizador. Já Batalha se atém à categoria politizado, registrando discursos do agente securitizador, porém não aborda a categoria não politizado. Por fim, o texto de Matos, que apenas demonstra a política emergencial, mas não apresenta evidências empíricas de nenhuma outra categoria.

Dessa forma, ao analisar os 13 artigos de aplicação empírica (publicados no período de 1998 a 2016), é possível observar que apenas dois deles realmente comprovaram a securitização seguindo os parâmetros estabelecidos pela Escola de Copenhague, mas recorreram a pesquisas ou teorias auxiliares. Três comprovaram a politização de maneira estruturada e 9 apresentaram problemas de aplicabilidade empírica. O quadro a seguir sintetiza os resultados observados:

Quadro 10. Resultados em Periódicos Brasileiros

Autor	Status
PINTO (2014)	Securitizado
MARTINEZ; LYRA (2015)	Securitizado
VILLA (2014)	Politizado
KENKELL; (2015)	Politizado
SUAREZ, 2012	Não comprovado
BARBOSA; SOUZA, 2010	Não comprovado
BRACANTE; REIS, 2009	Não comprovado
QUEIROZ (2012)	Não comprovado
BATALHA (2014)	Não comprovado
LAMMERHIRT; REMONDEAU (2015)	Não comprovado
FARRET (2014)	Não comprovado
URT; PINHO (2010)	Não comprovado
MATOS (2014)	Não comprovado

Fonte: SILVA, PEREIRA, 2016

Cabe ainda ressaltar a contribuição do autor Bigo. Apesar de não ser um artigo de aplicação empírica, o trabalho de Bigo apresenta uma crítica aos estudos da Escola. Segundo ele:

Conforme apontado por um autor, é preciso “ir até a varanda”: conhecer os atores nas ruas, questioná-los e respeitar sua lógica e raciocínio quando de volta à poltrona e ao computador (ECKL, 2008). O pesquisador de poltrona de Relações Internacionais, olhando para o mundo a partir de sua tela como uma criatura divina capaz de ver simultaneamente todas as facetas do mundo, precisa desaparecer. Seu ego e vontade de subsumir o mundo em uma metanarrativa merecem apenas ironia. A reflexividade deve envolver um esforço em explicar a lógica dos autores e os aspectos discursivos e materiais de práticas específicas (ARADAU et al., 2006; BIGO, 2013).

O sociólogo Didier Bigo publicou em revistas internacionais diversas críticas à Escola de Copenhague e à disciplina de Relações Internacionais de forma geral. Esse autor traz uma contribuição ao presente trabalho por criticar, principalmente, a metodologia de análise dos acadêmicos de Relações Internacionais.

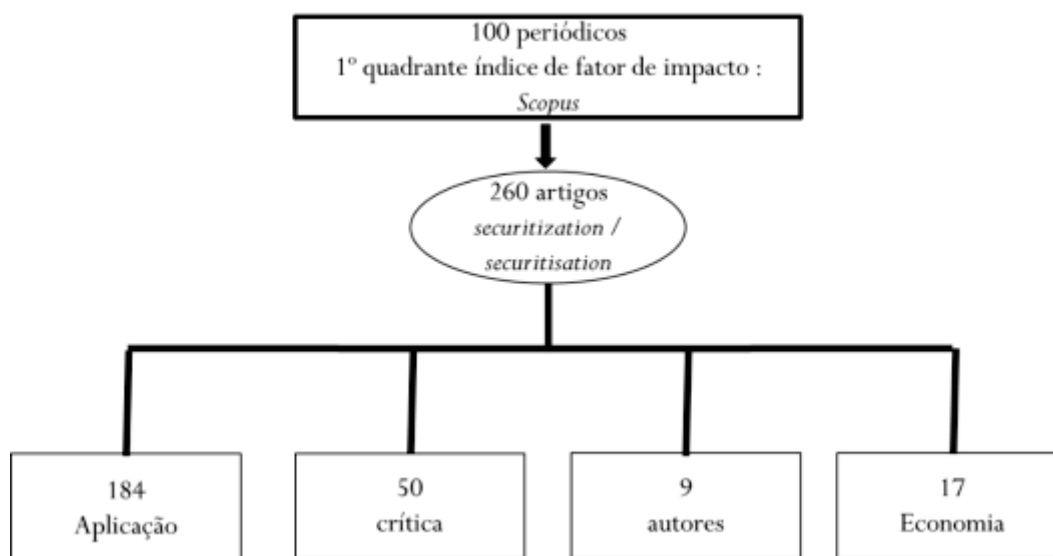
Por fim, o conjunto de artigos examinados aqui mostra que há, de fato, problemas na aplicação empírica da teoria de securitização no Brasil. É possível observar que a teoria é exigente com o processo de comprovação empírica e os trabalhos no Brasil apresentam dificuldades para executar essa comprovação baseada na agenda proposta pela Escola.

4. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: ÍNDICE DE FATOR DE IMPACTO⁸⁴

Essa seção busca atingir o terceiro objetivo específico proposto pela presente pesquisa, ou seja: Mapear as principais referências bibliográficas que utilizaram a teoria de securitização de 2000 a 2016, levantando os principais trabalhos acadêmicos que utilizaram a Escola de Copenhague como marco teórico. Desta forma, problematizar a revisão bibliográfica do tema. Para atingir esse objetivo, a opção feita foi estabelecer uma amostra de estudos empíricos utilizando a base bibliométrica *Scopus*.

Dentro da base optou-se pela sistemática de índice de fator de impacto, com foco no primeiro quadrante. Essa opção levou a pesquisa às 100 revistas mais citadas nos seguintes filtros de área: i. *social sciences*; ii. *political science and international relations*. O processo de coleta foi feito com ocorrência do termo *securitization / securitisation* no título, resumo ou palavras-chave em todas as revistas do primeiro quadrante. O resultado foram 262 artigos que foram divididos em 4 grandes categorias, conforme demonstra o seguinte fluxo:

Figura 7. Fluxo da base coletada internacional:



Fonte: A autora

As categorias foram determinadas baseada em quatro critérios. Para determinar os artigos que desenvolveram a *aplicação empírica* da teoria dentro da base bibliométrica, foram

⁸⁴ Seção parcialmente apresentada como artigo no IX Encontro Bienal da Associação Brasileira de Ciência Política, em Curitiba, no ano de 2018.

categorizados os artigos que apresentaram um objeto empírico no título, resumo ou palavras chave. Para a categoria *crítica*, foram determinados todos os artigos que não apresentavam um objeto empírico no título, resumo, palavras-chave⁸⁵. Para a categoria *autores* foram selecionados todos os artigos de autoria de: Barry Buzan, Ole Waever, Jaap Wilde e Lane Hansen⁸⁶. E, por fim, para determinar os artigos da categoria *economia*, foram selecionados todos os artigos que não tinham em suas referências bibliográficas as obras dos autores de Copenhague.

A base de dados da categoria *aplicação* se mostrou bastante diversificada. Alguns dados iniciais demonstram a diversidade encontrada e dão um panorama inicial dos estudos. O primeiro dado não surpreende e envolve a divisão de artigos por revista:

Quadro 11. Divisão de artigos por revista

Revistas	totais	Revista	totais
Security Dialogue	42	International Studies Quarterly	2
Geopolitics	17	International Studies Review	2
Citizenship Studies	10	Journal of Contemporary China	2
Millennium: Journal of International Studies	10	Journal of European Integration	2
Cambridge Review of International Affairs,	7	Journal of Strategic Studies	2
Mediterranean Politics	6	Capitalism Nature Socialism	1
European Journal of International Relations	5	Comparative European Politics	1
International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics	5	Democratization	1
Journal of Common Market Studies	5	European Journal of International Law	1
Australian Journal of International Affairs	4	European Union Politics	1
International Feminist Journal of Politics	4	Foreign Policy Analysis	1
Journal of Communist Studies and Transition Politics	4	Global Crime	1
Journal of International Relations and Development	4	Information Society	1
Journal of Peace Research	4	International Studies Perspectives	1
Asian Security	3	Journal of Conflict Resolution	1
Global Governance	3	Journal of Eastern African Studies	1
International Peacekeeping	3	Nationalities Papers	1
International Relations of the Asia-Pacific	3	Politics	1
Perspectives on Politics	3	Post-Soviet Affairs	1
Review of African Political Economy	3	Revue Francaise de Science Politique	1
Review of International Political Economy	3	Space and Polity	1
Security Studies	3	Survival	1
Contemporary Politics	2	Terrorism and Political Violence	1
Critical Social Policy	2	World Politics	1

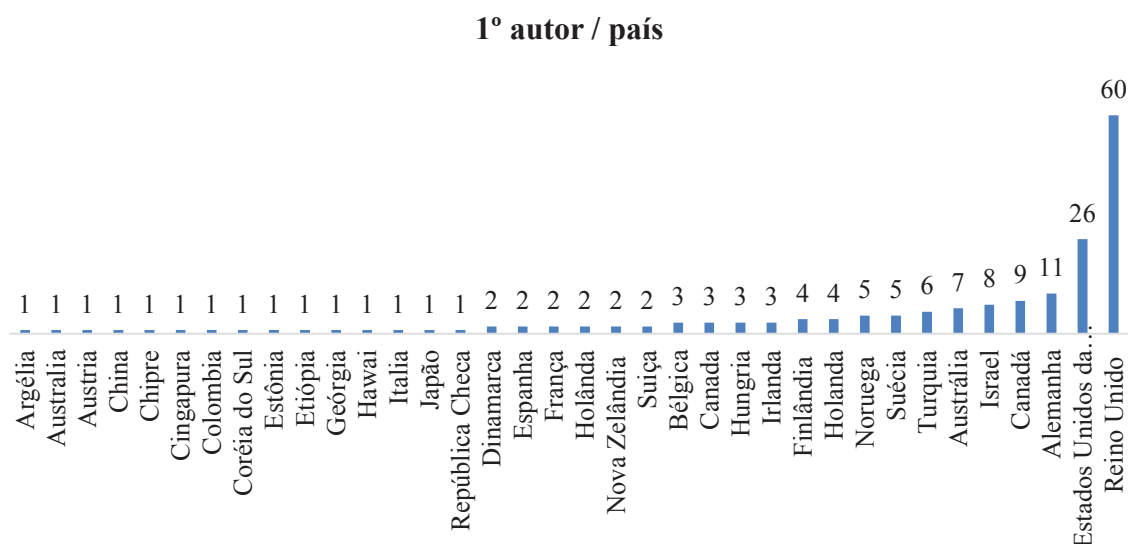
⁸⁵ Esses artigos foram apresentados e analisados na última seção do Capítulo dois do presente trabalho.

⁸⁶ Esses artigos foram apresentados e analisados na segunda seção do Capítulo dois do presente trabalho.

Fonte: Compilado pela Autora.

Das 100 revistas do quadrante, 48 publicaram artigos de aplicação da teoria de securitização, sendo que 60% dos artigos estão concentrados em apenas 10 revistas. Outro dado interessante é a concentração de artigos por país. Nesse aspecto foram avaliados os primeiros autores da base geral: apenas 10 artigos foram publicados com 3 autores, e 42 foram publicados em coautoria. Dentro da base foram verificados quais eram as Universidades vinculadas ao primeiro autor e qual era o país dessas Universidades, chegando-se ao seguinte resultado:

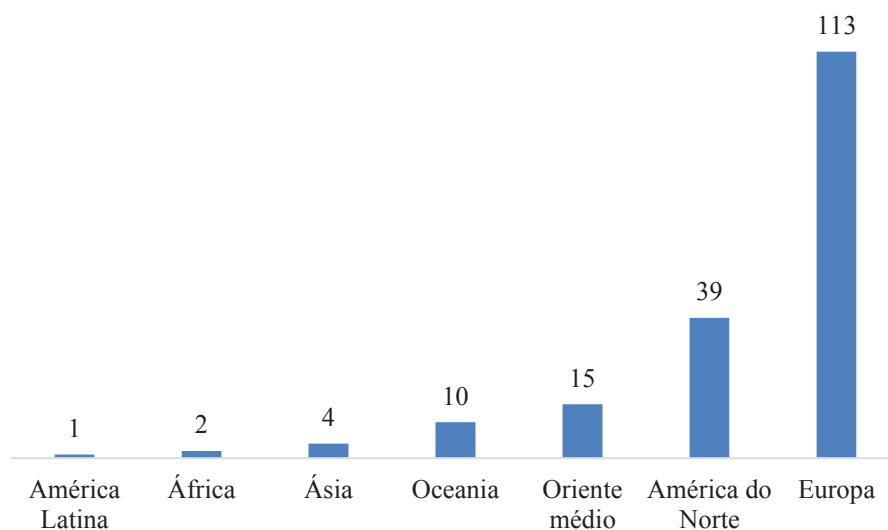
Gráfico 3. Primeiro autor dos artigos, por país



Fonte: A Autora

Apesar da Teoria ter sua origem na Dinamarca, apenas 2 autores de artigos são vinculados a Universidades Dinamarquesas. E com maior representatividade está o Reino Unido. Esses dados levam à próxima análise: a divisão de artigos por região.

Gráfico 4. Artigos por região



Fonte: A Autora

Conforme visto no primeiro capítulo, a origem dos estudos de segurança, com o realismo, é nos Estados Unidos, porém, o gráfico acima demonstra que a produção de segurança não está mais concentrada apenas naquela região. Os estudos críticos, especialmente a teoria de securitização, são realizados em outras regiões, com predominância da Europa.

Outro dado que o gráfico apresenta é a baixa publicação da América Latina, apenas um artigo da Colômbia. Ainda sobre os autores principais, foram levantadas as Universidades de vínculo desses autores, sendo elas:

Quadro 12. Universidades às quais estão vinculados o primeiro autor de cada artigo

Instituição	Autores	Instituição	Autores
University of Birmingham	4	Duke University	1
University of Sussex	4	European Institute	1
Central European University	3	Freie Universität Berlin	1
Hebrew University of Jerusalem	3	Government of Canada	1
King's College London	3	Institut D'Etudes Politiques de Paris	1
London School of Economics and Political Science	3	Institute of International and Development Studies (IHEID)	1
University College London	3	Institute of International Relations	1
University of Hawai'i at Mānoa	3	Isik Univesity	1
University of St Andrews	3	Istanbul Bilgi University	1
Arizona State University	2	Johannes Gutenberg University	1
Bilkent University	2	Kansas University	1
Danish Institute for International Studies	2	Massachusetts Institute of Technology	1
Goethe University Frankfurt	2	Massey University	1
La Trobe University	2	McMaster University	1
Leiden University	2	N/A	1
London School of Economics	2	Nanyang Technological University	1
Oxford University	2	New School for Social Research	1
Peace Research Institute Oslo	2	Newcastle University	1

Instituição	Autores	Instituição	Autores
Tel Aviv University	2	University of Catania	1
The Open University	2	University of Delaware	1
University of Amsterdam	2	University of Edinburgh	1
University of Hamburg	2	University of Ghent	1
University of Kent	2	University of Glasgow	1
University of Manchester	2	University of Gothenburg	1
University of Ottawa	2	University of Hawai'i at Manoa	1
University of Oxford	2	University of Hawaii	1
University of Sydney	2	University of Helsinki	1
University of Tampere	2	University of Leeds	1
University of Warwick	2	University of Leicester	1
Uppsala University	2	University of Leuven	1
Bielefeld University	1	University of Limerick	1
Carleton University	1	University Of Liverpool	1
National University of Ireland	1	University of London	1
Pontificia Universidad Javeriana	1	University of Macau	1
Smith College	1	University of Melbourne	1
University of Cambridge	1	University of Memphis	1
University of Groningen	1	University of Minnesota	1
Aberystwyth University	1	University of Nicosia	1
Addis Ababa University	1	University of Oslo	1
Australia National University	1	University of Oulu	1
Australian National University	1	University of Southern California	1
Bar Ilan University	1	University of Strathclyde	1
Ben-Gurion University	1	University of Tartu	1
Carleton University	1	University of Technology	1
Centre for Research on Applied Economics for Development (CREAD)	1	University of Toronto	1
Ciudad Universitaria	1	University of Tuebingen	1
Claremont McKenna College	1	University of Uppsala	1
Clark University	1	University of Vienna	1
Control Risks	1	University of Wales	1
Coventry University	1	University of Zurich	1
Dartmouth College	1	Victoria University of Wellington	1
Davidson College	1	Yonsei University	1
Delft University of Technology	1	Zirve University	1
Domaine Universitaire	1		

Fonte: A Autora

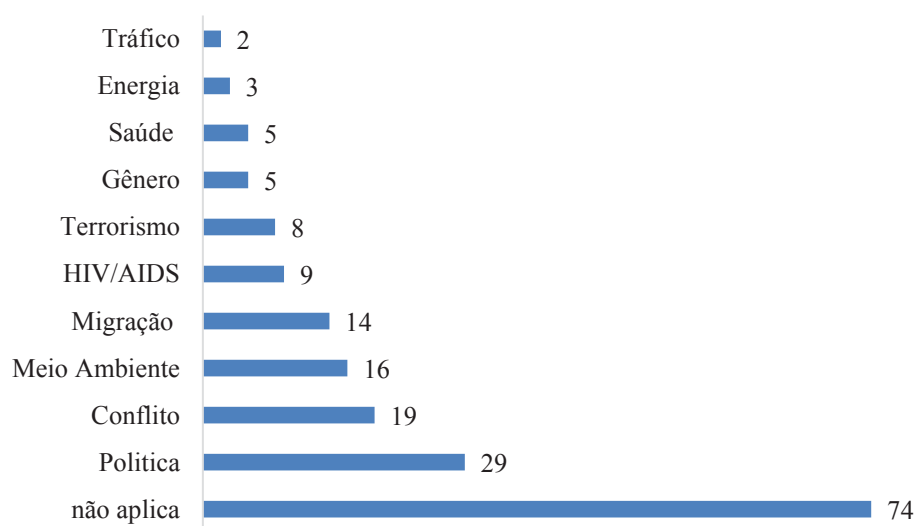
Por fim, a última análise preliminarmente feita foi uma tentativa inicial de separação dos artigos por tema. A separação foi realizada com base nos títulos. Os artigos foram separados sob os seguintes temas⁸⁷: Conflitos, Energia, Gênero, HIV/AIDS, Meio Ambiente, Migração, Política, Saúde, Terrorismo e Tráfico.

⁸⁷ Os artigos foram classificados por temas e não pelos setores, como proposto pela escola de Copenhague. Essa decisão foi tomada por acreditar que os temas atendem à amostra, revelando a diversidade de temas pesquisados. Além disso, acredita-se que os setores estão defasados para a realidade acadêmica de 2018, necessitando uma reclassificação para dialogar melhor com a comunidade científica.

Essa classificação em temas foi feita com base em critérios determinados. Em *Conflitos* foram alocados todos os artigos que, em seu título, citavam conflitos. Em *Energia*, todos os artigos que citavam a análise de alguma fonte de energia. Em *Gênero*, os artigos que citavam gênero ou feminismo em seus títulos. Em *HIV/ AIDS*, todos os artigos que citavam esses dois termos no título. Em *Migração*, todos os artigos que citavam o termo migração ou fronteiras no título. Em *Política*, todos os artigos que citaram o nome de um Estado específico em seu título. Em *Saúde*, todos os artigos que citaram saúde, doença ou fome. Em *Terrorismo*, todos os artigos que citaram expressamente terrorismo em seus títulos. E, por fim, em *Tráfico*, sendo qualquer título de tráfico ilícito.

Além dos 8 temas, os artigos também foram classificados como “não aplica”. Nessa categoria foram alocados todos os artigos que não aplicaram a teoria de securitização. Essa análise da não aplicação só pode ser feita depois da leitura dos artigos. Para que o tratamento da amostra não fosse desigual, com a busca de variáveis que não seriam atingidas, os artigos foram excluídos das análises de dados. O resultado dessa classificação inicial foi apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 5. Classificação dos artigos por temas



Fonte: A Autora

Todos os temas foram definidos pelos títulos e depois da análise de conteúdo de cada um deles, a reclassificação foi realizada chegando-se no resultado acima. Importante notar que apenas após a análise de conteúdo foi possível categorizar os artigos como “não aplica”. A

seguir serão apresentados os resultados gerados por meio do *software* NVivo. Serão analisados todos os artigos classificados, excluindo-se os que não aplicaram a teoria de securitização.

Buscando alguns outros resultados, foi feita uma análise da amostra por meio do *software* NVivo⁸⁸. Importante determinar que as métricas de análise serão iguais as métricas feitas na seção anterior, com os artigos Qualis Capes. Outro ponto importante é que serão analisados os artigos que aplicaram a teoria de securitização, sendo assim, os 74 artigos da categoria “não aplica” não serão analisados.

Figura 8. Nuvem de Palavras



Fonte: A Autora

A Nuvem de Palavras apresenta um importante resultado para a pesquisa, não necessariamente pela palavra que aparece com maior frequência, mas pelas palavras seguintes.

⁸⁸ Para essa seção não foi utilizada a outra ferramenta do NVivo: a criação de dendrogramas para as categorias. O dendrograma, também identificado como Árvore de Palavras, é um tipo específico de diagrama que organiza as categorias e as ordena de maneira hierárquica. Para cada uma das categorias, o programa NVivo as identifica nos textos base e revela quais são as frases vinculadas à categoria de maneira hierárquica. Assim, mostra as frases diretamente ligadas às categorias e as frases vinculadas a conectores. Porém, como a quantidade de textos na amostra é muito grande, as imagens são incompatíveis para análise.

Como já esperado a palavra *Security* foi a mais recorrente, com 1,6% das ocorrências, aparecendo 10.639 vezes em todos os artigos. O segundo e o terceiro lugares também já eram esperados, *Securitization* e *Political*. *Securitização* como referência teórica e *Política* como representante dos conceitos teóricos.

Para além dos termos esperados, a Nuvem confirma a ligação da teoria de securitização com a teoria realista, conforme foi apresentado no segundo capítulo. Essa confirmação ocorre por meio da frequência das palavras: *State* – 4ª maior frequência; *National* – 8ª maior frequência; e *States* – 9ª maior frequência. As 10 palavras mais citadas poderiam ser classificadas em 3 grupos: *Segurança* e suas derivações; *Política* e suas derivações; *Estado* e suas derivações.

Outro ponto revelador da Nuvem de Palavras vai de encontro a uma das críticas feitas à teoria de securitização. Conforme visto no segundo capítulo, na seção em que os críticos são apresentados, existe uma crítica à teoria de securitização sobre seu eurocentrismo. Os autores críticos, da vertente sociológica, argumentam que o modelo de aplicação da teoria de securitização remete à um processo de desenvolvimento de temas da agenda de países liberais e ocidentais.

Os críticos apontam que a teoria é estruturalmente pensada para democracias liberais do ocidente. Nesse sentido, a nuvem revela palavras como: *European*, *EU (European Union)*, *London*, *Europe*, *UK (United Kingdom)*, *Turkey*. A única palavra que aparece fora do espectro europeu é *Africa*, com apenas 0,11% da frequência. Por fim, outro aspecto relevante são palavras relacionadas a temas recentes como HIV, Aids, água, energia e meio ambiente.

4.1 RESULTADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nessa subseção serão apresentados os resultados da análise de conteúdo feita em todos os artigos que aplicaram a teoria de securitização, totalizando 110 artigos. O objetivo é entender a amostra de uma maneira geral, conforme feito na subseção anterior, mas também ter uma análise mais profunda da aplicação teórica. Para isso foi realizada a leitura de todos os textos, por meio de ficha de leitura. A ficha de leitura é dividida em variáveis, e essas variáveis são buscadas ao longo da leitura.

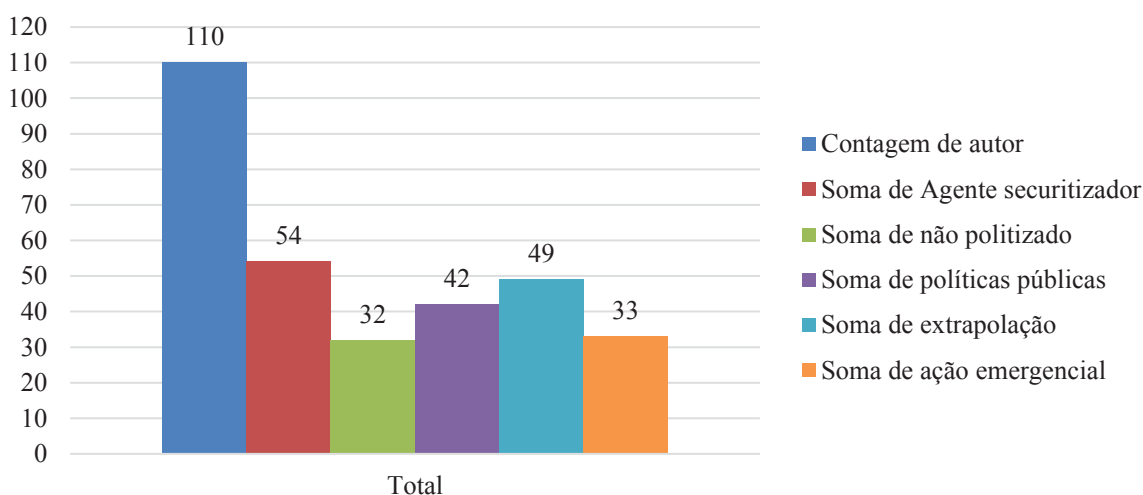
As variáveis buscadas foram: *Agente Securitizador*, a identificação do agente ao ser analisado o objeto; *Não Politizado*, a descrição do objeto antes de se tornar tema de pauta do governo; *Discursos*, identificação de discursos do agente securitizador sobre objeto de análise; *Políticas Públicas*, a identificação de um ato político, com definição de políticas sobre o objeto

de pesquisa; *Extrapolação*, a definição do limite da política e exatamente em que momento esse limite foi ultrapassado; *Ação emergencial*, a definição do limite da política e exatamente como, qual ação, que movimento demonstrou que o limite foi ultrapassado; *Ato de fala*, o discurso específico que separa o objeto politizado do objeto securitizado.

Primeiramente serão apresentados os resultados parciais: primeiro por variável, depois por tema. Por fim, será apresentado o resultado final da análise, demonstrando os números totais das tentativas de operacionalização da teoria de securitização.

A análise por variável apresenta um importante resultado de pesquisa. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 6. Variáveis do processo de securitização



Fonte: A Autora

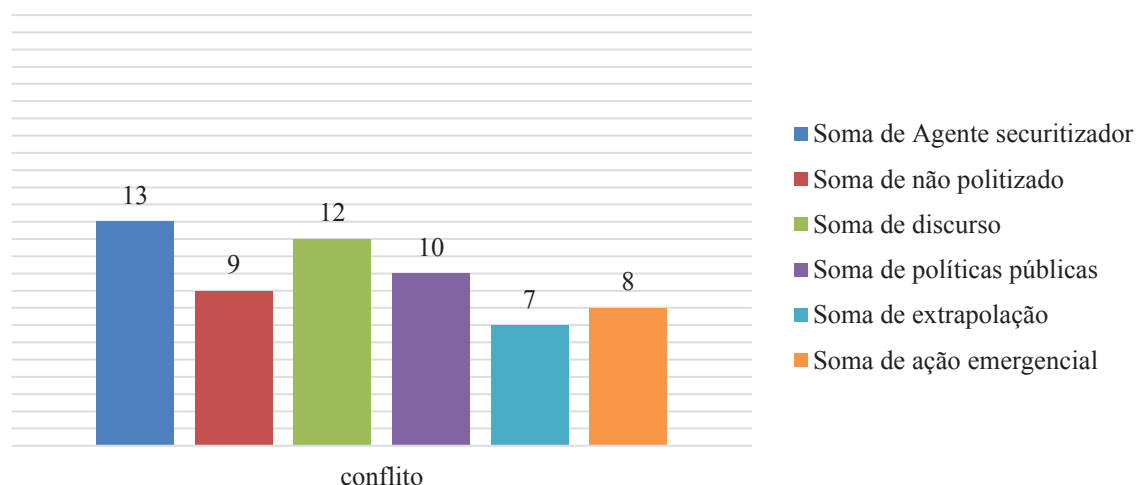
O gráfico apresenta o valor total dos artigos que se propuseram a aplicar a teoria de securitização. O primeiro ponto a ser ressaltado é que em nenhuma das variáveis foi encontrada em todos os artigos. A variável mais encontrada, representada pela coluna magenta, é *Agente Securitizador*. Essa variável foi a com maior representatividade nos artigos, porém, mesmo sendo a mais frequente, presente em 54 artigos, isso representou apenas 49% dos artigos.

A segunda variável com maior representatividade entre os artigos está representada na cor azul claro, *Extrapolção*. Apesar de claramente a teoria determinar que esse é um ponto crucial para a securitização, apenas 45% dos artigos demonstraram isso. Segue para a categoria *Políticas Públicas*, presente em 42 artigos, representando apenas 38% dos trabalhos. *Ação emergencial*, na coluna laranja, com 33 artigos e 30%. E, por fim, a categoria com menor representatividade: *Não Politizado*. Apenas 29% dos autores identificaram seus temas desde o princípio, demonstrando o momento em que ainda estava não politizado.

Os resultados por variáveis já trazem clareza sobre os artigos analisados. Com essa análise foi possível perceber que os critérios determinados pela teoria de securitização para a sua operacionalização não foram atingidos. Não há consenso em nenhuma das variáveis propostas, pois não se atingiu nem mesmo 50% dos artigos em nenhuma das variáveis.

Tentando entender melhor os problemas apresentados na operacionalização, serão apresentados agora os dados por tema. O objetivo é observar se existe maior dificuldade em alguns dos temas propostos. O primeiro resultado apresentado é do tema *Conflito*. No total, 19 artigos foram categorizados com esse tema. O gráfico abaixo apresenta os resultados por variável no tema *Conflito*:

Gráfico 7. Resultados por variável no tema “Conflito”



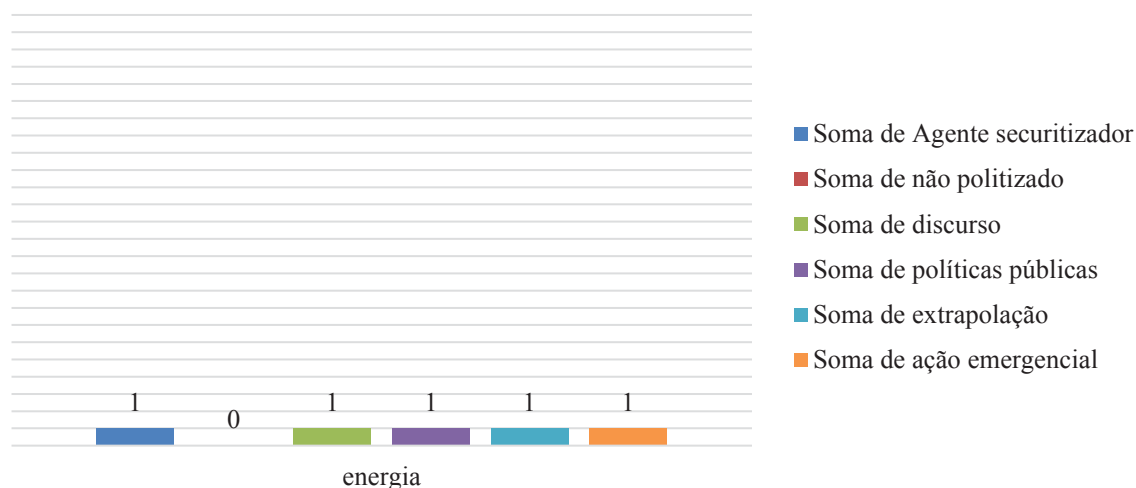
Fonte: A Autora

Os artigos classificados sob o tema *Conflito* não seguem a média geral. Apesar de seguir a regra com a maior representatividade na categoria *Agente Securitizador*, o percentual de artigos que explicitou essa variável é muito superior à média geral: 13 artigos, representando 68% dos artigos. Enquanto no geral a segunda variável mais apresentada foi *Extrapolação*, nesse tema em específico a segunda variável mais representada foi *Discurso*, com 63% de representatividade. Distinguindo-se ainda mais a categoria está a variável *Extrapolação*, com apenas 37% de representatividade, estando presente em apenas 7 artigos.

O tema *Conflito* apresentou assim uma nova perspectiva para a análise: além das categorias estarem mais bem representadas que no geral, a distância entre a representatividade das variáveis não é tão grande como foi possível ver nos dados gerais.

A próxima categoria analisada foi *Energia*: apenas 3 artigos dos 110 foram categorizados sob esse o tema e os resultados por variável podem ser observados no gráfico abaixo:

Gráfico 8. Resultados por variável no tema “Energia”

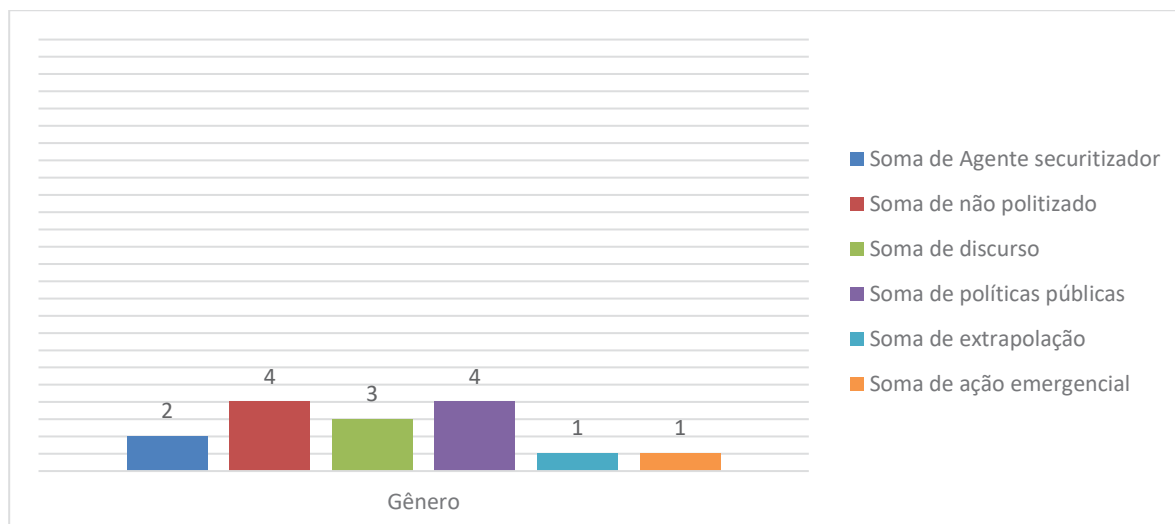


Fonte: a autora

O tema *Energia*, por ser pouco numeroso, apresenta resultados mais simples, porém, não menos importantes. Nessa categoria se revela a dificuldade de comprovação da variável *Não Politizado*. Também se comprova a dificuldade de comprovação de todas as categorias.

O próximo tema analisado foi *Gênero*, com 5 artigos classificados nessa categoria. Apesar de ser uma categoria com poucos artigos, não ocorreu o mesmo que na anterior, *Energia*. Em *Gênero* todas as variáveis foram representadas, conforme demonstra gráfico a seguir:

Gráfico 9. Resultados por variável no tema “Gênero”

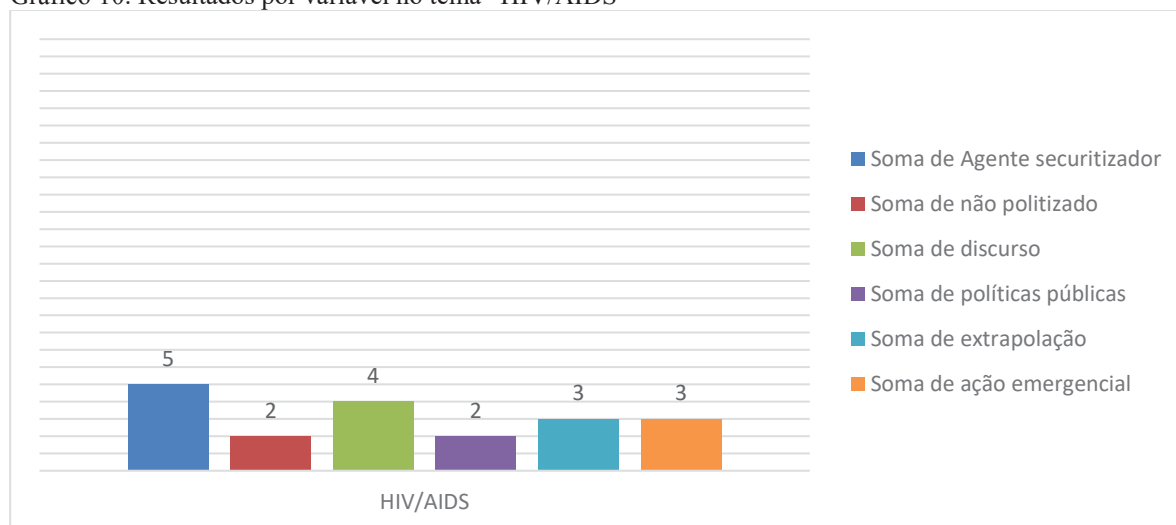


Fonte: A Autora

O gráfico da categoria *Gênero* apresenta dados muito importantes. Apesar de não seguir a média geral referente ao *Agente Securitizador*, os artigos sobre *Gênero* se preocuparam com as variáveis *Não Politizado* e *Políticas Públicas* como nenhuma outra categoria. Demonstrando que os estudos de gênero caminham com uma lógica própria, mesmo que dentro da teoria de securitização.

Os artigos da categoria *HIV/AIDS* não foram incluídos no tema *Saúde* por estarem em uma quantidade bastante representativa. No total 9 artigos situaram-se especificamente nesse tema. Além disso, o campo de análise do tema mostra-se diferente do campo de análise da categoria *Saúde*. Especificamente sobre as variáveis, a categoria se mostra bastante linear, com quantidades muito similares de textos que apresentam as variáveis. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 10. Resultados por variável no tema “HIV/AIDS”

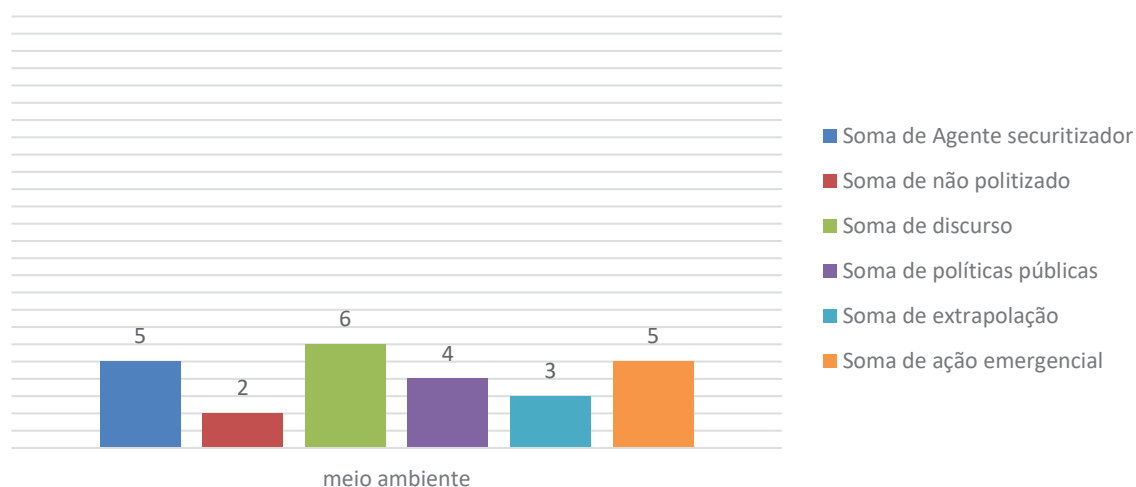


Fonte: A Autora

Seguindo a média geral, a variável com maior representatividade foi *Agente Securitizador*. A diferença da média está na segunda maior variável desta categoria, *Discursos*. Apesar de ter 9 textos representados, a categoria não atinge grandes números dentro das variáveis: *Agente Securitizador* está representado em 56% dos artigos, sendo as duas menores, *Não Politizado* e *Políticas Públicas*, variáveis representadas em apenas 22% dos textos.

O tema *Meio Ambiente* é a terceiro maior entre as 10 categorias apresentadas, com 16 artigos registrados. Porém, ao analisar as variáveis dentro dessa categoria específica, os dados não acompanham o volume de representatividade da categoria. Isso pode ser verificado no gráfico abaixo:

Gráfico 11. Resultados por variável no tema “Meio Ambiente”

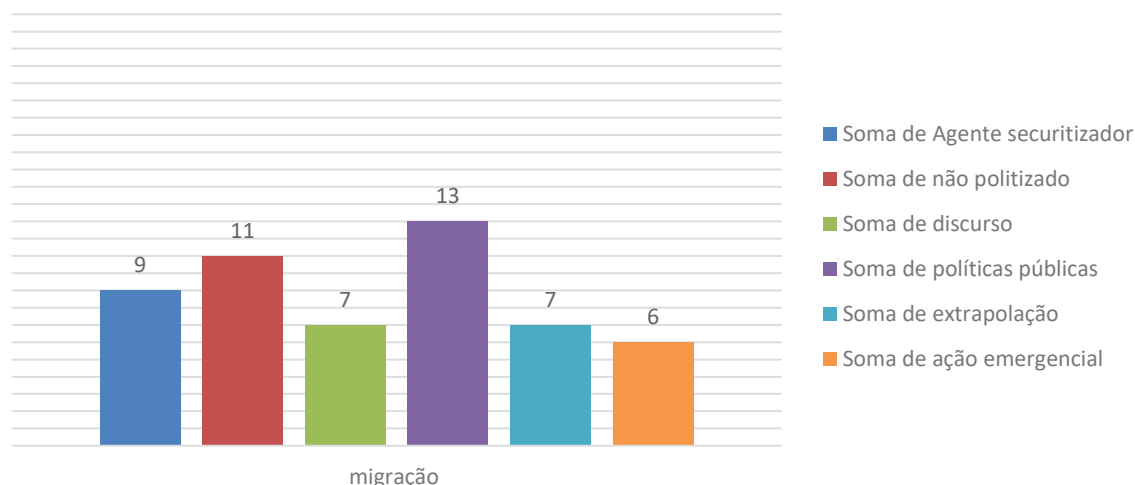


Fonte: A Autora

A variável com maior representatividade é *Discurso*, porém ela está presente em apenas 6 artigos, representando 38%, bastante abaixo da média geral. *Agente Securitizador* está presente em apenas 5 artigos, 31% da amostra, muito abaixo da média geral de 49%. Seguindo a tendência geral, a categoria menos representada é a *Não Politizado* que apareceu em apenas 2 artigos, 13 %. Apesar de ser uma categoria clássica, e estar presente na formulação original da teoria de securitização como um setor, *Meio Ambiente* enfrenta mais dificuldades que os demais temas na identificação das variáveis propostas.

O tema *Migração* apresentou dados muito significativos. Assim como *Gênero*, *Migração* demonstrou ser uma categoria bastante desenvolvida, conforme mostra gráfico abaixo do desempenho das variáveis nos 14 artigos da categoria:

Gráfico 12. Resultados por variável no tema “Migração”

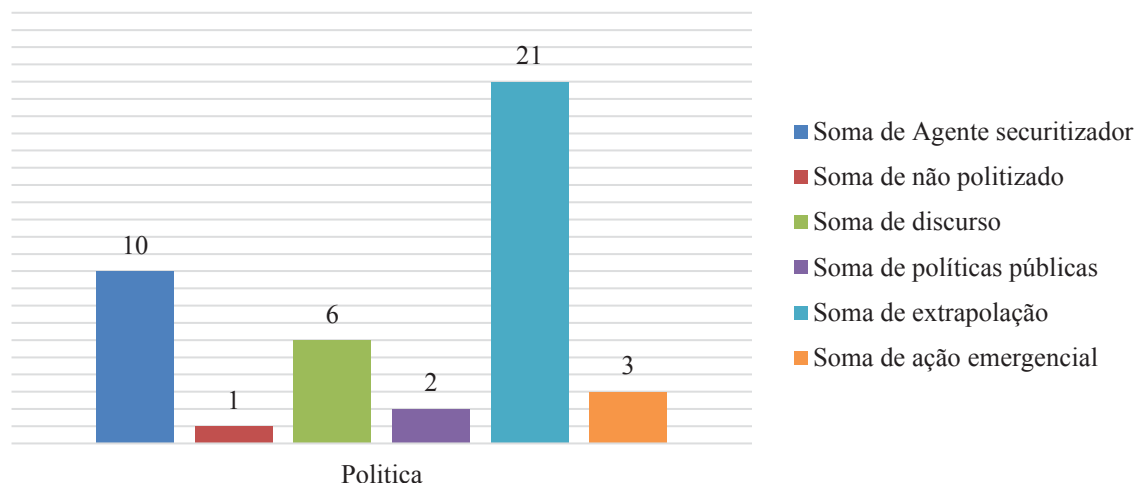


Fonte: A Autora

A variável *Políticas Públicas*, na média geral, não foi bem representada, mas na categoria *Migração* recebeu destaque, com presença em 13 dos 14 artigos, representada em 93% dos artigos. Indo contra a média, a segunda maior representatividade é da variável *Não Politizado*, com 11 artigos ou 79% da representatividade. A variável com menor representatividade foi a *Ação emergencial*, mas, mesmo assim, está presente em 6 artigos, com 43% de representatividade. A migração tem sido alvo de estudos na Europa, tornando-se um dos grandes temas estudados dentro das mais variadas subáreas. Essa tendência fica clara na análise do presente trabalho. *Migração* mostra-se assim uma categoria bastante avançada. Além disso, em certa medida, os resultados dessa categoria confirmam a crítica de que a teoria de securitização tem sido dominada por estudos europeus.

Em contrapartida, o tema *Política* não tem um desempenho tão representativo como *Migração*. O gráfico abaixo apresenta os resultados dos 29 artigos da categoria Política:

Gráfico 13. Resultados por variável no tema “Política”



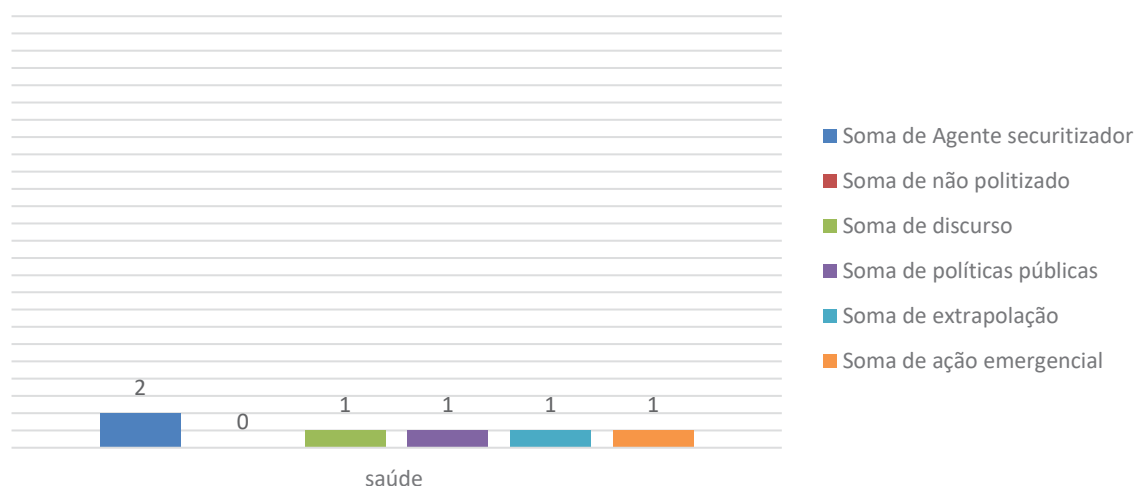
Fonte: A Autora

A falta de linearidade é bastante clara nessa categoria. Enquanto a variável *Extrapolação* da política comum está presente em 21 artigos, ou seja, 72% da amostra, a variável *Não Politizado* apareceu em apenas 1 artigo, 3% do total. O restante das variáveis também não é bem representado na categoria: *Agente Securitizador* em 10 artigos, 34%; *Discurso* em 6 artigos, 21%; *Políticas Públicas* em apenas 2, com 7%; *Ação emergencial* em apenas 3 artigos, representando 10%. Importante notar que se os autores conseguem comprovar a extrapolação da política comum, comprovar a ação emergencial seria quase uma consequência lógica, mas não é isso que ocorre.

Assim como o tema *Meio Ambiente*, o tema *Política* é uma categoria clássica dentro da teoria de securitização. Em sua formação tradicional, os teóricos já apresentavam a *Política* como um dos 5 setores da securitização. Porém, os dados desse trabalho demonstram que ainda existem dificuldades dentro do setor para a operacionalização da teoria.

O próximo tema, *Saúde*, apresenta as mesmas dificuldades da categoria anterior, com 5 artigos categorizados. Os resultados foram os seguintes:

Gráfico 14. Resultados por variável no tema “Saúde”

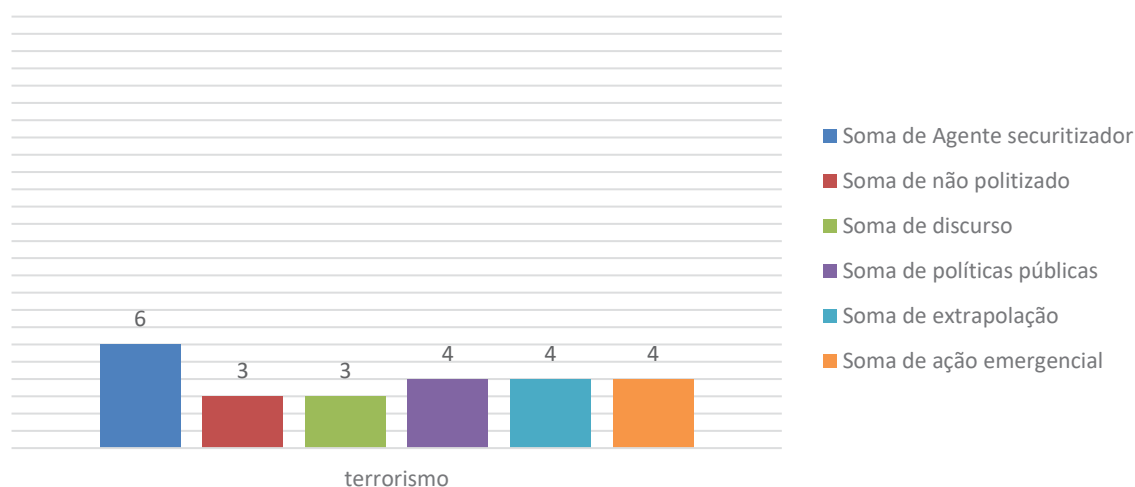


Fonte: A Autora

O tema *Saúde* apresentou dificuldade de operacionalização da teoria de securitização. Diferente de *Gênero e Migração*, em *Saúde* a variável *Não Politizado* não aparece em nenhum dos 5 artigos. Além disso, todas as categorias que seguem aparecem em apenas 1 artigo, ou seja, estão representadas em apenas 20% do total. Apenas *Agente Securitizador* aparece em mais artigos, mas, mesmo assim, está sub-representado aparecendo em apenas 40% da amostra.

Terrorismo, apesar de ser um tema de pauta de agenda internacional, foi categorizado em 8 artigos. A categoria demonstrou bastante linearidade, como a categoria *Conflito*. O gráfico abaixo demonstra os resultados da categoria *Terrorismo*:

Gráfico 15. Resultados por variável no tema “Terrorismo”

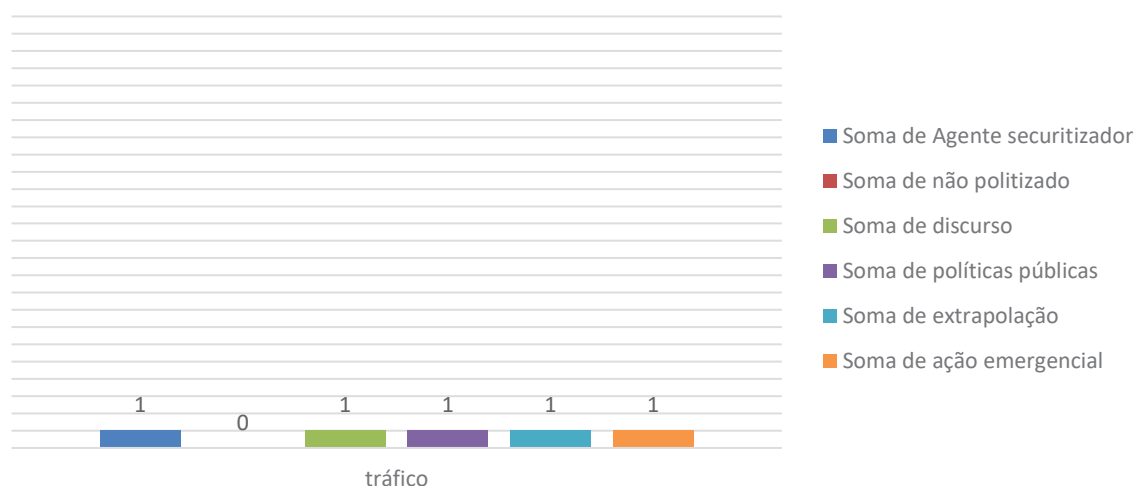


Fonte: A Autora

Assim como a categoria *Conflito*, a linearidade esteve presente nos artigos sobre *Terrorismo*, porém, as variáveis não foram tão bem representadas como na categoria anterior. Seguindo a média geral, a variável mais representada foi *Agente Securitizador*, presente em 6 textos representando 75%. Apesar de ser um percentual alto, as outras variáveis não seguem esse padrão elevado, com 4 textos para *Políticas Públicas*, *Extrapolação* e *Ação Emergencial*, com representação de 50% em cada categoria, e *Não Politizado* e *Discurso* presentes em 38% dos textos. O desempenho dessa categoria não foi como *Migração* ou *Gênero*, mas mostrou linearidade como *Conflito* e *HIV/AIDS*.

A última categoria analisada foi *Tráfico*. Apesar de ser um tema amplamente discutido na América Latina, não teve grande presença nos artigos analisados. Apenas dois artigos foram categorizados nesse tema, chegando ao seguinte resultado:

Gráfico 16. Resultados por variável no tema “Tráfico”

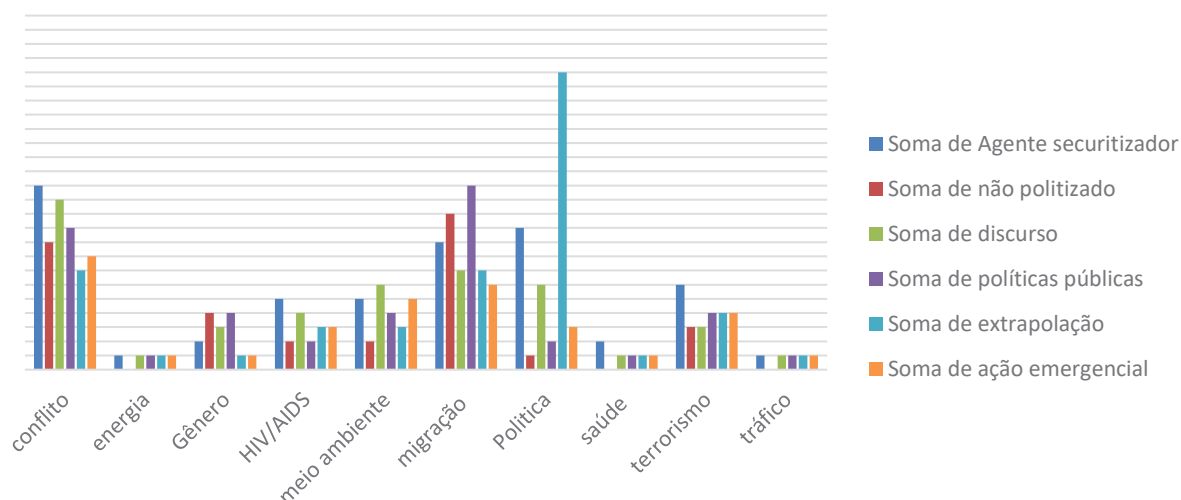


Fonte: A Autora

Seguindo a média geral, a variável menos representada foi *Não Politizado*, não presente em nenhum texto, as demais estão com 50%. Como o número é baixo, foi possível notar que apenas 1 dos textos identificou as demais variáveis. Assim como as categorias *Energia* e *Saúde*, a categoria *Tráfico* não apresentou grandes contribuições para a análise proposta nesse trabalho.

A análise categorizada em temas apresentou uma grande contribuição para a pesquisa no sentido de fornecer argumentos individualizados. Ao analisar os temas foi possível perceber que existem diferentes dificuldades com a operacionalização da teoria de securitização. O gráfico abaixo demonstra todas as categorias juntas:

Gráfico 17. Resultados por variável em todos os temas



Fonte: A Autora

As categorias *Energia*, *Saúde* e *Tráfico* ainda precisam ganhar corpo. Com o número baixo de artigos essas categorias não clarificaram quais são os pontos de dificuldade na operacionalização. As categorias *Meio Ambiente* e *Política* demonstraram que, apesar de clássicas, de estarem presentes desde a primeira publicação da teoria, ainda não estão em uma etapa avançada da operacionalização. As categorias *Conflito* e *Terrorismo* são lineares, não apresentam grande discrepância entre as variáveis. E, por fim, as categorias com desempenho além do esperado foram *Gênero*, *HIV/AIDS* e *Migração*, que demonstraram resultados melhores na operacionalização da teoria de securitização.

Por fim, o último dado importante para a pesquisa é o número de artigos que efetivamente demonstraram todas as variáveis. Dos 110 artigos, apenas 11 demonstraram todas as várias ao longo de seu texto. São eles:

Quadro 13. Artigos com todas as variáveis

Autor	País do departamento	Revista	Título artigo	Ano	Tema
Tsering Topgyal (TOPGYAL, 2016)	Reino Unido	Asian Security	The Tibetan Self-Immolations as Counter-Securitization: Towards an Inter-Unit Theory of Securitization	2016	Conflito
Bezen Balamir Coskun (COSKUN, 2010)	Turquia	Cambridge Review of International Affairs,	History writing and securitization of the other: the construction and reconstruction of Palestinian and Israeli security discourses	2010	Conflito
John O'Brennan (O'BRENNAN, 2006)	Irlanda	Cambridge Review of International Affairs,	'Bringing Geopolitics Back In': Exploring	2007	Conflito

Autor	País do departamento	Revista	Título artigo	Ano	Tema
Diana Ojeda (OJEDA, 2013)	Colombia	Geopolitics	the Security Dimension of the 2004 Eastern Enlargement of the European Union War and Tourism: The Banal Geographies of Security in Colombia's "Retaking"	2013	Conflito
Luca Mavelli (MAVELLI, 2013)	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	Between Normalisation and Exception: The Securitisation of Islam and the Construction of the Secular Subject	2013	Conflito
Axel Heck (HECK; SCHLAG, 2012)	Alemanha	European Journal of International Relations	Securitizing images: The female body and the war in Afghanistan	2012	Gênero
Colin McInnes (MCINNES; RUSHTON, 2011)	Reino Unido	European Journal of International Relations	HIV/AIDS and securitization theory	2011	HIV/AIDS
Benjamin J. Muller (MULLER, 2004)	Reino Unido	Citizenship Studies	(Dis)qualified bodies: securitization, citizenship and 'identity management'	2004	Migração
Alexander R. Arifianto (ARIFANTO, 2009)	Estados Unidos da América	Politics	The Securitization of Transnational Labor Migration: The Case of Malaysia and Indonesia	2009	Migração
Asli Ilgit (ILGIT; KLOTZ, 2014)	Estados Unidos da América	Security Dialogue	How far does 'societal security' travel? Securitization in South African immigration policies	2014	Migração
Christoph O Meyer (O MEYER, 2009)	Reino Unido	Cambridge Review of International Affairs,	International terrorism as a force of homogenization? A constructivist approach to understanding crossnational threat perceptions and responses	2009	Terrorismo

Fonte: A Autora

De todos os 10 temas categorizados e analisados ao longo do trabalho, apenas 5 categorias de um total de 10 estão entre os artigos que apresentaram todas as variáveis. São eles: *Conflito*, *Gênero*, *HIV/AIDS*, *Migração* e *Terrorismo*. Metade das categorias não está representada, sendo elas: *Energia*, *Meio Ambiente*, *Política*, *Saúde* e *Tráfico*. É interessante notar que duas delas representam os setores clássicos da teoria de securitização: *Meio Ambiente*

e *Política*. No próximo capítulo serão demonstrados com mais detalhes esses resultados, trazendo luz às fichas de leitura e comentários dos textos.

5. ANÁLISE, DISCUSSÃO DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse último capítulo tem o objetivo de analisar os dados que foram apresentados até esse momento e confrontá-los com os aspectos teóricos. Esse contraponto será estabelecido frente aos instrumentos atualizados da Teoria da Securitização e tendo em vista as críticas à Teoria. Para que essa análise seja realizada, serão examinados os dados e serão apresentadas as fichas de leituras elaboradas para cada um dos artigos lidos.

Para atingir o seu objetivo, o capítulo será dividido em três partes principais: na *primeira seção* serão analisadas as características metodológicas dos artigos, com a pretensão de identificar qual é a participação dos autores nas dificuldades de operacionalização empírica da teoria de securitização. A *segunda seção* apresentará características específicas dos textos que podem ter dificultado a operacionalização empírica, dificuldades estas exclusivas dos autores em seus textos. Por fim, a *terceira seção* analisará os artigos em contraponto com os críticos. Nessa última seção, serão ilustradas algumas críticas que aparecem nos artigos e as que ficam marginalizadas ao se analisar a aplicação empírica.

Por se tratar de um capítulo de análise não serão apresentados novos autores ou referências bibliográficas. O elemento novo apresentado nesse capítulo serão as notas de leituras⁸⁹ de todos os artigos internacionais analisados, paralelamente às análises já apresentadas dos artigos nacionais ao longo do Capítulo 2.

5.1. Características metodológicas dos artigos internacionais

Para iniciar a análise das características singulares dos artigos internacionais, buscou-se averiguar qual foi a teoria adotada em cada um dos autores. Conforme demonstrado no segundo capítulo da presente tese, para a aplicação empírica da Teoria de Securitização é necessário que o pesquisador tenha rigor metodológico. A teoria exige que seja seguido um passo a passo para a verificação do avanço do tema dentro do processo de securitização.

De acordo com o que foi explicitado no Capítulo 4, entre todos os artigos coletados, 110 foram analisados por se tratarem efetivamente da aplicação empírica, isso porque, 74 artigos tiveram que ser excluídos da amostra por não se mostrarem artigos de aplicação da teoria de securitização. Em cada um dos artigos, ao longo da leitura, foram buscadas as metodologias utilizadas por seus autores. O resultado da análise foi o seguinte quadro:

⁸⁹ Todas as notas de leituras foram anexadas aos apêndices desse trabalho para consulta.

Quadro 14. Metodologia empregada no artigo



Fonte: A Autora.

O primeiro dado que chama atenção é a quantidade de artigos que não apresentam metodologia: dos 110 artigos, 42 não fizeram qualquer menção à metodologia que utilizariam para a aplicação empírica da Teoria em seus objetos de pesquisa. Isso significa que 38% dos artigos não mencionam metodologia alguma. Outro dado destacado na análise é a quantidade de artigos que recorrem apenas à revisão bibliográfica.

O segundo capítulo do nosso trabalho apresentou a teoria, o processo de securitização e os avanços teóricos. Se torna importante aqui resgatar que a teoria de securitização deveria apresentar um roteiro a ser seguido pelos pesquisadores para que se possa comprovar, ou não, a securitização de um objeto.

Trata-se de um roteiro pré-determinado que conduz, inevitavelmente, à necessidade de uma combinação de metodologias que sejam capazes de analisar o discurso e mostrar as medidas emergenciais adotadas. Com base nessa apresentação, é possível determinar que, para avançar na análise de “Não Politizado”, “Politizado” e “Securitizado”, é necessária a combinação de, ao menos, duas metodologias, a saber: a *análise de conteúdo*, para o exame das políticas públicas e ações governamentais; e a *análise de discursos*, para a avaliação do avanço do tema nos discursos e para a identificação do agente securitizador.

As metodologias são resultado inevitável do roteiro estabelecido pela teoria. A metodologia de revisão bibliográfica, em um primeiro momento, parece não ser suficiente para

a ilustração do tema dentro do processo de securitização. Apesar deste trabalho identificar que o ideal é a junção dessas duas ferramentas metodológicas, apenas 9 artigos fizeram esse alinhamento para a análise.

Essa primeira constatação apresenta uma característica que chama a atenção nos artigos analisados, especialmente os internacionais. Os autores não demonstram o devido rigor na adoção de metodologias para a aplicação empírica da Teoria de Securitização. Para ir além dessa primeira análise, foram examinados os dados por categorias (temas), com o objetivo de verificar se existe distinção de aplicação empírica entre elas. Os resultados foram os seguintes:

Quadro 15: Classificação da metodologia empregada, por categoria

Categoria	Conflito	Energia	Gênero	HIV/Aids	Meio Ambiente	Migração	Política	Saúde	Terrorismo	Tráfico
Análise de conteúdo	5%	33%		11%	19%		24%	40%	25%	
Análise de conteúdo / entrevista	5%			11%			3%			
Análise de discurso / análise de conteúdo	5%	33%			6%	7%	14%			50%
análise de discurso / Entrevistas	5%						3%			
Análise de discursos	5%			11%	19%	7%	28%			
Análise histórico-descritiva							3%			
Comparativa						21%			13%	
Iconologia			20%							
Revisão bibliográfica				33%	25%		17%	40%	25%	50%
Não há	74%	33%	80%	33%	31%	64%	7%	20%	38%	
Total de artigos com indicação de metodologia	26%	67%	20%	67%	69%	36%	93%	80%	63%	50%

Fonte: A Autora

Ao analisarmos os dados sobre metodologia a crítica se aprofunda. A categoria com maior percentual de indicações de metodologia é *Política*. Porém, conforme visto na seção anterior, a operacionalização empírica da teoria de securitização nessa categoria não teve bons resultados. Os textos sob o tema *Política* não conseguiram confirmar a securitização e ainda demonstraram bastante desalinhamento entre a identificação das variáveis adotadas para a devida caracterização da securitização. Em contrapartida, a categoria com melhor destaque na operacionalização foi *Migração*, em que apenas 36% dos artigos indicam qual é a metodologia a ser desenvolvida.

Outro ponto controverso está na categoria *Gênero*. Na seção anterior foi possível perceber que a categoria está bastante avançada na operacionalização da teoria de securitização,

porém, fez esse avanço sem mencionar a metodologia utilizada. Apenas 20% dos artigos citam a metodologia. Desta forma, apenas um artigo cita a metodologia e menciona que utilizou a Iconologia, que seria uma metodologia diferente da proposta nesse trabalho. O que foi possível observar com as leituras dos artigos da categoria *Gênero* é que, apesar de não apresentarem a metodologia, os pesquisadores seguiram a proposta de Copenhague. As análises foram submetidas ao processo pré-determinado pela teoria de securitização.

Refletindo especificamente sobre a metodologia indicada nesse trabalho, é possível ponderar sobre seus efeitos. O alinhamento das ferramentas metodológicas, análise documental e análise de conteúdo, são as ferramentas que atenderiam as expectativas da operacionalização empírica imposta pela teoria de securitização.

Ao analisar as categorias é possível verificar que os temas que mais abordaram essas ferramentas foram: *Tráfico*, *Energia* e *Política*. Retomando a seção anterior, observa-se que *Tráfico* e *Energia* foram duas categorias pequenas que não contribuíram em grande medida para a reflexão sobre a operacionalização. Já *Política*, eixo clássico da teoria, apresentou problemas estruturais. Dessa forma, é possível refletir criticamente sobre a adoção dessas ferramentas metodológicas, principalmente se estão sendo aplicadas de maneira concreta ou se estão sendo apenas citadas.

Analisando os artigos internacionais que realmente comprovaram a securitização, das 11 publicações, 8 não indicaram a metodologia que utilizaram. Isso representa 72% de artigos que comprovam a securitização, mas nem ao menos citam a palavra metodologia. Nos três artigos que citam a metodologia, são apresentadas três ferramentas diferentes: análise de conteúdo, iconologia e análise comparativa, representando as categorias *Conflito*, *Gênero* e *Migração*.

A seção de artigos brasileiros também apresenta uma contribuição para a reflexão crítica sobre a utilização da metodologia nos artigos de operacionalização da teoria de securitização. Conforme visto ao longo do Capítulo 3, os artigos de revistas Qualis A chegaram a resultados mais promissores que os artigos de revistas Qualis B. Lembrando que os artigos que problematizam a teoria ou que utilizam outras teorias acopladas utilizam-se de metodologias, sendo elas: análise documental e análise de discurso.

Em que pese a metodologia, é possível notar que citá-la não significa um resultado bem-sucedido na securitização de um tema. Essa é, também, uma importante análise crítica frente aos artigos. Os últimos dados demonstram que, na amostra analisada nesta tese, os autores utilizam a terminologia da teoria de securitização, mas não necessariamente aplicam a teoria

que citam, indicando uma possível falha estrutural na área ao não utilizar o conceito da forma que ele foi construído.

5.2 Dificuldade dos autores

Ainda na busca de problematizar a utilização da metodologia, as notas de leitura representam uma importante contribuição para a presente pesquisa. A subseção anterior buscou refletir criticamente sobre a utilização da metodologia, tendo o objetivo de buscar entender os motivos das dificuldades de operacionalização empírica, sem isentar os autores de possíveis falhas no manejo teórico. Nessa etapa do trabalho a busca é por entender outras nuances da dificuldade de operacionalização, agora vinculados à forma pela qual os autores construíram os seus textos.

O primeiro aspecto encontrado tanto nos artigos nacionais, quanto nos internacionais refere-se ao termo securitização, que é utilizado como sinônimo de segurança. Nos artigos brasileiros isso foi observado nos artigos publicados nas revistas indexadas no Qualis B, dos 17 artigos totais, 9 artigos utilizaram securitização como sinônimo de segurança, ou seja, mais de 50%. Nos artigos internacionais o mesmo aspecto foi encontrado em 6 artigos, conforme pode ser visto no quadro abaixo com as fichas de leitura:

Quadro 16 - Fichas de leitura – Sinônimo

Autor	Tema	Observações
Peter Burgess	Meio Ambiente	A proposta do artigo não é especificamente aplicar a teoria de securitização, mas sim, adaptar o conceito de securitização, e com isso, não utilizar o Estado como objeto referência. Na última seção o autor faz o paralelo que deseja, evolui bem nas primeiras categorias, mas acaba negligenciando as comprovações da securitização. Na realidade o autor não confirma a securitização. Ele demonstra como a questão da água na Índia é uma vulnerabilidade, assimilando o conceito de "securitização" à vulnerabilidade.
Barry Hindess	Migração	A proposta do artigo é pensar o que resta da cidadania após a securitização das comunidades políticas após o 11 de Setembro. Na divisão proposta no artigo não se fala em securitização. Apesar de colocada na pergunta problema, nada do conceito foi desenvolvido, não existe nada que remeta ao conceito. O termo parece ter sido usado como sinônimo de segurança, mas nem mesmo de segurança se fala.
Faye Donnelly	Política	O texto recorre à teoria de securitização e propõe analisar a dessecuritização das relações entre Irlanda e Inglaterra.
Harry Verhoeven	Meio Ambiente	O artigo utiliza o termo securitização, mas não faz referência aos autores da Escola de Copenhagen. Mencionam a politização do tema superficialmente.

Autor	Tema	Observações
Kathleen M. Jennings	Conflito	O artigo tem dois objetivos, o segundo é a securitização da reintegração pós-conflito na Libéria. A autora utilizou o termo securitização e securitizando algumas vezes, porém não é a formulação dos autores de Copenhague. O termo foi utilizado como um sinônimo de segurança, ou algo parecido.
Andrea Oelsner	Política	Não aplica corretamente o conceito de securitização da EC. Em alguns momentos, parece confundir segurança com securitização, pois fala no ingresso de temas na agenda de segurança do Mercosul como sinônimo de securitização dos temas.

Fonte: A Autora

As fichas de leituras indicam que nos seis textos o termo “securitização” não é utilizado conforme a teoria de securitização, mas sim como um sinônimo. Importante notar que apenas a leitura dos artigos poderia revelar essa informação. Por esse motivo, optou-se por realizar a leitura de todos eles e não apenas a utilização de *softwares*. A leitura revelou que dentro da amostra de 110 artigos, 6 deles utilizaram os termos “securitização” e “segurança” como sinônimos. Nos artigos brasileiros esse erro é mais recorrente, porém não é limitado aos artigos brasileiros, ocorrendo também nos internacionais.

A leitura dos artigos internacionais revelou outro ponto importante que não apareceu na leitura dos artigos brasileiros: foi possível notar que alguns autores, em seus artigos, optaram por ter mais de um objetivo geral a ser atingido. Nesses casos, os autores tinham como objetivo não só comprovar a securitização, mas, também, buscar outras respostas na análise do objeto. Todos os artigos que buscaram mais de um objetivo acabaram não conseguindo comprovar a securitização, conforme pode ser observado nas fichas abaixo.

Quadro 17. Fichas de leitura – Objetivo Secundário

Autor	Tema	Observações
Alexandra Dobrowolsky	Gênero	A autora afirma que a imigração virou prioridade na pauta social do Canadá e a questão de gênero deixou de ser. Isso porque a propaganda do governo é melhor alavancada com o tema da migração. Apesar de a autora falar em securitização, apenas o termo é citado e referenciado, o texto não se prende em explicar, muito menos em aplicar o conceito. A autora dedica uma seção à securitização em que se limita a descrever a evolução das leis de migração no Canadá.
Güneş Murat Tezcür	Conflito	O autor busca entender o processo de democratização do Irã com fatores domésticos e externos que buscam neutralizar a oposição. Uma das formas de neutralização da oposição é a elite tentando securitizar o grupo. A elite dominante tentou associar uma ampla gama de atores da sociedade civil e políticos a conspirações lideradas por estrangeiros a fim de deslegitimá-las e perpetuar seu monopólio sobre o poder, especialmente após as polêmicas eleições presidenciais de 2009.
Alan Ingram	Saúde	O artigo problematiza a questão da saúde na agenda de segurança; a abordagem é geral e não segue o roteiro da EC.

Autor	Tema	Observações
Itay Fischhendler	Meio Ambiente	Os agentes securitizadores na análise dos autores são OIs e ONGs; o propósito do artigo é tentar identificar os motivos pelos quais os temas ambientais são tratados, nos discursos, de forma securitizada.
Itay Fischhendler	Meio Ambiente	O artigo desenvolve uma revisão bibliográfica relacionada à securitização da água; utiliza o conceito da EC, porém, o propósito não é desenvolver um estudo empírico, mas problematizar a literatura sobre a securitização da água.
Jarrold Hayes	Política	Recorre à teoria, mas a utiliza de forma complementar. O objetivo é demonstrar a teoria da paz democrática e seus reflexos nas opções de política externa dos EUA.
Owen Parker	Política	O foco principal do artigo não é demonstrar a securitização do tratamento dado aos ciganos na França em 2010 (a deportação). A securitização não é abordada de forma central no texto, cujo objetivo é tratar as relações entre a política nacional e a política comunitária.
You Ji	Política	O artigo não segue a estrutura básica da teoria por se tratar de uma abordagem abrangente sobre a política de segurança da China, mas recorre à teoria, sobretudo às fases. Não demonstra empiricamente a securitização.
Olaf Corry	Meio Ambiente	O artigo não apresenta um estudo empírico de securitização; seu propósito é discutir se “ristificação” seria uma forma mais aprofundada de securitização e usa a questão da mudança climática para desenvolver o argumento.
Philippe M. Frowd	HIV/AIDS	O conceito de securitização da EC é usado marginalmente no artigo; o propósito é mostrar a relevância da teoria Queer para explicar a prática dos Estados Unidos de limitar a circulação de pessoas com HIV/AIDS; a securitização é um tema secundário no artigo, embora o autor demonstre que houve a securitização da AIDS nos EUA por meio de uma tentativa de controle sobre os imigrantes.
Gregory W. White	Migração	O objetivo do texto era fazer um paralelo entre duas teorias, sendo uma delas a teoria de securitização. O caso analisado foi a migração do Marrocos para a Espanha. Apesar do texto longo, o autor apresenta as duas teorias, mas não as aplica de maneira adequada.
Jarrold Hayes	Política	O artigo não identifica medidas. Seu propósito é testar uma articulação entre a teoria de securitização com a abordagem da identidade social. O autor pretende mostrar que o discurso da securitização de Nixon e Kissinger não convenceu a audiência da necessidade de securitização da Índia, por este país ser democrático.
Chris Methmann	Meio Ambiente	O artigo não apresenta um estudo empírico de securitização e seu objetivo é discutir um conceito analítico.
Hakan Seckinelgin	HIV/AIDS	O artigo recorre ao conceito da EC de forma apenas marginal; o propósito é discutir os efeitos da securitização da HIV/AIDS num caso específico.
Sandra J. MacLean	Saúde	O artigo não desenvolveu um estudo empírico de securitização, seu propósito foi discutir a securitização da saúde de forma ampla, e o conceito de segurança humana.
Stefan Elbe	HIV/AIDS	O artigo não desenvolveu um estudo empírico de securitização; seu propósito foi discutir o conceito de risco com recurso a Foucault e suas reflexões sobre biopolítica; o conceito de securitização está presente, mas o objetivo é discutir a securitização da saúde, que é dada como existente.

Fonte: A Autora

Conforme demonstram as fichas, os autores colocam como objetivo secundário a comprovação da securitização. Com isso, acabam não atingindo esse objetivo. É importante notar que, conforme visto ao longo de todo o presente trabalho, a teoria de securitização apresenta um modelo de operacionalização que é resultado do desenvolvimento da área de

segurança como um todo. Com isso, a proposta teórica não é minimalista ou simplista. Na verdade, ela exige grande comprometimento do pesquisador e demanda um esforço significativo de busca e organização de dados.

Indicar dois objetivos para o mesmo artigo, sendo um deles a comprovação da securitização é uma proposta arriscada e que pode comprometer a viabilidade de se atingir um deles. As fichas de leitura demonstram isso e essa análise crítica expõe o fato como uma dificuldade dos autores e não especificamente da teoria de securitização. Dos 110 artigos lidos, 16 deles optaram por perseguir mais de um objetivo e, conforme pode ser visto nas fichas de leituras, com essa opção, não conseguiram comprovar a securitização.

Ainda buscando não isentar os autores de possíveis falhas no manejo da teoria, o último grupo apresentado nessa seção são os autores que não aplicaram corretamente a teoria de securitização. Essa não aplicação, nesse momento, se refere à falta de critérios para a operacionalização da teoria de securitização. Esses critérios estão vinculados à publicação original da teoria, conforme demonstrado no Capítulo 2.

A falta de rigor na operacionalização empírica foi observada nos artigos em português. Conforme visto no Capítulo 3, a maioria dos artigos não conseguiu comprovar a securitização por não ter aplicado todas as ferramentas determinadas pelos autores da Escola de Copenhague. O mesmo ocorre com os artigos internacionais, conforme pode ser visto nas fichas de leitura abaixo:

Quadro 18. Fichas de leitura – Aplicação incompleta

Autor	Tema	Observações
Samuel Chan	Meio Ambiente	O autor cita os termos securitizado, dessecuritizado e também cita a segunda teoria da Escola, a dos complexos regionais de segurança. Ele o faz por meio da citação de outros textos que fizeram a análise, principalmente, da água como um tema importante para a formação do complexo regional de segurança. Mas é importante notar que o autor não se propõe a analisar a securitização ou não da água na região. No resumo, ele parte do pressuposto da securitização, por ser um assunto de segurança nacional para a Rússia. Ao falar da securitização, em uma seção específica do artigo, demonstra quais são as ações emergenciais de cada um dos Estados que analisa. O autor afirma em diferentes momentos do texto que a securitização é comprovada quando o assunto se torna tema da segurança nacional e não avança.
Kirill Nourzhanov	Política	Cita securitização no resumo, mas não aborda o conceito na introdução. Ele diz que usará a teoria dos complexos regionais de segurança. Mais à frente no artigo tem uma seção dedicada à securitização, na qual o autor questiona um artigo publicado por Buzan e Weaver que fala sobre a securitização da Rússia e inicia sua defesa com discursos. Associa a securitização apenas a discursos e não elenca nada além disso.
Stephan Keukeleire	Política	O autor pretende buscar o nexo entre desenvolvimento e segurança, utilizando a teoria de securitização. Ele mostra, na sua introdução, o conceito desenvolvido em 4 estágios e fala de: discurso, instrumentos políticos, ações políticas e instrumentos institucionais. É importante notar que não cita agente securitizador ou ação emergencial, pontual ou fugindo da política comum. O texto pontua diversas

Autor	Tema	Observações
Ayhan Kaya	Migração	políticas públicas realizadas pela União Europeia para o processo de securitização do tema. Apesar de citar securitização nas palavras chave, o autor não a menciona na introdução ou no resumo. Mesmo assim, dedica uma seção para falar de securitização da cidadania de aproximadamente uma página, na qual aborda o processo de securitização falando do movimento de não politizado para politizado. Mas não cita os autores nem especifica melhor os fatos.
Thomas Diez	Migração	O texto se propõe a analisar a securitização da migração no Reino Unido e na Alemanha. Não fala em ato de fala, agente securitizador e não aborda o momento não politizado.
Jonathan Fox	Migração	O autor coloca o 11 de Setembro como o ato de fala para todos os Estados ocidentais. E, aos poucos, vai mostrando o discurso de securitização de cada um dos Estados que analisa. A seção destinada à comprovação da securitização é bastante desorganizada. O autor coloca diversas informações, mas não retorna aos pontos da teoria.
Francesco Ragazzi	Terrorismo	O artigo desenvolve uma análise breve sobre a política estatal no que se refere aos migrantes, porém, não apresenta análise detalhada do processo de securitização do tema.
Franziskus von Lucke	Meio ambiente	O artigo estabelece estruturas de discursos sobre a questão climática; os discursos apresentados servem de exemplo para demonstrar essas estruturas.
Gavin Slade	Conflito	O autor utiliza a palavra securitização nas palavras-chave e também como título de um subcapítulo, mas não utiliza a teoria de securitização. Ele fala sobre o conflito entre Rússia e Geórgia. Tenta demonstrar a securitização, mas não apresenta os elementos necessários.
Erika Weinthal	Meio Ambiente	O artigo analisa, em termos comparativos, três Estados e procura pensar o nexo entre mudanças climáticas, água e migração; apenas no caso de Israel, as medidas emergenciais voltadas à securitização da migração estão claras; nos demais casos, não há clareza quanto a essas medidas e sobre quem é o agente e como ele atua. A securitização é afirmada, mas não comprovada nos três casos empíricos analisados.
Julia Urquijo	Meio Ambiente	O artigo sustenta a securitização com base na análise do conteúdo das leis aprovadas na Espanha.
Maria Jansson	HIV/AIDS	O artigo examina como o Conselho de Segurança abordou o problema da HIV/AIDS partindo do pressuposto de que se trata de uma securitização da doença. Mas não identificou agente securitizador ou medidas emergenciais.
Megan Mackenzie	Gênero	Apesar de descrever a teoria e demonstrar como ela funciona em suas etapas, a autora não a aplica ao analisar o caso, que envolve o estupro como arma de guerra em Serra Leoa.
Barry J. Ryan	Conflito	O autor pretende mostrar a dessecuritização da reforma política na Sérvia. Apesar da proposta ser a aplicação empírica, o termo aparece apenas no resumo, na introdução e na conclusão. No caso desse artigo, o autor realmente parece pretender utilizar o conceito da Escola de Copenhague, porém não o aplica, e resume-se a citá-lo.
Theodora Kostakopoulou	Migração	O texto é bastante confuso e sem metodologia. Não apresenta realmente a teoria ou como foi implementada, mas apresenta os elementos que podemos identificar como processo de securitização.
Kieran Williams	Conflito	O objetivo do autor é mostrar a securitização da democracia na República Tcheca e na Tchecoslováquia no fim do período comunista. O texto é absolutamente descritivo e o autor não o conecta com a teoria. Cita a teoria no início e no fim. Aparece seguí-la ao falar do agente securitizador e ao citar as leis, porém não a amarra com mais nada.
Federica Bicchi	Política	O artigo se concentra na análise dos discursos de securitização do islã em três níveis: no Reino Unido, na União Europeia e na área Euro-Mediterrânea.
Helle Malmvig	Conflito	A autora diz que vai analisar o conflito religioso na Síria sob a ótica da teoria de securitização, porém só menciona isso e não o faz.
Helle Malmvig	Política	O artigo desenvolve uma argumentação baseada em bibliografia, mas sem demonstrar empiricamente a securitização. O artigo recorre ao conceito da EC.

Autor	Tema	Observações
Jardar Østbø	Política	O artigo apresenta uma análise do discurso para provar a securitização; medidas emergenciais são citadas, mas não descritas e analisadas em profundidade. O agente securitizador é identificado, porém ele não atua sozinho.
Fana Gebresenbet	Política	O artigo não identifica medidas. O propósito é sustentar que o discurso a favor do desenvolvimento e do combate à pobreza na Etiópia pode ser interpretado como um discurso de securitização da pobreza.
Alper Kaliber	Política	O artigo não identifica medidas. Procura mostrar que houve a securitização do Chipre por meio da análise de discursos. Em seguida, procura avaliar as consequências da securitização.
Kristian Åtland	Política	Problema do artigo: o processo de securitização não se concretizou, embora os autores tivessem seguido o roteiro da análise empírica. Eles procuraram mostrar que se trata de uma securitização que não aconteceu.
Mike S Schäfer	Meio Ambiente	A securitização das mudanças climáticas é analisada em 101 mil artigos de jornal; não se trata de um estudo empírico que segue o roteiro da EC.
Nicole Sunday Grove	Gênero	A autora apresenta um aplicativo feito no Egito em parceria com o Google em que as mulheres podem denunciar assédio. O aplicativo faz o mapa dos assédios em todo o Egito. Apesar de falar em securitização não relaciona com Estado, o que foge da ontologia da teoria.
Roxanna Sjöstedt	HIV/AIDS	A demonstração da securitização concentrou-se na análise dos discursos, incluindo o principal agente securitizador, o presidente Putin.
Una McGahern	Conflito	O artigo se concentra nos atos de fala de populações marginalizadas em Israel, destacando o papel dos rumores (boatos) na análise de processos de securitização. O artigo não segue o roteiro da EC e não está interessado em comprovar empiricamente a securitização. Apenas quer destacar a importância da análise dos boatos nos estudos de segurança. A contribuição do artigo é discutível.
Megan MacKenzie	Gênero	A autora argumenta que existe uma dessecuritização das mulheres como soldado e uma securitização dos homens como soldados na Serra Leoa. Para a autora, existe um estereótipo de gênero que assume que a experiência dos homens em conflitos é como soldado e das mulheres é como vítimas ou não combatentes. A autora cita a Escola de Copenhague, explica o conceito, determina que irá utilizá-la, mas não o faz. O texto é muito interessante, mas não aplica a teoria de securitização como se compromete no início.

Fonte: A Autora

Da mesma forma que a análise dos artigos em português, a dos artigos internacionais apresentou um número significativo de estudos que não conseguiu operacionalizar a teoria. Em ambas as amostras a leitura indicou falta de rigor dos autores com a aplicação empírica.

Conforme as fichas de leitura mostraram, há artigos que partem do pressuposto de que seus objetos são securitizados e não o comprovam, como visto nas notas dos artigos de Samuel Chan e Gavin Slade. O autor Jonathan Fox em seu artigo coloca as descrições teóricas, mas não as retoma para a aplicação em seu objeto de estudo. Essa lacuna entre a explicação teórica dos conceitos e a efetiva operacionalização da securitização aparece em outros textos, como por exemplo: Francesco Ragazzi, Ayahn Kaya, Erika Weinthal, Megan Mackenzie, Barry Ryan, Megan MacKenzie, que explicam a teoria, porém não apresentam uma análise do objeto.

Temos os artigos que optam por apenas um aspecto da teoria de securitização, como Kirill Nourzhanov, Franziskus Von Lucke, Federica Bicchi, Jaardar Ostbo, Fana Gebresenbet, Alper Kaliber, Roxanna Sjöstedt, que abordam só os discursos. Ou os artigos de Stephan

Keukeleire, Julia Urquijo, que abordam apenas políticas públicas. Thomas Diez também segue esse padrão excluindo as variáveis “agente securitizador” e “ato de fala” de sua análise. A autora Maria Jansson, que não identifica o agente securitizador ou medidas emergenciais.

Por fim, destacam-se, ainda, aqueles textos que não explicaram a teoria e, também, não a aplicaram. E ainda não utilizam os aspectos teóricos, como as publicações de Theodora Kostakopoulou, Kieran Williams, Helle Malmvig, Mike Schafer, Nicole Grove e Uma McGahern. O fato de não terem aplicado a teoria de securitização não tira o valor desses artigos, pois eles representam uma contribuição para a área de Relações Internacionais. Porém, para o objetivo específico desse trabalho, eles não apresentaram grande contribuição.

Apesar de identificar problemas de metodologia e aplicação teórica ao realizar a leitura dos artigos não é possível ignorar os números. De uma amostra de 110 artigos internacionais, apenas 11 conseguiram comprovar a securitização, ou seja, apenas 10% dos artigos atingiram o objetivo final e efetivamente operacionalizaram a teoria de securitização. Conforme visto, algumas falhas são dos autores, mas não todas. Com um número tão expressivo de artigos que não atingiu esse objetivo, não é possível ignorar possíveis problemas na operacionalização empírica da própria teoria.

Buscando entender também esses problemas, tanto a amostra em português, quanto a amostra em inglês, indicam pontos de crítica à teoria. Os autores em seus textos indicam quais dificuldades encontraram e até mesmo como poderiam ser corrigidas. Na próxima seção serão analisadas essas críticas e construções teóricas dos autores analisados.

5.3. Críticas à Teoria

O processo de criação teórica não é um fim em si mesmo. A criação representa apenas o início de um longo processo de testes e aperfeiçoamentos. Não foi diferente com a Teoria de Securitização, criada na década de 1990. Ela foi difundida pelo mundo e com isso submetida a testes de viabilidade. A cada novo artigo elaborado por meio da aplicação da teoria de securitização, um novo aspecto teórico é notado e possivelmente criticado.

A presente tese buscou mostrar esse processo como um todo, indicando a construção teórica, como se chegou até a formulação final, os aperfeiçoamentos realizados na teoria por seus autores. Em seguida buscou compilar as críticas feitas à teoria para, na sequência, analisar como cada nova publicação pode contribuir e desenvolver a teoria de securitização.

Por certo, a formulação teórica não é acabada, é constante e nesse trabalho observa-se isso inicialmente na análise dos artigos formulados no Brasil com a operacionalização do

conceito de securitização. Conforme foi demonstrado no Capítulo 3, uma das contribuições da análise foi sistematizar as críticas feitas no Brasil e também sistematizar as ferramentas que foram elencadas como possibilidades para o complemento ou aperfeiçoamento da teoria de securitização.

Na amostra brasileira, três autores contribuem com a problematização e a crítica à teoria de securitização, a saber: Barbosa e Souza, 2010; Bracante e Reis, 2009; e Suarez, 2012. Além deles, dois artigos contribuem ao articular a teoria de securitização a outros referenciais teóricos. Foram os casos de Carvalho Pinto, 2014 e de Batalha, 2014.

A crítica das autoras Barbosa e Souza (2010) advém da análise dos discursos de securitização e da recepção da audiência. As autoras procuraram problematizar as dificuldades empíricas de aplicação do conceito de securitização no setor ambiental, mostrando que o tema das mudanças climáticas desafia a lógica de securitização da Escola.

Essa percepção das autoras é reforçada quando se examina a crítica ao setor ambiental, que aparece na análise dos artigos internacionais. Conforme visto no Capítulo 4, o setor ambiental, apesar de clássico, parece enfrentar dificuldades de operacionalização. Os gráficos e análises apresentados no capítulo citado mostraram que esse setor enfrenta dificuldades em encontrar todas as variáveis, exatamente como pontuaram as autoras brasileiras.

A crítica de Bracante e Reis (2009) também se situará dentro do grande quadro de análise internacional, mas, desta vez, dentro da crítica à teoria de securitização. Os autores brasileiros dirigem sua crítica especificamente ao setor societal. Para os pesquisadores, a teoria de securitização negligencia a complexidade real dos assuntos envolvidos como, por exemplo, a diversidade cultural. Essa mesma crítica foi sistematizada por autores como Rita Floyd, em 2011, Martin Holbraad e Morten Axel Pedersen, em 2012, ao pensarem a moral e as emoções dentro do processo de securitização.

Por fim, a terceira crítica brasileira, feita por Suarez (2012), converge com o tema geral do fórum organizado por Thierry Balzacq, em 2014. A essência da crítica está no processo de securitização como um processo discursivo e político, isto é, os limites de transição entre os estágios dentro do espectro do processo de securitização e como tornar possível a análise de questões de ordem sistêmica.

É interessante notar que todas as críticas brasileiras reforçam os mesmos pontos criticados por autores internacionais, afirmando mais uma vez a necessidade de problematizar a teoria de securitização.

Além das críticas brasileiras estarem em sintonia com as críticas internacionais, o ponto em comum vai além da crítica. No Capítulo 2, ao organizar as críticas à teoria de securitização, os autores foram divididos em dois grupos: críticas metodológicas e críticas sociológicas, seguindo o padrão proposto por Balzacq (2014). Todas as críticas brasileiras se enquadram como críticas sociológicas e não estão sozinhas dentro desse grupo.

Assim como foi possível identificar nos artigos brasileiros aqueles que, ao operacionalizar a teoria de securitização, a criticaram, o mesmo aconteceu com os artigos internacionais. Dentro dos 110 artigos que tentaram aplicar a teoria, 18 artigos apresentaram críticas à teoria, tanto sociológicas, quanto metodológicas. As fichas de leitura abaixo sistematizam as críticas sociológicas feitas ao grupo de Copenhague:

Quadro 19. Fichas de leitura – Críticas Sociológicas

Autor	Observações
Tsering Topgyal	O artigo faz uma crítica à teoria de securitização, já expressa na sua introdução. Discorre sobre uma contra-securitização, ou seja, um movimento dos tibetanos contra a securitização feita pela China. Essa contra-securitização é demonstrada com atos de autoimolação. O autor demonstra que existiu a securitização da China, fala de criação de burocracias e, principalmente, do discurso. O artigo mostra quem é o público alvo do discurso.
Holger Stritzel	Essa é uma análise sofisticada do processo de securitização no Afeganistão, na qual os autores procuram mostrar o confronto entre a OTAN e as lideranças políticas dentro do Afeganistão, que foram responsáveis pelo estabelecimento de uma disputa entre atores securitizadores. Os autores sugerem o conceito de contra-securitização para explicar esse processo. O artigo não apresenta as medidas de securitização, nem examina em profundidade o discurso dos agentes securitizadores identificados. Sua contribuição se refere às possibilidades de conflitos e interação entre agentes securitizadores.
Maria Julia Trombetta	A autora coloca a dificuldade de achar na literatura a correta definição de segurança climática. Desta forma é isso que ela pretende com o artigo, isto é, determinar mudanças climáticas como questão de segurança e, para isso, utiliza a Securitização, em especial a análise de discurso. A autora define o conceito de securitização, porém aponta para algumas dificuldades. Em 1998, Weaver publica um artigo sobre a não securitização do meio ambiente, aplicando a sua teoria. A autora questiona esse posicionamento, afirmando que a teoria é pensada para a securitização estatal e esse é o problema quando o tema é meio ambiente. E contrapõe a teoria de Securitização com o conceito de <i>Risk Society</i> . O questionamento da autora é "Os recursos para a segurança estão presos em práticas problemáticas fixas que este sugere?". Apesar de não definir exatamente o Estado em que busca a securitização, os exemplos da autora são todos sobre o tema nos Estados Unidos e ela afirma que ainda não é possível identificar um movimento que extrapole a política comum.
Rebekah Tromble	A autora busca comprovar a securitização da religião e da etnicidade no Quirguistão. A autora faz uma crítica à teoria bastante pertinente. Ela confirma afirmações anteriores de que a teoria é centrada na Europa e em democracias. Disse que a aplicação teórica na realidade do Quirguistão não é tão simples quanto a teoria indica. O texto demonstra os discursos e a aceitação do público alvo, porém, não aborda os outros elementos da teoria.

Fonte: A Autora.

O autor Tsering Topgyal (2016), mencionado no quadro acima, faz uma crítica à teoria de securitização muito próxima a crítica de Michael C. Williams (2011). Williams faz uma reflexão do conceito de medo do medo na securitização, que levaria a um movimento de não securitização, por medo do que poderia acontecer. Topgyal faz uma proposta de contra

securitização que caminha no mesmo sentido, não necessariamente em relação ao medo, mas em relação a não caminhar na direção da securitização. Nessa mesma tônica segue a crítica de Holger Stritzel (2015). Esse autor propõe o mesmo tema que Topgyal: a possibilidade de uma contra securitização como uma resposta à securitização, isto é, uma tentativa de problematizar a interação entre os atores envolvidos no processo.

O texto de Maria Julia Trombetta (2008) apresenta outra contribuição. O primeiro ponto diz novamente respeito ao setor Meio Ambiente. A autora faz a mesma crítica de Barbosa e Souza (2010) sobre a dificuldade de operacionalização empírica quando o objeto referência advém do setor ambiental. E vai além: faz uma crítica à ontologia da teoria de securitização, assim como os autores Andreas Behnke (2006) e Holger Stritzel (2007).

Em todas essas críticas ao setor ambiental, problematiza-se o Estado como eixo central para a análise da securitização. Lembrando que, conforme colocado no Capítulo 2, essa mesma crítica foi feita por autores brasileiros como Villa e Santos (2011) e Herz (2004).

O terceiro texto da vertente sociológica é da autora Rebekah Tromble (2014). A autora não apresenta todos os elementos do processo de securitização e, com isso, formula sua crítica. Tromble chama atenção para a dificuldade de operacionalização empírica em Estados que não são liberais democráticos. Essa foi uma das primeiras críticas feitas à teoria de securitização, já em 2003 por Michael Williams e na sequência por Cláudia Aradau em 2004.

Esse tipo de crítica ressoou pela academia a ponto de Weaver tentar reparar esse aspecto teórico. Conforme vimos no Capítulo 2, Weaver publicou um texto sobre a securitização no Egito em que ele próprio aplica a teoria de securitização a um objeto localizado em um Estado não liberal democrático. Mesmo com esse esforço do autor, a crítica persistiu e a dificuldade também, conforme aponta Tromble, e também Bracante e Reis (2009) em seus artigos publicados em português.

Certamente as críticas sociológicas compõem, em certa medida, as críticas metodológicas. Algumas delas poderiam fazer parte dos dois grupos. A tentativa dessa divisão é buscar organizar as críticas, para que todas sejam destacadas na análise. No segundo capítulo foram evidenciadas as críticas metodológicas que, apesar de serem em menor quantidade, são importantes para a teoria. Nos artigos em português, elas se concentraram em aspectos sociológicos. Já nos artigos internacionais foi possível encontrar muitas críticas metodológicas, conforme demonstram as fichas de leitura a seguir:

Quadro 20. Fichas de leitura – Críticas Metodológicas

Autor	Observações
-------	-------------

Odysseas Christou	O argumento do artigo é que a segurança energética deve ser analisada no contexto da região do Oriente Médio e considerando os conflitos e relações políticas; nesse sentido, o artigo parte do pressuposto de que é necessário desenvolver uma análise intersetorial da securitização; considera que o processo de securitização já existe, mas não segue o roteiro da teoria para demonstrá-lo empiricamente.
Wolfram Lacher	O artigo discute documentos e se concentra na análise da securitização, sem se preocupar em demonstrá-la empiricamente. O propósito é tecer uma crítica sobre a securitização.
Jürgen Haacke	Seu propósito é avaliar as possibilidades de se pensar uma securitização coletiva conduzida por organizações regionais. Nesse sentido, o estudo é exploratório e deseja apresentar contribuições à teoria.

Fonte: A Autora

É possível considerar que as três fichas de leitura demonstram que os autores concentram seus esforços na mesma linha de críticas. Conforme visto no Capítulo 2, essa crítica também foi feita por Olav Knudsen (2001), Mark Neocleous (2006), Scott Watson (2011) e Mona Kanwal Sheikh (2014). Todos esses críticos problematizaram os setores existentes e sugeriram a criação de novos setores.

O movimento de criação de novos setores também foi observado dentro da própria Escola de Copenhague, com o texto de Hansen (2011) e a criação do setor Cibernético. Em certa medida, essa também é uma das críticas do presente trabalho: a aplicação dos setores clássicos está defasada e, por esse motivo, foram criadas as categorias de análise dos textos internacionais, não seguindo a antiga lógica de setores.

A segunda crítica que pode ser observada nos três textos é a aplicação da teoria de securitização no nível internacional. Essa crítica também foi exposta anteriormente, no Capítulo 2 e aqui se confirma. Por estar vinculada aos Estados, a teoria tem um limite de aplicação que, muitas vezes, impede a análise de determinados temas, pois eles ultrapassam as fronteiras dos Estados. Esse foi um dos impeditivos para a operacionalização empírica dentro do setor ambiental, conforme visto no Capítulo 3, com as autoras brasileiras, no Capítulo 4, com os artigos internacionais, e agora se confirmando nas fichas de leitura deste capítulo.

Esse problema foi identificado no Capítulo 2 por Alker, em 2006, e Rita Taureck, também em 2006. É importante salientar que essa crítica foi colocada como metodológica, porém ela figura dentro das duas vertentes: é metodologicamente criticada por ser um problema sociológico da ontologia da teoria de securitização.

Por fim serão apresentados os artigos que não só criticaram, mas que propuseram avanços para a teoria de securitização. Em certa medida, todos os críticos apresentados no Capítulo 2 contribuíram para o avanço teórico.

Nos textos críticos apresentados até essa etapa, observa-se uma proposta de avanço teórico para que a operacionalização da teoria de securitização evoluísse. Esse mesmo

movimento foi observado nos artigos brasileiros, onde duas publicações procuraram avançar e não apenas criticar a teoria.

Vânia Carvalho Pinto (2014) sugere a interação entre a teoria de securitização e a abordagem do enquadramento. O esforço da autora se coloca ao lado de outras perspectivas críticas da teoria de securitização, que apresentaram sugestões a respeito do papel do agente securitizador e da audiência. É o caso, por exemplo, de Sarah Leonard e Christian Kaunert (2011), que criticam a teoria formulada por Buzan *et al.* (1998). Para esses autores, a audiência dos discursos de securitização é fundamental, mas a teoria não fornece elementos para a identificação do público-alvo. Outros autores (Balzacq, 2005; Roe, 2008) sugerem que o apoio de um público de elite (como os parlamentos nacionais) pode conferir legitimidade às medidas emergenciais.

Carvalho Pinto representou os artigos brasileiros no esforço do avanço teórico para o melhoramento da ferramenta de operacionalização da teoria de securitização. O mesmo aconteceu nos artigos internacionais. O quadro abaixo apresenta as fichas de leitura dos artigos que buscaram acoplar propostas teóricas à teoria de securitização:

Quadro 21. Fichas de leitura – Acoplamento Teórico

Autor	Observações
Luca Mavelli	O autor, logo na introdução, diz que utilizará a teoria de securitização, mas que a teoria não consegue captar todos os nuances do objeto empírico, que é a securitização do islã. Desta forma, complementará a teoria utilizando conceitos da Escola de Paris.
Axel Heck	A proposta é avançar na teoria, apresentando a possibilidade de securitização por intermédio de figuras. Da mesma forma que o discurso age na securitização, o autor utiliza imagens com o mesmo objetivo dentro do processo de securitização. A abordagem é excelente, o texto coloca o <i>Times</i> como agente e justifica todo o processo de securitização partindo da premissa da imagem como ato de fala
Frank Möller	O propósito do artigo é mostrar o potencial de dessecuritização na fotografia e examinar até que ponto a fotografia pode colaborar nos processos de dessecuritização. Há um argumento para colaborar com a análise do papel da fotografia, mas não há um estudo empírico específico de um processo de securitização.
Colin McInnes	Os autores se propõem a analisar a securitização do HIV na ONU, mas deixam claro que compartilham da crítica de Balzacq à teoria de securitização. Dessa forma, a aplicaram com o apoio de outras ferramentas metodológicas. Os autores dividem o artigo em três momentos: o primeiro introduzindo a ideia de securitização multinível. Em cada um dos níveis o agente securitizador e o público alvo mudam, o que levanta o questionamento sobre a audiência. O segundo argumento é que a securitização não é binária (está securitizado ou não) e sugere que a securitização é um contínuo que pode ser parcial com as diferentes audiências. E, por fim, os autores utilizam uma crítica de Balzacq para construir o argumento sobre o ato de fala. Ao final do artigo os autores sugerem avanços na teoria de securitização.
Mark B. Salter	O artigo sugere a utilização da análise dramática de Goffman. Ou seja, ele se coloca ao lado de outros autores que consideram as dificuldades empíricas de se demonstrar a securitização.
Claudia Aradau	O conceito de securitização da EC é usado marginalmente no artigo; Michel Foucault é a principal referência; o texto pretende fazer uma crítica à securitização do tema, mas sem demonstrar empiricamente como ela ocorreu; é uma crítica ao discurso e à política relativa ao tráfico humano (sexual).

Matti Jutila

O autor demonstra como a história pode ser utilizada como ferramenta de discurso para o movimento de securitização. Aponta como isso foi feito na Finlândia em 2011, quando um relatório de uma universidade demonstrava uma movimentação russa na fronteira e a mídia utilizou esse relatório e aspectos da história da *winter war* para o discurso de manutenção do exército amplo e ativo. Na última seção do texto o autor demonstra como o objeto ainda não foi efetivamente securitizado, mas está a caminho. O texto é muito interessante e lúcido ao utilizar a teoria de securitização.

Fonte: A Autora

Em todos os textos a tentativa de acoplamento teórico busca solucionar problemas que foram encontrados na operacionalização da teoria de securitização. Os acoplamentos propostos foram: *i.* Escola de Paris; *ii.* Imagens; *iii.* Balzacq e audiência; *iv.* Análise Dramatúrgica; *v.* Michel Foucault; *vi.* Análise Histórica. De todos os acoplamentos sugeridos, a proposta de análise dramatúrgica, de Mark Salter parece ser a única inovadora. As demais já foram vistas, e citadas em outros artigos e expostas no presente trabalho.

Iniciamos a análise com a proposta da Escola de Paris: conforme visto no primeiro capítulo desse trabalho, a Escola de Paris é a vertente sociológica dos estudos críticos de segurança internacional. Levando em consideração que a maioria das críticas segue esse aspecto sociológico, existe uma possibilidade de que a junção de aspectos de ambas as teorias melhore a operacionalização empírica, conforme mostrou o autor Luca Mavalli. É importante ressaltar que o artigo de Mavalli está entre os 11 artigos que demonstraram a securitização do objeto empírico analisado por ele.

Dois artigos evidenciam a iniciativa de utilizar imagens para o processo de securitização: os artigos de Möller e Heck. Esse instrumento também foi apresentando por Vuori (2010), conforme visto no Capítulo 2. Apesar de Moller não ter conseguido comprovar a securitização, Heck atingiu o objetivo e está entre os 11 artigos que o conseguiram. Esse acoplamento foi sugerido pelos críticos, pelos artigos analisados, mas, também, pela própria Escola de Copenhague. Conforme visto no Capítulo 2, Hansen, em 2011, faz a proposta da utilização de imagens para a comprovação do processo de securitização.

O acoplamento de McInnes o impede de estar entre os 11 artigos, pois a proposta que adota é a de não avaliar o público alvo. A estratégia do autor é bastante interessante e demonstra afinidade com os críticos da Escola de Copenhague. Esse acoplamento foi sugerido por Balzacq em pelo menos três momentos diferentes: em 2005, novamente em 2008, e é retomado em 2014 com a produção crítica da teoria de securitização, organizada em formato de Fórum, como apresentado no Capítulo 2.

Além disso, Balzacq utilizou o seu próprio modelo de aplicação e figura entre os artigos analisados por esse trabalho, sempre mantendo a proposta de não identificar a aceitação da audiência.

A proposta de Aradau (2004) de trazer para a teoria de securitização conceitos desenvolvidos por Foucault, não poderia ser tida, também, como uma proposta única. A própria Escola de Copenhague, por intermédio de Hansen (2011), apresenta essa possibilidade, comprovando a securitização dentro desse modelo acoplado em seu artigo de 2011. Porém, Aradau (2004) não comprova a securitização do objeto em sua publicação, mesmo com o acoplamento.

Por fim, a última proposta é de Matti Jutila (2015), com o acoplamento da análise histórica à teoria de securitização. Essa possibilidade também favoreceu algumas críticas à teoria de securitização. Não necessariamente com a nomeação explícita da ferramenta metodológica, mas com a crítica à necessidade de se pensar melhor no contexto do processo de securitização. Essa temática foi levantada pelo também finlandês Juha Vuori, em 2008, por Matt McDonald, nesse mesmo ano, e por Philippe Bourbeau, em 2014.

A análise desses “acoplamentos teóricos” possibilitou-nos perceber que, tendo em vista a amostra internacional de artigos, dos 11 artigos que efetivamente comprovaram a securitização três deles utilizaram acoplamento para atingir o seu objetivo, e dois fizeram críticas construtivas à teoria de securitização. Apenas 6 artigos, de 110, comprovaram a securitização sem identificar problemas na teoria e sem utilizar ferramentas complementares.

O conjunto de artigos examinados aqui mostra que há, de fato, problemas na aplicação empírica da teoria de securitização. É possível observar que ela é exigente com o trabalho de comprovação empírica, gerando dificuldades para o desenvolvimento de estudos baseados na agenda proposta pela Escola.

O presente trabalho, após analisar todos os avanços teóricos, críticas e artigos que buscam aplicar a teoria de securitização, também reflete sobre uma possibilidade de acoplamento teórico. A adoção do modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon pode trazer contribuições iniciais para reflexão sobre acoplamentos à teoria de securitização.

Em *Agendas, Alternatives and Public Policies* (1984), John Kingdon elaborou e testou o modelo dos fluxos múltiplos (*multiple streams*) para analisar os processos de definição da agenda e de determinação de políticas alternativas. O objetivo era examinar o processo de formação de políticas em condições de ambiguidade, nas quais as teorias do comportamento racional têm utilidade limitada.

Condições de ambiguidade correspondem a um estado no qual os atores envolvidos na decisão dentro de uma organização podem ser dotados de diversas formas de interpretar e avaliar as circunstâncias ou os fenômenos. Para N. Zahariadis (2007), ambiguidade não é sinônimo de incerteza. Incerteza refere-se à incapacidade de prever, com precisão, um determinado evento. Ambiguidade refere-se à possibilidade de se ter duas ou mais formas de pensar um mesmo problema. Por isso, coletar mais informação pode reduzir a incerteza, mas não reduz a ambiguidade. O gestor público não procura identificar e analisar o problema para, em seguida, delinear as alternativas possíveis de solução. Trata-se de um modelo de tomada de decisão em ambientes ambíguos.

O modelo de Kingdon está estruturado em três fluxos (*streams*) de atores e questões envolvidos no processo de produção de políticas públicas: (i) *o fluxo dos problemas*: constituído por informações sobre uma variedade de questões que podem ser eleitas como problemas dentro da agenda de políticas públicas. Nesse fluxo estão atores que propõem diversas soluções aos problemas; (ii) *o fluxo das políticas*: é onde estão situadas as ideias geradas por especialistas interessados em determinada questão. As ideias são apresentadas e competem entre si para obter aceitação em redes de política (formadas por burocratas, acadêmicos e pesquisadores que compartilham interesses comuns numa área temática específica das políticas públicas); (iii) *o fluxo da política*: que agrega três elementos – movimentação dos grupos de pressão; mudanças no legislativo e nas agências administrativas; e temperamento nacional (que considera a possibilidade de oscilações de “humor” num grupo grande de indivíduos) (FARIA, 2003; KINGDON, 2003).

Para Kingdon, um determinado tema ingressa na agenda de PPs de acordo com o “humor nacional” (*national mood*), que está presente no fluxo da política e corresponde ao modo como determinado número de pessoas em um país avalia e faz escolhas sobre determinados temas, utilizando, para isso, certos parâmetros comuns variáveis ao longo do tempo (*idem*).

Além dos fluxos, o modelo de Kingdon contempla, também: (i) as chamadas “janelas de oportunidade”, que correspondem aos momentos oportunos nos quais defensores de determinadas propostas conseguem converter tais propostas em políticas públicas; e (ii) os “*empreendedores políticos*”, que são indivíduos ou atores corporativos que tentam associar os três fluxos mencionados acima. Esses indivíduos não apenas defendem soluções específicas, mas são “manipuladores” de preferências problemáticas. Em síntese, o modelo de fluxos múltiplos parte do pressuposto segundo o qual os tomadores de decisão estão diante de dilemas relacionados à multiplicidade de questões que precisam resolver.

O modelo resolve esses dilemas ao mostrar que as questões são resolvidas por meio da estrutura institucional, pelo tipo de janela política que se abre e pela atuação dos “empreendedores” políticos (ZAHARIADIS, 2007). Os empreendedores políticos capturam a atenção dos decisores e manipulam essa atenção em proveito próprio (*idem*) ou com propósitos explícitos de determinar a tomada de decisões políticas.

O modelo de fluxos múltiplos se insere nas chamadas abordagens cognitivas (FARIA, 2003) do amplo campo de estudos de PPs. Essas abordagens atribuem papel relevante às ideias e ao conhecimento na construção de políticas públicas (*idem*). Uma das possíveis aplicações do modelo de Kingdon nos estudos empíricos de securitização é, justamente, na análise do papel das ideias na formulação de políticas públicas emergenciais. As ideias estariam situadas no fluxo das políticas. O modelo permite examinar a atuação do agente securitizador que, em determinadas condições e em determinados momentos, mostra-se capaz de colocar um tema em evidência, apresentando as ideias que podem subsidiar a formulação das políticas.

Essa formulação, por sua vez, envolve um conjunto de processos que inclui, ao menos: (i) o estabelecimento da agenda; (ii) a especificação de alternativas a partir das quais as escolhas serão realizadas; e (iii) a implementação da decisão (KINGDON, 2003). O modelo de Kingdon se concentra nos dois primeiros processos e pretende entender os motivos pelos quais determinados temas tornam-se importantes na agenda de políticas públicas e outros não. Na explicação do modelo, os empreendedores políticos têm um papel decisivo na medida em que são responsáveis pela articulação dos três fluxos.

Nesse sentido, o modelo é promissor para o enfrentamento de uma das principais dificuldades observadas nos estudos empíricos que utilizaram a teoria de securitização: como identificar a atuação e o “sucesso” do agente securitizador – “sucesso” mensurado pela sua capacidade de convencer determinada audiência sobre a necessidade de adoção de políticas emergenciais para enfrentar uma ameaça existencial.

O modelo analisa o comportamento dos chamados “atores visíveis” que recebem maior atenção do público e da mídia e que têm, com isso, melhores condições de influenciar a definição da agenda. Em contraste com os “atores visíveis”, existem os “não visíveis”, formados por acadêmicos, burocratas de carreira e funcionários do Legislativo que exercem maior influência sobre a definição das alternativas.

Os agentes securitizadores seriam um tipo de ator visível no modelo de Kingdon e podem ser compreendidos como equivalentes aos empreendedores políticos do modelo. O “sucesso” do agente securitizador pode ser determinado pelo momento específico, isto é, aquilo

que Kingdon denominou de “mudanças no humor nacional”, que podem abrir “janelas de oportunidade” e possibilitar a securitização de determinado tema da agenda de políticas públicas.

A teoria de securitização atribui importância fundamental ao *continuum* que vai da não politização à securitização. Ela compreende, também, a possibilidade de retorno, isto é, um tema pode deixar de ser securitizado para voltar à política “normal” (a chamada dessecuritização). Excluindo os casos nos quais os temas não geram a formulação de políticas emergenciais (“politizados”), a demonstração empírica da securitização demanda compreender como um agente convence uma ou mais audiências, fazendo com que ela(s) aceite(m) e confira(m) legitimidade às políticas excepcionais que podem, inclusive, autorizar o Estado a violar direitos civis em nome de um propósito apresentado como fundamental.

A adoção de políticas excepcionais requer capacidade de construir a ameaça a partir de condições sociais favoráveis à atuação do agente securitizador. Ações de grupos terroristas, por exemplo, aumentam o medo e a insegurança, criando essas condições a partir das quais a adoção de políticas emergenciais torna-se aceitável e legítima perante a população de um determinado Estado. Ações como o 11 de Setembro de 2001 e os atentados do Estado Islâmico em Paris em 2015, alteram o chamado “humor nacional”, favorecendo a ação do agente securitizador, na medida em que abrem uma “janela de oportunidade” que permite a esse agente estabelecer as ligações entre os três fluxos.

Sarah Léonard e Christian Kaunert (2011, p. 58) localizam exatamente nesse ponto a contribuição do modelo de Kingdon. Os autores consideram que o modelo de fluxos múltiplos oferece um caminho promissor para redefinir o papel da audiência nos processos de securitização. O modelo permitiria operacionalizar a análise do agente securitizador e da audiência, observando a natureza complexa desta última, formada, na verdade, por diferentes públicos que demandam lógicas distintas de persuasão. O modelo de Kingdon permitiria, ainda, analisar as ligações entre as diversas audiências e seu respectivo impacto no processo de formulação de políticas.

Léonard e Kaunert destacam uma contribuição relevante do modelo de Kingdon à teoria de securitização. No entanto, é possível ampliar as contribuições deste e de outros modelos de análise de políticas públicas. O modelo de fluxos múltiplos pode permitir o estudo mais aprofundado da formulação de políticas públicas emergenciais e, com isso, comprovar a securitização. Com exceção dos estudos que demonstram a politização de determinados temas (como os trabalhos de Villa, 2014, e Kenkel e Lobato, 2015), a comprovação empírica da

securitização pode se valer das contribuições geradas pela literatura de políticas públicas, em particular dos modelos de análise como o de Kingdon.

Esse modelo, ao mesmo tempo, aproxima-se do construtivismo da teoria de relações internacionais na medida em que atribui significativa importância ao papel das ideias na formulação de políticas públicas e à atuação dos empreendedores políticos que, ao conectar os fluxos, conseguem fazer prevalecer determinadas alternativas políticas em detrimento de outras. Por isso, é razoável supor que a teoria de securitização, amplamente embasada no construtivismo, possa se valer de um modelo de análise de políticas públicas calcado no papel das ideias.

Esse capítulo permitiu perceber que as críticas brasileiras e internacionais encontram as mesmas dificuldades com a teoria e envolvem instituições e autores de diferentes países, na medida em que seus pontos críticos são similares. Com isso, é possível notar que algumas críticas são muito pertinentes e convém serem analisadas pelos autores de Copenhague.

Da mesma forma, foi possível perceber que as evoluções propostas pelos autores de Copenhague nem sempre são levadas em consideração na operacionalização empírica. É necessário que a academia reveja seu referencial para que seja sempre atualizado e que se atente à metodologia para seguir o que foi sugerido pelos teóricos. Na mesma medida, é necessário que os autores de Copenhague absorvam as críticas e proponham uma reformulação teórica, resultando em uma versão atualizada da publicação clássica de 1998, *Security Studies: A New Framework*.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral identificar se há problemas de aplicação empírica na Teoria de Securitização da Escola de Copenhague em artigos científicos da área de Relações Internacionais. Tendo em vista o contexto teórico, a pergunta problema proposta foi: “É possível identificar problemas de aplicação empírica na Teoria de Securitização?”.

Em resposta à pergunta problema, a hipótese central proposta é a de que há uma dificuldade de operacionalização dos estudos empíricos da Teoria de Securitização. Esse problema advém de dois pontos centrais: da ferramenta metodológica apresentada pelos autores da Escola de Copenhague e da falta de rigor metodológico na aplicação teórica por parte dos pesquisadores. O elemento central da hipótese de nosso trabalho são os estudos empíricos. Com isso, o objeto de análise dessa pesquisa é a produção científica que utilizou como marco teórico a Teoria de Securitização.

Como resultado final, o trabalho atingiu o seu objetivo ao determinar que existem de fato problemas na aplicação empírica da teoria de securitização da Escola de Copenhague. Com isso, foi possível responder à pergunta problema: se é possível identificar problemas de operacionalização da teoria da Escola de Copenhague e, consequentemente, ao identificar esses problemas, o trabalho comprovou a hipótese inicial, de que o problema na aplicação empírica estaria relacionado aos dois elementos metodológicos apontados no parágrafo anterior.

O caminho para a comprovação da hipótese foi longo. Fez-se necessário estabelecer uma amostragem de artigos para atingir o objetivo, responder à pergunta problema e comprovar a hipótese. Cada um dos capítulos teve uma contribuição importante para o trabalho até se chegar ao Capítulo 5, no qual foi possível fazer a análise de todos os dados e informações coletadas ao longo do texto.

O primeiro capítulo foi dedicado ao estado da arte do conceito de segurança dentro das Relações Internacionais. A pretensão foi demonstrar com o conceito foi trabalhado pela Academia, apresentando o conceito clássico, desenvolvido no período anterior a Guerra Fria, e imediatamente posterior, até as formulações críticas às correntes clássicas. O conceito de segurança passou por inúmeras variações e é utilizado nas Relações Internacionais sob diferentes perspectivas. Com esse capítulo foi possível perceber que todas as formulações teóricas são importantes e contribuíram para a disciplina de Relações Internacionais como um todo.

Depois de entender a origem do conceito de segurança dentro da área de Relações Internacionais e de descrever o ponto de partida dos autores de Copenhague, o segundo capítulo se ocupou em demonstrar a contribuição da Escola de Copenhague com a Teoria de Securitização. O Capítulo 2, dividido em três partes, primeiro mostrou a formulação original da teoria, buscou apresentar os conceitos originais e, principalmente, desenvolver o modelo de operacionalização da teoria de securitização. Como nenhuma teoria é estanque no tempo, a sequência do capítulo tratou dos avanços feitos pelos autores de Copenhague e destacou aqueles referentes à Teoria de Securitização. Da mesma forma que a teoria não está estagnada ao seu período de formulação, nenhuma teoria está imune às críticas de seus pares. Tendo isso em vista, a última seção do capítulo procurou organizar as críticas feitas à Teoria de Securitização de forma sistemática.

Tendo compreendido o estado da arte do conceito, o conceito de securitização e seus avanços, e também as críticas à teoria, o trabalho avançou para o terceiro capítulo com o objetivo de analisar como os autores brasileiros aplicaram a teoria de securitização. O primeiro passo foi a necessidade de adoção de uma amostra para que a análise fosse viável. Com isso optou-se por artigos de qualis A e B que se propuseram a aplicar a teoria de securitização.

Os resultados dessa análise já indicavam um caminho para a confirmação da hipótese. A amostra analisada mostrou, tanto que alguns autores negligenciaram a metodologia de aplicação, como também apresentou críticas importantes e definitivamente necessárias para a compreensão da existência de problemas de aplicação teórica. Foi a primeira comprovação de que as críticas faziam sentido e, também, as primeiras sugestões de acoplamento teórico.

Os artigos nacionais começaram a contribuir com o objetivo do trabalho e iniciaram a comprovação da hipótese de pesquisa, mas julgando ser necessário ir além, o trabalho buscou ampliar a amostra de análise. O quarto capítulo analisou assim a amostra internacional de artigos. Para conseguir fazer a coleta dos artigos da amostra, optou-se pela análise bibliográfica sistemática e pela leitura de cada artigo, resultando na confecção de fichas de leituras.

Os resultados desse capítulo indicavam a comprovação da hipótese de pesquisa. Porém a comprovação da hipótese só ocorreu realmente com a avaliação de todos os artigos e aplicação das variáveis, optando-se por uma análise de ausência ou presença de variáveis, dentro das categorias determinadas e, com isso, avançamos para as conclusões finais. No fim de todas as análises foi possível perceber que apenas 11 artigos conseguiram comprovar a securitização, num universo de 110.

Com todos os dados, análises feitas e com a teoria e crítica levantada, foi possível avançar para o último capítulo. O objetivo do Capítulo 5 foi, em última instância, discutir os resultados da pesquisa com base nos capítulos teóricos e nas críticas à teoria de securitização. Dessa forma, foi possível destacar a comprovação da hipótese e desenvolver a pergunta problema proposta.

O trabalho atingiu o seu objetivo, respondeu à pergunta problema, comprovou a hipótese e buscou fazer uma análise crítica da teoria de securitização. A pesquisa constatou e confirmou que existem problemas de aplicação empírica, e criticamente defendeu que é necessário pensar em ajustes teóricos ou recorrer a modelos de análise para facilitar o trabalho árduo de comprovação empírica da securitização.

REFERÊNCIAS

- AALTO, P. Revisiting the Security/Identity Puzzle in Russo-Estonia Relations. **Journal of Peace Research**, v. 40, n. 5, p. 573–591, 2003.
- ABRAHAMSEN, R. A breeding ground for terrorists? Africa & Britain's 'war on terrorism'. **Review of African Political Economy**, v. 31, n. 102, p. 677–684, 6 dez. 2004.
- AITKEN, R. Financializing security. **Security Dialogue**, v. 42, n. 2, p. 123–141, 9 abr. 2011.
- ALBERT, M.; BUZAN, B. Securitization, sectors and functional differentiation. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 413–425, 2011.
- ALEXSEEV, M. A. Societal security, the security dilemma, and extreme anti-migrant hostility in Russia. **Journal of Peace Research**, v. 48, n. 4, p. 509–523, 28 jul. 2011.
- ALKER, H. R. On securitization politics as contexted texts and talk. **Journal of International Relations and Development**, v. 9, p. 70–80, 2006.
- AMAR, P. The Revolution Continues. **International Feminist Journal of Politics**, v. 15, n. 1, p. 94–99, mar. 2013.
- ARADAU, C. Security and the democratic scene : desecuritization and emancipation. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, p. 388–413, 2004a.
- ARADAU, C. Security and the democratic scene: desecuritization and emancipation. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, p. 388–413, 2004b.
- ARADAU, C. The Perverse Politics of Four-Letter Words: Risk and Pity in the Securitisation of Human Trafficking. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 33, n. 2, p. 251–277, 2004c.
- ARADAU, C. et al. Critical approaches to security in Europe: A networked manifesto. **Security Dialogue**, v. 37, n. 4, p. 443–487, 2006.
- ARADAU, C. Limits of security , limits of politics ? A response. **Journal of International Relations and Development**, v. 9, p. 81–90, 2006.
- ARADAU, C. Security That Matters: Critical Infrastructure and Objects of Protection. **Security Dialogue**, v. 41, n. 5, p. 491–514, 2010.
- ARADAU, C. Security, War, Violence – The Politics of Critique: A Reply to Barkawi. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 41, n. 1, p. 112–123, 22 set. 2012.
- ARAS, B.; KARAKAYA POLAT, R. From Conflict to Cooperation: Desecuritization of Turkey's Relations with Syria and Iran. **Security Dialogue**, v. 39, n. 5, p. 495–515, out. 2008.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria : evolução histórica. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006.

- ARIELI, T. Borders of Peace in Policy and Practice: National and Local Perspectives of Israel-Jordan Border Management. **Geopolitics**, v. 17, n. 3, p. 658–680, jul. 2012.
- ARIFIANO, A. R. The Securitization of Transnational Labor Migration: The Case of Malaysia and Indonesia. **Asian Politics & Policy**, v. 1:4, p. 613–630, 2009.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ASCHER, W. The Securitization of Foreign Aid. Edited by Stephen Brown and Jörn Grävingholt. New York: Palgrave Macmillan, 2016. 267p. \$109.00. **Perspectives on Politics**, v. 14, n. 03, p. 920–922, set. 2016.
- ÅTLAND, K.; VEN BRUUSGAARD, K. When Security Speech Acts Misfire: Russia and the Elektron Incident. **Security Dialogue**, v. 40, n. 3, p. 333–353, 9 jun. 2009.
- AVDAN, N. Do asylum recognition rates in Europe respond to transnational terrorism? The migration-security nexus revisited. **European Union Politics**, v. 15, n. 4, p. 445–471, 16 dez. 2014.
- AYOOB, M. **Between Development and Destruction**. London: Palgrave Macmillan UK, 1996.
- AYOOB, M. Security in the Third World: The Worm About to Turn? In: HANSEN, L.; BUZAN, B. (Eds.). **International Security - Volume I**. 1º ed. Londres: SAGE Publications, 2007. p. 317–329.
- BAGGE LAUSTSEN, C.; WÆVER, O. In Defence of Religion: Sacred Referent Objects for Securitization. **Millennium**, v. 29, n. 3, p. 705–739, 2000.
- BALZACQ, T. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 171–201, 2005a.
- BALZACQ, T. The policy tools of securitization: Information exchange, EU foreign and interior policies. **Journal of Common Market Studies**, v. 46, n. 1, p. 75–100, 2008.
- BALZACQ, T. et al. Forum : What kind of theory – if any – is securitization ? Introduction : ‘What Kind of Theory – If Any – Is Securitization ?’ Thierry Balzacq. p. 1–41, 2014.
- BALZACQ, T. et al. What kind of theory – if any – is securitization? **International Relations**, v. 29, n. 1, p. 96–96, 21 mar. 2015.
- BALZACQ, T.; LEONARD, S.; RUZICKA, J. “Securitization” revisited: Theory and cases. **International Relations**, p. 1–38, 2015.
- BALZACQ, T. Y. The Three Faces of Securitization : Political Agency , Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11, n. 2, p. 171–201, 2005b.

- BARASUOL, F.; SILVA, A. R. DA. International Relations Theory in Brazil: trends and challenges in teaching and research. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, 2016.
- BARBOSA, L. M.; SOUZA, M. DE. Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia. **Contexto Internacional**, v. 32, p. 121–153, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARKAWI, T. From War to Security: Security Studies, the Wider Agenda and the Fate of the Study of War. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 39, n. 3, p. 701–716, 22 maio 2011.
- BARKAWI, T. Of Camps and Critiques: A Reply to ‘Security, War, Violence’. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 41, n. 1, p. 124–130, 22 set. 2012.
- BASER, B. Tailoring Strategies According to Ever-Changing Dynamics: The Evolving Image of the Kurdish Diaspora in Germany. **Terrorism and Political Violence**, v. 29, n. 4, p. 674–691, 4 jul. 2017.
- BATALHA, C. A. L. R. SECURITIZAÇÃO E GESTÃO DO RISCO – UMA ABORDAGEM CONCEPTUAL. **Revista de Ciências Militares**, v. II, n. 2, p. 293–315, 2014.
- BEATTIE, A. R. Between safety and vulnerability: the exiled other of international relations. **Citizenship Studies**, v. 20, n. 2, p. 228–242, 17 fev. 2016.
- BEHNKE, A. No way out: desecuritization, emancipation and the eternal return of the political — a reply to Aradau. **Journal of International Relations and Development**, v. 9, p. 62–69, 2006.
- BENANTAR, A. NATO, Maghreb and Europe. **Mediterranean Politics**, v. 11, n. 2, p. 167–188, jul. 2006.
- BIALASIEWICZ, L. Off-shoring and Out-sourcing the Borders of Europe: Libya and EU Border Work in the Mediterranean. **Geopolitics**, v. 17, n. 4, p. 843–866, out. 2012.
- BIBA, S. Desecuritization in China’s Behavior towards Its Transboundary Rivers: the Mekong River, the Brahmaputra River, and the Irtysh and Ili Rivers. **Journal of Contemporary China**, v. 23, n. 85, p. 21–43, 2 jan. 2014.
- BIBA, S. From securitization moves to positive outcomes: The case of the spring 2010 Mekong crisis. **Security Dialogue**, v. 47, n. 5, p. 420–439, 20 out. 2016.
- BICCHI, F.; MARTIN, M. Talking Tough or Talking Together? European Security Discourses towards the Mediterranean. **Mediterranean Politics**, v. 11, n. 2, p. 189–207, jul. 2006.
- BIERSTEKER, T. J. Interrelationships Between Theory and Practice in International Security

- Studies. **Security Dialogue**, v. 41, n. 6, p. 599–606, 22 dez. 2010.
- BIGO, D. Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 27, n. 1_suppl, p. 63–92, 2002.
- BIGO, D. A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 173–195, 2013.
- BIGO, D. The (in)securitization practices of the three universes of EU border control: Military/Navy – border guards/police – database analysts. **Security Dialogue**, v. 45, n. 3, p. 209–225, 2 jun. 2014.
- BILGIN, P. The politics of studying securitization? The Copenhagen School in Turkey. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 399–412, 21 ago. 2011.
- BLANCO, R. Normalizando anormais na sociedade internacional Operações de paz , Foucault e a Escola Inglesa. **Relações Internacionais**, p. 83–107, 2017.
- BOOTH, K. **Theory of World Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BOSWELL, C. Migration Control in Europe After 9/11: Explaining the Absence of Securitization. **Journal of Common Market Studies**, v. 45, n. 3, p. 589–610, 2007.
- BOURBEAU, P. Moving Forward Together: Logics of the Securitisation Process. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 43, n. 1, p. 187–206, 17 set. 2014.
- BOURBEAU, P. Resilience and International Politics: Premises, Debates, Agenda. **International Studies Review**, v. 17, p. 174–395, 2015.
- BOY, N. Sovereign safety. **Security Dialogue**, v. 46, n. 6, p. 530–547, 7 dez. 2015.
- BROWNING, C. S.; MCDONALD, M. The future of critical security studies: Ethics and the politics of security. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 2, p. 235–255, 27 jun. 2013.
- BUGER, C.; VILLUMSEN, T. Beyond the gap: relevance, fields of practice and the securitizing consequences of (democratic peace) research. **Journal of International Relations and Development**, v. 10, p. 417–448, 2007.
- BURGESS, J. P.; OWEN, T.; SINHA, U. K. Human securitization of water? A case study of the Indus Waters Basin. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 29, n. 2, p. 382–407, 2 abr. 2016.
- BUTLER, E. The Geopolitics of Merger and Acquisition in the Central European Energy Market. **Geopolitics**, v. 16, n. 3, p. 626–654, jul. 2011.
- BUZAN, BARRY; WAEVER, OLE; WILDE, J. DE. **Security: a new framework for**

analysis. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

BUZAN, B. **People States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post- Cold War Era.** 2º ed. Colchester: ECPR Press, 1991a.

BUZAN, B. New patterns of global security in the twenty-first century. **International Affairs**, v. 67, n. 3, p. 431–451, 1991b.

BUZAN, B. The national security problem in international relations. In: HUGHES, C. W.; MENG, L. Y. (Eds.). **Security Studies: a reader.** 1º ed. Oxford: Routledge, 2011.

BUZAN, B. The English School: A neglected approach to International Security Studies. **Security Dialogue**, v. 46, n. 2, p. 126–143, 2015.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **Evolution of international security studies.** Cambridge: Cambridge University, 2009.

BUZAN, B.; HANSEN, L. Beyond The Evolution of International Security Studies? **Security Dialogue**, v. 41, n. 6, p. 659–667, 2010.

BUZAN, B.; HERRING, E. **The Arms Dynamic in World Politics.** Boulder: Lynne Rienner, 1998.

BUZAN, B.; LAWSON, G. The global transformation: the nineteenth century and the making of modern international relations. **International Studies Quarterly**, v. 59, n. 1, 2013.

ÇAKMAK, C. Turkish–Syrian relations in the wake of the Syrian conflict: back to securitization? **Cambridge Review of International Affairs**, v. 29, n. 2, p. 695–717, 2 abr. 2016.

CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CASTAÑEDA, C. How Liberal Peacebuilding May Be Failing Sierra Leone. **Review of African Political Economy**, v. 36, n. 120, p. 235–251, 22 jun. 2009.

CASTLES, S. International migration at a crossroads. **Citizenship Studies**, v. 18, n. 2, p. 190–207, 17 fev. 2014.

CAVERLEY, J. D.; KRUPNIKOV, Y. Aiming at Doves. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 7, p. 1482–1509, 9 ago. 2017.

CHAN, S. Pyrrhic Victory in the “Tournament of Shadows”: Central Asia’s Quest for Water Security (1991–2009). **Asian Security**, v. 6, n. 2, p. 121–145, 18 maio 2010.

CHRISTOU, O.; ADAMIDES, C. Energy securitization and desecuritization in the New Middle East. **Security Dialogue**, v. 44, n. 5–6, p. 507–522, 9 out. 2013.

COAFFEE, J.; ROGERS, P. Rebordering the City for New Security Challenges: From Counter-

- terrorism to Community Resilience. **Space and Polity**, v. 12, n. 1, p. 101–118, abr. 2008.
- CORRY, O. Securitisation and ‘Riskification’: Second-order Security and the Politics of Climate Change. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 40, n. 2, p. 235–258, 8 jan. 2012.
- COSKUN, B. B. History writing and securitization of the other: the construction and reconstruction of Palestinian and Israeli security discourses. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, n. 2, p. 281–298, jun. 2010.
- CÔTÉ, A. Agents without agency: Assessing the role of the audience in securitization theory. **Security Dialogue**, v. 47, n. 6, p. 541–558, 25 dez. 2016.
- DETRAZ, N.; WINDSOR, L. Evaluating Climate Migration. **International Feminist Journal of Politics**, v. 16, n. 1, p. 127–146, 2 jan. 2014.
- DI BELLA, A. The Sicilian MUOS Ground Station Conflict: On US Geopolitics in the Mediterranean and Geographies of Resistance. **Geopolitics**, v. 20, n. 2, p. 333–353, 3 abr. 2015.
- DIEZ, T.; SQUIRE, V. Traditions of citizenship and the securitisation of migration in Germany and Britain. **Citizenship Studies**, v. 12, n. 6, p. 565–581, dez. 2008.
- DOBROWOLSKY, A. Interrogating ‘invisibilization’ and ‘instrumentalization’: women and current citizenship trends in Canada. **Citizenship Studies**, v. 12, n. 5, p. 465–479, out. 2008.
- DONNELLY, F. The Queen’s speech: Desecuritizing the past, present and future of Anglo-Irish relations. **European Journal of International Relations**, v. 21, n. 4, p. 911–934, 20 dez. 2015.
- DOTY, R. L. Immigration and the politics of security. **Security Studies**, v. 8, n. 2–3, p. 71–93, dez. 1998.
- DOVER, R. Towards a Common EU Immigration Policy: a Securitization Too Far. **Journal of European Integration**, v. 30, n. 1, p. 113–130, mar. 2008.
- ELBE, S. Should HIV/AIDS Be Securitized? The Ethical Dilemmas of Linking HIV/AIDS and Security. **International Studies Quarterly**, v. 50, p. 119–144, 2006.
- ELBE, S. Our epidemiological footprint: The circulation of avian flu, SARS, and HIV/AIDS in the world economy. **Review of International Political Economy**, v. 15, n. 1, p. 116–130, 13 dez. 2007.
- ELBE, S. Risking Lives: AIDS, Security and Three Concepts of Risk. **Security Dialogue**, v. 39, n. 2–3, p. 177–198, abr. 2008.
- ENLOE, C. Base Women. In: BUZAN, B.; HANSEN, L. (Eds.). **International Security - Volume II**. 1ª ed ed. Londres: SAGE Publications, 2007. p. 105–128.

- ESCRIBANO, G.; VALDÉS, J. Oil Prices: Governance Failures and Geopolitical Consequences. **Geopolitics**, v. 22, n. 3, p. 693–718, 3 jul. 2017.
- FARRET, N. K. A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil The Securitization of Drug Trafficking in the United States and influence in Brazil Nerissa Krebs Farret 1. **Conjuntura Global**, v. 3, p. 117–123, 2014.
- FEITELSON, E.; TAMIMI, A.; ROSENTHAL, G. Climate change and security in the Israeli–Palestinian context. **Journal of Peace Research**, v. 49, n. 1, p. 241–257, 31 jan. 2012.
- FIGUEIREDO, E. DE L. **OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS, A DEFESA NACIONAL E A SEGURANÇA INTERNACIONAL**. Brasília: VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 2007
- FISCHHENDLER, I. The securitization of water discourse: theoretical foundations, research gaps and objectives of the special issue. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 15, n. 3, p. 245–255, 29 set. 2015.
- FISCHHENDLER, I.; KATZ, D. The use of “security” jargon in sustainable development discourse: evidence from UN Commission on Sustainable Development. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 13, n. 3, p. 321–342, 29 set. 2013.
- FLOYD, R. Can securitization theory be used in normative analysis? Towards a just securitization theory. **Security Dialogue**, v. 42(4-5), p. 427–439, 2011.
- FLOYD, R. Extraordinary or ordinary emergency measures : what , and who , defines the ‘ success ’ of securitization? **Cambridge Review of International Affairs**, v. 7571, n. December, 2015.
- FOX, C. A.; SNEDDON, C. Transboundary river basin agreements in the Mekong and Zambezi basins: Enhancing environmental security or securitizing the environment? **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 7, n. 3, p. 237–261, 3 ago. 2007.
- FOX, J.; AKBABA, Y. Securitization of Islam and religious discrimination: Religious minorities in Western democracies, 1990–2008. **Comparative European Politics**, v. 13, n. 2, p. 175–197, 13 fev. 2015.
- FROWD, P. M. State Personhood, Abjection and the United States’ HIV Travel Ban. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 42, n. 3, p. 860–878, 5 jun. 2014.
- GALBREATH, D.; MCEVOY, J. European organizations and minority rights in Europe: On transforming the securitization dynamic. **Security Dialogue**, v. 43, n. 3, p. 267–284, 8 jun.

2012.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, set. 1969.

GEBRESENBET, F. Securitisation of development in Ethiopia: the discourse and politics of developmentalism. **Review of African Political Economy**, v. 41, n. sup1, p. S64–S74, 3 out. 2014.

GRAYSON, K. Securitization and the Boomerang Debate: A Rejoinder to Liotta and Smith-Windsor. **Security Dialogue**, v. 34, n. 3, 2003.

GREAVES, W. Arctic (in)security and Indigenous peoples: Comparing Inuit in Canada and Sámi in Norway. **Security Dialogue**, v. 47, n. 6, p. 461–480, 21 dez. 2016.

GREENER-BARCHAM, B. K.; BARCHAM, M. Terrorism in the South Pacific? Thinking critically about approaches to security in the region. **Australian Journal of International Affairs**, v. 60, n. 1, p. 67–82, 19 mar. 2006.

GREENWOOD, M. T.; WÆVER, O. Copenhagen-Cairo on a roundtrip: A security theory meets the revolution. **Security Dialogue**, v. 44, n. 5–6, p. 485–506, 2013.

GROVE, N. S. The cartographic ambiguities of HarassMap: Crowdmapping security and sexual violence in Egypt. **Security Dialogue**, v. 46, n. 4, p. 345–364, 10 ago. 2015.

GUZZINI, S. Securitization as a causal mechanism. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 329–341, 21 ago. 2011.

HAACKER, J.; WILLIAMS, P. D. Regional Arrangements, Securitization, and Transnational Security Challenges: The African Union and the Association of Southeast Asian Nations Compared. **Security Studies**, v. 17, n. 4, p. 775–809, 9 dez. 2008.

HALBERT, D. Intellectual property theft and national security: Agendas and assumptions. **The Information Society**, v. 32, n. 4, p. 256–268, 7 ago. 2016.

HAMEIRI, S.; JONES, L. The Politics and Governance of Non-Traditional Security. **International Studies Quarterly**, v. 57, p. 462–473, 2013.

HANRIEDER, T.; KREUDER-SONNEN, C. WHO decides on the exception? Securitization and emergency governance in global health. **Security Dialogue**, v. 45, n. 4, p. 331–348, 10 ago. 2014.

HANSEN, L. The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 357–369, 2011a.

HANSEN, L. Theorizing the image for security studies: Visual securitization and the Muhammad Cartoon Crisis. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 1, p. 51–

74, 2011b.

HANSEN, L.; NISSENBAUM, H. Digital Disaster, Cyber Security, and the Copenhagen School. **International Studies Quarterly**, v. 53, p. 1155–1175, 2009.

HAYES, J. Securitization, Social Identity, and Democratic Security: Nixon, India, and the Ties That Bind. **International Organization**, v. 66, n. 01, p. 63–93, 30 jan. 2012.

HECK, A.; SCHLAG, G. Securitizing images: The female body and the war in Afghanistan. **European Journal of International Relations**, v. 19(4), p. 891–913, 2012.

HERZ, M. O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, v. 24, n. 1, p. 7–40, jun. 2002.

HERZ, M. **Regionalismo e Segurança Regional: perspectivas analíticas**. Brasília: [s.n.].

HINDESS, B. Citizenship for all. **Citizenship Studies**, v. 8, n. 3, p. 305–315, set. 2004.

HOFFMANN, S. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**, v. 106, p. 41–60, 1977.

HOFFMANN, S. **An American Social Science : International Relations Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary** MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences, , 2015.

HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, M. A. Revolutionary securitization: an anthropological extension of securitization theory. **International Theory**, v. 4, n. 02, p. 165–197, 15 jul. 2012.

HORKÝ-HLUCHÁŇ, O.; SZENT-IVÁNYI, B. Neither security nor development? Czech and Hungarian identities and interests in the provincial reconstruction teams in Afghanistan. **East European Politics**, v. 31, n. 4, p. 388–406, 2 out. 2015.

HUDSON, D. Developing geographies of financialisation: banking the poor and remittance securitisation. **Contemporary Politics**, v. 14, n. 3, p. 315–333, 23 set. 2008.

HUYSMANS, J. A Foucaultian view on spill-over: freedom and security in the EU. **Journal of International Relations and Development**, v. 7, n. 3, p. 294–318, 15 out. 2004.

HUYSMANS, J. What's in an act? On security speech acts and little security nothings. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 371–383, 21 ago. 2011.

ILGIT, A.; KLOTZ, A. How far does 'societal security' travel? Securitization in South African immigration policies. **Security Dialogue**, v. 45(2), p. 137–155, 2014.

INGRAM, A. The New Geopolitics of Disease: Between Global Health and Global Security. **Geopolitics**, v. 10, n. 3, p. 522–545, out. 2005.

INGRAM, A. HIV/AIDS, security and the geopolitics of US–Nigerian relations. **Review of International Political Economy**, v. 14, n. 3, p. 510–534, 4 jul. 2007.

- JACKSON, N. J. International Organizations, Security Dichotomies and the Trafficking of Persons and Narcotics in Post-Soviet Central Asia: A Critique of the Securitization Framework. **Security Dialogue**, v. 37, n. 3, p. 299–317, 29 set. 2006.
- JANSSON, M. The logic of protection: narratives of HIV/AIDS in the UN Security Council. **International Feminist Journal of Politics**, v. 19, n. 1, p. 71–85, 2 jan. 2017.
- JENNINGS, K. M. Unclear Ends, Unclear Means: Reintegration in Postwar Societies - The case of Liberia. **Global Governance**, v. 14, p. 327–345, 2008.
- JI, Y. China's National Security Commission: theory, evolution and operations. **Journal of Contemporary China**, v. 25, n. 98, p. 178–196, 3 mar. 2016.
- JÜNEMANN, A. Security-Building in the Mediterranean After September 11. **Mediterranean Politics**, v. 8, n. 2–3, p. 1–20, 26 jun. 2003.
- JUTILA, M. Desecuritizing Minority Rights: Against Determinism. **Security Dialogue**, v. 37, n. 2, p. 167–185, 29 jun. 2006.
- JUTILA, M. Securitization, history, and identity: some conceptual clarifications and examples from politics of Finnish war history. **Nationalities Papers**, v. 43, n. 6, p. 927–943, 2 nov. 2015.
- KALIBER, A. Securing the Ground Through Securitized “Foreign” Policy: The Cyprus Case. **Security Dialogue**, v. 36, n. 3, p. 319–337, 24 set. 2005.
- KALLENDER, P.; HUGHES, C. W. Japan's Emerging Trajectory as a ‘Cyber Power’: From Securitization to Militarization of Cyberspace. **Journal of Strategic Studies**, v. 40, n. 1–2, p. 118–145, 2 jan. 2017.
- KARYOTIS, G.; PATRIKIOS, S. Religion, securitization and anti-immigration attitudes: The case of Greece. **Journal of Peace Research**, v. 47, n. 1, p. 43–57, 20 jan. 2010.
- KAYA, A. Transnational citizenship: German-Turks and liberalizing citizenship regimes. **Citizenship Studies**, v. 16, n. 2, p. 153–172, abr. 2012.
- KELLE, A. Securitization of International PublicHealth: Implications for Global HealthGovernance and the BiologicalWeapons Prohibition Regime. **Global Governance**, v. 13, p. 217–235, 2007.
- KESSLER, O. Beyond sectors, before the world. **Security Dialogue**, v. 42, n. 2, p. 197–215, 9 abr. 2011.
- KEUKELEIRE, S.; RAUBE, K. The security–development nexus and securitization in the EU's policies towards developing countries. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 26, n. 3, p. 556–572, set. 2013.
- KING, G.; MURRAY, C. Rethinking Human Security - King.pdf. **Political science quarterly**,

- v. 116, n. 617, p. 585–610, 2000.
- KIVIMÄKI, T. The Creation and Implementation of the ASEAN Charter. **Asian Security**, v. 8, n. 2, p. 213–219, maio 2012.
- KNUDSEN, O. Post-Copenhagen Security Studies: Desecuritizing Securitization. **Security Dialogue**, v. 32, n. 3, p. 355–368, 2001.
- KOSTAKOPOULOU, T. The ‘Protective Union’: Change and Continuity in Migration Law and Policy in Post-Amsterdam Europe. **Journal of Common Market Studies**, v. 38, n. 3, p. 497–518, 2000.
- LACHER, W. Actually Existing Security: The Political Economy of the Saharan Threat. **Security Dialogue**, v. 39, n. 4, p. 383–405, ago. 2008.
- LACHMANN, N. From excluded to excluder: Spain in the transatlantic security community. **Journal of International Relations and Development**, v. 9, n. 2, p. 170–195, 13 jun. 2006.
- LAMMERHIRT, L.; REMONDEAU, C. Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria. **CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 8, p. 56–69, 2015.
- LEITE, F. B. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 37, p. 149–182, out. 2010.
- LEITE, F. B. **O campo de produção de Ciência Política brasileira contemporânea : uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2015.
- LEMAY-HÉBERT, N. Resistance in the Time of Cholera: The Limits of Stabilization through Securitization in Haiti. **International Peacekeeping**, v. 21, n. 2, p. 198–213, 15 mar. 2014.
- LISLE, D. Frontline leisure: Securitizing tourism in the War on Terror. **Security Dialogue**, v. 44, n. 2, p. 127–146, 19 abr. 2013.
- LITTLE, A.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. Stopping boats, saving lives, securing subjects: Humanitarian borders in Europe and Australia. **European Journal of International Relations**, v. 23, n. 3, p. 533–556, 10 set. 2017.
- LOBATO, L. C.; KENKEL, K. M. Discourses of cyberspace securitization in Brazil and in the United States. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 58, n. 2, p. 23–43, 2015.
- LODGE, J. EU homeland security: citizens or suspects? **Journal of European Integration**, v. 26, n. 3, p. 253–279, set. 2004.
- LUPOVICI, A. Pacification: Toward a Theory of the Social Construction of Peace. **International Studies Review**, v. 15, n. 2, p. 204–228, jun. 2013.

- LUPOVICI, A. The Limits of Securitization Theory: Observational Criticism and the Curious Absence of Israel. **International Studies Review**, v. 16, n. 3, p. 390–410, set. 2014.
- MACKENZIE, M. Securitization and Desecuritization: Female Soldiers and the Reconstruction of Women in Post-Conflict Sierra Leone. **Security Studies**, v. 18, n. 2, p. 241–261, 12 jun. 2009.
- MACKENZIE, M. Securitizing Sex? **International Feminist Journal of Politics**, v. 12, n. 2, p. 202–221, jun. 2010.
- MACLEAN, S. J. Microbes, Mad Cows and Militaries: Exploring the Links Between Health and Security. **Security Dialogue**, v. 39, n. 5, p. 475–494, out. 2008.
- MACLEOD, A. The contemporary fictional police detective as critical security analyst: Insecurity and immigration in the novels of Henning Mankell and Andrea Camilleri. **Security Dialogue**, v. 45, n. 6, p. 515–529, 22 dez. 2014.
- MÄLKSOO, M. ‘Memory must be defended’: Beyond the politics of mnemonical security. **Security Dialogue**, v. 46, n. 3, p. 221–237, 26 jun. 2015.
- MALMVIG, H. Security through Intercultural Dialogue? Implications of the Securitization of Euro-Mediterranean Dialogue between Cultures. **Mediterranean Politics**, v. 10, n. 3, p. 349–364, 8 nov. 2005.
- MALMVIG, H. Power, Identity and Securitization in Middle East: Regional Order after the Arab Uprisings. **Mediterranean Politics**, v. 19, n. 1, p. 145–148, 2 jan. 2014.
- MARTIN, L. L. ‘Catch and Remove’: Detention, Deterrence, and Discipline in US Noncitizen Family Detention Practice. **Geopolitics**, v. 17, n. 2, p. 312–334, abr. 2012.
- MARTINEZ, E. D. M.; LYRA, M. P. O. DE. O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 2, p. 661–691, dez. 2015.
- MASSIMO, L. Como se explica o neoliberalismo no Brasil? uma análise crítica dos artigos publicados na Revista Dados. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 133–153, set. 2013.
- MATOS, S. R. R. Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Boletim Meridiano** 47, v. 15, n. 144, p. 10–16, 2014.
- MAVELLI, L. Security and secularization in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 18, n. 1, p. 177–199, 27 mar. 2012.
- MAVELLI, L. Between Normalisation and Exception: The Securitisation of Islam and the Construction of the Secular Subject. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 41, n.

2, p. 159–181, 20 jan. 2013.

MAVELLI, L. Governing uncertainty in a secular age: Rationalities of violence, theodicy and torture. **Security Dialogue**, v. 47, n. 2, p. 117–132, 23 abr. 2016.

MCDONALD, M. Securitization and the Construction of Security. **European Journal of International Relations**, v. 14, n. 4, p. 563–587, dez. 2008.

MCGAHERN, U. ‘They go to get a gun’: Hidden histories of violence and the politics of rumour in Israel. **Security Dialogue**, v. 47, n. 6, p. 481–497, 22 dez. 2016.

MCGOWAN, F. Putting Energy Insecurity into Historical Context: European Responses to the Energy Crises of the 1970s and 2000s. **Geopolitics**, v. 16, n. 3, p. 486–511, jul. 2011.

MCINNES, C.; RUSHTON, S. HIV/AIDS and securitization theory. **European Journal of International Relations**, v. 19(1), p. 115–138, 2011.

MEKONNEN, D. Z. The Nile Basin Cooperative Framework Agreement Negotiations and the Adoption of a “Water Security” Paradigm: Flight into Obscurity or a Logical Cul-de-sac? **European Journal of International Law**, v. 21, n. 2, p. 421–440, 1 maio 2010.

MENKHAUS, K. Dangerous Waters. **Survival**, v. 51, n. 1, p. 21–25, 10 mar. 2009.

MESSINA, A. M. Securitizing Immigration in the Age of Terror. **World Politics**, v. 66, n. 03, p. 530–559, 9 jul. 2014.

METHMANN, C.; OELS, A. From ‘fearing’ to ‘empowering’ climate refugees: Governing climate-induced migration in the name of resilience. **Security Dialogue**, v. 46, n. 1, p. 51–68, 7 fev. 2015.

MICHAEL, K. Who Really Dictates What an Existential Threat Is? The Israeli Experience. **Journal of Strategic Studies**, v. 32, n. 5, p. 687–713, 21 out. 2009.

MILLER, M. J. Seeking Asylum: Human Smuggling and Bureaucracy at the Border. By Alison Mountz. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010. 209p. \$75.00 cloth, \$25.00 paper. Rethinking Asylum: History, Purpose and Limits. By Matthew E. Price. New York: Cambridge Un. **Perspectives on Politics**, v. 9, n. 03, p. 679–682, 20 set. 2011.

MITCHELL, A. Peace beyond Process? **Millennium: Journal of International Studies**, v. 38, n. 3, p. 641–664, 10 maio 2010.

MIYAMOTO, S. O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia e Política**, n. 12, p. 83–98, jun. 1999.

MÖLLER, F. Photographic Interventions in Post-9/11 Security Policy. **Security Dialogue**, v. 38, n. 2, p. 179–196, 29 jun. 2007.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as Nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília,

2003.

MORRISSEY, J. Liberal Lawfare and Biopolitics: US Juridical Warfare in the War on Terror. **Geopolitics**, v. 16, n. 2, p. 280–305, abr. 2011.

MULLER, B. J. (Dis)qualified bodies: securitization, citizenship and ‘identity management’. **Citizenship Studies**, v. 8:3, p. 279–294, 2004.

MULLER, B. J. Risking it all at the Biometric Border: Mobility, Limits, and the Persistence of Securitisation 1. **Geopolitics**, v. 16, n. 1, p. 91–106, 31 jan. 2011.

MYTHEN, G.; WALKLATE, S.; PEATFIELD, E.-J. Assembling and deconstructing radicalisation in PREVENT: A case of policy-based evidence making? **Critical Social Policy**, v. 37, n. 2, p. 180–201, 17 maio 2017.

NEAL, A. W. Foucault in Guantánamo: Towards an Archaeology of the Exception. **Security Dialogue**, v. 37, n. 1, p. 31–46, 29 mar. 2006.

NEOCLEOUS, M. From Social to National Security: On the Fabrication of Economic Order. **Security Dialogue**, v. 37, n. 3, p. 363–384, 29 set. 2006.

NOURZHANOV, K. Changing security threat perceptions in Central Asia. **Australian Journal of International Affairs**, v. 63, n. 1, p. 85–104, mar. 2009.

NYMAN, J. ‘Red Storm Ahead’: Securitisation of Energy in US–China Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 43, n. 1, p. 43–65, 23 set. 2014.

O’BRENNAN, J. ‘Bringing Geopolitics Back In’: Exploring the Security Dimension of the 2004 Eastern Enlargement of the European Union. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 19, n. 1, p. 155–169, 18 mar. 2006.

O’KEEFE, M. Contextualising the AIDS epidemic in the South Pacific: orthodoxies, estimates and evidence. **Australian Journal of International Affairs**, v. 65, n. 2, p. 185–202, abr. 2011.

O’KEEFE, M. Lessons from the rise and fall of the military AIDS hypothesis: politics, evidence and persuasion. **Contemporary Politics**, v. 18, n. 2, p. 239–253, jun. 2012.

O MEYER, C. International terrorism as a force of homogenization? A constructivist approach to understanding cross-national threat perceptions and responses. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22:4, p. 647–666, 2009.

OELSNER, A. Consensus and Governance in Mercosur: The Evolution of the South American Security Agenda. **Security Dialogue**, v. 40, n. 2, p. 191–212, abr. 2009.

OĞUZLU, T. Soft power in Turkish foreign policy. **Australian Journal of International Affairs**, v. 61, n. 1, p. 81–97, mar. 2007.

OJEDA, D. War and Tourism: The Banal Geographies of Security in Colombia’s “Retaking”.

Geopolitics, v. 18, n. 4, p. 759–778, out. 2013.

OLIVEIRA, L.; NICOLAU, J. **A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ARTIGOS ACADÊMICOS (1966-2013)**. AT: Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais. **Anais...IX ENCONTRO DA ABCP**, 2014

OLSSON, C. The politics of the apolitical: private military companies, humanitarians and the quest for (anti-)politics in post-intervention environments. **Journal of International Relations and Development**, v. 10, n. 4, p. 332–361, 17 dez. 2007.

ØSTBØ, J. Securitizing “spiritual-moral values” in Russia. **Post-Soviet Affairs**, v. 33, n. 3, p. 200–216, 4 maio 2017.

PARKER, O. Roma and the Politics of EU Citizenship in France: Everyday Security and Resistance*. **JCMS: Journal of Common Market Studies**, v. 50, n. 3, p. 475–491, maio 2012.

PEDRO HENRIQUE BRANCANTE, R. R. R. securitização da imigração ": um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas. **Lua Nova**, v. 77, p. 1–13, 2015.

PERAZZONE, S. Reintegrating former fighters in the Congo: ambitious objectives, limited results. **International Peacekeeping**, v. 24, n. 2, p. 254–279, 15 mar. 2017.

PERRY, M. **Civilização ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINHO, A. F.; URT, J. N. Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea. **Boletim Meridiano 47**, v. 114, p. 34–35, 2010.

PINTO, V. C. Exploring the interplay between Framing and Securitization theory : the case of the Arab Spring protests in Bahrain Explorando a interação entre Enquadramento e a teoria de Securitização : o caso dos protestos da Primavera. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2011, p. 162–177, 2014.

PLASSE-COUTURE, F.-X. Effective abandonment: The neoliberal economy of violence in Israel and the Occupied Territories. **Security Dialogue**, v. 44, n. 5–6, p. 449–466, 9 out. 2013.

PRAM GAD, U.; LUND PETERSEN, K. Concepts of politics in securitization studies. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 315–328, 21 ago. 2011.

QUEIROZ, F. A. DE. A hidropolítica platina no contexto do complexo regional de segurança da América do Sul: entre o conflito e a cooperação (1960-1979). **Contexto Internacional**, v. 34, p. 573–616, 2006.

QURESHI, K. Diasporic citizenship and militarization: Punjabi soldiers in the world wars. **Citizenship Studies**, v. 17, n. 3–4, p. 400–413, 11 jun. 2013.

RAGAZZI, F. Countering terrorism and radicalisation: Securitising social policy? **Critical Social Policy**, v. 37, n. 2, p. 163–179, 23 maio 2017.

- RINGELHAN, S.; WOLLERSHEIM, J.; WELPE, I. M. I like, I cite? Do Facebook likes predict the impact of scientific work? **PLoS ONE**, v. 10, n. 8, p. 1–21, 2015.
- RODRIGUES, T. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2003.
- ROE, P. Securitization and Minority Rights: Conditions of Desecuritization. **Security Dialogue**, v. 35, n. 3, p. 279–294, 29 set. 2004.
- ROE, P. Actor, Audience(s) and Emergency Measures: Securitization and the UK's Decision to Invade Iraq. **Security Dialogue**, v. 39, n. 6, p. 615–635, dez. 2008.
- ROE, P. Is securitization a 'negative' concept? Revisiting the normative debate over normal versus extraordinary politics. **Security Dialogue**, v. 43, n. 3, p. 249–266, 8 jun. 2012.
- ROE, P. Securitizing Islam: Identity and the Search for Security. By Croft Stuart. New York: Cambridge University Press, 2012. 288p. \$99.00 cloth, \$35.99 paper. **Perspectives on Politics**, v. 12, n. 02, p. 541–542, 14 jun. 2014.
- RUDZIT, G. O debate teórico em segurança internacional. p. 297–323, 2002.
- RYAN, B. J. Quasi-pluralism in a Quasi-peace: South Serbia's Multi-ethnic Police. **International Peacekeeping**, v. 14, n. 2, p. 282–297, abr. 2007.
- SALLEH, A. Ecosocialism, Gendered Imaginaries, and the Informatic-Securitization Complex. **Capitalism Nature Socialism**, v. 25, n. 1, p. 24–39, 2 jan. 2014.
- SALTER, M. B. Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority. **Journal of International Relations and Development**, v. 11, n. 4, p. 321–349, 12 dez. 2008.
- SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 285–320, 2016.
- SASSE, G. Securitization or Securing Rights? Exploring the Conceptual Foundations of Policies towards Minorities and Migrants in Europe. **Journal of Common Market Studies**, v. 43, n. 4, p. 673–93, 2005.
- SCHÄFER, M. S.; SCHEFFRAN, J.; PENNIKET, L. Securitization of media reporting on climate change? A cross-national analysis in nine countries. **Security Dialogue**, v. 47, n. 1, p. 76–96, 5 fev. 2016.
- SCHEEL, S. Autonomy of Migration Despite Its Securitisation? Facing the Terms and Conditions of Biometric Rebordering. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 41, n. 3, p. 575–600, 29 jun. 2013.
- SCHOMERUS, M.; DE VRIES, L. Improvising border security: 'A situation of security

- pluralism' along South Sudan's borders with the Democratic Republic of the Congo. **Security Dialogue**, v. 45, n. 3, p. 279–294, 2 jun. 2014.
- SCHOU TJALVE, V. Designing (de)security: European exceptionalism, Atlantic republicanism and the 'public sphere'. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 441–452, 21 ago. 2011.
- SCHOUTEN, P. Security as controversy: Reassembling security at Amsterdam Airport. **Security Dialogue**, v. 45, n. 1, p. 23–42, fev. 2014.
- SCHULZE, K. Japan's new assertiveness: institutional change and Japan's securitization of China. **International Relations of the Asia-Pacific**, p. 1cw018, 19 dez. 2016.
- SECKINELGIN, H.; BIGIRUMWAMI, J.; MORRIS, J. Securitization of HIV/AIDS in Context: Gendered Vulnerability in Burundi. **Security Dialogue**, v. 41, n. 5, p. 515–535, 14 out. 2010.
- SHAPIRO, M. J. The New Violent Cartography. **Security Dialogue**, v. 38, n. 3, p. 291–313, 29 set. 2007.
- SHAPIRO, M. J. Managing Urban Security: City Walls and Urban Metis. **Security Dialogue**, v. 40, n. 4–5, p. 443–461, 30 ago. 2009.
- SHEIKH, M. K. The Religious Challenge to Securitisation Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 43, n. 1, p. 252–272, 17 set. 2014.
- SILVA, C. C. V. E. **SEGURANÇA INTERNACIONAL E NOVAS AMEAÇAS: A SECURITIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NA FRONTEIRA BRASILEIRA**. [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2013.
- SILVA, C. C. V. E. PLANO COLÔMBIA: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. **Conjuntura Global**, v. 4, p. 124–132, 2015.
- SILVA, C. C. V. E; PRINS, R. Defesa Cibernética – Um Caminho para Securitização? **Conjuntura Global**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2013.
- SIMON, S. Suspicious encounters: Ordinary preemption and the securitization of photography. **Security Dialogue**, v. 43, n. 2, p. 157–173, 16 abr. 2012.
- SJÖSTEDT, R. The Discursive Origins of a Doctrine Norms, Identity, and Securitization under Harry S. Truman and George W. Bush. **Foreign Policy Analysis**, v. 3, p. 233–254, 2007.
- SJÖSTEDT, R. Exploring the Construction of Threats: The Securitization of HIV/AIDS in Russia. **Security Dialogue**, v. 39, n. 1, p. 7–29, mar. 2008.
- SLADE, G. The Threat of the Thief: Who Has Normative Influence in Georgian Society? **Global Crime**, v. 8, n. 2, p. 172–179, 15 maio 2007.

- SOHN, Y.; KOO, M. G. Securitizing trade: the case of the Korea-US free trade agreement. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 11, n. 3, p. 433–460, 1 set. 2011.
- SOMMERVILLE, M.; ESSEX, J.; LE BILLON, P. The ‘Global Food Crisis’ and the Geopolitics of Food Security. **Geopolitics**, v. 19, n. 2, p. 239–265, 3 abr. 2014.
- STAHL, B.; LUCKE, R.; FELFELI, A. Comeback of the transatlantic security community? Comparative securitisation in the Crimea crisis. **East European Politics**, v. 32, n. 4, p. 525–546, 19 out. 2016.
- STASIULIS, D.; ROSS, D. Security, Flexible Sovereignty, and the Perils of Multiple Citizenship. **Citizenship Studies**, v. 10, n. 3, p. 329–348, jul. 2006.
- STRITZEL, H. Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond. **European Journal of International Relations**, v. 13, n. 3, p. 357–383, 24 set. 2007.
- STRITZEL, H. Security, the translation. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 343–355, 21 ago. 2011.
- STRITZEL, H. Securitization, power, intertextuality: Discourse theory and the translations of organized crime. **Security Dialogue**, v. 43, n. 6, p. 549–567, 4 dez. 2012.
- STRITZEL, H.; CHANG, S. C. Securitization and counter-securitization in Afghanistan. **Security Dialogue**, v. 46, n. 6, p. 548–567, 2 dez. 2015.
- SUAREZ, M. A. G. Terrorismo e Política Internacional: Uma Aproximação à América do Sul. **Contexto Internacional (PUC)**, v. 34, n. 2, p. 363–396, 2012.
- TANNO, G. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, v. 25, p. 47–80, 2003.
- TAURECK, R. Securitization theory and securitization studies. **Journal of International Relations and Development**, v. 9, p. 53–61, 2006.
- TEZCÜR, G. M. Democracy promotion, authoritarian resiliency, and political unrest in Iran. **Democratization**, v. 19, n. 1, p. 120–140, fev. 2012.
- TICKNER, A. B.; WÆVER, O. **International relations scholarship around the world**. Londres: Routledge, 2009.
- TICKNER, J. A. **Gender in International Relations Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992. v. 4
- TOPGYAL, T. The Tibetan Self-Immolations as Counter-Securitization: Towards an Inter-Unit Theory of Securitization. **Asian Security**, v. 12, n. 3, p. 166–187, 12 set. 2016.
- TREVIÑO-RANGEL, J.
WhatDoWeMeanWhenWeTalkAboutthe“Securitization”ofInternationalMigrationinMexico?A

- Critique. **Global Governance**, v. 22, p. 289–306, 2016.
- TROMBETTA, M. J. Environmental security and climate change: analysing the discourse. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 21, n. 4, p. 585–602, dez. 2008.
- TROMBLE, R. Securitising Islam, securitising ethnicity: the discourse of Uzbek radicalism in Kyrgyzstan. **East European Politics**, v. 30, n. 4, p. 526–547, 2 out. 2014.
- URQUIJO, J.; DE STEFANO, L.; LA CALLE, A. Drought and exceptional laws in Spain: the official water discourse. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 15, n. 3, p. 273–292, 23 set. 2015.
- VAN RYTHOVEN, E. Learning to feel, learning to fear? Emotions, imaginaries, and limits in the politics of securitization. **Security Dialogue**, v. 46, n. 5, p. 458–475, 27 out. 2015.
- VAN RYTHOVEN, E. The perils of realist advocacy and the promise of securitization theory: Revisiting the tragedy of the Iraq War debate. **European Journal of International Relations**, v. 22, n. 3, p. 487–511, 26 set. 2016.
- VASILACHE, A. Great power governmentality? Coincidence and parallelism in the new strategic guidance for the US Department of Defense. **Security Dialogue**, v. 45, n. 6, p. 582–600, 28 dez. 2014.
- VAUGHN, J. The Unlikely Securitizer: Humanitarian Organizations and the Securitization of Indistinctiveness. **Security Dialogue**, v. 40, n. 3, p. 263–285, 9 jun. 2009.
- VERHOEVEN, H. The self-fulfilling prophecy of failed states: Somalia, state collapse and the Global War on Terror. **Journal of Eastern African Studies**, v. 3, n. 3, p. 405–425, 14 nov. 2009.
- VERHOEVEN, H. Gardens of Eden or Hearts of Darkness? The Genealogy of Discourses on Environmental Insecurity and Climate Wars in Africa. **Geopolitics**, v. 19, n. 4, p. 784–805, 2 out. 2014.
- VIGEVANI, T.; THOMAZ, L. F.; LEITE, L. A. B. PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL Anotações sobre sua institucionalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, p. 1–32, 2016.
- VILLA, R. D. O Paradoxo da Macrossecuritização: Quando a Guerra ao Terror não Securitiza Outras “Guerras” na América do Sul. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 349–383, dez. 2014.
- VILLA, R. D.; OSTOS, M. DEL P. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 86–110, dez. 2005.

- VILLA, R. D.; SANTOS, N. B. DOS. Buzan, Waever e a Escola de Copenhague: tensões entre o realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança internacional. In: **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo: Hucitec, 2011. p. 117–151.
- VILLUMSEN BERLING, T. Science and securitization: Objectivation, the authority of the speaker and mobilization of scientific facts. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 385–397, 21 ago. 2011.
- VLCEK, W. Securitizing Money to Counter Terrorist Finance: Some Unintended Consequences for Developing Economies. **International Studies Perspectives**, v. 16, n. 4, p. 406–422, nov. 2015.
- VOGT, W. Stuck in the Middle With You: The Intimate Labours of Mobility and Smuggling along Mexico’s Migrant Route. **Geopolitics**, v. 21, n. 2, p. 366–386, 2 abr. 2016.
- VON LUCKE, F.; WELLMANN, Z.; DIEZ, T. What’s at Stake in Securitising Climate Change? Towards a Differentiated Approach. **Geopolitics**, v. 19, n. 4, p. 857–884, 2 out. 2014.
- VUORI, J. A. Illocutionary Logic and Strands of Securitization: Applying the Theory of Securitization to the Study of Non-Democratic Political Orders 1. **European Journal of International Relations**, v. 14, n. 1, p. 65–99, 2008.
- VUORI, J. A. A Timely Prophet? The Doomsday Clock as a Visualization of Securitization Moves with a Global Referent Object. **Security Dialogue**, v. 41, n. 3, p. 255–277, 2010.
- WÆVER, O. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, D. (Ed.). . **On Security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995. p. 46–86.
- WÆVER, O. Securitizing Sectors? Reply to Eriksson. **Cooperation and Conflict**, v. 34(3), p. 334–340, 1999.
- WÆVER, O. Aberystwyth, Paris, Copenhagen New “Schools” in Security Theory and their Origins between Core and Periphery. **Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association, Montreal, March 17- 20, 2004**, v. Geo-Cultur, p. 23, 2004.
- WÆVER, O. Securitization and Desecuritization. In: BUZAN, BARRY; HANSEN, L. (Ed.). . **International Security - Volume III**. 1ªed. ed. Londres: SAGE Publications, 2007. p. 66–98.
- WÆVER, O. Towards a Political Sociology of Security Studies. **Security Dialogue**, v. 41, n. 6, p. 649–658, 2010.
- WÆVER, O. Politics, security, theory. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 465–480, 2011.
- WÆVER, O. The theory act: Responsibility and exactitude as seen from securitization. **International Relations**, v. 29, n. 1, p. 121–127, 2015.

- WALKER, J.; COOPER, M. Genealogies of resilience. **Security Dialogue**, v. 42, n. 2, p. 143–160, 9 abr. 2011.
- WALTERS, W.; D'AOUST, A.-M. Bringing Publics into Critical Security Studies: Notes for a Research Strategy. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 44, n. 1, p. 45–68, 16 set. 2015.
- WALTZ, K. **Teoria das relações internacionais**. Portugal: Gradiva, 2002a.
- WALTZ, K. N. **Teoria das Relações Internacionais**. Portugal: Gradiva, 2002b.
- WATSON, S. The 'human' as referent object? **Security Dialogue**, v. 42, n. 1, p. 3–20, 23 fev. 2011.
- WATSON, S. D. 'Framing' the Copenhagen School: Integrating the Literature on Threat Construction. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 40, n. 2, p. 279–301, 8 jan. 2012.
- WEBER, C. **Simulating Sovereignty: Intervention, the State and Symbolic Exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- WEBER, C. Securitising the Unconscious: The Bush Doctrine of Preemption and Minority Report. **Geopolitics**, v. 10, n. 3, p. 482–499, out. 2005.
- WEINTHAL, E.; ZAWAHRI, N.; SOWERS, J. Securitizing Water, Climate, and Migration in Israel, Jordan, and Syria. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 15, n. 3, p. 293–307, 17 set. 2015.
- WHITE, G. W. Sovereignty and international labor migration: The 'security mentality' in Spanish–Moroccan relations as an assertion of sovereignty. **Review of International Political Economy**, v. 14, n. 4, p. 690–718, 14 ago. 2007.
- WILKINSON, C. The Copenhagen School on Tour in Kyrgyzstan: Is Securitization Theory Useable Outside Europe? **Security Dialogue**, v. 38, n. 1, p. 5–25, 29 mar. 2007.
- WILLIAMS, J.; MASSARO, V. Feminist Geopolitics: Unpacking (In)Security, Animating Social Change. **Geopolitics**, v. 18, n. 4, p. 751–758, out. 2013.
- WILLIAMS, K. Lustration as the securitization of democracy in Czechoslovakia and the Czech Republic. **Journal of Communist Studies and Transition Politics**, v. 19, n. 4, p. 1–24, dez. 2003a.
- WILLIAMS, M. C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. **International Studies Quarterly**, v. 47, p. 511–531, 2003b.
- WILLIAMS, M. C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. **International Studies Quarterly**, v. 47, p. 511–531, 2003c.

WILLIAMS, M. C. Securitization and the liberalism of fear. **Security Dialogue**, v. 42, n. 4–5, p. 453–463, 21 ago. 2011.

WINTER, E. (Im)possible citizens: Canada's 'citizenship bonanza' and its boundaries. **Citizenship Studies**, v. 18, n. 1, p. 46–62, 2 jan. 2014.

X. The Sources of Soviet Conduct. In: BUZAN, B.; HANSEN, L. (Eds.). . **International Security - Volume I**. 1ª ed. Londres: SAGE Publications, 2007. p. 1–14.

ZEMNI, S. Islam between Jihadi Threats and Islamist Insecurities? Evidence from Belgium and Morocco. **Mediterranean Politics**, v. 11, n. 2, p. 231–253, jul. 2006.

Apêndice 1 – Artigos internacionais

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Abdenour Benantar(BENANTAR, 2006)		Argélia		Mediterranean Politics	1,357	NATO, Maghreb and Europe	2006
Adrian Little (LITTLE; VAUGHAN-WILLIAMS, 2017)	Nick Vaughan-Williams	University of Melbourne	Austrália	European Journal of International Relations	2,503	Stopping boats, saving lives, securing subjects: Humanitarian borders in Europe and Australia	2017
Alan Ingram (INGRAM, 2005)		University College London	Reino Unido	Geopolitics	1,467	The New Geopolitics of Disease: Between Global Health and Global Security	2005
Alan Ingram (INGRAM, 2007)		University College London	Reino Unido	Review of International Political Economy	1,599	HIV/AIDS, security and the geopolitics of US–Nigerian relations	2007
Alexander Kelle (KELLE, 2007)		University of Bradford	Reino Unido	Global Governance	0,871	Securitization of International Public Health: Implications for Global Health Governance and the Biological Weapons Prohibition Regime	2007
Alexander R. Arifianto (ARIFANTO, 2009)		Arizona State University	Estados Unidos da América	Politics	1,003	The Securitization of Transnational Labor Migration: The Case of Malaysia and Indonesia	2009
Alexandra Dobrowsky (DOBROWOLSKY, 2008)		Saint Mary's University	Canadá	Citizenship Studies	0,641	Interrogating 'invisibilization' and 'instrumentalization': women and current citizenship trends in Canada	2008
Alper Kaliber (KALIBER, 2005)		Bilkent University	Turquia	Security Dialogue	2,08	Securing the Ground Through Securitized 'Foreign' Policy: The Cyprus Case	2005
Amanda Russell Beatrice (BEATTIE, 2016)		University of Aston	Reino Unido	Citizenship Studies	0,641	Between safety and vulnerability: the exiled other of international relations	2016
Amir Lupovici (LUPOVICI, 2013)		Tel Aviv University	Israel	International Studies Review	0,783	Pacification: Toward a Theory of the Social Construction of Peace	2013
Amir Lupovici (LUPOVICI, 2014)		Tel Aviv University	Israel	International Studies Review	0,783	The Limits of Securitization Theory: Observational Criticism and the Curious Absence of Israel	2014
Andrea Oelsner (OELSNER, 2009)		University of Aberdeen	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Consensus and Governance in Mercosur: The Evolution of the South American Security Agenda	2009
Andreas Vasilache (VASILACHE, 2014)		Bielefeld University	Alemanha	Security Dialogue	2,08	Great power governmentality Coincidence and parallelism in the new strategic guidance for the US Department of Defense	2014
Annette Jünemann (JÜNEMANN, 2003)		Helmut Schmidt Universität	Alemanha	Mediterranean Politics	1,357	Security-Building in the Mediterranean After September 11	2003
Anthony M. Messina (MESSINA, 2014)		Trinity College	Irlanda	World Politics	2,959	Securitizing Immigration in the Age of Terror	2014
Ariel Salleh (SALLEH, 2014)		University of Sydney	Austrália	Capitalism Nature Socialism	0,925	Ecosocialism, Gendered Imaginaries, and the Informatic-Securitization Complex	2014
Arturo Di Bella (DI BELLA, 2015)		University of Catania	Italia	Geopolitics	1,467	The Sicilian MUOS Ground Station Conflict: On US Geopolitics in the Mediterranean and Geographies of Resistance	2015

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Asli Ilgit (ILGIT; KLOTZ, 2014)	Audie Klotz	Gustavus Adolphus College	Estados Unidos da América	Security Dialogue	2,08	How far does 'societal security' travel? Securitization in South African immigration policies	2014
Audra Mitchell (MITCHELL, 2010)		University of St Andrews	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	1,015	Peace beyond Process?	2010
Axel Heck (HECK; SCHLAG, 2012)	Gabi Schlag	Johannes Gutenberg University	Alemanha	European Journal of International Relations	2,503	Securitizing images: The female body and the war in Afghanistan	2012
Ayhan Kaya (KAYA, 2012)		Istanbul Bilgi University	Turquia	Citizenship Studies	0,641	Transnational citizenship: German-Turks and liberalizing citizenship regimes	2012
Bahar Baser (BASER, 2017)		Coventry University	Reino Unido	Terrorism and Political Violence	0,823	Tailoring Strategies According to Ever-Changing Dynamics: The Evolving Image of the Kurdish Diaspora in Germany	2017
Barry Hindess (HINDESS, 2004)		Australia National University	Austrália	Citizenship Studies	0,641	Citizenship for All	2004
Barry J. Ryan (RYAN, 2007)		Keele University	Reino Unido	International Peacekeeping	0,612	Quasi-pluralism in a Quasipeace: South Serbia's Multiethnic Police	2007
Benjamin J. Muller (MULLER, 2011)		King's University College at University of Western Ontario	Canada	Geopolitics	1,467	Risking it all at the Biometric Border: Mobility, Limits, and the Persistence of Securitisation	2011
Benjamin J. Muller (MULLER, 2004)		King's University College	Reino Unido	Citizenship Studies	0,641	(Dis)qualified bodies: securitization, citizenship and 'identity management'	2004
Bernhard Stahl (STAHL; LÜCKE; FELFELI, 2016)	Robin Lucke	Passau University	Alemanha	Journal of Communist Studies and Transition Politics	0,869	Comeback of the transatlantic security community? Comparative securitisation in the Crimea crisis	2016
Beth K. Greener-Barcham (GREENER-BARCHAM; BARCHAM, 2006)	Manuhua Barcham	Massey University	Nova Zelândia	Australian Journal of International Affairs	0,532	Terrorism in the South Pacific? Thinking critically about approaches to security in the region	2006
Bezen Balamir Coskun (COSKUN, 2010)		Zirve University	Turquia	Cambridge Review of International Affairs,	0,587	History writing and securitization of the other: the construction and reconstruction of Palestinian and Israeli security discourses	2010
Bülent Aras (ARAS; KARAKAYA POLAT, 2008)	Rabia Karakaya Polat	Isik Univesity	Turquia	Security Dialogue	2,08	From Conflict to Cooperation: Desecuritization of Turkey's Relations with Syria and Iran	2008
Carla Castañeda (CASTAÑEDA, 2009)		Government of Canada	Canadá	Review of African Political Economy	0,772	How Liberal Peacebuilding May Be Failing Sierra Leone	2009
Cenap Çakmak (CAKMAK, 2016)		Eskişehir Osmangazi University	Turquia	Cambridge Review of International Affairs,	0,587	Turkish-Syrian relations in the wake of the Syrian conflict: back to securitization?	2016
Chris Methmann (METHMANN; OELS, 2015)	Angela Oels	University of Hamburg	Alemanha	Security Dialogue	2,08	From 'fearing' to 'empowering' climate refugees: Governing climate-induced migration in the name of resilience	2015
Chris Methmann (METHMANN; OELS, 2015)	Delf Rothe	University of Hamburg	Alemanha	Security Dialogue	2,08	Politics for the day after tomorrow: The logic of apocalypse in global climate politics	2012

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Christian Olsson (OLSSON, 2007)		Institut D'Etudes Politiques de Paris	França	Journal of International Relations and Development	0,793	The politics of the apolitical: private military companies, humanitarians and the quest for (anti-)politics in post-intervention environments	2007
Christina Boswell (BOSWELL, 2007)		University of Edinburgh	Reino Unido	Journal of Common Market Studies	1,877	Migration Control in Europe After 9/11: Explaining the Absence of Securitization	2007
Christoph O Meyer (O MEYER, 2009)		King's College	Reino Unido	Cambridge Review of International Affairs,	0,587	International terrorism as a force of homogenization? A constructivist approach to understanding crossnational threat perceptions and responses	2009
Claire Wilkinson (WILKINSON, 2007)		University of Birmingham	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	The Copenhagen School on Tour in Kyrgyzstan: Is Securitization Theory Useable Outside Europe?	2007
Claudia Aradau (ARADAU, 2012)		King's College London	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	1,015	Security, War, Violence – The Politics of Critique: A Reply to Barkawi	2012
Claudia Aradau (ARADAU, 2004c)		King's College London	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	1,015	The Perverse Politics of Four-Letter Words: Risk and Pity in the Securitisation of Human Trafficking	2004
Coleen A. Fox (FOX; SNEDDON, 2007)	Chris Sneddon	Dartmouth College	Estados Unidos da América	International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics	0,706	Transboundary river basin agreements in the Mekong and Zambezi basins: enhancing environmental security or securitizing the environment?	2007
Colin McInnes (MCINNES; RUSHTON, 2011)	Simon Rushton	Aberystwyth University	Reino Unido	European Journal of International Relations	2,503	HIV/AIDS and securitization theory	2011
Cynthia Weber (WEBER, 2005)		Lancaster University	Reino Unido	Geopolitics	1,467	Securitisating the Unconscious: The Bush Doctrine of Preemption and Minority Report	2007
Daiva Stasiulis (STASIULIS; ROSS, 2006)	Darryl Ross	Carleton University	Canadá	Citizenship Studies	0,641	Security, Flexible Sovereignty, and the erils of Multiple Citizenship	2006
David Galbreath (GALBREATH; MCEVOY, 2012)	Joanne McEvoy	University of Bath	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	European organizations and minority rights in Europe: On transforming the securitization dynamic	2012
David Hudson (HUDSON, 2008)		University College London	Reino Unido	Contemporary Politics	0,544	Developing geographies of financialisation: banking the poor and remittance securitisation	2008
Debbie Lisle (LISLE, 2013)		Queen's University Belfast	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Frontline leisure: Securitizing tourism in the War on Terror	2013
Debra Halbert (HALBERT, 2016)		University of Hawai'i at Manoa	Hawai	Information Society	0,722	Intellectual property theft and national security: Agendas and assumptions	2016
Dereje Zeleke Mekonnen (MEKONNEN, 2010)		University of Vienna	Austria	European Journal of International Law	0,722	The Nile Basin Cooperative Framework Agreement Negotiations and the Adoption of a 'Water Security' Paradigm: Flight into Obscurity or a Logical Cul-de-sac?	2010
Diana Ojeda (OJEDA, 2013)		Pontificia Universidad Javeriana	Colombia	Geopolitics	1,467	War and Tourism: The Banal Geographies of Security in Colombia's "Retaking"	2013
Didier Bigo (BIGO, 2014)		Kings College London	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	The (in)securitization practices of the three universes of EU border control: Military/Navy – border guards/police - database analysts	2014
Eamonn Butler (BUTLER, 2011)		University of Glasgow	Reino Unido	Geopolitics	1,467	The Geopolitics of Merger and Acquisition in the Central European Energy Market	2011

Autores	Autores 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Elke Winter (WINTER, 2014)		University of Ottawa	Canadá	Citizenship Studies	0,641	(Im)possible citizens: Canada's 'citizenship bonanza' and its boundaries	2012
Eran Feitelson (FEITELSON; TAMIMI; ROSENTHAL, 2012)	Abdelrahman Tamimi	Hebrew University of Jerusalem	Israel	Journal of Peace Research	2,859	Climate change and security in the Israeli–Palestinian context	2012
Eric Van Rythoven (VAN RYTHOVEN, 2016)		Carleton University	Canada	European Journal of International Relations	2,503	The perils of realist advocacy and the promise of securitization theory: Revisiting the tragedy of the Iraq War debate	2016
Erika Weinthal (WEINTHAL; ZAWAHRI; SOWERS, 2015)	Neda Zawahri	Duke University	Estados Unidos da América	International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics	0,706	Securitizing Water, Climate, and Migration in Israel, Jordan, and Syria	2015
Fana Gebresenbet (GEBRESEN BET, 2014)		Addis Ababa University	Etiópia	Review of African Political Economy	0,772	Review of African Political Economy	2014
Faye Donnelly (DONNELLY, 2015)		University of St Andrews	Reino Unido	European Journal of International Relations	2,503	The Queen's speech: Desecuritizing the past, present and future of Anglo-Irish relations	2015
Federica Bicchieri (BICCHI; MARTIN, 2006)	Mary Martin	London School of Economics and Political Science	Reino Unido	Mediterranean Politics	1,357	Talking Tough or Talking Together? European Security Discourses towards the Mediterranean	2006
Francesco Ragazzi (RAGAZZI, 2017)		Leiden University	Holanda	Critical Social Policy	1,063	Countering terrorism and radicalisation: Securitising social policy?	2016
Francis McGowan (MCGOWAN, 2011)		University of Sussex	Reino Unido	Geopolitics	1,467	Putting Energy Insecurity into Historical Context: European Responses to the Energy Crises of the 1970s and 2000s	2011
François-Xavier Plasse-Couture (PLASSE-COUTURE, 2013)		University of Hawaii	Estados Unidos da América	Security Dialogue	2,08	Effective abandonment: The neoliberal economy of violence in Israel and the Occupied Territories	2013
Frank Möller (MÖLLER, 2007)		University of Tampere	Finlândia	Security Dialogue	2,08	Photographic Interventions in Post-9/11 Security Policy	2007
Franziskus von Lucke (VON LUCKE; WELLMANN; DIEZ, 2014)	Zehra Wellmann	University of Tuebingen	Alemanha	Geopolitics	1,467	What's at Stake in Securitising Climate Change? Towards a Differentiated Approach	2014
Gabe Mythen (MYTHEN; WALKLATE; PEATFIELD, 2017)	Sandra Walklate	University Of Liverpool	Reino Unido	Critical Social Policy	1,063	Assembling and deconstructing radicalisation in PREVENT: A case of policy-based evidence making?	2017
Gavin Slade (SLADE, 2007)		University of Oxford	Geórgia	Global Crime	0,535	The Threat of the Thief: Who Has Normative Influence in Georgian Society?	2007
Georgios Karyotis (KARYOTIS; PATRIKIOS, 2010)	Stratos Patrikios	University of Strathclyde	Reino Unido	Journal of Peace Research	2,859	Religion, securitization and anti-immigration attitudes: The case of Greece	2010
Gonzalo Escribano (ESCRIBANO; VALDÉS, 2017)	Javier Valdés	Ciudad Universitaria	Espanha	Geopolitics	1,467	Oil Prices: Governance Failures and Geopolitical Consequences	2016

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Gregory W. White (WHITE, 2007)		Smith College	Estados Unidos da América	Review of International Political Economy	1,599	Sovereignty and international labor migration: The 'security mentality' in Spanish-Moroccan relations as an assertion of sovereignty	2007
Güneş Murat Tezcür (TEZCÜR, 2012)		Loyola University	Estados Unidos da América	Democratization	0,889	Democracy promotion, authoritarian resiliency, and political unrest in Iran	2012
Gwendolyn Sasse (SASSE, 2005)		European Institute	Reino Unido	Journal of Common Market Studies	1,877	Securitization or Securing Rights? Exploring the Conceptual Foundations of Policies towards Minorities and Migrants in Europe	2005
Hakan Seckinelgin (SECKINELGIN; BIGIRUMWAMI; MORRIS, 2010)	Joseph Bigirumwami	London School of Economics and Political Science	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Securitization of HIV/AIDS in Context: Gendered Vulnerability in Burundi	2010
Harry Verhoeven (VERHOEVEN, 2014)		University of Oxford	Reino Unido	Geopolitics	1,467	Gardens of Eden or Hearts of Darkness? The Genealogy of Discourses on Environmental Insecurity and Climate Wars in Africa	2014
Harry Verhoeven (VERHOEVEN, 2009)		Oxford University	Reino Unido	Journal of Eastern African Studies	0,642	The self-fulfilling prophecy of failed states: Somalia, state collapse and the Global War on Terror	2009
Helle Malmvig (MALMVIG, 2014)		Dinamarca		Mediterranean Politics	1,357	Power, Identity and Securitization in Middle East: Regional Order after the Arab Uprisings	2014
Helle Malmvig (MALMVIG, 2005)		Dinamarca		Mediterranean Politics	1,357	Security through Intercultural Dialogue? Implications of the Securitization of Euro-Mediterranean Dialogue between Cultures	2010
Holger Stritzel (STRITZEL; CHANG, 2015)	Sean C Chang	King's College London	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Securitization and counter-securitization in Afghanistan	2015
Itay Fischhendler (FISCHHENDLER; KATZ, 2013)	David Katz	Hebrew University of Jerusalem	Israel	International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics	0,706	The use of "security" jargon in sustainable development discourse: evidence from UN Commission on Sustainable Development	2012
Itay Fischhendler (FISCHHENDLER, 2015)		Hebrew University of Jerusalem	Israel	International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics	0,706	The securitization of water discourse: theoretical foundations, research gaps and objectives of the special issue	2015
J Peter Burgess (BURGESS; OWEN; SINHA, 2016)	Taylor Owen	Peace Research Institute Oslo	Noruega	Cambridge Review of International Affairs,	0,587	Human securitization of water? A case study of the Indus Waters Basin	2013
Jardar Østbø (ØSTBØ, 2017)		University of Oslo	Noruega	Post-Soviet Affairs	1,396	Securitizing "spiritual-moral values" in Russia	2016
Jarrod Hayes (HAYES, 2012)		University of Southern California	Estados Unidos da América	International Studies Quarterly	2,184	Identity and Securitization in the Democratic Peace: The United States and the Divergence of Response to India and Iran's Nuclear Programs	2009
Jarrod Hayes (HAYES, 2012)		N/A	Estados Unidos da América	Revue Française de Science Politique	0,548	Securitization, Social Identity, and Democratic Security: Nixon, India, and the Ties That Bind	2012
Javier Treviño-Range (TREVINO-RANGEL, 2016)		London School of Economics	Reino Unido	Global Governance	0,871	What Do We Mean When We Talk About the "Securitization" of International Migration in Mexico? A Critique	2016

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Jef Huysmans (HUYSMANS, 2004)		The Open University	Reino Unido	Journal of International Relations and Development	0,793	A Foucaultian view on spill-over: freedom and security in the EU	2004
Jeremy Walker (WALKER; COOPER, 2011)	Melinda Cooper	University of Technology	Austrália	Security Dialogue	2,08	Genealogies of resilience: From systems ecology to the political economy of crisis adaptation	2011
Jill Williams (WILLIAMS; MASSARO, 2013)	Vanessa Massaro	Clark University	Estados Unidos da América	Geopolitics	1,467	Feminist Geopolitics: Unpacking (In)Security, Animating Social Change	2013
John Morrissey (MORRISSEY, 2011)		National University of Ireland	Irlanda	Geopolitics	1,467	Liberal Warfare and Biopolitics: US Juridical Warfare in the War on Terror	2011
John O'Brennan (O'BRENNAN, 2006)		University of Limerick	Irlanda	Cambridge Review of International Affairs,	0,587	'Bringing Geopolitics Back In': Exploring the Security Dimension of the 2004 Eastern Enlargement of the European Union	2006
Jon Coaffee (COAFFEE; ROGERS, 2008)	Peter Rogers	University of Manchester	Reino Unido	Space and Polity	0,606	Rebordering the City for New Security Challenges: From Counter-terrorism to Community Resilience	2008
Jonathan D. Caverley (CAVERLEY; KRUPNIKOV, 2017)	Yanna Krupnikov	Massachusetts Institute of Technology	Estados Unidos da América	Journal of Conflict Resolution	2,51	Aiming at Doves: Experimental Evidence of Military Images' Political Effects	2015
Jonathan Fox (FOX; AKBABA, 2015)	Yasemin Akbaba	Bar Ilan University	Israel	Comparative European Politics	0,672	Securitization of Islam and religious discrimination: Religious minorities in Western democracies, 1990-2008	2015
Jonna Nyman (NYMAN, 2014)		University of Leicester	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	1,015	'Red Storm Ahead': Securitisation of Energy in US-China Relations	2014
Julia Urquijo (URQUIJO; DE STEFANO; LA CALLE, 2015)	Lucia De Stefano	Universidad Complutense de Madrid	Espanha	International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics	0,706	Drought and exceptional laws in Spain: the official water discourse	2015
Juliet Lodge (LODGE, 2004)		University of Leeds	Reino Unido	Journal of European Integration	1,109	EU homeland security: citizens or suspects?	2007
Jürgen Haacke (HAACKE; WILLIAMS, 2008)	Paul D. Williams	London School of Economics and Political Science	Reino Unido	Security Studies	2,346	Regional Arrangements, Securitization, and Transnational Security Challenges: The African Union and the Association of Southeast Asian Nations Compared	2008
Kai Schulze (SCHULZE, 2016)		Freie Universität Berlin	Alemanha	International Relations of the Asia-Pacific	0,539	Japan's new assertiveness: institutional change and Japan's securitization of China	2016
Kathleen M. Jennings (JENNINGS, 2008)		Fafo Institute for Applied International Studies	Noruega	Global Governance	0,871	Unclear Ends, Unclear Means: Reintegration in Postwar Societies? The Case of Liberia	2008
Kaveri Qureshi (QURESHI, 2013)		Oxford University	Reino Unido	Citizenship Studies	0,641	Diasporic citizenship and militarization: Punjabi soldiers in the world wars	2013
Ken Menkhaus (MENKHAUS, 2009)		Davidson College	Estados Unidos da América	Survival	0,72	Dangerous Waters	2009
Kieran Williams (WILLIAMS, 2003a)		London Global University	Reino Unido	Journal of Communist Studies and Transition Politics	0,869	Lustration as the securitization of democracy in Czechoslovakia and the Czech Republic	2006

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Kirill Nourzhanov (NOURZHANOV, 2009)		Australian National University	Austrália	Australian Journal of International Affairs	0,532	Changing security threat perceptions in Central Asia	2009
Kobi Michael (MICHAEL, 2009)		Ben-Gurion University	Israel	Journal of Strategic Studies	1,021	Who Really Dictates What an Existential Threat Is? The Israeli Experience	2009
Kristian Åtland (ÅTLAND; VEN BRUUSGAARD, 2009)	Kristin Ven Bruusgaard	Noruega		Security Dialogue	2,08	When Security Speech Acts Misfire: Russia and the Elektron Incident	2009
Lauren L. Martin (MARTIN, 2012)		University of Oulu	Finlândia	Geopolitics	1,467	'Catch and Remove': Detention, Deterrence, and Discipline in US Noncitizen Family Detention Practice	2012
Lee Jones (HAMEIRI; JONES, 2013)		University of London	Reino Unido	International Relations of the Asia-Pacific	0,539	Beyond securitization: explaining the scope of security policy in Southeast Asia	2011
Luca Mavelli (MAVELLI, 2013)		University of Kent	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	1,015	Between Normalisation and Exception: The Securitisation of Islam and the Construction of the Secular Subject	2013
Luca Mavelli (MAVELLI, 2016)		University of Kent	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Governing uncertainty in a secular age: Rationalities of violence, theodicy and torture	2015
Luiza Bialasiewicz (BIALASIEWICZ, 2012)		University of Amsterdam	Holanda	Geopolitics	1,467	Off-shoring and Out-sourcing the Borders of EUrope: Libya and EU Border Work in the Mediterranean	2012
Marike Schomerus (SCHOMERUS; DE VRIES, 2014)	Lotje de Vries	London School of Economics	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Improvising border security: 'A situation of security pluralism' along South Sudan's borders with the Democratic Republic of the Congo	2014
Maria Jansson (JANSSON, 2017)		Stockholm University	Suécia	International Feminist Journal of Politics	0,732	The logic of protection: narratives of HIV/AIDS in the UN Security Council	2016
Maria Julia Trombetta (TROMBETTA, 2008)		Delft University of Technology	Holanda	Cambridge Review of International Affairs	0,587	Environmental security and climate change: analysing the discourse	2008
Maria Mälksoo (MÄLKSOO, 2015)		University of Tartu	Estônia	Security Dialogue	2,08	'Memory must be defended': Beyond the politics of mnemonic security	2015
Mark B. Salter (SALTER, 2008)		University of Ottawa	Canada	Journal of International Relations and Development	0,793	Securitization and desecuritization: a dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority	2008
Mark J. Miller (MILLER, 2011)		University of Delaware	Estados Unidos da América	Perspectives on Politics	3,429	The Securitization of Humanitarian Migration: Digging Moats and Sinking Boats	2011
Matti Jutila (JUTILA, 2015)		University of Minnesota	Estados Unidos da América	Nationalities Papers	0,579	Securitization, history, and identity: some conceptual clarifications and examples from politics of Finnish war history	2015
Matti Jutila (JUTILA, 2006)		University of Helsinki	Finlândia	Security Dialogue	2,08	Desecuritizing Minority Rights: Against Determinism	2006
Megan MacKenzie (MACKENZIE, 2010)		Victoria University of Wellington	Nova Zelândia	International Feminist Journal of Politics	0,732	Securitizing Sex?	2010
Megan MacKenzie (MACKENZIE, 2009)		Harvard University	Estados Unidos da América	Security Studies	2,346	Securitization and Desecuritization: Female Soldiers and the Reconstruction of Women in Post-Conflict Sierra Leone	2009
Melanie Sommerville	Jamey Essex	University of British Columbia	Canadá	Geopolitics	1,467	The 'Global Food Crisis' and the Geopolitics of Food Security	2014

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
(SOMMERVILLE; ESSEX; LE BILLON, 2014)							
Michael J. Shapiro (SHAPIRO, 2009)		University of Hawai'i at Mānoa	Estados Unidos da América	Security Dialogue	2,08	Managing Urban Security: City Walls and Urban Metis	2009
Michael J. Shapiro (SHAPIRO, 2007)		University of Hawai'i at Mānoa	Estados Unidos da América	Security Dialogue	2,08	The New Violent Cartography	2007
Michael O'Keefe (O'KEEFE, 2011)		La Trobe University	Austrália	Australian Journal of International Affairs	0,532	Contextualising the AIDS epidemic in the South Pacific: orthodoxies, estimates and evidence	2011
Michael O'Keefe (O'KEEFE, 2012)		La Trobe University	Austrália	Contemporary Politics	0,544	Lessons from the rise and fall of the military AIDS hypothesis: politics, evidence and persuasion	2012
Mike S Schäfer (SCHÄFER; SCHEFFRAN; PENNIKET, 2016)	Jürgen Scheffran	University of Zurich	Suíça	Security Dialogue	2,08	Securitization of media reporting on climate change? A cross-national analysis in nine countries	2015
Mikhail A Alexseev (ALEXSEEV, 2011)		San Diego State University	Estados Unidos da América	Journal of Peace Research	2,859	Societal security, the security dilemma, and extreme anti-migrant hostility in Russia	2011
Nazli Avdan (AVDAN, 2014)		Kansas University	Estados Unidos da América	European Union Politics	2,273	Do asylum recognition rates in Europe respond to transnational terrorism? The migration-security nexus revisited	2014
Nicolas Lemay-Hébert (LEMAY-HÉBERT, 2014)		University of Birmingham	Reino Unido	International Peacekeeping	0,612	Resistance in the Time of Cholera: The Limits of Stabilization through Securitization in Haiti	2014
Nicole Detraz (DETRAZ; WINDSOR, 2014)	Leah Windsor	University of Memphis	Estados Unidos da América	International Feminist Journal of Politics	0,732	Evaluating Climate Migration	2013
Nicole J. Jackson (JACKSON, 2006)		University of Warwick	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	International Organizations, Security Dichotomies and the Trafficking of Persons and Narcotics in Post-Soviet Central Asia: A Critique of the Securitization Framework	2006
Nicole Sunday Grove (GROVE, 2015)		University of Hawai'i at Mānoa	Estados Unidos da América	Security Dialogue	2,08	The cartographic ambiguities of HarassMap: Crowdmapping security and sexual violence in Egypt	2015
Niels Lachmann (LACHMANN, 2006)		Domane Universitaire	França	Journal of International Relations and Development	0,793	From excluded to excluder: Spain in the transatlantic security community	2006
Nina Boy (BOY, 2015)		Noruega		Security Dialogue	2,08	Sovereign safety	2015
Odysseas Christou (CHRISTOU; ADAMIDES, 2013)	Constantinos Adamides	University of Nicosia	Chipre	Security Dialogue	2,08	Energy securitization and desecuritization in the New Middle East	2013
Olaf Corry (CORY, 2012)		University of Cambridge	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	1,015	Securitisation and 'Riskification': Second-order Security and the Politics of Climate Change	2012

Auto	Autor 2	Instituião	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Oliver Kessler (KESSLER, 2011)		University of Groningen	Holanda	Security Dialogue	2,08	Beyond sectors, before the world: Finance, security and risk	2011
Ondřej Horký-Hluchán (HORKÝ-HLUCHÁN; SZENT-IVÁNYI, 2015)	Balázs Szent-Iványi	Institute of International Relations	República Checa	Journal of Communist Studies and Transition Politics	0,869	Neither security nor development? Czech and Hungarian identities and interests in the provincial reconstruction teams in Afghanistan	2015
Owen Parker (PARKER, 2012)		University of Warwick	Reino Unido	Journal of Common Market Studies	1,877	Roma and the Politics of EU Citizenship in France: Everyday Security and Resistance	2012
Pami Aalto (AALTO, 2003)		University of Tampere	Finlândia	Journal of Peace Research	2,859	Revisiting the Security/Identity Puzzle in Russo-Estonian Relations	2003
Paul Amar (AMAR, 2013)		University of California	Estados Unidos da América	International Feminist Journal of Politics	0,732	The Revolution Continues	2013
Paul Kallender (KALLENDER; HUGHES, 2017)	Christopher W. Hughes	Keio Gijuku Daigaku	Japão	Journal of Strategic Studies	1,021	Japan's Emerging Trajectory as a 'Cyber Power': From Securitization to Militarization of Cyberspace	2016
Paul Roe (ROE, 2014)		Central European University	Hungria	Perspectives on Politics	3,429	Securitizing Islam: Identity and the Search for Security	2014
Paul Roe (ROE, 2008)		Central European University	Hungria	Security Dialogue	2,08	Actor, Audience(s) and Emergency Measures: Securitization and the UK's Decision To Invade Iraq	2008
Paul Roe (ROE, 2004)		Central European University	Hungria	Security Dialogue	2,08	Securitization and Minority Rights: Conditions of Desecuritization	2004
Peer Schouten (SCHOUTEN, 2014)		University of Gothenburg	Suécia	Security Dialogue	2,08	Security as controversy: Reassembling security at Amsterdam Airport	2014
Philippe M. Frowd (FROWD, 2014)		McMaster University	Canadá	Millennium: Journal of International Studies	1,015	State Personhood, Abjection and the United States' HIV Travel Ban	2014
Rebekah Tromble (TROMBLE, 2014)		Leiden University	Holanda	Journal of Communist Studies and Transition Politics	0,869	Securitising Islam, securitising ethnicity: the discourse of Uzbek radicalism in Kyrgyzstan	2014
Rita Abrahamsen (ABRAHAMSEN, 2004)		University of Wales	Reino Unido	Review of African Political Economy	0,772	A Breeding Ground for Terrorists? Africa & Britain's 'War on Terrorism'	2004
Rob Aitken (AITKEN, 2011)		University of Alberta	Canadá	Security Dialogue	2,08	Financializing security: Political prediction markets and the commodification of uncertainty	2011
Robert Dover (DOVER, 2008)		Loughborough University	Reino Unido	Journal of European Integration	1,109	Towards a Common EU Immigration Policy: a Securitization Too Far	2008
Roxanna Sjöstedt (SJÖSTEDT, 2007)		Uppsala University	Suécia	Foreign Policy Analysis	0,859	The Discursive Origins of a Doctrine Norms, Identity, and Securitization under Harry S. Truman and George W. Bush	2007
Roxanna Sjöstedt (SJÖSTEDT, 2008)		Uppsala University	Suécia	Security Dialogue	2,08	Exploring the Construction of Threats: The Securitization of HIV/AIDS in Russia	2008
Roxanne Lynn Doty (DOTY, 1998)		Arizona State University	Estados Unidos da América	Security Studies	2,346	Immigration and the politics of security	2007
Sami Zemni (ZEMNI, 2006)		University of Ghent	Bélgica	Mediterranean Politics	1,357	Islam between Jihadi Threats and Islamist Insecurities?	2006
Samuel Chan (CHAN, 2010)		Nanyang Technological University	Cingapura	Asian Security	1,141	Evidence from Belgium and Morocco Pyrrhic Victory in the "Tournament of Shadows": Central Asia's Quest for Water Security (1991–2009)	2010

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
Sandra J. MacLean (MACLEAN, 2008)		Simon Fraser University	Canadá	Security Dialogue	2,08	Microbes, Mad Cows and Militaries: Exploring the Links Between Health and Security	2008
Sebastian Biba (BIBA, 2014)		Goethe University Frankfurt	Alemanha	Journal of Contemporary China	0,73	Desecuritization in China's Behavior towards Its Transboundary Rivers: the Mekong River, the Brahmaputra River, and the Irrish and Ili Rivers	2013
Sebastian Biba (BIBA, 2016)		Goethe University Frankfurt	Alemanha	Security Dialogue	2,08	From securitization moves to positive outcomes: The case of the spring 2010 Mekong crisis	2016
Stefan Elbe (ELBE, 2006)		University of Sussex	Reino Unido	International Studies Quarterly	2,184	Should HIV/AIDS Be Securitized? The Ethical Dilemmas of Linking HIV/AIDS and Security	2006
Stefan Elbe (ELBE, 2008)		University of Sussex	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Risking Lives: AIDS, Security and Three Concepts of Risk	2008
Stefan Elbe (ELBE, 2007)		University of Sussex	Reino Unido	Review of International Political Economy	1,599	Our epidemiological footprint: The circulation of avian flu, SARS, and HIV/AIDS in the world economy	2007
Stephan Keukeleire (KEUKELEIRE; RAUBE, 2013)	Kolja Raube	University of Leuven	Bélgica	Cambridge Review of International Affairs, Millennium: Journal of International Studies	0,587	The security-development nexus and securitization in the EU's policies towards developing countries	2013
Stephan Scheel (SCHEEL, 2013)		The Open University	Reino Unido	International Studies	1,015	Autonomy of Migration Despite Its Securitisation? Facing the Terms and Conditions of Biometric Rebordering	2013
Stephanie Perazzone (PERAZZONE, 2017)		Institute of International and Development Studies (IHEID)	Suíça	International Peacekeeping	0,612	Reintegrating former fighters in the congo: ambitious objectives, limited results	2016
Stephanie Simon (SIMON, 2012)		University of Amsterdam	Holanda	Security Dialogue	2,08	Suspicious encounters: Ordinary preemption and the securitization of photography	2012
Stephen Castles (CASTLES, 2014)		University of Sydney	Australia	Citizenship Studies	0,641	International migration at a crossroads	2014
Tamar Arieli (ARIELI, 2012)		Tel Hai Academic College	Israel	Geopolitics	1,467	Borders of Peace in Policy and Practice: National and Local Perspectives of Israel/Jordan Border Management	2012
Tarak Barkawi (BARKAWI, 2011)		University of Cambridge	Reino Unido	Millennium: Journal of International Studies	1,015	From War to Security: Security Studies, the Wider Agenda and the Fate of the Study of War	2011
Tarak Barkawi (BARKAWI, 2012)		New School for Social Research	Estados Unidos da América	Millennium: Journal of International Studies	1,015	Of Camps and Critiques: A Reply to 'Security, War, Violence'	2012
Tarik Oğuzlu (OĞUZLU, 2007)		Bilkent University	Turquia	Australian Journal of International Affairs	0,532	Soft power in Turkish foreign policy	2007
Theodora Kostakopoulou (KOSTAKOPOULOU, 2000)		University of Manchester	Reino Unido	Journal of Common Market Studies	1,877	The 'Protective Union': Change and Continuity in Migration Law in Policy in Post-Amsterdam Europe	2000
Thierry Balzacq (BALZACQ, 2008)		Faculté des sciences économiques, sociales et de gestion	Bélgica	Journal of Common Market Studies	1,877	The Policy Tools of Securitization: Information Exchange, EU Foreign and Interior Policies	2008
Thomas Diez (DIEZ; SQUIRE, 2008)	Vicki Squire	University of Birmingham	Reino Unido	Citizenship Studies	0,641	Traditions of citizenship and the securitisation of migration in Germany and Britain	2008
Timo Kivimäki (KIVIMÄKI, 2012)		University of Uppsala	Suécia	Asian Security	1,141	The Creation and Implementation of the ASEAN Charter	2012
Tine Hanrieder	Christian Kreuder-Sonnen	Ludwig-Maximilians-University of Munich	Alemanha	Security Dialogue	2,08	WHO decides on the exception? Securitization and emergency governance in global health	2014

Autor	Autor 2	Instituição	País	Revista	Fator de Impacto	Título artigo	Ano
(HANRIEDER; KREUDER-SONNEN, 2014)							
Tsering Topgyal (TOPGYAL, 2016)		University of Birmingham	Reino Unido	Asian Security	1,141	The Tibetan Self-Immolations as Counter-Securitization: Towards an Inter-Unit Theory of Securitization	2016
Una McGahern (MCGAHERN, 2016)		Newcastle University	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	'They go to get a gun': Hidden histories of violence and the politics of rumour in Israel	2016
Wendy Vogt (VOGT, 2016)		Indiana University-Purdue University Indianapolis	Estados Unidos da América	Geopolitics	1,467	Stuck in the Middle With You: The Intimate Labours of Mobility and Smuggling along Mexico's Migrant Route	2016
Wilfrid Greaves (GREAVES, 2016)		University of Toronto	Canadá	Security Dialogue	2,08	Arctic (in)security and Indigenous peoples: Comparing Inuit in Canada and Sámi in Norway	2016
William Ascher (ASCHER, 2016)		Claremont McKenna College	Estados Unidos da América	Perspectives on Politics	3,429	The Securitization of Foreign Aid	2016
William Vlcek (VLCEK, 2015)		University of St Andrews	Reino Unido	International Studies Perspectives	0,998	Securitizing Money to Counter Terrorist Finance: Some Unintended Consequences for Developing Economies	2015
Wolfram Lacher (LACHER, 2008)		Control Risks	Reino Unido	Security Dialogue	2,08	Actually Existing Security: The Political Economy of the Saharan Threat	2008
You Ji (JI, 2016)		University of Macau	China	Journal of Contemporary China	0,73	China's National Security Commission: theory, evolution and operations	2015
Yul Sohn (SOHN; KOO, 2011)	Min Gyo Koo	Yonsei University	Coreia do Sul	International Relations of the Asia-Pacific	0,539	Securitizing trade: the case of the Korea -US free trade agreement	2011

Apêndice 2 – Fichas de Leitura

Autor	Observações
Abdenmour Benantar	O autor opta por não aplicar a teoria de securitização; ele apenas cita trabalhos que utilizaram o termo.
Adrian Little	A abordagem teórica utilizada é a biopolítica de Foucault, junto com o aporte teórico de Espósito, que menciona a lógica securitizante.
Alan Ingram	O artigo problematiza a questão da saúde na agenda de segurança; a abordagem é geral e não segue o roteiro da EC.
Alan Ingram	O artigo apresenta a securitização da HIV/AIDS e mostra como essa securitização se desdobrou em políticas e financiamentos para a Nigéria.
Alexander Kelle	O artigo indica que há um movimento de securitização, mas que ele seria incompleto. A OMS poderia ser um agente potencial da securitização, ao mesmo tempo que é o espaço potencial no qual a securitização ocorre.
Alexander R. Arifianto	O artigo trata da securitização dos migrantes indonésios pelo governo da Malásia. O autor apresenta todos os elementos e os costura com a teoria de securitização.
Alexandra Dobrowolsky	A autora afirma que a imigração virou prioridade na pauta social do Canadá e a questão de gênero deixou de ser. Isso porque a propaganda e o marketing do governo são mais bem alavancados com o tema da migração. Apesar de falar em securitização, apenas o termo é citado e referenciado, o texto não se prende em explicar, muito menos em aplicar o conceito. A autora dedica uma seção à securitização em que se limita a descrever a evolução das leis de migração no Canadá.
Alper Kaliber	O artigo não identifica medidas. Procura mostrar que houve a securitização do Chipre por meio da análise de discursos. Em seguida, procura avaliar as consequências da securitização.
Amanda Russell Beattie	O objetivo do artigo é falar de segurança na cidadania. Desta forma a autora aponta as possibilidades de desejo de cidadania e como elas são enfrentadas. Falando dos exilados e migrantes e de como o assunto é encarado pelos Estados como tema de securitização, quando na verdade as pessoas passam necessidades. A autora faz uma abordagem mais pessoal, pensando em específicos nos indivíduos. Cita ao longo do artigo o termo securitização, mas não é possível confirmar que o conceito utilizado foi o da Escola de Copenhague. Não há referência à escola ao final e não foi aplicada a teoria.
Amir Lupovici	O objetivo do autor no texto não é aplicar a teoria de securitização, mas sim, criar uma conceituação que ele chama de "pacifization" e, para isso, ele lança mão da teoria de securitização.
Amir Lupovici	O objetivo do autor é mostrar como uma teoria com tanta capilaridade não foi bem empregada no caso de Israel. Para ele, os pesquisadores de Israel não a utilizaram e ela não tem abrangência nesse tema.
Andrea Oelsner	Não aplica corretamente o conceito de securitização da EC. Em alguns momentos, parece confundir segurança com securitização, pois fala no ingresso de temas na agenda de segurança do MERCOSUL como sinônimo de securitização dos temas.
Andreas Vasilache	O estudo concentra-se na análise da política de defesa dos EUA e utiliza o conceito de securitização de forma marginal. O propósito não é demonstrar empiricamente a securitização. Trata-se de uma abordagem baseada em Foucault.
Annette Jünemann	O texto não tem resumo ou palavras-chave. Também não tem introdução, a primeira seção do texto vai até a página 9. A autora cita a securitização, tenta falar da securitização do terrorismo no mundo, mas faz isso bastante superficialmente, então na página 4 ela diz que não é foco do trabalho analisar a securitização ou não.
Anthony M. Messina	Não se trata de um artigo de aplicação, mas sim de um artigo com revisão de quatro outros artigos sobre a securitização da migração.
Ariel Salleh	O texto aparenta ser um editorial, apesar de não levar esse nome. A autora faz uma revisão de tudo que já foi postado na revista. Ela, como editora, relembra os principais assuntos por década e os principais autores. Um dos temas que é revisitado pela autora é a securitização e a sua ocorrência no periódico. O ponto de vista é a securitização ambiental e sua relação com questões de gênero. Não aplica ou utiliza a teoria.
Arturo Di Bella	No texto a palavra securitização aparece 3 vezes, em nenhuma delas com o objetivo de aplicação teórica, nem mesmo é dada uma explicação do que o autor considera a securitização. Desta forma, esse artigo não é um artigo de aplicação da teoria de securitização.
Asli Ilgit	Os autores examinam a África do Sul e sua liberalização da migração. Os autores desenvolvem quatro objetivos específicos: o discurso oficial que marca migrantes como ameaça existencial; que as burocracias institucionalizam esse discurso; a identidade de cada grupo é crucial para qualquer contestação social; e que uma securitização de sucesso produz uma regionalização.
Audra Mitchell	O termo securitização aparece apenas duas vezes nas 24 páginas, no resumo, como um sinônimo de segurança, e na página 2, também como sinônimo de segurança.
Axel Heck	A proposta é avançar na teoria, apresentando a possibilidade de securitização por intermédio de figuras. Da mesma forma que o discurso age na securitização, o autor utiliza imagens com o mesmo objetivo dentro do processo de securitização. A abordagem é excelente, o texto coloca o <i>Times</i> como agente e justifica todo o processo de securitização partindo da premissa da imagem como ato de fala.
Ayhan Kaya	Apesar de citar securitização nas palavras-chave, o autor não a menciona na introdução ou no resumo. Mesmo assim, dedica uma seção para falar de securitização da cidadania de aproximadamente uma página que discute o processo do movimento de não politizado para politizado. Mas não cita os autores ou especifica melhor os fatos.
Bahar Baser	O artigo cita três vezes a palavra securitização como sendo similar à segurança.
Barry Hindess	A proposta do artigo é pensar o que resta da cidadania após a securitização das comunidades políticas que se seguiram, ou foi fortemente reforçada pelo 11 de Setembro. Na divisão proposta do artigo não se fala em securitização. Apesar de colocá-la na pergunta problema, nada de securitização foi desenvolvido, não existe nada que remeta ao conceito. O termo parece ter sido usado como sinônimo de segurança, mas nem mesmo de segurança se fala.
Barry J. Ryan	O autor pretende mostrar a dessecuritização da reforma política na Sérvia. Apesar de a proposta ser a aplicação teórica, o termo aparece apenas no resumo, introdução e conclusão. No caso desse artigo o autor realmente parece pretender utilizar o conceito da Escola de Copenhague, porém não o aplica, apenas cita.
Benjamin J. Muller	O objetivo do autor é pensar se a Europa securitizou a migração após os atentados de 11 de Setembro. O autor apresenta muitos críticos da escola de Copenhague e tenta apresentar teorias que poderiam complementar, mas não segue em nenhum momento a teoria de securitização.

Autor	Observações
Benjamin J. Muller	Para fazer a análise de securitização o autor utiliza não só os teóricos clássicos de Copenhague como também os seus críticos recentes. Além disso, acrescenta na análise Schmitt e Foucault. O autor consegue colocar todas as categorias analisadas no artigo.
Bernhard Stahl	O objetivo do autor é verificar que a securitização da Criméia aconteceu da mesma forma no que ele chama de "atores ocidentais" (Grã-Bretanha, França e Alemanha). O autor opta por combinar duas teorias diferentes, a teoria de securitização e a teoria que ele chama de comunidades pluralistas de segurança. Na página 530, o autor deixa claro que o objetivo do artigo não é aplicar a teoria de securitização e que ele não seguirá os passos dados pela teoria. Desta forma, o artigo fica fora do escopo dessa pesquisa.
Beth K. Greener-Barcham	Na página 74 existe uma seção para falar sobre a teoria, aborda algumas críticas, mas não aplica ao objeto.
Bezen Balamir Coskun	O autor determina o setor, sendo ele o setor societal, e justifica isso com uma discussão sobre identidade. O autor demonstra todos os estágios do processo de securitização, amarra a todo o momento a teoria com os fatos e vai além ao mostrar a aceitação do público, considerando-o como a população, tanto judaica como palestina.
Bülent Aras	O texto apresenta argumentos para a dessecuritização e confirma que, para isso, é necessário mostrar a securitização. Fala das críticas à teoria e aborda as elites como na literatura recente. Como o objetivo era mostrar a dessecuritização, o artigo demonstra a construção social da política, os discursos e como isso não avança. Desta forma, permanece politizado.
Carla Castañeda	Apesar de citar no resumo a teoria de securitização, ao longo de toda a introdução a autora não fala em aplicar a teoria. O artigo pretende analisar a paz liberal em três documentos da Serra Leoa.
Cenap Çakmak	O autor deixa claro que a Turquia politizou o fluxo migratório de sírios, mas ainda não securitizou. O texto apresenta uma seção inteira para a teoria e depois discorre sobre os fatos. Ao fazer a descrição não amarra com a teoria, apenas coloca um quadro, não muito explicativo. A conclusão de que está politizado é apresentada na conclusão. Análise crítica: a escrita enaltece bastante o governo turco, sem uma análise crítica de sua atuação.
Chris Methmann	O artigo não apresenta um estudo empírico de securitização e seu objetivo é discutir um conceito analítico.
Chris Methmann	O artigo faz uma análise mais geral da securitização nas OIs, mas se encaixa em um estudo empírico.
Christian Olsson	O autor pretende mostrar a politização do Iraque e do Afeganistão para os EUA com o envio de paramilitares e atuação de ONGs no pós-conflito. Como o autor deixar claro que o objetivo é mostrar a politização, ele chega até esse ponto. Ele explica a teoria de securitização por completo e determina o recorte da politização.
Christina Boswell	O texto é muito interessante e trabalha profundamente o conceito de securitização, mas em forma de crítica, demonstrando como a securitização foi muito aplicada à migração no pós-11 de Setembro, mesmo quando não se aplicaria bem ao caso.
Christoph O Meyer	O artigo é bastante complexo, mas apresenta ao longo de seu curso as categorias. Interessante notar que dedica uma seção inteira a aceitação do público alvo, apresentando pesquisas de opinião.
Claire Wilkinson	Objetivo é desenvolver uma crítica à teoria de securitização para mostrar como essa teoria não conseguiu, ainda, superar a camisa-de-força westfaliana (centrada no Estado) e o eurocentrismo. O artigo não pode ser classificado como análise empírica usando a teoria, pois o propósito é o contrário: mostrar a inadequação da teoria para explicar um determinado caso não ocidental.
Claudia Aradau	O artigo aborda a EC e a teoria de securitização. Porém, o artigo não se encaixa na amostra da pesquisa por se tratar de um artigo teórico e não empírico ou de aplicação empírica.
Claudia Aradau	O conceito de securitização da EC é usado marginalmente no artigo; Michel Foucault é a principal referência; o texto pretende fazer uma crítica à securitização do tema, mas sem demonstrar empiricamente como ela ocorreu; é uma crítica ao discurso e à política relativa ao tráfico humano (sexual).
Coleen A. Fox	O artigo utiliza o termo securitização, mas não faz referência aos autores da Escola de Copenhague. Menciona a politização do tema superficialmente.
Colin McInnes	Os autores se propõem a analisar a securitização do HIV na ONU, mas deixam claro que compartilham da crítica de Balzacq à teoria de securitização, desta forma, a aplicaram com o apoio de outras ferramentas metodológicas. Os autores dividem o artigo em três momentos: o primeiro introduzindo a ideia de securitização multinível, em cada um dos níveis o agente securitizador e o público alvo muda, o que levanta o questionamento sobre a audiência. O segundo argumento é que a securitização não é binária (está securitização ou não) e sugere que a securitização é um contínuo e que pode ser parcial com as diferentes audiências. E, por fim, os autores utilizam uma crítica do Balzacq para construir o argumento sobre o ato de fala. Ao final do artigo os autores sugerem avanços na teoria de securitização.
Cynthia Weber	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.
Daiva Stasiulis	Apesar de citar a securitização e de ter uma pequena seção para ela, o artigo não tem como objetivo aplicar a teoria de securitização.
David Galbreath	Propósito é mostrar como as organizações internacionais podem contribuir para a dessecuritização das tensões sociais, apesar de autores como Roe sustentarem que essas tensões não podem ser dessecuritizadas. O objetivo é demonstrar o contrário.
David Hudson	Artigo da área econômica.
Debbie Lisle	O artigo trata da securitização de infraestruturas do turismo, o que é pouco usual nas análises empíricas da securitização.
Debora Halbert	O propósito é criticar o entendimento sobre o que significa IP e como esse entendimento justifica a adoção de medidas de segurança pelo governo dos EUA.
Dereje Zeleke Mekonnen	O artigo utiliza o termo securitização, mas não recorre ou cita qualquer um dos autores da EC.
Diana Ojeda	O texto tem o objetivo de falar sobre o turismo. A autora mostra como a securitização do narcotráfico alavancou o turismo no país. Logo na introdução já deixa claro que utilizará discurso, documentos e análise de mídia. Ela consegue demonstrar toda a securitização do narcotráfico para depois falar do turismo.
Didier Bigo	Para o autor é essencial evitar uma abordagem enquadrada unicamente em termos de teoria de securitização.
Eamonn Butler	O artigo não recorre ao conceito da EC. Os autores da Escola sequer são citados.

Autor	Observações
Elke Winter	A palavra securitização aparece três vezes no texto, no resumo e em outros dois momentos, mas como sinônimo de segurança, não como aplicação do termo.
Eran Feitelson	O artigo não desenvolve um estudo empírico sobre um processo de securitização e não menciona o conceito da EC.
Eric Van Rythoven	O autor objetiva mostrar como a Guerra do Iraque demonstra uma falha na visão realista de <i>advocacy</i> e coloca como opção a visão da Escola de Copenhague. Porém demonstra a teoria de securitização como um complemento, desta forma, não faz a aplicação.
Erika Weinthal	O artigo analisa, em termos comparados, três Estados e procura pensar o nexo entre mudanças climáticas, água e migração; apenas no caso de Israel, as medidas emergenciais voltadas à securitização da migração estão claras; nos demais casos, não há clareza quanto a essas medidas e sobre quem é o agente e como ele atua. A securitização é afirmada, mas não comprovada nos três casos empíricos analisados.
Fana Gebresenbet Faye	O artigo não identifica medidas. O propósito é sustentar que o discurso a favor do desenvolvimento e do combate à pobreza na Etiópia pode ser interpretado como um discurso de securitização da pobreza.
Donnelly Federica Bicchi	O texto recorre à teoria de securitização e propõe analisar a dessecuritização das relações entre Irlanda e Inglaterra.
Francesco Ragazzi	Artigo se concentra na análise dos discursos de securitização do Islã em três níveis: no Reino Unido, na União Europeia e na área Euro-Mediterrânea.
Francis McGowan	O artigo desenvolve uma análise breve sobre a política estatal no que se refere aos migrantes; porém, não apresentou análise detalhada do processo de securitização do tema.
François-Xavier Plasse-Couture	O artigo argumenta que não houve securitização do tema na EU; apenas politização.
Frank Möller	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.
Franziskus von Lucke	O propósito do artigo é mostrar o potencial de dessecuritização na fotografia e examinar até que ponto a fotografia pode colaborar nos processos de dessecuritização. Há um argumento para colaborar com a análise do papel da fotografia, mas não há um estudo empírico específico de um processo de securitização.
Gabe Mythen	O artigo estabelece estruturas de discursos sobre a questão climática; os discursos apresentados servem de exemplo para demonstrar essas estruturas.
Gavin Slade	Autores não fazem referência à teoria de securitização; seu propósito é discutir as consequências de medidas emergenciais de combate ao terrorismo na Inglaterra. Pode ser descartado da amostra, pois não utiliza o conceito de securitização da EC.
Gonzalo Escribano	O autor utiliza a palavra securitização nas palavras-chave e ainda como título de um subcapítulo, mas não utiliza a teoria de securitização. Tenta demonstrar a securitização, mas não apresenta os elementos necessários.
Gregory W. White	O artigo utiliza o termo securitização, mas não recorre ou cita qualquer um dos autores da EC.
Güneş Murat Tezcür	O objetivo do texto era fazer um paralelo entre duas visões da migração, uma do ponto de vista da securitização, outra do ponto de vista da economia política. O caso analisado foi a migração do Marrocos para a Espanha. Apesar do texto longo, o autor apresenta as duas visões para migração – econômica e de segurança – porém não as aplica de maneira adequada, nenhuma das duas.
Gwendolyn Sasse	O autor busca entender o processo de democratização do Irã com fatores domésticos e externos, que buscam neutralizar a oposição. Uma das formas de neutralização da oposição é a elite tentando securitizar o grupo. A elite dominante tentou associar uma ampla gama de atores da sociedade civil e políticos a conspirações lideradas por estrangeiros a fim de deslegitimá-las e perpetuar seu monopólio sobre o poder, especialmente após as polêmicas eleições presidenciais de 2009.
Hakan Seckinelgin	O autor não utiliza o livro clássico da Escola de Copenhague. Ele cita um artigo de Roe e parte do pressuposto que o tema é securitização. O objetivo não é pensar a securitização.
Harry Verhoeven	O artigo recorre ao conceito da EC de forma apenas marginal; o propósito é discutir os efeitos da securitização da HIV/AIDS num caso específico.
Harry Verhoeven	O artigo utiliza o termo securitização, mas não faz referência aos autores da Escola de Copenhague. Menciona a politização do tema superficialmente.
Helle Malmvig	O artigo não desenvolve um estudo empírico sobre um processo de securitização e não menciona os autores da EC.
Helle Malmvig	A autora diz que vai analisar o conflito religioso na Síria sob a ótica da teoria de securitização, porém só menciona isso e não o faz.
Holger Stritzel	O artigo desenvolve uma argumentação baseada em bibliografia, mas sem demonstrar empiricamente a securitização. O artigo recorre ao conceito da EC.
Itay Fischhendler	Essa é uma análise sofisticada do processo de securitização no Afeganistão, na qual os autores procuram mostrar o confronto entre a OTAN e lideranças políticas dentro do Afeganistão, que foram responsáveis pelo estabelecimento de uma disputa entre atores securitizadores. Os autores sugerem o conceito de contra securitização para explicar esse processo. O artigo não apresenta as medidas de securitização, nem examina em profundidade o discurso dos agentes identificados. Sua contribuição se refere às possibilidades de conflitos e interação entre esses agentes securitizadores.
Itay Fischhendler	Os agentes securitizadores na análise dos autores são OIs e ONGs; o propósito do artigo é tentar identificar os motivos pelos quais os temas ambientais são tratados, nos discursos, de forma securitizada.
J Peter Burgess	O artigo desenvolve uma revisão bibliográfica relacionada à securitização da água; utiliza o conceito da EC, porém o propósito não é desenvolver um estudo empírico, mas problematizar a literatura sobre a securitização da água.
Jardar Østbo	A proposta do artigo não é especificamente aplicar a teoria de securitização, mas sim, adaptar o conceito de securitização, e com isso, não utilizar o Estado como objeto referência. Na última seção o autor faz o paralelo que deseja, evolui bem nas primeiras categorias, mas acaba negligenciando as comprovações da securitização. Na realidade o autor não confirma a securitização, ele demonstra como a questão da água na Índia é uma vulnerabilidade, assimilando o conceito de "securitização" às vulnerabilidades.
Jarrod Hayes	O artigo apresenta uma análise do discurso para provar a securitização; medidas emergenciais são citadas, mas não descritas e analisadas em profundidade. O agente securitizador é identificado, porém ele não atua sozinho.
	Recorre à teoria, mas a utiliza de forma complementar. O objetivo é demonstrar a teoria da paz democrática e seus reflexos nas opções de política externa dos EUA.

Autor	Observações
Jarrold Hayes	O artigo não identifica medidas. Seu propósito é testar uma articulação entre a teoria de securitização com a abordagem da identidade social. O autor pretende mostrar que o discurso da securitização de Nixon e Kissinger não convence a audiência da necessidade de securitização da Índia, por este país ser democrático.
Javier Treviño-Range	O texto utiliza o conceito de securitização, porém demonstra como diversos autores estão aplicando o conceito de securitização para a migração mexicana e não faz uma aplicação em si. O texto poderia se enquadrar em uma crítica à teoria e não em uma aplicação em si.
Jef Huysmans	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.
Jeremy Walker	Não é um estudo empírico que trabalhe o conceito de securitização da EC.
Jill Williams	Apesar de o artigo apresentar no resumo que irá aplicar a teoria de securitização, essa versão é a abertura de um dossiê específico sobre geopolítica e feminismo, com isso, é uma apresentação dos textos publicados e não uma aplicação da teoria de Copenhague.
John Morrissey	O artigo se propõe a analisar as estratégias de biopolítica que os comandantes militares dos Estados Unidos estão utilizando para ampliar os limites da guerra ao terror. Apesar de citar o termo "securitização" não se trata de um artigo de aplicação da teoria de securitização; o termo é utilizado como algo já pré-concebido.
John O'Brennan	O autor pretende comprovar que a Europa alargada foi enquadrada como uma comunidade de segurança em expansão, a ser construída através de um processo do que a Escola de Relações Internacionais de Copenhague denomina "dessecuritização". O autor coloca alguns fatos históricos que segundo ele mostram a dessecuritização, mas fala de elites europeias e da importância do discurso. Na última seção apresenta o passo a passo da securitização e dessecuritização do objeto.
Jon Coaffee	O artigo não cita os autores de Copenhague, mas usa o conceito de securitização na análise.
Jonathan D. Caverley	O propósito do texto é testar hipóteses sobre as reações dos indivíduos à exposição de imagens de soldados e como eles associam essas imagens a temas de segurança. Não é analisar um processo de securitização propriamente. O foco está na recepção da audiência.
Jonathan Fox	O autor coloca o 11 de Setembro como o ato de fala para todos os Estados ocidentais. E aos poucos vai mostrando o discurso de securitização de cada um dos Estados que analisa. A seção destinada à comprovação da securitização é bastante desorganizada. O autor colocar diversas informações, mas não retorna aos pontos da teoria.
Julia Urquijo	O artigo sustenta a securitização com base na análise do conteúdo das leis aprovadas na Espanha.
Juliet Lodge	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.
Jürgen Haacke	Seu propósito é avaliar as possibilidades de se pensar uma securitização coletiva conduzida por organizações regionais. Nesse sentido, o estudo é exploratório e deseja apresentar contribuições à teoria.
Kai Schulze	O autor demonstra a securitização por meio da análise do discurso dos atores importantes e das mudanças institucionais promovidas pelo Japão. O propósito é comprovar a securitização da China como ameaça ao Japão.
Kathleen M. Jennings	O artigo tem dois objetivos, o segundo é a securitização da reintegração pós-conflito na Libéria. A autora utilizou o termo securitização e securitizando algumas vezes, porém não é a formulação dos autores de Copenhague. O termo foi utilizado como um sinônimo de segurança.
Kaveri Qureshi	A palavra securitização aparece duas vezes no texto, como palavra-chave e na introdução, como sinônimo de segurança.
Kieran Williams	O objetivo do autor é mostrar a securitização da democracia na República Tcheca e na Tchecoslováquia no fim do período comunista. O texto é absolutamente descritivo e o autor não amarra com a teoria. Cita a teoria no início e no fim. Aparenta segui-la ao falar do agente securitizador e ao citar as leis.
Kirill Nourzhanov	Cita securitização no resumo, mas não aborda o conceito na introdução. O autor diz que usará a teoria dos complexos regionais de segurança. Mais à frente o artigo tem uma seção dedicada à securitização. O autor questiona um artigo publicado por Buzan e Weaver, que fala sobre a securitização da Rússia e inicia sua defesa com discursos. Associa a securitização apenas a discursos, mas não elenca nada além disso.
Kobi Michael	O objetivo do artigo é determinar quem realmente diz o que é uma ameaça existencial no Estado de Israel.
Kristian Åtland	Problema do artigo: o processo de securitização não se concretizou, embora os autores tivessem seguido o roteiro da análise empírica. Eles procuraram mostrar que se trata de uma securitização que não aconteceu.
Lauren L. Martin	O termo aparece duas vezes no texto, como sinônimo de segurança.
Lee Jones	O objetivo do texto é criticar a teoria de securitização utilizando como exemplo casos da Ásia.
Luca Mavelli	O autor logo na introdução diz que utilizará a teoria de securitização, mas que a teoria não consegue captar todas as nuances do objeto empírico, que é a securitização do Islã. Desta forma, ele complementar a teoria utilizando conceitos da Escola de Paris. O autor elucida o início do processo de securitização com os EUA e o 11/09, segue mostrando o discurso e a politização do tema com autores clássicos, como Hobbes e Kant, até que chega especificamente na França e demonstra a securitização neste país, iniciando a extrapolação com a proibição do uso do véu.
Luca Mavelli	O termo securitização aparece três vezes no texto, o autor não coloca a teoria de securitização e utiliza o termo como sinônimo de segurança.
Luiza Bialasiewicz	A autora utiliza o termo securitização como sinônimo de segurança, não aplicando a teoria da escola de Copenhague.
Mareike Schomerus	O autor tentou mostrar as contradições da securitização em três diferentes níveis, entre diferentes atores de segurança, diferentes interpretações de segurança e diferentes práticas. Utilizou como exemplo a fronteira da República Democrática do Congo com o Sudão do Sul. Com essa tentativa ousada o autor acabou não confirmando a securitização ou aplicando a teoria conforme previsto.
Maria Jansson	O artigo examina como o Conselho de Segurança abordou o problema da HIV/AIDS partindo do pressuposto de que se trata de uma securitização da doença. Mas não identificou agente securitizador ou medidas emergenciais.
Maria Julia Trombetta	A autora coloca a dificuldade de achar na literatura a correta definição de segurança climática. Desta forma, é isso que ela pretende com o artigo, determinar mudanças climáticas como questão de segurança e, para isso, utiliza a Securitização, em especial a análise de discurso. A autora define o conceito de securitização conforme proposto pela teoria da EC, porém aponta para algumas dificuldades. Em 1998 Weaver publica um artigo sobre a não securitização do meio ambiente,

Autor	Observações
Maria Mälkssoo	aplicando a sua teoria. A autora questiona esse posicionamento, afirmando que a teoria é pensada para a securitização estatal e esse é o problema quando o tema é meio ambiente. E contrapõe a teoria de Securitização com o conceito de <i>Risk Society</i> . O questionamento da autora é: "Os recursos para a segurança estão presos em práticas problemáticas fixas que este sugere?". Apesar de não definir exatamente o Estado em que busca a securitização, os exemplos da autora são todos sobre o tema nos Estados Unidos e ela afirma que ainda não é possível identificar um movimento que extrapole a política comum. Trata-se de uma revisão bibliográfica, argumentando a favor da necessidade de se considerar a memória nos estudos de securitização.
Mark B. Salter	O artigo sugere a utilização da análise dramática de Goffman. Ou seja, ele se coloca ao lado de outros autores que consideram as dificuldades empíricas de se demonstrar a securitização.
Matti Jutila	O autor demonstra como a história pode ser utilizada como ferramenta de discurso para o movimento de securitização. Demonstra como isso foi feito na Finlândia em 2011, quando um relatório de uma universidade demonstrava uma movimentação russa na fronteira e a mídia utilizou esse relatório e aspectos da história da <i>winter war</i> para o discurso de manutenção de um exército amplo e ativo. Na última seção do texto, demonstra como o objeto ainda não foi efetivamente securitizado, mas está a caminho. O texto é muito interessante e lúcido ao utilizar a teoria de securitização.
Matti Jutila	Analisa o argumento de Roe sobre a securitização de minorias na Europa. Não analisa um caso empírico, mas discute uma interpretação de casos empíricos.
Megan Mackenzie	Apesar de descrever a teoria e demonstrar como ela funciona em suas etapas, a autora não a aplica ao analisar o caso, que envolve o estupro como arma de guerra em Serra Leoa.
Megan MacKenzie	A autora argumenta que existe uma dessecuritização das mulheres como soldado e uma securitização dos homens como soldados na Serra Leoa. Para ela existe um estereótipo de gênero que assume que a experiência dos homens em conflitos é como soldados e a das mulheres é como vítimas ou não combatentes. A autora cita a escola de Copenhague, explica o conceito, determina que irá utilizá-lo mas não o faz. O texto é muito interessante, mas não aplica a teoria de securitização como se compromete no início.
Melanie Sommerville	O artigo utiliza o termo securitização, mas não recorre ou cita qualquer um dos autores da EC.
Michael J. Shapiro	O artigo não usa o conceito de securitização da EC.
Michael J. Shapiro	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.
Michael O'Keefe	O artigo cita securitizado, porém utiliza o termo como correlato a segurança. Chega a citar Buzan e Weaver, mas não aplica a teoria ou qualquer um de seus critérios. Fala também em segurança humana.
Michael O'Keefe	O artigo se propõe a analisar as implicações da securitização do HIV e da AIDS na política pública internacional. Apesar de não citar explicitamente os momentos de transição entre não politizado e politizado o autor apresenta claramente as políticas públicas que foram utilizadas na agenda internacional. Também não utiliza o termo "agente securitizador", mas apresenta nomes e traz trechos de discursos. O mesmo acontece com o ato de extrapolação da política. Deixa claro que isso acontece em uma resolução do Conselho de Segurança, mas não cita explicitamente "extrapolação da política". Ao final, esclarece que não é possível comprovar a securitização por falta de dados. Mas que os avanços políticos feitos pela comunidade internacional são bastante relevantes.
Mike S Schäfer	A securitização das mudanças climáticas é analisada em 101 mil artigos de jornal; não se trata de um estudo empírico que segue o roteiro da EC.
Nazli Avdan	O termo "securitização" aparece no resumo como sinônimo de segurança. Aparece apenas mais uma vez no texto, mas também não está vinculado à teoria de securitização.
Nicolas Lemay-Hébert	O artigo não utiliza o conceito de securitização da EC com rigor; apenas utiliza o termo securitização como sinônimo de segurança.
Nicole Detraz	O propósito do artigo é problematizar a securitização da migração motivada por questões climáticas.
Nicole Sunday Grove	A autora apresenta um aplicativo feito no Egito em parceria com a Google em que as mulheres podem denunciar assédio. O aplicativo faz o mapa dos assédios em todo o Egito. Apesar de falar em securitização não relaciona com Estado, o que foge da ontologia da teoria.
Niels Lachmann	O artigo recorre à teoria, mas a utiliza para demonstrar um argumento. Seu propósito não é demonstrar empiricamente a securitização de um tema.
Nina Boy	Apesar de ser um texto de relações internacionais e citar estudos críticos de segurança, o texto não prevê a aplicação da teoria de securitização. Aborda o termo no sentido financeiro também.
Odysseas Christou	O argumento do artigo é que a segurança energética deve ser analisada no contexto da região do Oriente Médio e considerando os conflitos e relações políticas; nesse sentido, o artigo parte do pressuposto de que é necessário desenvolver uma análise intersetorial da securitização; considera que o processo de securitização já existe, mas não segue o roteiro da teoria para demonstrá-lo empiricamente.
Olaf Corry	O artigo não apresenta um estudo empírico de securitização; seu propósito é discutir se "mistificação" seria uma forma mais aprofundada de securitização e usa a questão da mudança climática para desenvolver o argumento.
Oliver Kessler	O artigo é interessante pela abordagem da securitização no setor econômico. Porém, não apresenta um estudo empírico. O artigo é teórico e não desenvolve pesquisa empírica.
Owen Parker	O foco principal do artigo não é demonstrar a securitização do tratamento dado aos ciganos na França em 2010 (a deportação). A securitização não é abordada de forma central no texto, cujo objetivo é tratar as relações entre a política nacional e a política comunitária.
Pami Aalto	O autor busca mostrar como na Estônia existe uma relação entre identidade e segurança. Faz isso utilizando o que ele chama de Metodologia Q, que é uma metodologia para análise de conteúdo de discurso. Para os procedimentos metodológicos ele diz utilizar a teoria de securitização. Como a teoria de securitização foi utilizada como teoria auxiliar, apenas pensando na metodologia, o autor não fala de sua aplicação. Ele busca três dimensões nos discursos, ameaça existencial, problema e a dessecuritização, mas não aplica efetivamente a teoria. A metodologia é bastante interessante, porém o texto foge do escopo do trabalho.
Paul Amar	O autor não deixa muito claro o objetivo do texto, mas aparentemente é uma resposta a uma crítica que recebeu de um artigo anterior. Utiliza o termo securitização, mas não o explica nem o aplica.

Autor	Observações
Paul Kallender	O artigo recorre ao conceito de securitização da EC, mas não tem como propósito demonstrar empiricamente a securitização. Seu objetivo é analisar as estratégias japonesas para combater ameaças no ciberespaço. O texto não demonstra a securitização e não está interessado em demonstrá-la.
Paul Roe	O autor identifica o agente securitizador, mostra a securitização e avalia o papel da audiência na recepção das mensagens do agente.
Paul Roe	O artigo é teórico e tem como propósito discutir a impossibilidade de dessecuritização das minorias. O argumento é teórico e não há análise empírica de um caso específico.
Peer Schouten	O propósito do artigo é discutir outra abordagem teórica para estudos de segurança; não se trata de uma análise de um processo de securitização baseado na EC.
Philippe M. Frowd	O conceito de securitização da EC é usado marginalmente no artigo; o propósito é mostrar a relevância da teoria Queer para explicar a prática dos Estados Unidos de limitar a circulação de pessoas com HIV/AIDS; a securitização é um tema secundário no artigo, embora o autor demonstre que houve a securitização da AIDS nos EUA por meio de uma tentativa de controle sobre os imigrantes.
Rebekah Tromble	O autor busca comprovar a securitização da religião e da etnicidade no Quirguistão. O autor faz uma crítica à teoria bastante pertinente. Ele confirma afirmações anteriores de que a teoria é centrada na Europa e em democracias. Disse que a aplicação teórica na realidade do Quirguistão não é tão simples quanto a teoria indica. O texto é excelente, a autora demonstra os discursos e a aceitação do público alvo, porém, não aborda os outros elementos da teoria.
Rita Abrahamsen	A autora afirma que os atentados de 11 de Setembro foram propulsores da securitização da migração no Reino Unido, mas não só de países com membros da Al Qaeda, mas também países africanos, especialmente da África subsaariana.
Rob Aitken	Não segue o roteiro da EC. Seu objetivo é mostrar as relações entre securitização e financeirização a partir de um estudo de caso. O autor pretende problematizar estas relações e não estudar um caso específico de securitização.
Robert Dover	O texto é bastante confuso sobre a securitização. Caso fosse uma abordagem apenas da politização faria mais sentido.
Roxanna Sjöstedt	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.
Roxanna Sjöstedt	A demonstração da securitização concentrou-se na análise dos discursos, incluindo o principal agente securitizador, o presidente Putin.
Samuel Chan	O autor cita os termos securitizado, dessecuritizado e a segunda teoria da Escola dos complexos regionais de segurança. Ele o faz por meio da citação de outros textos que fizeram a análise, principalmente a da água como um tema importante para a formação do complexo regional de segurança. Mas é importante notar que o autor não se propõe a analisar a securitização ou não da água na região. No resumo, ele parte do pressuposto da securitização, por ser um assunto de segurança nacional para a Rússia. Ao falar do tema, em uma seção específica do artigo, demonstra quais são as ações emergenciais de cada um dos Estados que analisa. O autor afirma em diferentes momentos do texto que a securitização é comprovada quando o assunto se torna tema da segurança nacional, e resume a isso.
Sandra J. MacLean	O artigo não desenvolveu um estudo empírico de securitização; seu propósito foi discutir a securitização da saúde de forma ampla e o conceito de segurança humana.
Sebastian Biba	O artigo procura mostrar que houve um processo de dessecuritização da política internacional chinesa no que se refere à água. A dessecuritização é demonstrada por meio das medidas adotadas pelo governo chinês.
Sebastian Biba	O artigo analisa um processo de securitização, identificando agente, audiência e buscando mostrar como a repercussão de um caso específico pode trazer ganhos importantes no aumento da conscientização dos problemas ambientais.
Stefan Elbe	O artigo utiliza a teoria como base para discutir e problematizar vantagens e desvantagens da securitização da HIV/AIDS.
Stefan Elbe	O artigo não desenvolveu um estudo empírico de securitização; seu propósito foi discutir o conceito de risco com recurso a Foucault e suas reflexões sobre biopolítica; o conceito de securitização está presente, mas o objetivo é discutir a securitização da saúde, que é dada como existente.
Stefan Elbe	É um artigo de revisão bibliográfica que discute a securitização.
Stephan Keukeleire	O autor pretende buscar o nexo entre desenvolvimento e segurança, utilizando a teoria de securitização. Ele mostra, na sua introdução, o conceito desenvolvido em quatro estágios: fala de discurso, instrumentos políticos, ações políticas e instrumentos institucionais. É importante notar que não cita agente securitizador ou ação emergencial, pontual ou fugindo da política comum. O texto pontua diversas políticas públicas realizadas pela União Europeia para o processo de securitização do tema.
Stephan Scheel	Apesar de a palavra securitização aparecer no título e no <i>abstract</i> , não é um artigo que aplica a teoria. A ideia central é pensar como a autonomia nas fronteiras da União Europeia, especialmente o sistema biométrico, vai contra o direito fundamental de ir e vir.
Stephanie Perazzone	A autora utiliza o termo securitização, porém em suas referências não cita os autores clássicos da escola. A utilização do termo remete apenas a um sinônimo de segurança que a autora considera como sendo uma "segurança mais complexa".
Stephanie Simon	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.
Stephen Castlesa	O termo securitização apareceu duas vezes no texto, uma no resumo e outra na primeira seção. Nesse texto é posto que a securitização da migração é algo dado.
Tamar Arieli	O autor utiliza o termo securitização, mas com outro significado que não o da Escola de Copenhague.
Tarak Barkawi	O artigo busca pensar a guerra. Utiliza a teoria de securitização para fazer um paralelo à teoria realista, mostrando como os autores da securitização diferenciam estudos de segurança e estudos estratégicos. Porém, não aplica a teoria a nenhum objeto empírico. Faz uma análise da segunda guerra mundial, porém, não aplica a teoria.
Tarak Barkawi	Trata-se de uma resposta às críticas que recebeu do artigo anteriormente publicado na mesma revista. Especialmente dedicado a Aradau, membro da Escola Francesa dos estudos críticos de segurança.
Tarik Oğuzlu	O texto não é uma aplicação em si da teoria; o autor tenta comprovar que em assuntos securitizados se utiliza o <i>hard power</i> e em outros assuntos o <i>soft power</i> , principalmente em potências médias. Utiliza a política externa turca como estudo de caso para comprovar o seu ponto. O autor comenta o processo de securitização, os exemplos de processos politizados e securitizados, mas esse não foi o objetivo do texto, então não fica clara a aplicação do modelo.
Theodora Kostakopoulou	O texto é bastante confuso e sem metodologia. Não apresenta a teoria ou como foi implementada, mas apresenta os elementos que podemos identificar como presentes em um processo de securitização.

Autor	Observações
Thierry Balzacq	O texto usa uma estratégia de análise, focada no estudo das ferramentas ou instrumentos políticos para demonstrar a securitização do tema; a securitização é demonstrada sem análise de discursos e sem identificação do agente securitizador. O artigo procura encontrar um caminho alternativo para demonstrar a securitização, focada na análise dos instrumentos políticos.
Thomas Diez	O texto se propõe a analisar a securitização da migração no Reino Unido e na Alemanha. Não fala em ato de fala, agente securitizador e não aborda o momento não politizado.
Timo Kivimäki	Não é um artigo científico e sim uma resenha crítica de dois livros. Um dos capítulos do livro analisado afirma que existe um processo de dessecuritização na região da ASEAN, Kivimäki afirma que essa constatação é equivocada, pois os autores a fazem baseados apenas em políticas públicas e não analisam os discursos, especialmente o <i>speech act</i> .
Tsering Topgyal	O artigo faz uma crítica à teoria de securitização, já expresso na sua introdução. Fala ainda em uma contra securitização, ou seja, um movimento dos tibetanos contra a securitização feita pela China. Essa contra securitização é demonstrada com atos de autoimolação. Demonstra que existiu a securitização da China, fala de criação de burocracias e principalmente do discurso. O artigo mostra quem é o público alvo do discurso.
Una McGahern	O artigo se concentra nos atos de fala de populações marginalizadas em Israel, destacando o papel de rumores (boatos) na análise de processos de securitização. O artigo não segue o roteiro da EC e não está interessado em comprovar empiricamente a securitização. Apenas quer destacar a importância da análise dos boatos nos estudos de segurança. A contribuição do artigo é discutível.
Wendy Vogt	A autora utiliza o termo "securitização" como similar à segurança e não no contexto da teoria de securitização.
Wilfrid Greaves	O objetivo do artigo é mostrar as diferenças entre dois povos entendidos como atores políticos que apresentam comportamentos distintos no que se refere à securitização, tomada em sentido amplo. Um deles tende a securitizar vários temas entendidos como ameaças existenciais; o outro não. O autor não analisa um processo de securitização específico, mas se concentra na análise do comportamento desses dois povos em relação à securitização.
William Vlcek	O autor argumenta que houve a securitização do dinheiro; o agente é o governo dos EUA; e as medidas correspondem às leis para o combate à lavagem de dinheiro, que se estenderam para outros países.
Wolfram Lacher	O artigo analisa documentos e se concentra na análise da securitização, sem se preocupar em demonstrá-la empiricamente. O propósito é tecer uma crítica sobre a securitização.
You Ji	O artigo não segue a estrutura básica da teoria por se tratar de uma abordagem abrangente sobre a política de segurança da China, mas recorre à teoria, sobretudo às fases. Não demonstra empiricamente a securitização.
Yul Sohn	O artigo não recorre ao conceito de securitização da EC.